

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LAURA CATALINA FERRO CORREDOR

MULHERES EM MOVIMENTO:
PROCESSOS FORMATIVOS E ASSUNÇÃO COMO SUJEITAS DE DIREITOS

CÁCERES-MT

2021

LAURA CATALINA FERRO CORREDOR

**MULHERES EM MOVIMENTO:
PROCESSOS FORMATIVOS E ASSUNÇÃO COMO SUJEITAS DE DIREITOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora Professora Dra. Heloisa Salles Gentil

CÁCERES-MT

2021

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

CORREDOR, Laura Catalina Ferro.

C824m Mulheres em Movimento: Processos Formativos e Assunção como Sujeitas de Direitos / Laura Catalina Ferro Corredor – Cáceres, 2021.

223 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.

Orientador: Heloísa Salles Gentil

1. Mulheres. 2. Educação Não Formal. 3. Processos Formativos. 4. FARC-EP. I. Laura Catalina Ferro Corredor. II. Mulheres em Movimento: Processos Formativos e Assunção como Sujeitas de Direitos.

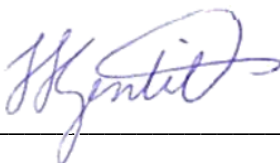
CDU37:396

LAURA CATALINA FERRO CORREDOR

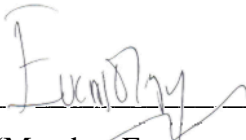
**MULHERES EM MOVIMENTO:
PROCESSOS FORMATIVOS E ASSUNÇÃO COMO SUJEITAS DE DIREITOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA



Dra. Heloisa Salles Gentil (Orientadora – PPGedu/UNEMAT)



Dra. Eucaris Olaya (Membro Externo – UNAL Colômbia)



Dra. Ilma Ferreira Machado – PPGedu/UNEMAT)

APROVADA EM: 25/08/2021.

A todas as mulheres que lutam, às incansáveis, a aquelas que não se conformam, a todas as rebeldes com as que temos uma dívida e gratidão infinita por fazermos entender que o lugar das mulheres é qualquer lugar.

Dedico também esta dissertação a Paola, Olga, Viviana, Luna, Esperanza e Isabela suas histórias deram vida a este escrito, entre palavras e relatos fomos nos encontrando com experiências inspiradoras, para vocês toda minha gratidão e admiração... seremos sempre vida, semente e resistência.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à Cáceres, ao seu acolhimento caloroso (muito caloroso), foi lá que aprendi a ver a vida de forma diferente, a ter outra leitura do espaço e da cidade. Sentirei para sempre saudades da alegria do barulho entre as 5 e 6 da tarde quando as araras passavam em frente de casa, do sol a cair no rio, do ritmo tranquilo da vida e da aproximação ao verde da cidade.

Agradeço à minha orientadora Heloisa Salles Gentil pela agradável companhia nesta viagem, especialmente pela paciência e disposição que sempre teve, tanto com a pesquisa quanto comigo, sendo sempre amável e próxima. Sou igualmente grata pelo acompanhamento no diálogo entre textos, cafés, bolos e salas de aula.

Estendo os meus agradecimentos às professoras Dra. Ilma Ferreira Machado e Dra. Eucaris Olaya que constituíram a banca de avaliação. Agradeço a atenção e o cuidado com que discutiram sobre esta dissertação, as suas contribuições e reflexões permitiram-me enxergar novos caminhos e encontrar reflexões importantes para o rumo da pesquisa. Sinto-me muito honrada pela possibilidade de ter compartilhado esta etapa com duas mulheres brilhantes e inspiradoras.

Eucaris é professora e amiga há anos, com ela dei os meus primeiros passos nos estudos feministas e de gênero. Tive a sorte de ser sua bolsista, aprender com ela e com a sua trajetória, e foi ela que me encorajou a dar um salto para o vazio, deixar a minha zona de conforto para aterrissar no Brasil. A ela e ao seu sorriso caloroso toda a minha admiração e afeto.

Ao Departamento de Educação da UNEMAT, coordenado pela Professora Rosely, que sempre prestou apoio em todos os assuntos, garantindo que o meu tempo na universidade fosse uma experiência agradável e amena. Estou igualmente grata aos/às professores/as do departamento com quem tive a sorte de questionar e aprender, encontrando outra forma de viver e experimentar a academia.

Aos/às meus/minhas colegas de turma que entre caronas, lanches, churrascos e cervejas sempre me fizeram sentir bem-vinda. Especialmente a Rosângela Rocha que foi companheira e amiga, me deu apoio e me ajudou a aprender a respirar e a ouvir-me. Namastê, Rô!

Não é possível nomear todas as pessoas que estenderam a mão e deram apoio neste belo encontro que foi a minha estadia no Brasil, no entanto, não posso deixar de agradecer às

professoras Clara, Judith, Tania, Marilda e ao Professor Paulo que se fizeram presentes com atenções, convites, conversas e cuidados constantes.

Também tive a oportunidade de conhecer pessoas que nestes mais de dois anos foram (são) importantes para mim e com elas um pedaço do meu coração permanece no Brasil. Agradeço ao Leandro que entre música, passeios de carro, conversas, pizza, cuidado, amor e muitas outras coisas, foi sempre incondicional, lembrarei sempre dele e do seu abraço acolhedor com amor e gratidão. Agradeço também à sua família, especialmente à Marta, que sempre me fez sentir como outra filha.

Falando de encontros afortunados não posso esquecer de mencionar a Domi. Coincidimos de muitas maneiras em aulas, convicções, posições, gostos, sonhos e caipirinhas. Aprendemos a nos aproximar e a apoiar uma à outra, sem importar as circunstâncias, as dores, as fraquezas, ou ainda, a solidão. Fomos (somos) juntas casa, amor, carinho, amizade e cumplicidade, sem dúvida foi e continua a ser um dos mais belos presentes que o universo e o Brasil me deram.

Às indispensáveis, a todas as amigas que, à distância, ofereceram apoio e amor, convidando-me a não desistir, especialmente Jenny, María Alejandra, Ligeya, Pilar, Marcela e Diana que sempre fizeram das nossas conversas, pequenos recantos de escuta, de sororidade e alegria.

À minha família amorosa, à minha mãe Sandra pela sua preocupação e pelos seus apelos amorosos que sempre me fizeram sentir amada. Ao meu pai Valerio que me encorajou a não desanimar e me motivou a encontrar suporte na leitura. À minha irmã Andrea que sempre teve um sorriso para preencher os dias difíceis com leveza. Ao Samuel que entre jogos me fez compreender que não faz sentido levar a vida tão a sério. E ao Lennon, o meu amor peludo, que com os seus olhos de jabuticaba proporcionou conforto e companhia.

À CAPES pelo financiamento desta investigação, o apoio econômico fornecido foi importante para o desenvolvimento da pesquisa e para sustentar a minha estadia no Brasil.

Finalmente, agradeço a todas as pessoas que estiveram presentes mesmo nos momentos anteriores a esta aventura, obrigada pelo caminho percorrido, trago-vos para sempre no meu coração.

“Hasta Que Seamos Libres”

*Ríos me atraviesan,
montañas horadan mi cuerpo
y la geografía de este país
va tomando forma en mí,
haciéndome lagos, brechas y quebradas,
tierra donde sembrar el amor
que me está abriendo como surco,
llenándome de ganas de vivir
para verlo libre, hermoso,
pleno de sonrisas.*

*Quiero explotar de amor
y que mis charneles acaben con los opresores
cantar con voces que revienten mis poros
y que mi canto se contagie;
que todos nos enfermemos de amor,
de deseos de justicia,
que todos empuñemos el corazón
sin miedo de que no resista
porque un corazón tan grande como el nuestro
resiste la más crueles torturas
y nada aplaca su amor devastador
y de latido en latido
va creciendo,
más fuerte,
más fuerte,
más fuerte,
ensordeciendo al enemigo
que lo oye brotar de todas las paredes,
lo ve brillar en todas las miradas*

*lo va viendo acercarse
con el empuje de una marea gigante
en cada mañana en que el pueblo se levanta
a trabajar en tierras que no le pertenecen,
en cada alarido de los padres que perdieron a
sus hijos,
en cada mano que se une a otra mano que sufre.*

*Porque la fuerza de este amor
lo irá arrollando todo
y no quedará nada
hasta que no se ahogue el clamor de nuestro
pueblo
y gritos de gozo y de victoria
irrumpan en las montañas,
inunden los ríos,
estremezcan las ramas de los árboles.*

*Entonces,
iremos a despertar a nuestros muertos
con la vida que ellos nos legaron
y todos juntos cantaremos
mientras conciertos de pájaros
repiten nuestro mensaje
en todos
los confines
de América.*

.....
(Gioconda Belli)

RESUMO

O contexto histórico, cultural, político, econômico e social da Colômbia tem levado a população a uma vida marcada por violências de todos os tipos, incluindo aquelas contra os direitos básicos vinculados à cidadania. Como em muitos outros lugares, destaca-se a situação específica das mulheres dentro de uma sociedade patriarcal, na qual somos vítimas de um “continuum” de violências que tem se institucionalizado. Na atualidade, o país passa por um processo de reincorporação dos/as ex-combatentes da guerrilha à vida social. Nesta pesquisa, busca-se compreender as experiências vivenciadas por algumas mulheres ex-guerrilheiras (das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – exército do povo - FARC-EP), no marco dos processos da educação não formal, tanto no interior de movimentos sociais e organizações dos quais tenham feito parte, como na guerrilha e/ou em organizações sociais comunitárias. Assim, tem-se como objetivo compreender as experiências formativas da militância vivenciadas por mulheres ex-guerrilheiras das FARC-EP que contribuíram para que se assumissem e continuem se assumindo como sujeitas de direitos. Ou seja, como essas experiências contribuíram para sua formação, para a consolidação de práticas e reflexões que favoreceram o fortalecimento da autonomia das mulheres que foram parte das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia — Ejército del pueblo — FARC-EP, na Colômbia. Compreende-se a metodologia como um processo que articula a teoria, a prática e a construção de conhecimentos. Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada em entrevistas narrativas com mulheres que se dispuseram a contar suas vivências. Partiu-se de quatro categorias: história; mulheres e gênero; militância; processos formativos. Autores/as que se dedicam a perspectivas críticas nesses campos de estudo fundamentaram teoricamente a pesquisa como Freire, Segato, Brandão, Gómez, Lagarde, Gohn, Hooks, complementados por alguns outros/as. As análises dos dados levaram à construção de outras categorias que dessem conta dos objetivos traçados e das experiências encontradas: aprendizagens na guerrilha, aprendizagens em outras organizações, lugar das mulheres na militância e contradições. Em síntese os achados desta pesquisa permitem afirmar que a educação não formal está presente nos espaços de ativismo e de militância e tem sido fundamental na constituição de mulheres como sujeitas de direitos, processo contingenciado pela história de cada uma e dos grupos de que participou como militante e pela condição de gênero.

Palavras-chave: Mulheres. Educação Não Formal. Processos Formativos. FARC-EP

ABSTRACT

The historical, cultural, political, economic and social context of Colombia has led the population to a life marked by violence of all kinds, including violence against basic rights linked to citizenship. As in many other places, it highlights the specific situation of women within a patriarchal society, in which we are victims of a "continuum" of violence that has become institutionalized. Currently, the country is going through a process of reincorporation of former guerrilla combatants into social life. This research seeks to understand the experiences lived by some former guerrilla women (from the Revolutionary Armed Forces of Colombia - People's Army - FARC-EP), in the framework of non-formal education processes, both in social movements and organizations, as well as in the guerrilla and/or in the community social organizations of which they have been part. Thus, the aim is to understand the formative experiences of activism lived by former FARC-EP guerrilla women that have contributed to their assuming and continuing to assume a role as subjects of rights. That is, how these experiences contributed to their formation, to the consolidation of practices and reflections that favored the strengthening of the autonomy of women who were part of the Fuerzas Alternativas Revolucionarias del Común - FARC-EP, in Colombia. The methodology is understood as a process that articulates theory, practice and knowledge construction. It is a qualitative research, based on narrative interviews with women who were willing to tell their experiences. It was based on four categories: history; women and gender; militancy; formative processes. Authors dedicated to critical perspectives in these fields of study theoretically grounded the research, such as Freire, Segato, Brandão, Gómez, Lagarde, Gohn, Hooks complemented by some others. The analysis of the data led to the construction of other categories that took into account the objectives set and the experiences encountered: learning in the guerrilla organization, learning in other organizations, the place of women in activism and contradictions. In summary, the findings of this research allow us to affirm that non-formal education is present in the spaces of activism and militancy and has been fundamental in the constitution of women as subjects of rights, a process contingent to the history of each one and to the groups in which she participated as a militant and to her gender condition.

Keywords: Women. No Formal Education. Formative Processes. FARC-EP

RESUMEN

El contexto histórico, cultural, político, económico y social de Colombia ha llevado a la población a una vida marcada por la violencia de todo tipo, incluida la que se ejerce contra los derechos básicos vinculados a la ciudadanía. Como en muchos otros lugares, destaca la situación específica de las mujeres dentro de una sociedad patriarcal, en la que somos víctimas de un "continuo" de violencia que se ha institucionalizado. Actualmente, el país atraviesa un proceso de reincorporación de los/as antiguos/as combatientes de la guerrilla a la vida social. Esta investigación busca comprender las experiencias vividas por algunas mujeres exguerrilleras (de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del pueblo - FARC-EP), en el marco de los procesos de educación no formal, tanto en los movimientos y organizaciones sociales, así como en la guerrilla y/o en las organizaciones sociales comunitarias de las que han hecho parte. Así, se trata de comprender las experiencias formativas de militancia vividas por las ex guerrilleras de las FARC-EP que han contribuido a que asuman y continúen asumiendo un rol como sujetas de derechos. Es decir, cómo estas experiencias contribuyeron a su formación, a la consolidación de prácticas y reflexiones que favorecieron el fortalecimiento de la autonomía de las mujeres que hicieron parte de las Fuerzas Alternativas Revolucionarias del Común - FARC-EP, en Colombia. La metodología se entiende como un proceso que articula la teoría, la práctica y la construcción del conocimiento. Se trata de una investigación cualitativa, basada en entrevistas narrativas con mujeres que estuvieron dispuestas a contar sus experiencias. Se basó en cuatro categorías: historia; mujeres y género; militancia; procesos formativos. Los/las autores/as que se dedican a las perspectivas críticas en estos campos de estudio fundamentan teóricamente la investigación, como Freire, Segato, Brandão, Gómez, Lagarde, Gohn, Hooks complementada por algunos otros. El análisis de los datos llevó a la construcción de otras categorías que tuvieron en cuenta los objetivos trazados y las experiencias encontradas: los aprendizajes en la organización guerrillera, los aprendizajes en otras organizaciones, el lugar de las mujeres en la militancia y las contradicciones. En resumen, los hallazgos de esta investigación permiten afirmar que la educación no formal está presente en los espacios de activismo y militancia y ha sido fundamental en la constitución de las mujeres como sujetas de derechos, proceso contingente a la historia de cada una y a los grupos en los que participó como militante y a su condición de género.

Palabras-clave: Mujeres. Educación no Formal. Procesos Formativos. FARC-EP

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANAPO – Alianza Nacional Popular
ARN – Agencia para la Reincorporación y Normalización
AUC – Autodefensas Unidas de Colombia
BACRIM – Bandas Criminales
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL – Comisión Económica para América Latina
CNMH – Centro Nacional de Memoria Histórica
CODHES – Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento
CONPES – Consejo Nacional de Política Económica y Social
DANE – Departamento Administrativo Nacional de Estadística
DAS – Departamento Administrativo de Seguridad
DEA – Drug Enforcement Administration
ELN – Ejército de Liberación Nacional
EP – Educação Popular
EPL – Ejército Popular de Liberación
ETCR – Espacios Territoriales de Capacitación y Reincorporación.
EUA – Estados Unidos de América
FARC – Fuerzas Alternativas Revolucionarias del Común
FARC EP – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo
FFMM – Forças Militares
FN – Frente Nacional
GMH – Grupo de Memoria Histórica
JEP – Jurisdicción Especial para la Paz
LASO – Latin American Security Operation
MAQL – Movimento Armado Quintín Lame
MAS – Muerte a Secuestradores
MOC – Movimiento por la Objeción de conciencia.
MRN – Muerte a Revolucionarios del Nordeste
MSP – Movimentos Sociais Populares
M-19 – Movimiento 19 de abril
NMS – Novos Movimentos Sociais

OIG – Observatorio de Igualdad de Género de Latinoamérica y el Caribe

OMEG – Observatorio de Mujeres y Equidad de Género

ONU WOMEN – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

PCC – Partido Comunista Colombiano

PC-ML – Partido Comunista-Marxista Leninista

PRT – Partido Revolucionario de los Trabajadores

RUV – Registro Único de Víctimas

UNAL – Universidad Nacional de Colombia

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UP – Unión Patriótica

ZVTN – Zonas Veredales Transitorias de Normalización

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Massacres das FARC-EP	68
Quadro 2 – Casos emblemáticos sequestros FARC-EP	69
Quadro 3 – Aprendizagens nas FARC-EP	139
Quadro 4 – Categoria 2, aprendizagens em outras organizações	159
Quadro 5 – Lugar das mulheres na militância	168
Quadro 8 – Contradições	183

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de escolaridade na Colômbia no último século.	38
Gráfico 2 – Índice de analfabetismo na Colômbia no último século.....	39
Gráfico 3 – Tipo de casos por ação violenta (1958-2020).	41
Gráfico 4 – Número de massacres por grupo armado.	52
Gráfico 5 – Femicídio na América Latina 2019.....	82
Gráfico 6 – Carga total de trabalho remunerado e não remunerado, por horas diárias 2019 ...	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Foto passeata feminista e de mulheres (2021)	22
Figura 2 – Roteiro de entrevista	32
Figura 3 – Categorias de análise de dados.....	33
Figura 4 – Mapa presença paramilitar na Colômbia.....	51
Figura 5 – Distribuição geográfica de massacres por grupo armado.	53
Figura 6 – Localização primeiro acampamento das FARC-EP.....	55
Figura 7 – Distribuição geográfica das FARC-EP no país.....	58
Figura 8 –Mapa de votação por departamentos no plebiscito.	63
Figura 9 – Espacios Territoriales de Capacitación y Reincorporación. Fonte: Agencia Nacional para la Reincorporación y la Normalización (2017).	64
Figura 10 – Organização geográfica das dissidências das FARC-EP.	66
Figura 11 – Tipo de individuo segundo o sexo	98
Figura 12 – Perfil da entrevistada Viviana	132
Figura 13 – Perfil da entrevistada Luna.....	133
Figura 14 – Perfil da entrevistada Olga	133
Figura 15 – Perfil da entrevistada Paola	133
Figura 16 – Perfil da entrevistada Esperanza	134
Figura 17 – Perfil da entrevistada Isabela	134

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
2. CAMINHAR METODOLÓGICO.....	23
2.1 Metodologia da pesquisa	25
2.1.1 Passos posteriores	26
2.1.2 Procedimentos de Coleta de dados.....	30
2.1.3 Instrumento de coleta dados	31
2.2 Análise de dados.....	32
3. CONTEXTUALIZAÇÃO	36
3.1 “Soy la sangre silenciada”	36
3.1.1 Uma história escrita com sangue.....	42
3.1.2 O renascer da insurreição (FARC-EP).....	54
3.1.3 O eclipse do sonho revolucionário.....	67
3.2 “Soy la voz de mis ancestras, soy la vida que fluye de regreso hacia la tierra”	71
3.2.1 Crise humanitária feminicida (<i>continuum de violências</i>).....	81
3.2.2 A institucionalização das violências	86
3.2.3. Na frente do rifle (militarização da cotidianidade)	91
3.2.4. Vivências autônomas e feministas	101
4. EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO	106
4.1 “Soy un mándala infinito de mujeres, viviendo a través de mí y sanando junto a mí”	106
4.1.1 A reivindicação do político na educação	107
4.1.2 Pulando os muros da escola, educação não formal	111
4.2 “Soy la sangre silenciada re-naciendo, re-viviendo, resurgiendo”	117
4.2.1 Juntando a resistência, educando para a emancipação	119
4.2.2 Movimentando desde o comum, movimentos sociais populares	123
4.2.3 Educação e militância, processos educativos nos MSP	124
5. ANÁLISE DE DADOS	130
5.1 “Soy su canto, su rezo, su emoción”	130
5.2 “y estoy aquí para sembrar semillas en su nombre”	137

5.2.1 Aprendizagens na guerrilha	138
5.2.1.1 “Educação para o trabalho guerrilheiro”	139
5.2.1.2 “Intercâmbio de saberes”	147
5.2.1.3 “Conhecimentos da vida coletiva”	151
5.2.1.4 “Formação para a vida”	156
5.2.2 Aprendizagens em outras organizações	159
5.2.2.1 Partidos políticos e ONGs	160
5.2.2.2 Paz e reconciliação	163
5.2.3 Lugar das mulheres na militância	167
5.2.3.1 Divisão sexual do trabalho	169
5.2.3.2 Organização com outras mulheres	174
5.2.3.3 Posicionamentos individuais na militância	176
5.2.3.4 Feminismo insurgente	178
5.2.4 Contradições	182
5.2.4.1 Na guerra	184
5.2.4.2 Mulheres e relações de gênero	187
5.2.4.3 Individualidade e independência	193
5.2.4.4 Desafios da vida civil	200
5.2.4.5 Educação	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIAS	216

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente documento visa apresentar o texto de dissertação com a finalidade de ser apresentado publicamente como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Refletirá as constatações feitas ao longo dos dois anos de mestrado, período que compreende o caminho percorrido desde a construção do projeto inicial de pesquisa, até a consolidação do trabalho escrito aqui exposto. Nestas linhas, visamos analisar as experiências vivenciadas por algumas mulheres ex-guerrilheiras (das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – exército do povo – FARC, no marco dos processos da educação não formal no interior dos movimentos sociais e das expressões comunitárias, tentando entender como essas experiências foram importantes para a assunção de cidadanias plenas e possivelmente também contribuíram para a consolidação de práticas e reflexões que favoreceram o fortalecimento da autonomia das mulheres que foram parte das Fuerzas Alternativas Revolucionarias del Común — FARC-EP, na Colômbia.

A seguir, apresento a problemática desta pesquisa, descrevendo vivências pessoais que me levaram à formulação de um projeto de pesquisa, em um processo que vai de inquietações pessoais à construção de uma questão investigativa. Decido fazer minha pesquisa com mulheres já que reconheço que nós (mulheres) historicamente não temos sido reconhecidas como sujeitas de direitos integrais, e desde aí surge a dificuldade de ter garantias que nos permitam desfrutar totalmente da nossa vida, uma vida digna, livre de opressões, discriminação, racismo, pobreza, violência e qualquer outra expressão que denote relações desiguais com relação ao outro masculino, heterossexual, branco, burguês.

As inquietações sobre o tema de pesquisa surgem da experiência vivida ao longo da minha formação como Trabajadora Social¹, de minhas reflexões como mulher e feminista, e especificamente, das minhas vivências na militância. Experiências que me transformaram e me mudaram como pessoa, que me convidam frequentemente a superar meus medos e assim poder continuar com a minha jornada. Essas mudanças advindas da militância não transformaram apenas a mim, pois mudaram também meus círculos mais próximos.

Foi assim como reconheci pequenas ações que significavam grandes mudanças que me ajudaram e ajudam a várias pessoas a ganhar mais autonomia, posso mencionar algumas: o questionamento do trabalho do cuidado dentro da minha casa, a divisão mais justa dessas

¹ No Brasil, um/a profissional com a mesma formação é denominado/a Assistente Social.

atividades; as possibilidades de opinar, recusar e debater nos espaços públicos, uma situação que a adolescente temerosa que fui não conseguiria fazer, e que a menina que fui há uns 15 ou 20 anos nem sonharia com que algum dia fosse possível, pois ela estava aprendendo que ninguém gostaria de brincar e ficar perto de uma mocinha que não fosse obediente e bem comportada.

Reconheci que ganhei autonomia quando comecei a superar o medo, quando ousei sair da minha casa depois das seis da tarde, porque aquele mundo que está atrás da porta também é meu. Quando decidi pular no vazio e pousar no Brasil, quando superei o medo de falar em público e quando parei de buscar a aprovação masculina, percebi que merecemos viver em um mundo do tamanho dos nossos sonhos.

Nas marchas pelas ruas de Bogotá — Colômbia, diante das Forças Armadas que com escudos e gases lacrimogêneos tentaram nos dissipar – esse uso da força que é a expressão suprema da rejeição ante a justa raiva dos povos – nesses momentos de temor frente a autoridade, as amigas, as desconhecidas, seus gritos e sua alegre rebeldia se converteram num lugar seguro para mim. Os gritos por justiça nas ruas abriram meus olhos e ouvidos, fizeram com que eu questionasse meu lugar no mundo, como também foram importantes aqueles dias em que desenhávamos as faixas antes das passeatas, espaços nos quais debatíamos, compartilhávamos nossas experiências, ou discutíamos algum texto, aprendíamos uns/as com os/as outros/as.

Essas e muitas outras experiências me transformaram, não só permitiram me reconhecer como alguém diferente, como também as pessoas ao meu redor podiam me ver diferente. Eu poderia dar suporte em diversas coisas, na medida que amigos/as vinham conversar comigo sobre vários temas nos quais me aprofundei curiosamente. As pessoas queriam saber minha opinião, nesses momentos reconheci que tudo isso só foi possível após caminhar com muitos/as outros/as. Quero saber, isso só aconteceu comigo? Como nos muda nos sentirmos parte de um/a coletivo/a? De que maneira nos transforma juntar nossas vozes nessas uniões com os/as outros/as? Como superamos essa hiper individualização capitalista com a ternura da solidariedade e da sororidade?

Com essas inquietações na cabeça, resolvi construir um projeto de pesquisa especificamente no mundo da educação, pois nada mais transgressor do que o processo esperançoso do aprender e do ensinar. Parti para Cáceres – MT, com meus sonhos utópicos e hoje eles se materializam nesta dissertação de mestrado, assim como em muitas experiências,

dificuldades e gratos encontros. Para quem lê, eu deixo um convite para renascer, ressurgir e continuar procurando outros mundos possíveis e vencer nossos medos.

Há conflitos constantes na academia com relação a diversos fatores, especialmente sobre a produção de conhecimentos, metodologias, objetos de pesquisa e o rigor científico. As Ciências Humanas e a área da Educação, em particular, vêm avançando em pesquisas sobre grupos durante muito tempo marginalizados (negros, mulheres, indígenas, etc.) e produzindo conhecimentos sobre raça, gênero e etnias, entre outras temáticas. Neste campo se encontra a relevância desta pesquisa que entrelaça processos formativos não escolares e mulheres, temas já abordados separadamente por outros/as pesquisadores/as. Os achados podem evidenciar importantes aspectos a respeito de educação e gênero em movimentos sociais e em outros espaços educativos, contribuindo com essas áreas de estudos.

O presente trabalho está organizado em quatro partes, a primeira é a introdutória estabelecendo as considerações iniciais e a ordem lógica da dissertação. Definimos como objetivo geral desta investigação: compreender as experiências formativas do ativismo vivenciadas por mulheres ex-guerrilheiras das FARC-EP que contribuíram para que se assumissem e continuem se assumindo como sujeitas de direitos.

Em segundo lugar se situa a caminhada metodológica, onde foram detalhadas as informações correspondentes às escolhas, os interrogantes e as decisões elaboradas para delimitar a pesquisa no nível metodológico, reconhecendo que foi uma construção conjunta com a minha orientadora. Explicita-se que a finalidade da pesquisa delineada aqui foi desenvolver, com base em uma metodologia qualitativa, um trabalho que procura integrar os aportes das perspectivas crítica e de gênero.

Na terceira e quarta seção, se delimitam o nosso referencial teórico, procurando demarcar algumas categorias que ampliaram a compreensão e entendimento dos temas que foram centrais no desenvolvimento da pesquisa. Para isso, na terceira seção denominada “contextualização”, a discussão está dividida em duas partes, a primeira visa narrar alguns fatos do conflito armado colombiano, das FARC-EP e sua caminhada para se converter no partido político FARC.

A segunda parte fala sobre o lugar das mulheres dentro de uma sociedade patriarcal, onde somos vítimas de um *continuum* de violências que tem se institucionalizado. Nessa reflexão, pensamos também na sexualização dos espaços, remetendo-nos às ponderações sobre a dominação masculina, que normalizam as formas de regulação das mulheres, nas quais os privilégios masculinos se estruturam como opressões às mulheres ou às identidades

feminizadas. Estas contribuições nos ajudam a compreender as relações de poder que se estabelecem nos exercícios de guerra e militarização e o local das mulheres no conflito armado colombiano, com isso identificamos as vivências das mulheres ex-guerrilheiras durante seu trajeto pelas fileiras das FARC-EP.

Na quarta seção, falamos sobre dois temas centrais, o primeiro é a educação, explicitando a nossa compreensão sobre o tema e sua importância para o estabelecimento de uma proposta de sociedade emancipada e com justiça social. Em segundo lugar, falamos sobre movimentos sociais, aprofundando sobre os movimentos sociais populares, pois, nestes últimos, conseguimos reconhecer processos de educação não formal que permitiram nos aproximar dos conceitos dos processos formativos, os quais vão ser nosso foco de pesquisa.

No momento da elaboração desta dissertação, o partido político das FARC está em transição para ser renomeado como partido COMUNES, se constituindo como uma estratégia de identificação de força política que, embora reconheça sua história na luta armada, compreende que seu compromisso político está longe dos ideais dos/as dissidentes do processo de paz que decidiram se rearmar e ressurgir como guerrilheiros/as das FARC.

O nosso texto estará acompanhado por poesia, música e outros recursos artísticos que nos permitem entender e articular como as artes podem nos trazer de volta para a vida, para a esperança e como estas práticas podem se constituir como processos para curar feridas profundas, para denunciar injustiças e para nos convidar para a luta.

Figura 1- Foto passeata feminista e de mulheres (2021)



Fonte: Acervo pessoal, marcha de madres y comadres 2021.

2. CAMINHAR METODOLÓGICO

*“Escrever é procurar entender,
é procurar reproduzir o irreproduzível”*

(Clarice Lispector)

.....

Nossa pretensão é realizar um chamamento introdutório para reconhecer que a metodologia acompanha a pesquisa desde a primeira inquietação que surge na cabeça do/da pesquisador/a até o momento da conclusão da dissertação como produto final de um processo de produção acadêmica. Com isso, ressaltamos a importância que tem o desenho metodológico em todas as fases da investigação, tanto no surgimento das ideias iniciais quanto no desenvolvimento total da mesma.

Remetemo-nos às etapas iniciais da pesquisa, nas quais especulativamente se estrutura o projeto de investigação como um plano “estabelecido” a ser desenvolvido posteriormente. A elaboração deste plano ocorre sem certeza sobre o que virá com o decorrer do tempo e dos espaços (físicos, de debate, de discussão, acadêmicos, etc.). Neste período, começa a se constituir alguns delineamentos que servirão de guia para as reflexões posteriores:

Antes de ser realizado, um trabalho de pesquisa precisa ser planejado. O projeto é o registro desde planejamento. A elaboração do projeto de pesquisa é a primeira etapa de um longo processo, um primeiro momento de síntese. Imprescindível para desencadear o trabalho de construção de conhecimento, ele deve ser explicitado de forma técnica, não só em decorrência de exigências institucionais, mas porque ele representa o roteiro do trabalho a ser desenvolvido pelo aluno (BIANCHETTI; MACHADO, 2006, p. 76).

É crucial compreender como evoluem os processos de construção de conhecimento e, nesta compreensão, ressaltar que não são ações que se remetem exclusivamente ao passar dos/das estudantes pelas salas de aula, os grupos de pesquisa, o trabalho de campo ou a sistematização dos dados obtidos. Efetivamente, a pesquisa se revela como a somatória de inúmeras experiências prévias, de inquietações, de intuições e incertezas que inicia com uma antecedência maior, com motivações mais profundas do que a aprovação e realização dos cursos da pós-graduação.

Com isto, refiro-me a que o caminho metodológico ultrapassa o planejamento do trabalho de campo ou da coleta de dados, o projeto de pesquisa requer paciência e cuidado constantes para avançar etapa por etapa, porém esse processo às vezes nos obriga a retroceder

e reconsiderar algumas escolhas. Em virtude disso, eu trago nestas linhas a minha vivência em relação à experiência de realizar pesquisa na área da educação, ato que pessoal e individualmente me chamou e me chama constantemente a procurar e a voltar sempre ao sentido humano para minha investigação e meu processo de formação (acadêmica, profissional, pessoal). Certamente, é nessa tentativa por humanizar e conscientizar minhas diferentes práticas que consigo construir algumas reflexões, reconhecendo a minha pesquisa como um processo dotado de vida².

O exercício da pesquisa, embora planejado *a priori* com a maior cautela, nos ensina que, como todo processo vital, este não se constrói, nem se desenvolve de maneira linear, absoluta e objetiva. Por outras palavras: quando nossa motivação principal é a compreensão dos processos sociais, culturais, educativos, etc., ou processos tão humanos como a militância, deve-se considerar que todos esses procedimentos são impermanentes e que, precisamente por ter essa natureza, são susceptíveis a mudanças constantes, mudanças que são o resultado de dinâmicas que vão além das práticas sociais, econômicas, políticas, culturais, que se sobrepõem além das aspirações e as possibilidades materiais da pesquisadora.

Diante disto, devemos nos preparar para considerar e levar à prática aquela paciência e amorosidade Freiriana que nos convida a nos entendermos enquanto seres sociais, por isso mutáveis e variáveis. Com isto, deduzimos também como resultado dos diversos movimentos e giros próprios dos nossos contextos e histórias, que correspondem a uma temporalidade e circunstâncias diversas. No nosso caso particular se enquadra quase dois anos de pandemia, que nos dificultou a realização de algumas das etapas da pesquisa como a coleta e posterior análise dos dados.

Assim, durante os últimos dois anos tive de aprender que na esfera do social e na vida mesma, nada é inerte. Desde aí, meu desafio principal foi (e é) me preparar para ultrapassar obstáculos e aprender a fluir como pesquisadora nos caminhos da intuição, do estudo e da colaboração das orientações e contribuições que outras e outros poderiam somar ao meu projeto de pesquisa e posterior texto de dissertação.

Para concluir, a metodologia utilizada e planejada para cada uma das etapas do projeto de pesquisa acompanha o desenvolvimento não só do projeto, mas também da realidade mesma

² Entendendo por “vida” não só no sentido propriamente orgânico da palavra, mas sim como o nascimento de experiências, como um processo de reafirmação da existência, da necessidade de atingir aquela inquietude que movimenta o ser e os sentires.

onde ele será ancorado. A metodologia não é fixa nem será estática, ela acompanha o esperar constante que traz consigo o exercício e o labor do pesquisar.

2.1 Metodologia da pesquisa

Permito-me agora aprofundar concretamente na metodologia como um processo que articula a teoria, a prática e a construção de conhecimento. Por isso, os principais objetivos desta parte são: expor ao leitor ou leitora as diferentes etapas do percurso metodológico (abordagem, técnicas, instrumentos, análise de dados, etc.) para a obtenção dos resultados que conversam com os objetivos propostos para o desenvolvimento da pesquisa; também, pretende-se contemplar as implicações éticas que conduzem a realização da pesquisa, o tratamento de dados, os cuidados e as intencionalidades sobre a elaboração desta pesquisa.

Reafirmamos que este trabalho tem por objetivo: compreender as experiências formativas da militância vivenciadas por mulheres ex-guerrilheiras das FARC-EP que contribuíram para que se assumissem e continuem se assumindo como sujeitas de direitos. Consiste numa pesquisa qualitativa, que visa a analisar os depoimentos sobre as experiências narradas pelas mulheres ex-guerrilheiras das FARC-EP, junto às contribuições do levantamento teórico e bibliográfico.

Como supracitado, a pesquisa teve diferentes modificações principalmente na escolha do público alvo, estas dificuldades surgiram especialmente pelas dinâmicas complexas da pandemia pela COVID-19, mas também pela difícil situação político-social da Colômbia, visto que as garantias para a proteção da vida das pessoas ex-guerrilheiras são insuficientes, recrudescendo a insegurança e impossibilitando o contato com elas pelo temor, dado que ser visível é um fator de risco para eles e elas.

Embora a metodologia tenha sido modificada em várias oportunidades, por fim, delineamos que esta pesquisa visa propiciar um encontro entre os métodos qualitativos e o enfoque de gênero como as duas linhas transversais do trabalho, do referencial teórico e a análise das informações. Por um lado, a pesquisa é qualitativa, entendendo que, segundo Zart (2012, p. 38), “esta ação investigativa é a exposição do fenômeno como ele se apresenta, é uma narrativa, mas que já é também uma interpretação, porque ao narrar, e por isto ao olhar os fenômenos, o sujeito os explicita em conformidade com sua visão de mundo”. A metodologia procura aprofundar nas narrativas das mulheres na compreensão dos fenômenos sociais e

educativos pelos quais elas passaram para se constituir como cidadãs ativas nos processos formativos da militância e da participação.

Por outro lado, inferimos que a construção social e cultural tem delimitado papéis e responsabilidades diferenciadas para homens e mulheres em função do sexo, estas delimitações condicionam o desenvolvimento das pessoas, perspectivas, planos e projetos de vida, e sua visão sobre o mundo. A abordagem de gênero é enquadrada no desenvolvimento de óticas que visem encontrar as disparidades em relação a esta divisão social, potencializar o estudo sobre estas dinâmicas e avaliar possíveis alternativas.

Nesta linha lógica, a concepção de sujeitas da pesquisa considera que a realidade está situada e é produto das dinâmicas econômicas, políticas, sociais, culturais e históricas próprias de cada contexto particular do grupo populacional. Compreendemos também que as mulheres são constituídas nos contextos sociais determinantes; sua história tem ligação com sua realidade, mas são o conhecimento e reconhecimento dessa história, das opressões vividas que possibilitam as transformações sociais, a organização e a luta pela emancipação.

Considerando as escolhas em relação à nossa proposta teórico-ética, procedemos a identificar o nosso problema de pesquisa, encontrando que a nossa intenção é saber sobre: “quais e como os processos formativos vividos em espaços de militância, organização e participação social por mulheres que fizeram parte das FARC-EP, contribuíram e contribuem para que se assumam como sujeitas de direitos?”

Construímos o nosso objetivo geral direcionado a essa intencionalidade: “compreender as experiências formativas da militância vivenciadas por mulheres ex-guerrilheiras das FARC-EP que contribuíram para que se assumissem e continuem se assumindo como sujeitas de direitos”.

2.1.1 Passos posteriores

No dia 17 de dezembro de 2019 recebemos a aprovação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa para a realização da investigação com parecer N. 3.779.757. A passagem pelo CEP preparou o caminho para os depoimentos e planos da pesquisa. Além de garantir a conveniência do processo de construção de conhecimento, também reforçou a importância da mesma para o

Programa de Pós-Graduação em Educação e, em particular, para o convênio internacional³ entre as duas universidades em que meu projeto de pesquisa inicial foi aprovado.

Com a pesquisa autorizada, uma das tarefas subsequentes foi continuar aprofundando nos delineamentos teóricos que acompanham as reflexões epistêmicas e epistemológicas da dissertação, para isso, foi relevante a realização de levantamento bibliográfico:

A realização de um levantamento bibliográfico consiste na seleção de obras que se revelam importantes e afins ao que se deseja conhecer. É claro que esta seleção não pode ser caótica, sob pena de dificultar a localização das referidas obras, bem como sua própria seleção e organização. O levantamento bibliográfico, como qualquer outra etapa da realização de um trabalho científico, é fruto de uma atividade metódica (MOROZ; GIANFALDONI, 2006, p. 31).

É importante compreender que o projeto de pesquisa deve abarcar-se como um “todo”, como um conjunto de ações que acontecem simultaneamente, portanto, é preciso considerar o referencial metodológico conjuntamente com os elementos teóricos que fundamentam o estudo da temática escolhida, na mesma medida que não é possível realizar a pesquisa de campo sem um referencial teórico e um enquadramento metodológico prévio.

Nosso referencial teórico, explicitado a seguir, facilitou reconhecer e conhecer nosso objeto de pesquisa, ajudando a identificar as categorias de análise central que vão dar forma ao acervo teórico e bibliográfico da pesquisa. Para uma melhor compreensão, decidimos dividir a seção teórica em quatro categorias. Acreditamos que, para dar coerência aos esforços desta pesquisa, é pertinente usar um referencial teórico que torne visíveis as contribuições e os trabalhos de mulheres pesquisadoras, cientistas, acadêmicas sobre as discussões trabalhadas nas categorias.

A primeira categoria teórica corresponde a “história”, nela apresentaremos uma contextualização sobre a Colômbia, o conflito armado interno do país, a criação dos grupos guerrilheiros e, finalmente, um breve panorama sobre a história das FARC-EP e seu trânsito de guerrilha insurgente a partido político. Como parte do referencial teórico se consideraram os aportes de diversos autores e autoras de crônicas, livros históricos, documentos estatísticos e informes de instituições públicas e privadas dedicadas ao estudo do conflito armado, a reincorporação e a consolidação da paz no país.

³ Projeto de intercâmbio de pesquisadores entre a Universidad Nacional de Colombia e a Universidade do Estado de Mato Grosso.

Na segunda categoria, encontramos “mulheres, estudos feministas e de gênero”, onde aprofundaremos sobre as principais categorias que permitirão estabelecer uma perspectiva de estudo em função do conhecimento da realidade das mulheres e compreender como se estabelecem as relações de gênero nos espaços militarizados, no sentido de perceber as particularidades da vida guerrilheira. Esse nosso referencial teórico foi exclusivamente elaborado a partir das contribuições de mulheres, autoras como: Silvia Federicci, Marcela Lagarde, Bell Hooks, Monique Wittig, Judith Butler, Olga Amparo Sánchez Gómez, Ochy Curiel, entre outras. Essas teóricas nos ajudaram a conhecer melhor o lugar das mulheres dentro de um sistema-sociedade patriarcal, machista, militarista e heteronormativo.

Na terceira categoria, identificamos o “Ativismo”, procuramos nela entender a forma que como poderiam ser entendidas as práticas da participação e a atuação nos processos organizativos populares de diferentes ordens (movimento, partido, organização, comunitária, etc.). Para falar sobre o eixo da militância, cidadania e organizações/movimentos sociais, foram importantes as propostas de Maria da Glória Gohn, Lola G. Luna, entre outros e outras autores/as.

Por última categoria, posicionamos os “processos formativos”, onde entendemos as possibilidades da aprendizagem como experiência humana e a educação em seu sentido mais amplo. Para captar como nos espaços de encontro e participação também se estabelecem aprendizados para a vida e para o trabalho, retomaremos os aportes de autores e autoras como Lola Cendales, Paulo Freire, Carlos Brandão, Archila, Gadotti, Gohn, entre outros e outras autores/as.

Apresentado parte do referencial bibliográfico que embasa esta pesquisa, destacamos que existem diversos autores, autoras e teorias que podem contribuir para a consolidação da dissertação com o rigor necessário para o exercício da construção do conhecimento, mas essa organização em categorias foi efetuada para ter uma maior ordem lógico-argumentativa que permita estabelecer coerência sobre o que foi procurado na dissertação, no entanto, nenhuma delas poderia analisar-se isoladamente, todas estão interligadas.

Nossa pesquisa é narrativa em prática e em essência toda vez que reconhecemos que não existe experiência humana que não consiga ser narrada, transmitida e vivenciada através das práticas do intercâmbio humano. Portanto, nosso interesse é demonstrar, através das diversas narrativas, que as sujeitas podem contribuir à reconstrução da história e das experiências coletivas e individuais que permitem visualizar vivências de realidade.

As narrativas são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

As narrativas de vida estão profundamente interligadas com a radicalização Freiriana mencionada na pedagogia do oprimido (FREIRE, 1987). A Radicalidade das narrativas se estabelece desde o reconhecimento e compartilhamento das mesmas, o que permite o entrosamento das sujeitas com o contexto delas, com sua história, com seus sentimentos.

O público alvo do nosso estudo são as sujeitas que fizeram parte do grupo guerrilheiro FARC-EP, que estiveram ou estão atualmente em processos de militância e participação. O número de pessoas entrevistadas foi o resultado das possibilidades que foram se apresentando no decorrer do processo de coleta de dados, resultando em seis mulheres entrevistadas para um total de 5:50 horas de material coletado a partir das entrevistas narrativas.

Partimos do pressuposto de que para captar a realidade das mulheres que se desvincularam dos grupos armados, é essencial primeiro decifrar como se concebe o ser mulher, o viver como mulher dentro de um sistema de dominação historicamente patriarcal e machista. Toda vez que as representações do patriarcado têm se evidenciado na exclusão, subjugação, exploração e silenciamento das mulheres por parte dos homens, isto ocorrendo através de diferentes práticas culturalmente estabelecidas e que integram parte das condutas moralmente legitimadas e construídas em função ao sistema sexo-gênero, reforçam representações que estruturam a vida em comunidade e dividem a sociedade entre homens e mulheres.

Dadas as difíceis possibilidades de superação das situações de desigualdade social, material e cultural, as mulheres começaram a se organizar, a questionar e reconstruir (se) enquanto estavam construindo caminhos para a visibilidade do *continuum* de violência e a eliminação da mesma. A visibilidade das mulheres nos processos organizacionais, emancipatórios e libertadores começa a ganhar mais peso quando reconhecem sua força quando estão juntas.

Encontramos nas práticas militantes o nosso lócus de pesquisa, pois reconhecemos que em todos os espaços de intercâmbio humano existem possibilidades para a construção conjunta de aprendizados e também contribuem na conspiração da criação de condições de vida melhores

e mais justas para os coletivos e pessoas que têm sido marginalizadas historicamente nos espaços de reconhecimento e garantia de direitos. Nesta lógica, entendemos também que vida militante é uma prática inacabada, é a encarnação de um impulso constante que incentiva à provocação e ao questionamento da ordem social dominante.

Estes espaços também são do nosso interesse, pois identificamos que eles promovem o desenvolvimento da autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal e ao projeto hegemônico dominante. Servem também como plataformas de participação, representação e convergência de lutas coletivas que, no caso das FARC (partido), baseiam-se em iniciativas populares, com propostas contra-hegemônicas, que tendem a defender os direitos humanos dos/as excluídos/as do sistema econômico capitalista.

Por outro lado, concordamos com a ideia de Gohn (2014) com relação aos processos formativos vivenciados nos movimentos sociais, de que no coletivo — nos espaços coabitados, co-vivenciados — são usualmente construídas relações que trazem consigo experiências de aprendizagem que promovem e ajudam a desenvolver uma leitura crítica da sociedade, para assim refletir sobre problemas sociais no caminho da transformação da realidade.

Em nossa pesquisa, se aprofunda sobre os processos de formação os quais abarcam diferentes ações nos modos de aprendizagem e reflexão, podendo ir além dos processos formativos formais, não formais e informais; além de compreender, como as ações realizadas a partir da militância podem levar à consolidação de um projeto ético e político pessoal, assim como um projeto ético-político coletivo.

2.1.2 Procedimentos de Coleta de dados

De modo a consolidar nossa pesquisa, propusemos seis objetivos específicos que ajudaram a abranger diferentes dimensões do fenômeno que entendemos nesta pesquisa. Para cada um dos objetivos, identificamos qual poderia ser a melhor técnica em relação à coleta das informações necessárias, a fonte de dados ideal e os instrumentos que, em nossa opinião, poderiam contribuir à aproximação de nosso objetivo principal. A seguir, apresentaremos cada um dos nossos objetivos específicos e as técnicas, instrumentos e fonte de dados usadas para atingir a cada um deles.

O primeiro objetivo específico foi: **contextualizar, por meio de uma síntese histórica, a trajetória das FARC-EP para se construir no partido político COMUNES. A**

técnica usada foi a revisão documental e bibliográfica, utilizando como procedimento a análise de bancos de dados, documentos, textos e outros. Para esse fim, nossa fonte de informação foi composta por aqueles documentos e textos que aprofundam e contém informações sobre a transição das FARC-EP como guerrilha insurgente para se converter no Partido Político COMUNES (anteriormente Fuerza Alternativa Revolucionaria de Común – FARC), que serve como plataforma para a participação e o reconhecimento político dos e das ex-combatentes.

O segundo objetivo específico foi: **identificar e caracterizar organizações e/ou movimentos sociais de que as mulheres participaram e participam**, por meio da entrevista narrativa, empregando o roteiro que desenvolvemos para as entrevistas como instrumento de pesquisa. Considerando o exposto, afirmamos que nossa fonte de informação para esse objetivo foram as ações que as mulheres conseguem narrar para a pesquisadora no exercício investigativo. Com esse objetivo, investigamos as experiências educativas e organizacionais antes, durante e depois da militância guerrilheira.

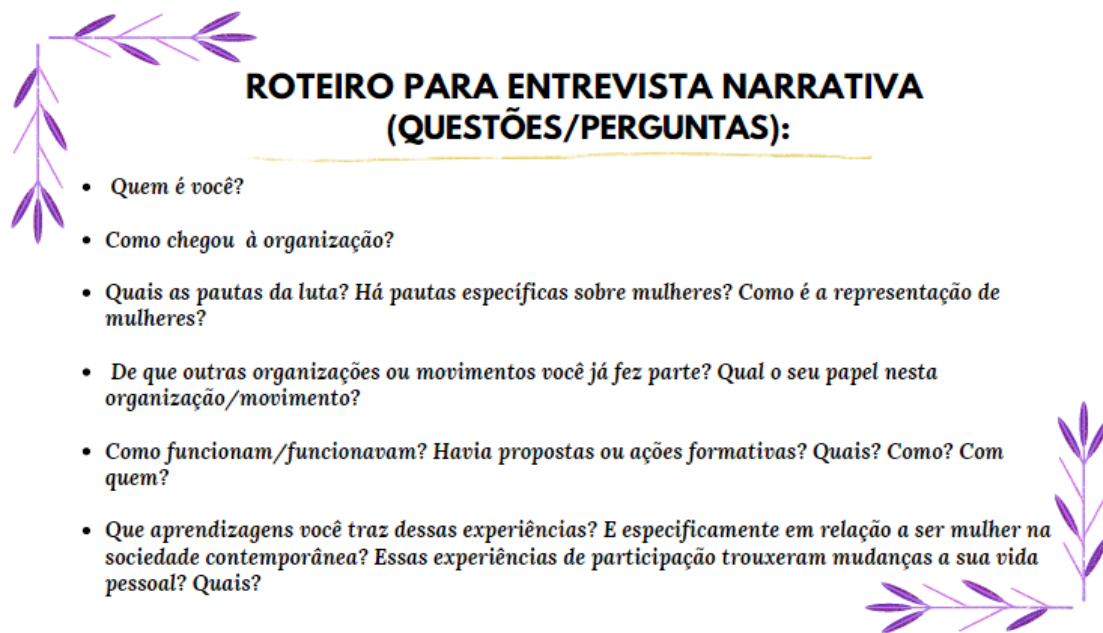
O terceiro objetivo específico foi: **identificar os processos de educação em sentido amplo que ocorrem nas organizações e movimentos, segundo as entrevistadas, que as levam a se assumirem como sujeitas de direitos**. A técnica utilizada foi a organização dos dados coletados, o entrelaçamento de informações e a construção das categorias de análise. Para isso, nossas fontes de informação foram as sujeitas e as entrevistas narrativas realizadas. Identificamos quais processos formativos em contextos não escolares puderam contribuir para a politização das sujeitas e a estimulação da construção da autonomia das mulheres que os vivenciaram e como eles ocorrem.

Por fim, o quarto objetivo específico foi: **analisar a relação que estabelecem entre a participação nos movimentos e ou organizações, e sua formação/assunção enquanto mulheres como sujeitas de direitos**. Para esse objetivo, utilizamos as mesmas técnicas, instrumentos e fontes de informação do objetivo anterior. Particularmente para atingir este objetivo entendemos que a participação e a militância podem ser espaços educativos e plataformas de enunciação, a partir e para as mulheres, contribuindo para o reconhecimento das cidadanias ativas, conscientes, politizadas e autônomas das sujeitas participantes desta pesquisa.

2.1.3 Instrumento de coleta dados

Optamos pela utilização da entrevista narrativa. A metodologia da entrevista autobiográfica narrativa parte da hipótese de que a narração das experiências pessoais como história de vida sem prévia preparação, implica uma aproximação máxima aos fatos, realmente experimentando-os (APPEL, 2005, tradução livre). A seguir, apresentamos nosso roteiro de entrevista composto por seis perguntas ou questões centrais:

Figura 2 – Roteiro de entrevista



Fonte: Elaboração própria (2021).

As perguntas da entrevista narrativa foram cuidadosamente construídas para responder aos objetivos específicos que estabelecemos nas linhas anteriores.

2.2 Análise de dados

Finalmente, como fechamento, foi realizado um processamento das informações e uma análise crítica dos dados para, desta forma, poder delinear as descobertas da pesquisa. O tratamento de informações passa por dois níveis:

A interpretação pode dar-se em dois níveis: um primeiro nível já foi esboçado na conclusão da análise e corresponde a estabelecer relações dentro do estudo. Um outro nível de interpretação, relevante para a construção do conhecimento científico, compreende relacionar os dados obtidos com o contexto teórico, do qual se partiu e como pesquisas anteriormente realizadas na área. É nesse momento, que conceitos

relativos à teoria adotada são reafirmados ou questionados pelos resultados encontrados (MOROZ; GIANFALDONI, 2006, p. 103).

Com isso, para o processamento dos dados obtidos foi feita uma sistematização por categorias. Foi realizada a organização dos dados das entrevistas por aproximação de respostas semelhantes e destaque de respostas específicas.

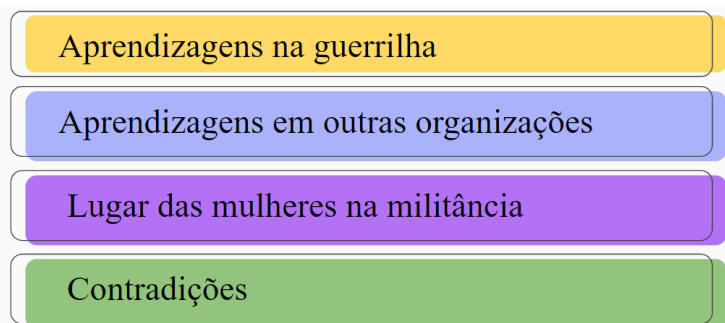
A seguir, houve uma elaboração de eixos ou categorias que permitam entrelaçar as informações advindas das entrevistas para interpretá-las de acordo com referencial tomado como base:

É de fundamental importância que o pesquisador, após ter coletado os dados que poderão responder ao problema colocado, torne-os inteligíveis. Tornar os dados inteligíveis significa organizá-los de forma a propor uma explicação adequada àquilo que se quer investigar; um conjunto de informações sem organização é de pouca serventia, daí ser importante o momento de análise de dados, quando se tem a visão real dos resultados obtidos (MOROZ; GIANFALDONI, 2006, p. 85).

Na análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo, elaboramos um esquema de sistematização das respostas obtidas das sujeitas nas entrevistas realizadas, o qual foi construído sobre quatro temas centrais: “aprendizagens na guerrilha”, “aprendizagens em outras organizações”, “lugar das mulheres na militância” e “contradições”. O referido esquema tenta responder ao exercício de construção do conhecimento da pesquisa, por isso estes eixos vão conversar com o referencial teórico e com os outros capítulos da dissertação.

Conforme estabelecido anteriormente, essa estrutura facilita a identificação dos temas centrais que contribuíram para uma melhor organização conceitual e lógica dos resultados da pesquisa. Entendendo também que cada uma das perguntas delineadas possui uma funcionalidade específica e contribui com um foco particular, tanto para o exercício da entrevista quanto para a pesquisa, em geral.

Figura 3 – Categorias de análise de dados



Fonte: Elaboração própria (2021).

A seguir, expomos a relação entre as categorias de análise, as questões desenvolvidas e sua articulação com os objetivos da pesquisa. As categorias de análise estabelecidas no início foram sendo modificadas depois da realização das entrevistas, pois, pelas falas das mulheres, conseguimos identificar elementos importantes que conversam entre si e que se conectam com o nosso referencial teórico. A mudança de categorias prévias para categorias emergentes não é considerada um problema, tendo em vista o reconhecimento do processo de pesquisa como dinâmico e desde que nos levem à consecução dos objetivos almejados.

A primeira categoria corresponde a “**aprendizagens na guerrilha**”, para fornecer respostas sobre esse tópico, duas perguntas foram estabelecidas: *como chegou à organização? Quais são as pautas da luta? Há pautas específicas sobre mulheres? Como é a representação de mulheres?* Com isso, identificamos a forma pelas quais as práticas militantes na guerrilha existem e como se estabelecem experiências formativas que proporcionam aprendizados para as sujeitas participantes. As informações obtidas sobre este tópico nos ajudaram a responder aos três primeiros objetivos específicos.

A segunda categoria diz respeito às “**aprendizagens em outras organizações**”, e as questões elaboradas para estudar este tópico foram: *quais organizações ou movimentos são/onde estão? Como funcionam/funcionavam? Qual é o seu papel nesta organização/movimento? Tinham um caráter formativo?* Com essas perguntas, conseguimos identificar não apenas se as mulheres participaram de algum movimento social ou organização coletiva, também identificamos quais dessas organizações e movimentos sociais tiveram maior acolhida ou tiveram mais espaço para as mulheres durante a militância prévia à afiliação à guerrilha. As informações obtidas sobre este tópico ajudaram a responder ao quarto objetivo específico.

Na terceira categoria corresponde ao “**lugar das mulheres na militância**”, as questões elaboradas foram: *há pautas específicas sobre mulheres? Como é a representação de*

mulheres? Qual é o seu papel nesta organização/movimento? Com essas questões, entendemos a relação entre práticas militantes e a assunção de mulheres como sujeitas de direitos, procurando identificar como essas práticas politizadas contribuem para o exercício de cidadania ativa, revolucionária e transgressora. As informações obtidas sobre este tópico propiciaram as respostas ao segundo e terceiro objetivos específicos.

A quarta categoria corresponde às “**contradições**”, para obter informações sobre este tópico, consideramos todas as perguntas formuladas, visto que identificamos a forma como as práticas militantes existem em processos contraditórios e difíceis de conciliar entre si. Os dados obtidos sobre este tópico contribuíram a responder a todos os objetivos específicos, pois a contradição se ergue como um ponto comum, tanto nos processos de militância e nas experiências formativas quanto nas relações sociais e na autopercepção das mulheres. O processo de análise de dados será apresentado com maior detalhamento na seção correspondente a este fim.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

Nesta seção do trabalho apresenta-se, com a intenção de contextualizar o fenômeno pesquisado, aspectos históricos, políticos e sociais da Colômbia. Inicialmente, de forma um pouco mais específica, apresentam-se questões relativas à educação e a seguir, cientes de não ser possível em um trabalho como este dar conta da totalidade dos conflitos e violências que marcam a história colombiana, é feita uma tentativa de síntese situando o surgimento das FARC-EP. A partir as discussões acerca de violência se apresentam discussões sobre gênero e feminismo, militarização e patriarcado, que sustentarão as análises posteriores.

3.1 “Soy la sangre silenciada”

Numa primeira linha lógica, afirma-se que é difícil ler a realidade colombiana e suas origens sem considerar que além da violência sociopolítica, nossa história também foi marcada pela ausência de política(s) social(is) consolidada(s) a favor de garantir os níveis de vida e bem-estar social que propiciam às populações gozar e garantir os Direitos Humanos previstos na Constituição Nacional. Embora a Colômbia seja um “Estado Social de Direito”⁴ a formulação e implementação de políticas, planos e projetos que garantam essa modalidade de governo estão sendo constantemente atacadas pela incompatibilidade entre a implementação de medidas — que aperfeiçoa o modelo capitalista-neoliberal, o qual transforma os direitos em serviços — além do incremento da divisão desigual das riquezas e os crescentes níveis de pobreza extrema no país.

A despeito de que falar de direitos na Colômbia seja um exercício complexo, destaca-se para a análise e as reflexões propostas nesta dissertação o direito à educação, e nele, garantias de acesso, permanência e conclusão das diferentes etapas da formação escolar e acadêmica das colombianas e colombianos que historicamente têm sido negligenciadas. Para compreender a situação educacional é pertinente expor brevemente algumas ideias a respeito da evolução deste direito no último século.

⁴ O Estado social de direito compreende três dimensões básicas: 1) a dimensão da articulação social do Estado: corresponde à obrigatoriedade de os poderes públicos zelarem pela distribuição e igualação de bens materiais; 2) a dimensão da referência social dos direitos fundamentais, impondo a obrigatoriedade da interpretação dos mesmos; 3) A dimensão da obrigatoriedade do Estado na articulação da sociedade desses embasamentos democráticos (CORTE CONSTITUCIONAL, SENTENCIA T 406 de 1992, tradução livre).

As primeiras experiências em prol da consolidação de uma estratégia educacional por parte do governo colombiano datam do próprio processo de independência, no ano de 1819,⁵ onde o modelo educacional promulgado ainda respondia aos padrões coloniais (aqueles nos quais exclusivamente as elites podiam acessar à educação) e só depois de 1850 se desenvolveram as primeiras reformas do sistema educativo, em que “avançou-se lentamente para a conquista de bases firmes para a educação pública na segunda metade do século XIX” (MEDINA; SILVA, 2016, p. 28, tradução livre).

Algumas dessas reformas⁶, segundo Medina e Silva (2016), foram: o surgimento da instrução pública; reformas de Santander (1819-1841); universidades, faculdades e escolas providenciais na reforma de Ospina (1842-1846); a liberdade de educação e a municipalização da escola primária (1848-1868); a reforma institucionalista do governo radical (1868-1886); a Reforma Núñez (1886-1892); o Plano Zerda (1892-1902); Instrução Pública, Estado, Igreja Católica e Ciências Humanas (1903-1930); pedagogia ativa, recatolização e desenvolvimento (1930-1957); políticas educacionais na Colômbia (1957-1990); demandas da profissão docente e do Movimento Pedagógico.

Do supracitado, é importante ressaltar que foi em 1958 que se consolidou uma Política Pública de Educação, isto, com a criação do Conselho Consultivo do Ministério da Educação Nacional. No entanto, seguindo novamente a Medina e Silva (2016), foi somente em 1991, com a Constituição Política, que os princípios da educação no país foram estabelecidos (nos artigos 67, 68, 69 e 70) e, posteriormente, passaram por algumas reformas de lei e projetos nos últimos 30 anos, respondendo aos interesses de fazer da Colômbia um Estado Neoliberal⁷.

Para ilustrar o panorama sobre as alterações nos índices educativos na Colômbia como resultado das mudanças nas legislações educacionais no século XX, a seguir se apresentam os gráficos que corroboram a evolução de algumas das questões centrais para a análise, estas

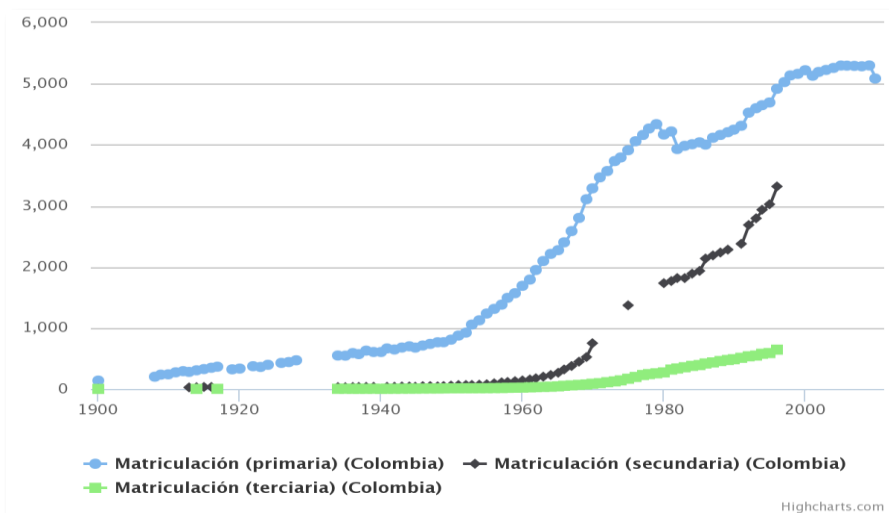
⁵ Educação enquadrada entre dois propósitos centrais: formar uma elite profissional para a liderança da República e fornecer educação primária a sujeitos/as, quase todos eles/elas atolados/as no analfabetismo (SARMIENTO, 1995, tradução livre).

⁶ Para mais detalhes sobre a história das reformas educacionais na Colômbia, ver Medina e Silva (2016).

⁷ “De todas as instituições sociais, o neoliberalismo dá mais atenção ao Estado, ao qual atribui as características de uma “pessoa”, com a possibilidade de acumular poderes limitados. Uma instância necessária, mas por sua vez inconveniente [...] condiz com a ideia de que sua função deve se limitar a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais, deixando os indivíduos livres para atuar de acordo com as circunstâncias e em função de seus próprios interesses [...] O Estado como espaço artificial de articulação das relações sociais manifesta-se através do governo da sociedade, mantendo um papel periférico na relação com o mercado, que é quem, na realidade, produz a dinâmica social” (BIANCHETTI, 1997, p. 16).

informações foram obtidas da base de dados de história econômica de América latina da Montevideu-Oxford⁸.

Gráfico 1 – Índice de escolaridade na Colômbia no último século.



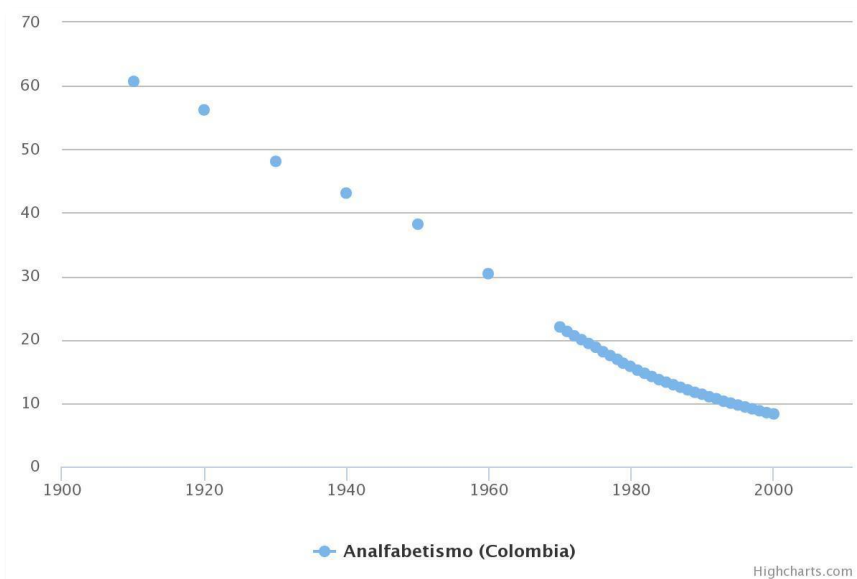
Fonte: Montevideu-Oxford, 2021.

Alguns pontos para analisar com referência ao gráfico anterior: os níveis de matrícula incrementaram significativamente no último século, especialmente aqueles que correspondem à educação primária e secundária, particularmente entre os anos compreendidos entre 1950 e 1990, não acontecendo o mesmo com a educação superior (terciária). Desse modo, exibe-se que o índice de formação para o trabalho (mão de obra) e a alfabetização são expressivos, mas demonstram-se as limitadas possibilidades na formação específica, técnica e profissional, dificultando a superação dos ciclos de pobreza, pois, estar mais e melhor qualificados, poderia resultar em melhores condições laborais e maior remuneração econômica. Sob outra perspectiva, esses desfavorecidos índices de acesso à educação superior dificultam no que lhe concerne o aperfeiçoamento da pesquisa e a inovação social e acadêmica.

Finalmente, considera-se que o índice de matrícula não garante a permanência e a culminância das etapas educativas, por conseguinte resulta problemático asseverar que esse incremento, necessariamente, reflete uma melhoria no campo educativo do país. A seguir apresentam-se dados sobre o analfabetismo na Colômbia nos últimos cem anos:

⁸ A maior parte das séries de dados disponíveis na MOxLAD provém dos estudos econômicos e dos trabalhos preparados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), mas também se recorreu a séries contidas em International Historical Statistics, de Mitchell, às Estatísticas Financeiras, do Fundo Monetário Internacional, aos Indicadores de Desenvolvimento Mundial, do Banco Mundial e a uma grande variedade de fontes nacionais.

Gráfico 2 – Índice de analfabetismo na Colômbia no último século.



Fonte: Montevideú-Oxford, 2021.:

Com referência aos índices de analfabetismo na Colômbia no último século, destaca-se que houve um decréscimo significativo que vai desde 60,7% (1900) até 8,3% (2010), isso significa que ocorreu um incremento relacionado à abrangência da população por parte das instituições da educação básica. Entretanto, esta porcentagem está especialmente focada nos centros urbanos e nas grandes cidades, a realidade da educação no campo se contrapõe, pois, existem diversos fatores que impossibilitam o acesso e a permanência nas escolas rurais (desde os problemas da infraestrutura até os problemas de segurança pública).

Com o exposto, procura-se reforçar uma reflexão que direcione o raciocínio através do referencial histórico que será apresentado em breve. Desta forma, pensemos na existência de outros aspectos que devem ser considerados (além dos sociopolíticos) para compreender o prolongamento da guerra na Colômbia, fatores como: os altos níveis de analfabetismo histórico; a ausência de escolas rurais; a segregação racial, sexual e de classe na cultura popular; a influência do mercado e da igreja nos problemas sociais; a baixa permanência das mulheres nos ciclos educacionais; a privatização da educação pública, a terceirização da educação e, mais recentemente, as diversas reformas neoliberais que sofreram as políticas públicas e sociais do país; entre outras situações as quais não serão aprofundadas, dado que não é o objetivo do presente texto.

Em uma segunda linha de pensamento, ressaltamos que desde o reconhecimento da Colômbia como República há mais de 200 anos, a história do país foi escrita com o

derramamento de sangue proveniente das diferentes ondas de violência de uma guerra interna que ainda hoje não tem conseguido findar. A origem destas diversas tipologias de guerra tem sido geminada especialmente pelo controle territorial, e se remonta ao surgimento dos dois partidos políticos tradicionais nascentes após o grito de independência contra o Império Espanhol (1810).

Alguns outros fatos, posteriormente, evoluíram em outros tipos de confrontos violentos entre as populações civis, entre os quais pontuam-se alguns: “La Patria Boba”⁹ (entre 1810 e 1816), a “Caída de Bolívar” melhor conhecida como a “Caída de la Gran Colombia” (1826-1830), a guerra dos Supremos (1840-1850), a época da Hegemonia Conservadora (1886-1930), a Guerra de 1.000 dias (1899-1902), a guerra partidária entre liberais e conservadores, na qual configura-se como fato transcendental o assassinato do líder político liberal Jorge Eliecer Gaitán¹⁰, no dia 9 de abril de 1948, em Bogotá.

O contexto de desigualdade e injustiça social vivido nas décadas dos anos 1950 e 1960 repercutiu na criação de diferentes movimentos sociais, organizações camponesas, coletivos, que enfrentaram o aparato estatal, razão pela qual foram fortemente reprimidos, violentados e torturados. Diante da repressão estatal, muitos desses movimentos se fortaleceram, radicalizaram e se constituíram como grupos de luta armada que se organizaram como “autodefesas” nas montanhas, cidades e florestas das diferentes regiões do país. Esses grupos, posteriormente, foram reputados como guerrilhas, seguindo ideologicamente algumas das contribuições dos pensamentos maoístas, castristas, marxistas, pró-soviéticos, teológicos-libertários, indigenistas e étnicos, e entre outros. Essas guerrilhas transformaram a maneira como o conflito armado se desenvolvia no país, levando ao incremento dos índices de violência nas décadas subsequentes; resultando em anos de fome, corrupção, pobreza, miséria e impunidade para as massas da sociedade colombiana.

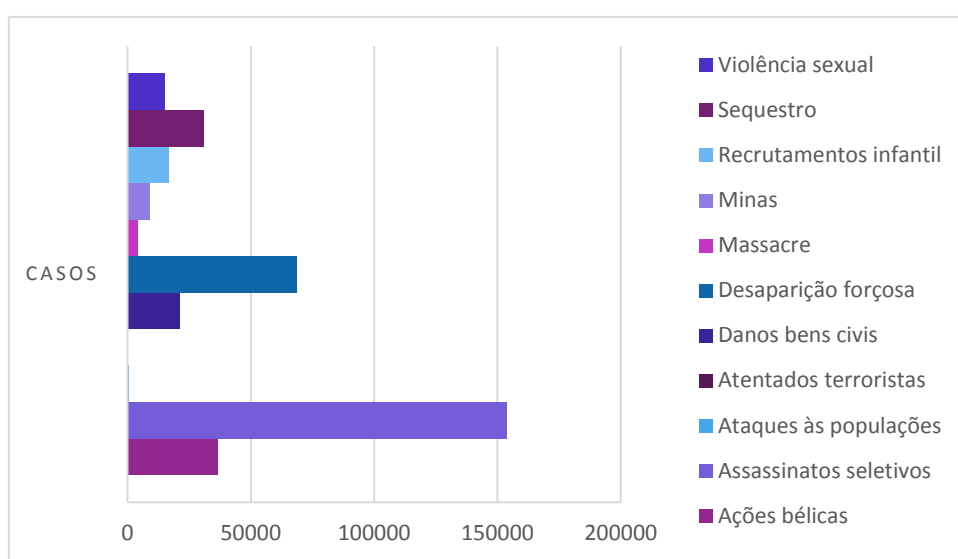
Consequentemente, o país tornou-se, por mais de 30 anos (1949 – 1991) um “Estado de Sítio”, originando uma guerra aberta com altos índices de violência, violação de direitos e impunidade. Em épocas posteriores, a influência do modelo neoliberal favoreceu a criação de uma economia de guerra orquestrada pelo Estado, por empresários, pelas forças militares e pela

⁹ Período de indecisão política em que os “Criollos”, depois de se tornarem independentes da Espanha, tentaram chegar a um acordo sobre como a nação seria governada entre o centralismo e as províncias unidas – federalismo, gerando um conflito interno que levou a dezesseis períodos presidenciais em apenas seis anos (1810-1816).

¹⁰ Acontecimento de grande importância para a história do país, pois materializa uma reconfiguração da violência, indicando o surgimento das primeiras autodefesas camponesas, além de configurar uma das ondas mais violentas da revolta civil em Bogotá, conhecida como “El Bogotazo”.

cooperação de outros países, o que facilitou a prolongação do conflito armado colombiano por tantos anos. Com isso, a população colombiana há décadas sofre pela violência da fome, a violência do exército, a violência do Estado, a violência capitalista e a violência dos grupos insurgentes. Os dados apresentados no gráfico n.º 3 a seguir, segundo o Registro Único de Víctimas (RUV), demonstram as cifras correspondentes às vítimas¹¹ do conflito armado na Colômbia, assumindo que para o ano 2021 a cifra de vítimas ascende a 9.153.078 de colombianos e colombianas:

Gráfico 3 – Tipo de casos por ação violenta (1958-2020).



Fonte: Dados CNMH, elaboração própria (2021).

Segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE)¹² e o Banco Mundial, a Colômbia é um país com um percentual próximo dos 49 milhões de habitantes em 2018, dos quais cerca de 11 milhões estão localizados/as nas áreas rurais. Não obstante “11 milhões” seja um número significativo, só 22% dessas pessoas possuem garantias mínimas (o que não significa “dignas”) de poder ocupar e permanecer nos espaços rurais. Esses números são importantes, pois permitem identificar as três principais causas da prolongação do conflito

¹¹ Para os fins da Lei 1448/2011, consideram-se como vítimas aquelas pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido danos em razão de fatos ocorridos a partir de 1.º de janeiro de 1985, em decorrência de violações do DIH ou de normas internacionais de direitos humanos no contexto do conflito armado interno (RUV).

¹² As informações foram coletadas no site oficial do DANE, e estão baseadas nos resultados do Censo Nacional de Población y Vivienda 2018, que consistiu na contagem e caracterização das pessoas residentes na Colômbia. Estima-se que existam 48.258.494 de pessoas no país, sendo 51,2% mulheres e 48,8% homens. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-nacional-de-poblacion-y-vivienda-2018> Acesso: 20 ago. 2020.

armado colombiano: uso e acesso à terra, desigualdade concernente à participação política (democracia social) e o surgimento e manutenção das economias ilegais (tráfico de drogas, corrupção, paramilitarismo empresarial).

O problema agrário está intensificado de tal forma que a Colômbia está posicionada como o país com o maior número de pessoas deslocadas do mundo, alcançando os 7 milhões. São cidadãos/ãs que predominantemente são camponeses/as e civis pobres que fogem da violência do conflito armado entre guerrilha, exército, paramilitares, partidos políticos, empresas transnacionais e bandas criminosas (BACRIM). Estes dados são expostos nos diversos informes do “Centro Nacional de Memoria Histórica”¹³ (CNMH), nos quais apresentam que o flagelo da guerra os/as forçou a fugir de seus territórios para garantir suas vidas, esta é uma realidade que pode se assemelhar à condição de ser um/a refugiado/da em seu próprio país.

3.1.1 Uma história escrita com sangue

*Unos combatimos y otros rezan
Uno es el cazador y otro la presa
Combatiente soy, ya no siento el dolor¹⁴*
.....

A parte histórica que será pautada aqui responde a um exercício de pesquisa e busca que incluiu a consulta de fontes de bancos de dados oficiais, artigos de periódicos, artigos científicos, livros, vídeos, materiais multimídia, infográficos, entre outros. Por se tratar de um exercício de recontagem histórica, os dados aqui apresentados reúnem as contribuições de diversos autores e autoras sobre os diferentes acontecimentos que serão relatados, destacando assim que nosso exercício como pesquisadoras será reunir suas contribuições para tentar estabelecer um panorama sobre a história da violência da Colômbia.

O presente relatório está focado na perspectiva da luta camponesa pela terra, luta que se remonta ao momento historicamente conhecido como "La Violencia" (entre 1925 e 1958),

¹³ Alguns como: Análisis cuantitativo del paramilitarismo en Colombia (2019); Todo pasó frente a nuestros ojos El genocidio de la Unión Patriótica 1984-2002 (2018); Desaparición forzada: Balance de la contribución del CNMH al esclarecimiento histórico (2018); Regiones y conflicto armado: Balance de la contribución del CNMH al esclarecimiento histórico (2018); Tomas y ataques guerrilleros (1965 - 2013) (2016) e entre otros.

¹⁴ Fragmento da música “La jungla” dos cantores Flaco Flow e Melanina.

onde militantes dos dois partidos tradicionais (liberais e conservadores) iniciaram um confronto armado insurgente pelo controle do território e do Estado.

Após o ano 1930, com a presidência do liberal Enrique Olaya Herrera, iniciou o período nomeado como a República Liberal, caracterizada pelo advento dos primeiros confrontos entre liberais e conservadores nos departamentos de Boyacá e Santander (dois dos mais importantes ao nível político naquela época). Obtendo como resposta a conformação e fortalecimento das autodefesas partidárias para a conservação dos diversos locais de poder.

Em 1934, com a presidência de Alfonso Lopez Pumajero (liberal), instauraram-se algumas reformas sociais importantes para a proteção da população do campo, simultaneamente criaram-se as primeiras colônias campesinas. Salive (2018) afirma que, na contramão, o candidato conservador Laureano Gómez começou a cativar os votantes sob o discurso de que “se os liberais continuassem na presidência o comunismo iria chegar na república, pois essas políticas voltadas para o campo eram apenas o início de um regime comunista”. O desentendimento entre os dois partidos e seus adeptos adquiriu tal magnitude que em algumas regiões do país começaram a apresentar-se homicídios motivados pelo sectarismo político.

A partir desse momento histórico, o conflito na Colômbia foi fundamentalmente circunscrito pela dinâmica da posse e uso da terra. Em entrevista à *Semana* com Marco Romero, diretor da organização Consultoria para Direitos Humanos (Codhes), afirmou que, com a Lei 200 de 1936¹⁵, pretendia-se que os camponeses exigissem do Estado o confisco das terras que não tinham o título de propriedade e daquelas que eram “indevidamente exploradas”. No entanto, as denúncias pelas irregularidades das propriedades, originou-se um fenômeno de violência contra os camponeses por parte de grandes proprietários de terras, para removê-los e solicitar o arquivamento da possível reforma agrária.

Em 1946, após os resultados de uma disputa eleitoral entre liberais e conservadores, estes últimos chegaram à presidência com Mariano Ospina Pérez, cujo governo marcou o fim de 16 anos de governos liberais. Esse final exacerbou a violência no país, devido às campanhas de difamação e intimidação promovidas pelo governo conservador contra a oposição, que se consolidaram em ameaças e assassinatos seletivos de militantes e representantes do Partido Liberal, no qual o objetivo dessa campanha era alcançar o domínio político total do país pelo Partido Conservador.

¹⁵ Ley 200 de 1936 sobre o régimen de terras no governo de Alfonso López Pumarejo.

Esse confronto armado espalhou-se ao longo dos povos e regiões, transformando a lógica geolocal e política do país. "Fronteiras invisíveis" foram criadas entre os territórios, cidades, municípios e vilas, produto da crescente necessidade da posse do poder territorial, começaram a surgir territórios identificados e nomeados como lugares "liberais" ou "conservadores". Estes adquiriam esses *status* devido à filiação política predominante das populações que os conformaram, as que poderiam ser Chulavitas (Conservadores) ou Cachiporros (Liberais). Essa subdivisão de territórios ocorreu principalmente nos departamentos de Boyacá, Cundinamarca, Valle del Cauca, Santander, Tolima, Meta, Casanare, Bogotá, Antioquia, entre outros.

Essa divisão do país entre dois campos inimigos desencadeou o crescimento da violência nos setores rurais e, no meio dessa luta, surgiram novos grupos armados nomeados "Los Pájaros", que se estabeleceram como o braço paramilitar do partido conservador. "Los Pájaros" foram compostos principalmente por assassinos, soldados e membros das forças armadas colombianas que, em trajes civis, realizavam ações delinquentes como intimidação, sacrifício, massacres, homicídios, incêndios, violência sexual contra os militantes do partido Liberal, a população civil e os camponeses em geral. Não obstante, é evidente a influência das instituições governamentais nestas novas dinâmicas de guerra, tudo aconteceu sem ser sinalizada a culpabilidade do Estado colombiano e das forças militares como atores intelectuais e materiais destes episódios. Dentro dos fatos violentos se vivenciaram:

Incêndios, saques, estupros e abusos se tornam moeda comum. Os "pássaros" ou paramilitares da época praticam o "corte de franela" que consiste em cortar a cabeça das vítimas no limite com o tronco. Eles também fazem o "corte de gravata", cortando o pescoço e puxando a língua dos assassinados por esse corte. Nas áreas rurais, a impunidade foi ainda maior. Milhares e milhares de famílias fugiram dessa selvageria oligárquica e dessa barbárie burguesa. Eles deixam suas terras e com isso a desapropriação se torna geral (SALGARI, 2014, p. 40, tradução livre).

Como resultado desse excesso de violência, os camponeses começaram a criar grupos de autodefesa campesina para se proteger e se organizar contra a violência Estatal-partidária, dando origem às primeiras guerrilhas liberais campesinas.

Esses atos de violência partidária desencadeariam outro dos grandes eventos que marcaram e transformaram a história do país, ocorrido em 9 de abril de 1948 com o assassinato de Jorge Eliecer Gaitán, líder do partido liberal e candidato à presidência, assassinado na frente do seu escritório, em Bogotá, por Juan Roa Sierra. Esse momento histórico é conhecido como "El Bogotazo" por consequência dos excessos e atos violentos perpetrados na capital do país

pela ira popular dos liberais. O anúncio da morte do líder liberal se espalhou rapidamente pela cidade e pelo país “Uma multidão enfurecida se reuniu no centro da capital, enquanto um grande grupo de manifestantes marchava em direção ao Palácio Presidencial acusando a Ospina Pérez e os líderes do partido conservador de serem os autores intelectuais do assassinato do líder liberal” (ALAPE, 2014, p. 165, tradução livre).

Esse evento intensificou novamente o conflito armado partidário, em virtude de que uns dias depois desse acontecimento “se diluyó la revuelta en las ciudades. Pero en los campos se extendía la violencia” (SALIVE, 2018, p. 25) e, como resultado desse período, inúmeros/as camponeses/as e militantes do partido liberal foram forçados/as a abandonar suas terras, suas famílias e seus pertences para sobreviver e fugir em busca de refúgio nos lugares mais inóspitos, onde a violência não conseguisse alcançá-los/as. Esses eventos se prolongaram até 1953, deixando mais de 300.000 mortos em todo o país.

Em 1953, líderes políticos liberais e conservadores organizaram-se para agrupar os dois partidos em um só partido totalitário, denominado como Frente Nacional (FN), determinando que liberais e conservadores dividissem o controle estatal e o poder político em partes iguais durante um lapso de 16 anos alternando o mandato presidencial a cada quatro anos durante esse período. Em consequência dessa nova aliança, na noite de 13 de junho daquele ano, foi dado um golpe de Estado militar ao governo de Laureano Gómez, golpe liderado pelo general Gustavo Rojas Pinilla, a quem se atribuiu o poder com uma forte mensagem “*No más sangre, no más depredaciones en nombre de ningún partido político, paz, justicia y libertad*”.

Gustavo Rojas Pinilla instituiu uma estratégia para o abandono de armas e a construção da paz entre militantes dos partidos, oferecendo anistia aos guerrilheiros liberais. Essa estratégia oportunizou o enfraquecimento da oposição (liberais) e o desarmamento dos guerrilheiros camponeses para garantir a supremacia e o controle oligárquico da Frente Nacional, garantindo assim as alianças nascentes com os Estados Unidos. Após o desarmamento voluntário, muitos dos ex-líderes das guerrilhas liberais foram assassinados e torturados, o que enfraqueceu a confiança na anistia e gerou um rearmamento de algumas das guerrilhas liberais.

De outro lado, o FN, uma vez estabelecido no poder e sob a influência dos Estados Unidos, estabeleceu uma nova estratégia de combate para acabar com um inimigo comum “os comunistas”, fundamentado no temor da possível disseminação da ideologia cubana na Colômbia e em todo o território de Abya Yala¹⁶. Para tais fins, começou-se a implementação

¹⁶ Nome com o que se conhece aos territórios hoje conhecidos como América Latina, e que no idioma do povo Kuna significa “Terra madura”, “terra em florescimento” ou “Terra viva” (CURIEL, 2017).

da doutrina de Segurança Nacional ou Segurança Democrática. Durante os governos de Rojas Pinilla e seu sucessor Guillermo León Valencia (entre os períodos de 1955 a 1964), uma série de ações militares foram executadas para combater os grupos armados dissidentes, entre as ações mais relevantes está a destinada à confrontação do Bloco Sul das autodefesas camponesas: Marquetalia, Riochiquito, El Pato, Guayabero, Sumapas, entre outros. Acontecimentos nos quais houve a participação intelectual direta das forças militares norte-americanas.

O investimento econômico estrangeiro (dos Estados Unidos) durante a década de 1960 fortaleceu a militarização dos territórios; foi realizada uma mobilização sem precedentes da Força Militar para combater os núcleos guerrilheiros, as lutas agrárias e as organizações comunistas. Com o fortalecimento do exército, a tortura, a violência e a morte estavam sendo institucionalizadas, as táticas de guerra foram cada vez mais sanguinárias, o treinamento e técnicas militares foram se aperfeiçoando, um exemplo disso foi a associação entre a Escola das Américas¹⁷ no Panamá e o exército colombiano para realizar treinamento anti-guerrilha, como parte do denominado plano LASO (Latin American Security Operation).

Avançando na história, surge como oposição política ao Frente Nacional, o partido político Alianza Nacional Popular (ANAPO), fundado em 1961, durante o mandato de Alberto Lleras Camargo (1958 -1962), no qual “O movimento surgiu como uma necessidade de reivindicar o governo militar de Rojas Pinilla” (MARTÍNEZ; IZQUIERDO, 1972, p. 26, tradução livre). A ANAPO tinha uma ideologia muito próxima do falangismo:

La ANAPO y el (Movimiento Revolucionario Liberal) MRL fueron en sus orígenes las respuestas del sistema tradicional colombiano, copiando y reproduciendo sus errores y limitaciones, con el fondo común del caudillismo y electoralismo, asentados en sectores de masas pero dirigidos desde “arriba”, con un aparato organizativo débil y agitando consignas más o menos populares de acuerdo a las condiciones (MARTÍNEZ; IZQUIERDO, 1972, p. 26).

Era liderada pelos ex-dirigentes do partido conservador, considerando como proposta transversal a implementação de um Estado novamente governado pelo General Gustavo Rojas Pinilla (autor material do golpe militar do ano 1953).

Na contramão, alguns dos grupos de camponesas e camponeses liberais se recusaram a entregar suas armas e, posteriormente, organizaram-se em um pequeno território localizado

¹⁷ Instituição fundada em 1946 para treinamento militar de soldados e oficiais da América Latina, comandada pelas Forças Armadas dos Estados Unidos.

na cordilheira central do país, no município de Planadas, no departamento de Tolima, e criaram uma pequena "República Independente" chamada Marquetalia, sob a liderança de Pedro Antonio Marín Marín (Manuel Marulanda Vélez ou Tirofijo) e Luis Alberto Morantes Jaimes (Jacobo Arenas), os quais subsequentemente fundaram e comandaram as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP), grupo guerrilheiro que se posicionava contra a dominação latifundiária do campo colombiano.

Na mesma época, surgiu a “Brigada Pró Liberación José Antonio Galán”, um grupo que reuniu estudantes colombianos e cubanos para a constituição da guerrilha posteriormente denominada Ejército de Liberación Nacional (ELN), que foi publicamente reconhecida no ano de 1965 em Simacota (Santander), através do manifesto de Simacota. Suas principais influências ideológicas foram o Marxismo-Leninismo, a Revolução Cubana e a Teologia da Libertação. Seu principal objetivo centrou-se no estabelecimento de um Estado socialista na Colômbia e seu principal ideólogo e líder foi o pai Manuel Pérez.

Durante o ano de 1967, emergiu o Ejército Popular de Liberación (EPL), uma guerrilha de ideologia Maoísta, Marxista-Leninista, fundada por Libardo Mora Toro, Esteban Pedro Vásquez Rendón, Pedro León Arboleda, Francisco Caraballo, Bernardo Ferreira Grandet, Jesús María Alzate, Diego Ruiz, Julio Guerra, Luis Manco David e Carlos Aníbal Cácia, e se constitui como o braço armado do Partido Comunista da Colômbia.

Entre os anos de 1973 e 1974, surgiu o Movimento 19 de abril (M-19), uma guerrilha urbana que se levantou como resultado da suposta fraude nas eleições presidenciais do 19 de abril de 1970, onde Misael Pastrana Borrero foi eleito Presidente da República sobre o General Gustavo Rojas Pinilla, candidato da ANAPO. O M-19 estava ideologicamente alinhado com o Nacionalismo e o Socialismo Democrático.

Nos anos 1980 foi característico o aumento significativo dos grupos subversivos e a criação de guerrilhas urbanas e rurais. Entre os anos de 1979 e 1980, foi constituído o Movimento Armado Quintín Lame (MAQL), que surgiu no departamento de Cauca lutando pela defesa da terra, a autonomia e o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, posicionando-se contra a acumulação da propriedade privada e da acumulação latifundiária. Ainda que a sua ideologia seja baseada na defesa dos territórios indígenas e do multiculturalismo, também foi fortemente influenciada ideologicamente pelo Partido Comunista-Marxista Leninista (PC-ML), tornando-se a primeira guerrilha indígena da Colômbia e da região.

Por outra parte, em 1982, na Costa Atlântica colombiana, no departamento de Sucre, originou-se o Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), emergindo como uma das facções Marxista-Leninista-Maoísta do Partido Comunista da Colômbia. Em 1983, foi criada a Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar, uma iniciativa na qual os diferentes grupos guerrilheiros (ELN, EPL, M-19, FARC-EP) juntaram-se em armas e vozes para combater o inimigo em comum: o Estado colombiano. A criação dessa união guerrilheira conseguiu ressoar tanto nas cidades quanto nos campos, com isso as esperanças da oposição nas possibilidades de mudanças estruturais aumentaram. No entanto, os resultados dessa iniciativa desencadearam a morte e o desaparecimento de lideranças sociais, defensores/as de direitos humanos, sindicalistas, estudantes, comunistas, entre outros.

Entre 1984 e 1985, encabeçaram-se algumas negociações para um grande diálogo nacional pela paz entre os diferentes grupos guerrilheiros e o governo nacional. Para isso, tomaram-se providências que garantiam a disposição do governo para o diálogo, especialmente a redução em massa da presença das forças armadas nos diferentes territórios do país, propondo assim uma trégua e abrindo a possibilidade de enunciação política a diferentes líderes das guerrilhas para ouvir suas demandas.

Como produto dessa estratégia de união guerrilheira, “En medio de un diálogo con el presidente Belisario Betancourt, las FARC anuncian el lanzamiento de un movimiento político nacional, la Unión Patriótica (UP). La iniciativa gana inmediatamente el apoyo popular” (SALGARI, 2014, p. 99). A criação desse partido foi amplamente aceita pelo povo colombiano, e os/as representantes da UP começaram a ganhar as disputas eleitorais populares nas prefeituras e nos diferentes espaços de participação política:

De los 70.000 votos que habitualmente obtenían los partidos de izquierda, la Unión Patriótica pega el salto a 320.000 votos. Obtiene de este modo 17 congresistas y un número aún mayor de diputados departamentales y concejales. La UP constituye una muestra clara y diáfana - curiosamente “olvidada”- de la voluntad política de la insurgencia para participar en la vida civil y política del país (SALGARI, 2014, p. 99).

No entanto, esse sentimento de paz e unidade durou pouco tempo, um após o outro, os/as líderes do partido foram sistematicamente assassinados/as sem ser reconhecida nenhuma pessoa como responsável por esse genocídio.

Presumivelmente, essa era uma estratégia promovida por uma aliança entre políticos, traficantes de drogas e paramilitares para eliminar física e politicamente seus detratores. Zornosa (2008) afirma que no decorrer de cinco anos, essa aliança deixou mais de 4.000 líderes

políticos assassinados com total impunidade, este genocídio é conhecido como "“La guerra sucia” ou o “Baile Rojo””.

Durante os dias 6 e 7 de novembro de 1985, o palácio da justiça colombiana localizado em Bogotá foi tomado à força por parte dos/as guerrilheiros/as do M-19, em uma ação militar sem precedentes, onde o exército empregou toda a sua maquinaria militar contra aqueles que estavam dentro do palácio. O palácio caiu e, junto a ele, também as esperanças de um grande pacto nacional pela paz e pela participação política da UP. Os desaparecimentos, tortura e mortes daquele dia ressoam ainda hoje. Este é um episódio de nossa história que ainda não termina, pois, nos últimos anos, surgiram novas investigações e processos legais que ajudariam no esclarecimento da verdade, apontando a responsabilidade do Exército Nacional nos atos de desaparecimento e tortura de deputados, guerrilheiros e civis.

Em meados de 1986, as diferentes organizações paramilitares, contra-insurgentes e de extrema-direita como MAS (Muerte a Secuestradores) e MRN (Muerte a Revolucionarios del Nordeste) começaram a ganhar mais força, sendo financiadas e patrocinadas por cartéis do narcotráfico, o exército, os “latifundistas” e “terratenientes” do país. O objetivo era treinar homens para combater e exterminar os guerrilheiros e qualquer organização comunista, socialista, progressista física e politicamente, espalhando terror por todo o país:

En realidad todos estos sellos y siglas son simples nombres intercambiables para designar un aparato de Estado violento, intolerante, fascista, que periódicamente se recicla, pero persiguiendo siempre el mismo objetivo. Aplastar toda disidencia. Mantener a raya a los sectores populares. No permitirles participar, debatir ni hacer política de fondo, impedir cualquier manifestación genuina del pueblo que pueda molestar los grandes intereses, las grandes empresas, los grandes señores del dinero y el capital (SALGARI, 2014, p. 99).

Um caso emblemático aconteceu durante o governo do ex-presidente Virgilio Barco (1986-1990), onde foi cometido o maior número de crimes do genocídio e extermínio da UP, nove congressistas, 70 conselheiros, dezenas de deputados, prefeitos e líderes políticos, além da morte de dois de seus candidatos à presidência. Jaime Pardo Leal, assassinado em 11 de outubro de 1987 e seu sucessor Bernardo Jaramillo Ossa, que foi assassinado em 22 de março de 1990, ambos assassinados na cidade de Bogotá.

Em 1991 se fundou a “Asamblea Nacional Constituyente”, aliança criada para a reforma da constituição política da Colômbia. Nesta assembleia “quedaron representadas de manera equilibrada, las tres principales fuerzas políticas: el Partido Liberal. Encabezado por Horacio Serpa Uribe; un sector del Partido Conservador liderado por Álvaro Gómez Hurtado;

y el M-19, dirigido por Antonio Navarro Wolff” (SALIVE, 2018, p. 46) sendo os três presidentes desta assembleia; a reforma constitucional converteu à Colômbia num Estado Social e Direito, pluriétnico e multicultural, foi assim, ao menos no papel.

No início dos anos 2000, sob o mandato do presidente Andrés Pastrana Borrero, começou a implementação do “Plan Colombia” e o “Plan Patriota”, duas estratégias que faziam parte da tática norte-americana para o estabelecimento da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina. Para isso, sete bases militares dos EUA foram criadas no território nacional¹⁸, também se gerou uma grande ofensiva contra as guerrilhas, implantando a intervenção de Tropas dos EUA e agentes da DEA para combater a produção de cloridrato de cocaína¹⁹ e o terrorismo.

Com a integração desses novos atores armados internacionais, os conflitos sobre a posse da terra intensificaram-se, desta vez os camponeses não seriam mais retirados de seus territórios para o controle político bipartidário, mas sim para garantir investimentos estrangeiros, acumulação escalonada da terra para poder ser negociada por traficantes, grandes proprietários de terras e indústrias estrangeiras. Em Arenas (2016) ocorre então, um genocídio da população camponesa e campesina que, esquecida pelo Estado, tenta sobreviver sem educação, sem saúde, com fome, sem-terra e sem representação política.

Nesse lapso de tempo, o paramilitarismo ganhou força, especialmente após da iniciativa nomeada como “Las Convivir”, projeto político aprovado pelo então governador de Antioquia, Álvaro Uribe Vélez, no qual as ações perpetradas por grupos paramilitares foram legalizadas, especialmente em Paramillo e Urabá. Com isso, facilitou-se o controle territorial por parte desses grupos, especialmente na área do Magdalena Médio, onde foram realizados massacres, assassinatos e violações de direitos humanos, entre outros crimes contra a humanidade; isso como resultado de uma aliança entre o Estado, as Forças militares e os paramilitares, de modo a garantir a continuidade da Doutrina de Segurança Nacional, para o seguinte:

El ejército oficial utiliza el paramilitarismo para eludir responsabilidades penales. Tolera, permite y trabaja conjuntamente; otras veces comete crímenes a nombre de los paramilitares. Se presenta en una región campesina para arrasarla e incendiarla. Pone a funcionar la motosierra (el mismo instrumento que destruía la naturaleza talando árboles terminó destruyendo cuerpos humanos de todo disidente al régimen capitalista) y quema vivos a los pobladores, destruye sus escuelas, sus cultivos, les

¹⁸ Atualmente na Colômbia existem sete bases militares pertencentes ao governo estadunidense: Palanquero, Malambo, Tolemaida, Larandia, Apiay, Cartagena y Málaga.

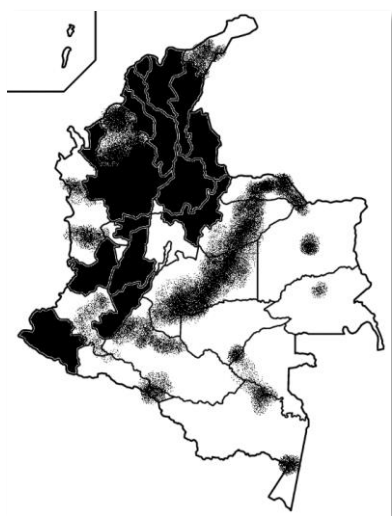
¹⁹ Algumas estratégias para a erradicação das plantações de coca foram a pulverização aérea do Roundup.

roba el ganado y arrasa cuanto encuentra a su paso. Los mismos criminales que masacran a su propio pueblo no solamente no pagan cárcel sino que blanquean sus capitales y se insertan, “legalmente”, en el proceso económico de Colombia (SALGARI, 2014, p. 133).

Acrescentando ao exposto, outras grandes consequências da reorganização dos paramilitares foram o aumento da corrupção, toda vez que as economias informais e ilegais estavam tentando “lavar” o dinheiro de suas ações criminais através das concessões de projetos. Além dos números assustadores de mais de 100.000 pessoas mortas e incontáveis abusos contra populações rurais (empalamentos, desmembramentos, desaparecimentos, deslocamentos em massa, massacres, queima de casas, homicídios exemplares, violência sexual, entre outros).

Outra consequência também foi a realização de um plano de colaboração entre alguns candidatos políticos e os paramilitares para obter votos em diferentes regiões do país, uma aliança que mais tarde seria conhecida como “la parapolítica” que se tornou popular após a descoberta do “Pacto Ralito” e o “Pacto de Chibolo”. A figura 4, a seguir, mostra a presença paramilitar no país, por regiões nos últimos 40 anos:

Figura 4 – Mapa presença paramilitar na Colômbia



Fonte: Dados CNMH, elaboração própria (2021)

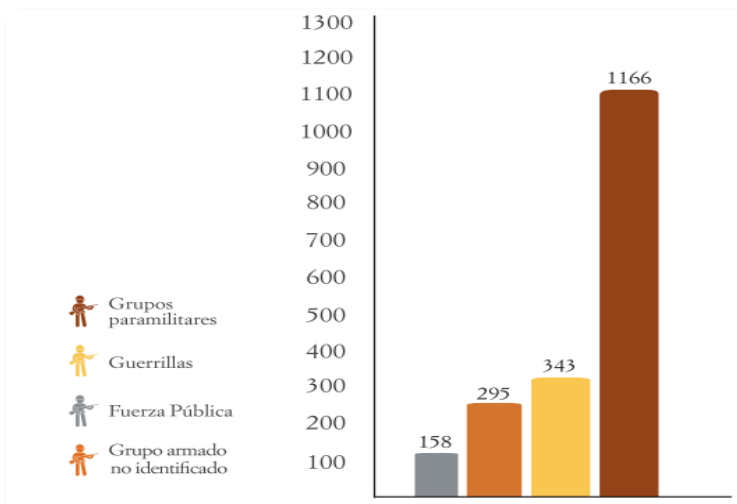
Em 21 de junho de 2005, o governo do presidente Álvaro Uribe Vélez assinou os acordos de paz entre o Estado colombiano e a AUC (Autodefesas Unidas de Colombia)²⁰, que em suma, resultaram na lei conhecida posteriormente como a “Ley de justicia y paz”. Embora o processo de paz tenha sido bem-sucedido, na norma, algumas das dificuldades posteriores foram que cerca de 22% dos paramilitares retomaram às atividades criminosas (SALIVE, 2018,

²⁰ Aliança paramilitar criado em 1997 sob o comando de Carlos Castaño.

p. 6), criando aproximadamente 101 grupos dissidentes em todo o país, liderados por organizações como “El Clan del Golfo”, “Las Águilas Negras”, “Autodefensas Gaitanistas de Colombia”, “Clan Usuga”, entre outras que seriam conhecidas como BACRIM (Bandas Criminales), dedicadas a várias ações como assassinato, intimidação, extorsão, tráfico de drogas e demais atividades criminosas.

O gráfico n.º 4 apresenta dados com relação aos massacres ocorridos no país de 1980 a 2012, conforme a base de dados da CNMH (2020):

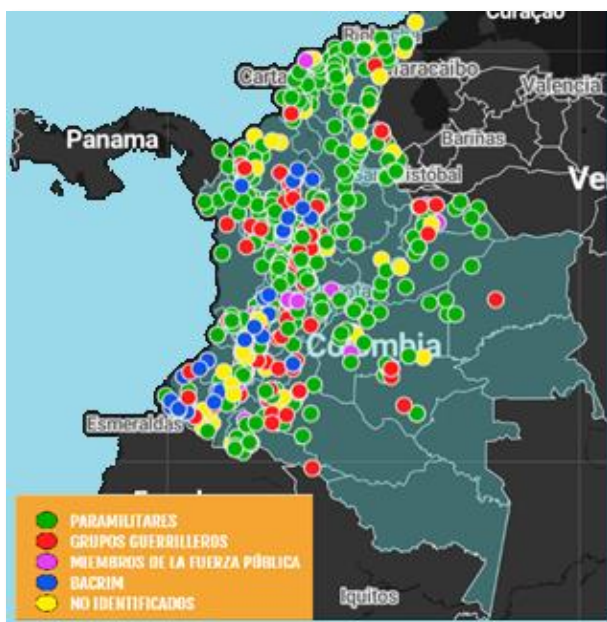
Gráfico 4 – Número de massacres por grupo armado.



Fonte: GMH, base de datos de masacre del conflicto armado en Colombia (1980-2012).

Em detalhes, a figura a seguir apresenta a distribuição geográfica dos massacres por grupo armado, evidenciando os paramilitares como os que estão presentes em quase todos os territórios nos quais se dão os conflitos.

Figura 5 – Distribuição geográfica de massacres por grupo armado.



Fonte: GMH, Rutas del conflicto (consultado em 2021).

Na figura n.º 5 evidencia-se a distribuição do número de massacres perpetradas nas dinâmicas do conflito interno da Colômbia por parte dos diferentes grupos armados no período compreendido entre 1980-2012. Esse instrumento permite dimensionar o índice de violência exponencial existente na atuação dos grupos paramilitares em relação com os atos criminosos dos outros atores armados.

Durante o mandato de Álvaro Uribe Vélez (2002 – 2010) e sendo ministro de defesa Juan Manuel Santos, foram reportados cerca de três mil casos de homicídio sob a modalidade de “falsos positivos”²¹. Salive (2018) afirma que se estabeleceu uma política de incentivos por resultados para as forças militares; com isto, proporcionalmente, quantos mais guerrilheiros e guerrilheiras fossem capturados ou mortos em combate, mais benefícios obtinham os militares. Incentivados por esse sistema de recompensas muitos jovens (majoritariamente pobres e camponeses) foram recrutados e seduzidos com promessas de trabalho ou estudo, para logo serem “fantasiados” como guerrilheiros, serem assassinados e, posteriormente, apresentados como mortos em combate.

Um avanço importante na leitura do conflito armado colombiano, é a assinatura dos acordos de paz entre o governo colombiano e as FARC-EP, iniciando diálogos em 2011, instalando uma mesa formal de negociação em 2012 na Noruega que, posteriormente, foi

²¹ O caso conhecido como "falsos positivos" refere-se a uma série de execuções extrajudiciais que se comprometeram a arrecadar benefícios em troca de inflar as cifras de guerrilheiros mortos em combate.

trasladada à La Habana (Cuba). As reuniões se estenderam por cinco anos e o grande acordo final foi celebrado em 2016 sob o mandato do ex-presidente Juan Manuel Santos. Como resultado, desmobilizou-se uns 13.000 guerrilheiras e guerrilheiros, entregando mais de 9.000 armas. Igualmente, como produto de um dos pontos centrais do acordo (participação política), foi criado o partido da Fuerza Alternativa Revolucionaria del Común FARC, que se constituiu como o nosso local de pesquisa.

3.1.2 O renascer da insurreição (FARC-EP)

*Guerrillero soy, soy guerrillero
al empuñar el fusil lo hago hasta vencer o hasta
morir²²*

.....

A origem das “Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia” se remonta à própria história do conflito armado colombiano, ou seja, não há possibilidade de ler a conformação da guerrilha das FARC-EP e de seu subsequente Partido Político FARC (agora 2021 denominado COMUNES) sem considerar as diferentes tipologias de guerra na Colômbia mencionadas previamente.

Em Gaitania, um município localizado ao leste do município de Planadas (sul do departamento de Tolima), no início dos anos 1960, mais de 40 camponeses/as liderados/as por Pedro Antonio Marín Marín (Manuel Marulanda Vélez ou Tirofijo) e seus primos são forçados a fugir da violência bipartidária latente em todo o território nacional, entrando nas montanhas para colonizar os territórios e fundar o "Davis", que mais tarde seria conhecido como "La República Independiente de Marquetalia", cuja localização se apresenta na figura a seguir:

²² Fragmento da música “De mi pueblo para la guerrilla” do intérprete Julian Conrado.

Figura 6 – Localização primeiro acampamento das FARC-EP



Fonte: Elaboração própria (2021).

Na República de Marquetalia, os/as habitantes organizaram-se de forma que obtiveram avanços em aspectos como: produção agrícola para o sustento das comunidades camponesas, abertura agrícola, fundação de territórios de propriedade coletiva. Uma das principais ações que permitiram estes avanços foi a apropriação de terras improdutivas, garantindo o acesso e a posse das terras para as populações deslocadas pela violência partidária, e as diversas tipologias de violência próprias da época.

O dia 27 de maio de 1964 é assinalado como o dia em que se reconhece²³ a fundação oficial das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) devido aos ataques armados orquestrados pelo governo do Frente Nacional, presididos por Guillermo León Valencia, através da operação militar conhecida como "La toma de Marquetalia" ou "Operación Marquetalia"²⁴ que fazia parte do plano da LASO. Neste primeiro enfrentamento contra as forças militares estrangeiras, o grupo de autodefesa campesinas apenas contou com 50 camponeses/as-guerrilheiros/as que enfrentaram e venceram em combate cerca de 16.000 soldados das forças militares (FARC-EP, 2014).

Posteriormente, essa vitória militar possibilitou a união de vários grupos de autodefesas campesinas majoritariamente liberais. Conformou-se uma guerrilha camponesa

²³ Esse reconhecimento é estabelecido somente após a Segunda Conferência de Guerrilha, em 20 de julho de 1965.

²⁴ A operação iniciou-se no dia 27-28 de maio de 1964, sob a comandância do coronel Hernando Currea.

insurgente no dia 20 de julho de 1964, realizada nesta data a primeira reunião dos combatentes de Marquetalia, um encontro que resultou na composição do Bloco Sul dos nomeados grupos de autodefesa camponesa, em que o “El movimiento toma el nombre de “Bloque Sur”, atendiendo a su ubicación geográfica en el sur del departamento del Tolima y entre los límites de los departamentos de Huila, Cauca y Valle” (SALGARI, 2014, p. 67).

Na primeira conferência guerrilheira (1964), as FARC foram constituídas como um movimento agrário decorrente do Bloco Sul. A realização da conferência viabilizou a constituição do *Programa Agrário de las Guerrillas*, considerando pontos fundamentais como: a reforma agrário-revolucionária, a afronta contra grandes latifúndios e o direito à terra, lutando pela conquista e defesa dos territórios camponeses (reconhecendo-se como vítimas da ofensiva militar organizada pelo Estado contra o campesinato colombiano). Nesse programa de reivindicações agrárias, alguns pedidos também foram estipulados com a finalidade de que o governo fornecesse e garantisse para a população alguns serviços básicos, como educação, mobilidade, saúde, entre outros. De outra parte, pedia-se ao Estado colombiano permanecer de forma pacífica nos territórios, como também o fim da perseguição às organizações camponesas, de esquerda e sindicais.

Nessa época, a guerrilha tinha o apoio do bloco de países comunistas que se organizaram após o fim da Guerra Fria. Como início desse apoio, as FARC participaram da Conferência Tricontinental Revolucionária, realizada no ano de 1966 em La Havana (Cuba), reunindo 512 delegados de 82 países da África, América e Ásia, representando as organizações revolucionárias, movimentos insurgentes, guerrilhas, partidos políticos, organizações sociais de esquerda e comunistas. A assistência das FARC a este encontro reafirmou uma mensagem forte:

La lucha de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo (FARC-EP) es la del pueblo colombiano y latinoamericano: una respuesta desde abajo frente a la violencia sistemática e institucionalizada ejercida desde arriba. Las FARC buscan la convivencia democrática con justicia social y el ejercicio pleno de la soberanía nacional, como resultado de un proceso de participación ciudadana masivo que encauce a Colombia hacia el socialismo (SALGARI, 2014, p.14).

Na sexta conferência guerrilheira, “Se crea a) el estatuto de la fuerza, b) el reglamento del régimen disciplinario y c) las normas internas de comando. Toda esa serie de iniciativas le otorgan mayor organicidad a esta fuerza político militar” (SALGARI, 2014, p. 88), esses pontos delimitam ideologicamente às FARC, assentando os objetivos da sua luta sob a influência de três correntes de pensamento que, conjuntamente, definem a formação educacional e política

dentro da guerrilha, esta nova instrução se classifica em apostilas de formação implementadas e socializadas nos diferentes núcleos guerrilheiros após esta conferência.

A primeira corrente de pensamento é a antropológica, que fornece uma compreensão do processo histórico e evolutivo do ser humano em suas relações com a natureza, com a sociedade, com ênfase especial na categoria de trabalho. A hipótese central sustenta que a produção da terra e (re) produção da vida em sociedade são faculdades que só florescem por meio do trabalho e da consciência da humanidade desse processo produtivo, da dominação da natureza e da tecnificação da vida cotidiana.

A segunda corresponde às contribuições do pensamento marxista-leninista, assegurando que as contribuições do materialismo-histórico-dialético são importantes para a compreensão do mundo como um fenômeno em constante movimento e mudança por forças sociais. Essa proposta filosófica sustenta a ideia da existência da divisão de classes na estrutura social, devido à reprodução da ideologia burguesa e as contradições que existem nela (desigualdade, miséria, guerra, falta de cultura etc.), através dos processos de exploração do proletariado e a introdução da propriedade privada como pilares da produção de vida em sociedade. Ademais, se refere ao domínio da ideologia burguesa que é propagada nas esferas intelectuais.

Por outro lado, as ideias leninistas sobre partidarismo emergem com a dicotomia entre idealismo e materialidade, dicotomia que encontra resposta na necessidade de reverter a ordem socioeconômica, desencorajando a criação de monopólios (estes que reproduzem e justificam o racismo, colonialismo, neoclassicismo) por meio da socialização e redistribuição dos resultados do trabalho. A reivindicação por um modelo de produção socialista-comunista através da luta política econômica (inicialmente remunerada), política (partidarismo, liberdades políticas, ampliação dos direitos da classe trabalhadora, conquista do poder político), de classes e ideológicas (científicas e teóricas, tem a ver com a transmissão e estabelecimento da luta das "ideias"), além do reconhecimento entre as categorias de matéria e consciência marxistas.

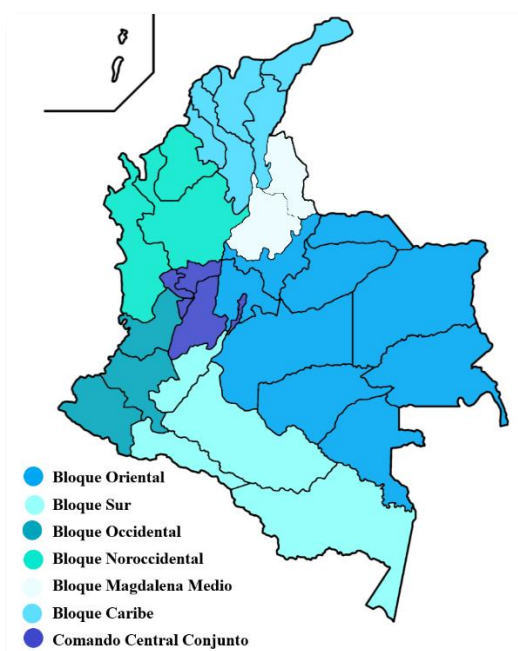
Finalmente – ainda ligados ao exposto – são estudados os fundamentos da economia política marxista, para entender as implicações da vida material e da produção na vida social, aprofundando-se nas características fundamentais das relações comerciais, valor de uso e valor de troca, trabalho concreto e trabalho abstrato, inflação, transformação de moeda em capital, capital constante e capital variável, entre várias outras categorias úteis para análise.

Na sexta conferência, consolida-se o Regulamento de ordem fechada das fileiras de guerrilha, que explica a operação e execução das vozes de comando, calistenia, exercícios de

resistência, ginástica com e sem armas, treinamento disciplinar de combate guerrilheiro, facilitando assim a possibilidade de construir uma guerrilha móvel, em diferentes frentes em todo o território nacional.

Uma das contribuições mais importantes da sexta conferência foi a reflexão sobre o trabalho em duas frentes de treinamento de seus participantes, pois, com o exercício e a preparação física e militar, também foram estabelecidas outras prioridades pedagógicas, como dias de estudo e de alfabetização para os e as guerrilheiras (FARC-EP, 2014). O comandante Jacobo Arenas (2018) assegurou que na guerrilha se estuda e se lê desde os jornais e revistas até as obras clássicas da arte e da ciência. Tudo isso contribui para a formação ideológica política e cultural do guerrilheiro moderno. É importante destacar que, após essa conferência e durante os anos de 1975 e 1980, os guerrilheiros tiveram mais de 27 frentes, distribuídas por todo o território nacional estrategicamente posicionadas (FARC-EP, 2014), o que se pode ver na figura n.º 7 que se segue:

Figura 7 – Distribuição geográfica das FARC-EP no país.



Fonte: Elaboração própria (2021).

Em 1982, foi realizada a sétima Conferência Nacional Guerrilheira, dando origem ao “Plan Estratégico para la toma del poder”, estabelecendo as projeções ao longo de um período de 20 anos para alcançar o controle político e a tomada do poder do país através de uma estratégia militar em andamento, assim como também foi estabelecido que as FARC deveriam

ser reconhecidas a partir dessa data como um grupo guerrilheiro, e não como um grupo de autodefesa camponesa. Justificado na sua composição e por seus ideais políticos, decidiram incorporar o acrônimo de seu nome o "EP" que significa "Ejército del Pueblo":

Las FARC se asumen como ejército de todo el pueblo, y en tal perspectiva de desarrollo político-militar agregan a su nombre FARC la sigla EP (Ejército del Pueblo). Se delinea de manera más clara la caracterización no de una guerrilla de autodefensa (como lo fueron en sus orígenes) sino un ejército revolucionario, patriótico y bolivariano, de proyección nacional y con vocación de poder (SALGARI, 2014, p. 94).

Com essa nova identidade, as FARC-EP obtêm uma nova perspectiva operacional para se tornar um movimento guerrilheiro ofensivo, um plano de expansão de frente de combate é realizado para fortalecer a presença das fileiras no território nacional através do *Pleno ampliado del Estado Mayor central*²⁵ (de 6 a 20 de outubro de 1983), reconfigurando a organização estrutural das FARC-EP. Outro ponto importante sobre a sétima conferência, consistiu na tentativa de construir um processo de paz com o governo do então presidente Belisario Betancourt, negociações que, posteriormente, se conheceriam como "Os diálogos de La Uribe".

Em 1985, "Tirofijo" aceitou uma trégua proposta pelo presidente Belisario Betancourt para a consolidação dos diálogos de paz. Embora a anistia significasse um instrumento que poderia ter possibilitado a luta pela abertura democrática, as FARC-EP se recusam a depor as armas, apontando que a transformação do país deve ser estabelecida por uma mudança geral na Constituição Política e não simplesmente uma reforma constitucional como foi sugerido. A resposta do Estado foi a negação, além de recusar a possibilidade de dismantelar o modelo de ação irregular que se evidenciou no supracitado genocídio da UP, uma série de assassinatos sistemáticos que foram presumivelmente executados em parcerias entre cartéis de drogas (Narcotráfico), o Estado, os paramilitares, e os agentes da DAS (Departamento Administrativo de Seguridad).

Em 1993, foi realizada a oitava Conferência Nacional Guerrilheira. Diante do crescimento da violência, as FARC-EP empreenderam múltiplas estratégias de fortalecimento, expansão e radicalização no país. Concomitantemente, conforme o Estado aumentava a repressão, as vontades coletivas e a revolução também estariam se fortalecendo. Com este

²⁵ O Pleno é responsável pelo reajuste da Secretaria Nacional do Estado-Maior Central, seu executivo, o corpo de assistentes e o reajuste de todos os Estados Principais da Frente.

“novo ar” as FARC-EP conseguiram formar mais de 60 frentes de combate em diferentes partes do país.

Como parte das novas estratégias para o revigoramento das FARC-EP, foram estabelecidos dois novos esquemas que recrudesceram a violência no país. O primeiro foi nomeado de "vácuo de poder", consistiu na destruição física e da infraestrutura das instituições e centros de poder dos povos e municípios de interesse para a guerrilha. Contudo, essas ações significaram que os locais onde as autoridades estatais permaneciam deveriam destruídos, locais como: batalhões, estações e postos policiais, prefeituras, ministérios, secretarias, igrejas, entre outros. Como resultado desse “Vácuo do poder”, as FARC-EP conseguiram apropriar-se do controle de alguns centros urbanos²⁶.

A segunda estratégia foi denominada "Boicote Eleitoral", essa tática procurava a destruição do Estado e de todas as figuras do poder político. O boicote se materializou no sequestro, ameaça, morte e tortura de vereadores, prefeitos dos partidos políticos tradicionais. A lógica consistia em espalhar o medo nas populações com a finalidade de que os comícios eleitorais fossem cancelados, além de procurar mediante a intimidação a proibição da realização de eleições políticas em alguns municípios.

Para financiar essas atividades acima mencionadas foram realizados procedimentos pouco ortodoxos para a coleta de dinheiro com a finalidade de possibilitar a compra de armas e a manutenção das frentes guerrilheiras, uma dessas estratégias foram: a criação de "impostos revolucionários" subtraídos aos produtores de gado, industriais e empresas estrangeiras, cobrando 10% do lucro total que eles obtiveram nas suas operações comerciais e mercantis, em troca os “benfeitores” obteriam a proteção por parte das FARC-EP e sua operação seria garantida, ganhando maior capacidade e segurança para fazer investimentos mais seguros no país e os guerrilheiros receberam o dinheiro para financiar sua estratégia de guerra pela libertação nacional, comprando armas, projéteis, aparatos de comunicação (SALGARI, 2014). Esse tipo de imposto era cobrado de forma forçada e, em muitas ocasiões, quando os empresários se recusaram a contribuir, eram realizadas ações destinadas a destruir a propriedade privada dessas empresas, extorsão, sequestro ou, inclusive, a morte.

Por outro lado, considerando que o incremento da produção de cocaína na Colômbia espalhou-se até os pequenos produtores rurais – os quais começaram a plantar coca para manter

²⁶ Um evento representativo dessa estratégia é a "toma de Mitú" em 1998, como a primeira vez que o grupo armado conseguiu controlar uma capital departamental. Como resultado dessa tomada, 56 pessoas foram assassinadas e 61 foram sequestradas.

sua economia, modificando as lógicas da produção agrícola e a policultura – as FARC-EP se autoproclamam como “una organización político-militar que, como la guerra cuesta caro, impone su impuesto revolucionario sobre la cosecha (de coca)” (SALGARI, 2014, p. 18). Segundo o autor, sua atividade neste cenário está voltada para regularizar e controlar o comércio da folha de coca entre produtores (camponeses) e compradores (narcotraficantes), mediando as transações, os conflitos e cobrando uma taxa para a realização deste trabalho.

Outra estratégia que forneceu o financiamento dos/as guerrilheiros/as na luta armada foi o sequestro de proprietários/as de terras e estrangeiros/as, cobrando grandes quantias de dinheiro para o resgate dessas pessoas. Estas ações se denominaram "pescas milagrosas", que consistiam na montagem de postos de controle nas rodovias para interceptar veículos aleatoriamente e de conformidade à condição econômica, financeira e material, selecionar as vítimas mais promissoras para o sequestro.

Em 7 de janeiro de 1999, o presidente eleito da época, Andrés Pastrana Borrero, desmilitarizou quase 42.000 quilômetros em San Vicente del Caguán, no departamento de Caquetá, de modo a convidar à construção de uma mesa de diálogo entre o governo colombiano e o Estado maior do grupo guerrilheiro liderado pelo comandante Manuel Marulanda Vélez, para a construção da paz. A agenda de discussão para essa reunião incluiu 12 pontos principais: 1) política com justiça social; 2) Proteção dos direitos humanos; 3) Política agrária; 4) Exploração de recursos naturais; 5) Política Econômica; 6) Reforma da justiça/luta contra o narcotráfico; 7) Reformas políticas/Democracia; 8) Reformas estaduais; 9) Direito Internacional Humanitário; 10) Forças militares; 11) Relações internacionais; 12) Formalização de acordos.

Na data estipulada, as FARC-EP não atenderam ao convite, justificando a ausência com uma presumível ameaça terrorista contra a vida do comandante “Tirofijo”. Esse acontecimento é historicamente conhecido como "La silla vacía", em razão da recordada imagem do presidente Pastrana sentado sozinho em uma mesa com outras três cadeiras vazias; o ato foi encerrado com um breve discurso do ex-presidente, dirigindo-se ao povo colombiano, insistindo na construção das negociações para o estabelecimento da paz.

No entanto, este acontecimento não significou o fim das negociações, estas foram retomadas posteriormente por um período de três anos, terminando infrutiferamente no dia 20 de fevereiro de 2002. Como resultado do fracasso desses diálogos, subsequentemente se começou-se a estruturação do “Plan Colombia” que significou a abertura às diversas manifestações das reformas neoliberais nas diferentes esferas (econômica, política, social,

militar, etc.), reformas que procuravam reposicionar o país dentro da região atraindo investimentos estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos. Entre esses, no nível militar, se estabeleceu a estratégia de "Segurança Democrática", para a confrontação e erradicação das dissidências armadas ilegais da Colômbia, militarizando quase por completo o país. Estratégia que foi retomada e fortalecida pelo presidente Álvaro Uribe Vélez (2002-2010).

Para o ano de 2008, a guerrilha elaborou o plano "Renascimento de massas", procurando gradualmente o aperfeiçoamento da organização através de múltiplas táticas, entre elas o treinamento militar da "pisa suaves", combatentes treinados durante anos para sobreviver e lutar em condições extremas com a finalidade de enfrentar de maneira contundente ao "Comando Selva" das Forças Militares colombianas.

Outra estratégia significativa foi a criação de Mini Blocos ou comissões, constituídas como "colunas móveis" para aprimorar as diversas operações militares e de inteligência, assim como recrutar novos membros e combater os esquadrões móveis do exército. Belicamente, isso significou uma reorganização da estratégia militar das FARC-EP. As mudanças permitiram evidenciar a superação dos estágios anteriores da guerrilha, ultrapassando a estratégia inicial original de centralizar as ações da guerrilha desde os acampamentos guerrilheiros para ter uma companhia armada mais dispersa, o que dificultou sua localização.

Durante cinco anos, no meio dos dois mandatos presidenciais do ex-presidente Juan Manuel Santos (2010-2018) as FARC-EP entabularam novamente uma tentativa de diálogo de paz para a finalização da guerra, conhecido posteriormente como os "Acordos de Paz da Habana" que, segundo Lara (2018, p. 118), "Iniciaran o dia 23 de febrero de 2012, cuando en secreto, en La Habana, en presencia de los garantes, Cuba y Noruega, se encontraron por primera vez, de manera oficial en una reunión exploratoria, representantes del gobierno y de las FARC". Formalmente a construção dos espaços de diálogo começou no dia 17 de outubro de 2012 em Oslo, e os pontos centrais do acordo foram estruturados no decorrer de vários encontros.

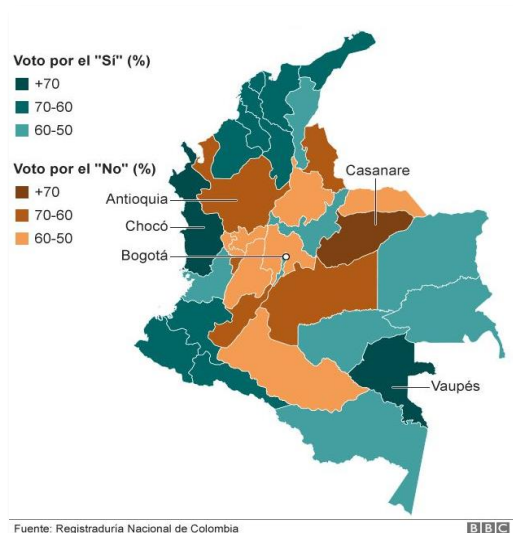
O acordo ostenta esse nome devido à disposição de Cuba de garantir o estabelecimento de uma mesa de diálogo entre ambas as partes. O acordo tinha seis pontos centrais, correspondentes a: 1) Reforma Rural Abrangente; 2) Participação política; 3) Fim do conflito; 4) Solução para o problema das drogas ilícitas; 5) Vítimas; 6) Implementação, verificação e endosso.

As negociações terminaram em 2016 com o cessar-fogo bilateral entre o governo e a guerrilha, os acordos foram assinados na cidade de Cartagena em 26 de setembro de 2016. No

entanto, a assinatura dos acordos não garantiu sua implementação, pois seria através de um plebiscito que o governo buscaria formalizar o que foi conquistado, procurando uma forma mais democrática, abrindo as possibilidades de participação dos/as colombianos/as nesse momento histórico, em razão do que tiveram que passar por mais de 50 anos para ter a possibilidades real de garantir a suspensão das ações armadas das FARC-EP.

Seguindo a Botero (2017, p. 337, tradução livre) “Os colombianos foram convocados às urnas para responder 'sim' ou 'não' à pergunta: Você apoia o acordo final para encerrar o conflito e construir uma paz estável e duradoura? Nem a equipe de governo, com o Sim, nem os apoiadores do Não, viram a vitória eleitoral desta última opção chegando”. As eleições ocorreram no dia 2 de outubro e o NÃO venceu com a porcentagem de 50.21% contra o SIM que obteve o 49,79%, totalizando uma diferença de 0,43%. A negativa pela paz triunfou nos departamentos mais prósperos do país, locais onde a crueldade da guerra não estava latente; em contrapartida o “SÍ” triunfou nos territórios que há mais de 60 anos tem servido como campos de batalha, nos quais a inclemência da violência nunca concedeu uma trégua. A figura a seguir apresenta o resultado do plebiscito por departamentos:

Figura 8 –Mapa de votação por departamentos no plebiscito.



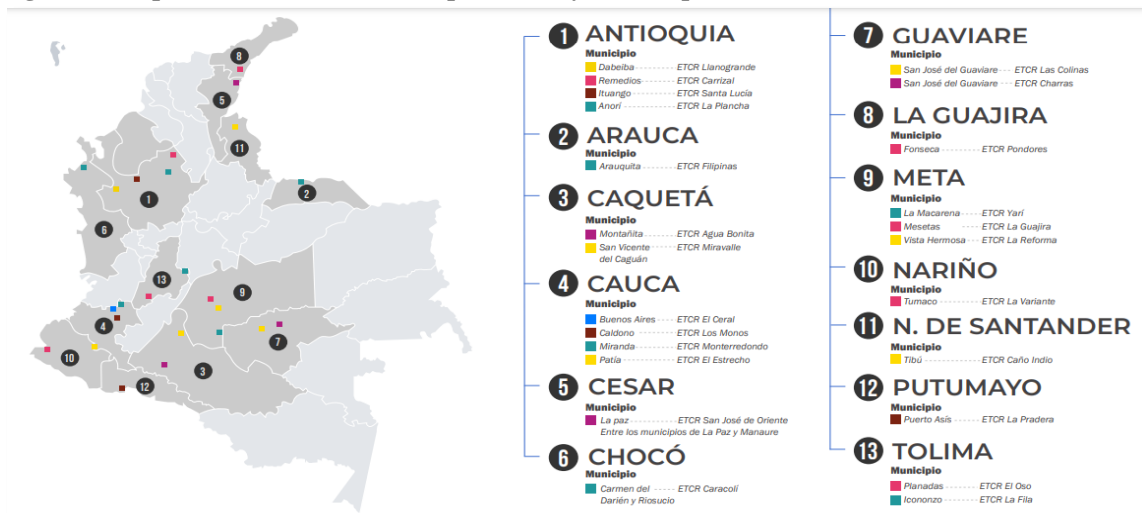
Fonte: BBCnews, 2016.²⁷

²⁷ BBC NEWS MUNDO. Qué dice de Colombia que haya habido 62% de abstención en el histórico plebiscito por el proceso de paz. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37539590>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Embora tenha sido um evento que impactou o país e a comunidade internacional, os pontos pactuados foram e estão sendo parcialmente implementados através de outros tipos de mecanismos judiciais e legislativos. Ainda hoje, algumas das 143 medidas encontram-se em debate (programas, planos, projetos), entre elas a lei de admissão, a jurisdição especial para a paz (JEP), o processo de reincorporação, segurança física, reincorporação socioeconômica, planos para desenvolvimento nacional, formalização fundiária, participação política-reincorporação, entre outros.

Para o processo de reincorporação dos/as guerrilheiros/as se destinaram diferentes espaços de transição à vida civil localizados em diferentes zonas do país adjacentes aos territórios em que, historicamente, eram assentados os blocos das FARC-EP. Estes espaços foram denominados “Zonas Veredales Transitorias de Normalización”²⁸ (ZVTN), depois conhecidas como “Espacios Territoriales de Capacitación y Reincorporación” (ETC) a principal função segundo a “Agencia Nacional de Reincorporación” (ARN) seriam realizadas atividades de formação e reintegração iniciais com as quais se pretende facilitar as fases iniciais de adaptação dos membros das FARC-EP à vida civil. Da mesma forma, pretende-se que essas ações possam contribuir positivamente com as comunidades do entorno:

Figura 9 – Espacios Territoriales de Capacitación y Reincorporación.



Fonte: Agencia Nacional para la Reincorporación y la Normalización (2017).

²⁸ Espaços geográficos que tinham por objetivo iniciar o processo de preparação para a reincorporação econômica, política e social de ex-integrantes das FARC-EP à vida civil. A sua conclusão ocorreu em 15 de agosto de 2017, conforme o disposto no Decreto 1274 de 2017, e atualmente os seus lugares são ocupados pelos Espaços de Formação e Reincorporação Territoriais (ETCR) (ver Decreto 1274 de 2017 e ETCR).

Outra conquista importante após a assinatura dos acordos de paz foi a constituição do partido político “Fuerza Alternativa Revolucionaria de Común” (FARC), em cujo comunicado oficial da fundação se asseverou que:

O partido reúne os princípios e elaborações teórico-políticas derivadas do pensamento crítico e libertário [...], procurando promover e apoiar um processo histórico que permite a construção de uma sociedade alternativa em que a justiça social, democracia real e avançada, superando todas as exclusões, discriminação ou segregação por razões econômicas, sociais, étnicas ou de gênero (FARC, 2017, p.1 tradução livre).

Como pilares se estabeleceram dez pontos para a luta política: 1. Reconocimiento y construcción de nuevos sujetos políticos y sociales; 2. Orden de democracia real, avanzada y profunda; 3. Superación del Estado y edificación de una nueva institucionalidad; 4. Garantía y ejercicio pleno de los derechos humanos; 5. Preservación y reproducción de las condiciones naturales de la vida y del medio ambiente; 6. Desmercantilización y apropiación social de los bienes comunes esenciales; 7. Hacia nueva economía política plural; 8. Organización territorial diversa y autónoma; 9. Cultura y ética para la emancipación; 10. Orden mundial solidario y unidad de Nuestra América.

Como resultado das precárias garantias para a consolidação dos pontos do acordo de paz, a crescente insegurança produzida pelo número de assassinatos das lideranças sociais e ex-guerrilheiros/as, uma parte dos assinantes decidiu rearmar o grupo guerrilheiro e voltar para a vida revolucionária armada. Aproximadamente 1.800 pessoas retornaram às zonas de influência das FARC-EP para se consolidarem como “dissidências das FARC-EP” liderados por Ivan Márquez²⁹ e Jesus Santrich³⁰.

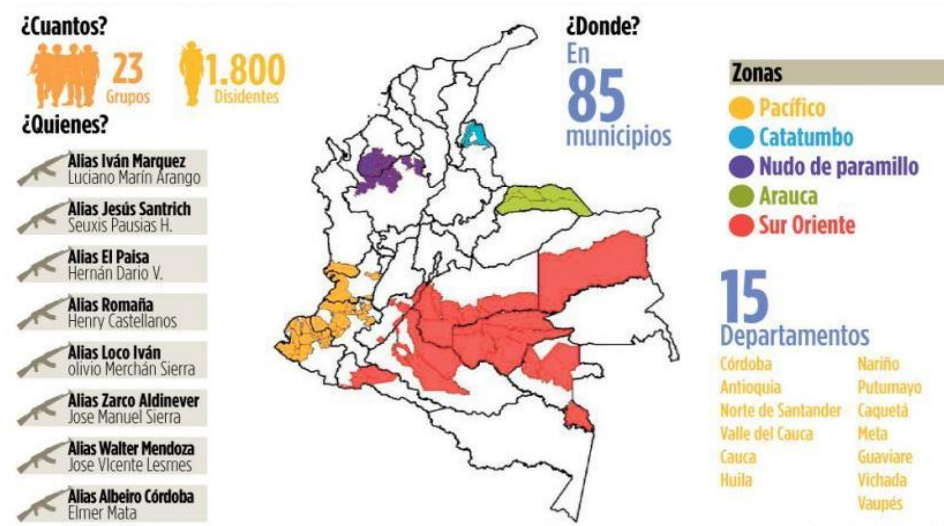
Nesta nova conformação do grupo armado, Ivan Márquez asseverou que a nova luta armada estaria encaminhada para responder violentamente apenas às provocações, não existirão sequestros e sim “impostos revolucionários”, existirão alianças com o ELN e outros grupos armados. No entanto, sobre o posicionamento político, o líder guerrilheiro afirmou que o objetivo será abater a oligarquia, convocar uma nova constituinte, implementação de um novo governo que faça um chamamento ao estabelecimento de novos acordos de paz que envolva todos os grupos armados.

²⁹ Integrante da equipe de negociação das FARC-EP, foi comandante do Bloco do Caribe.

³⁰ Foi um dos principais chefes do Bloco Caribe.

Um dos objetivos desse rearmamento das FARC-EP consiste em retomar o controle territorial que a guerrilha tinha nas comunidades no território nacional, na figura n.º 10 se evidencia como, atualmente no ano de 2021, estas dissidências se distribuem no país:

Figura 10 – Organização geográfica das dissidências das FARC-EP.



Fonte: Fundación Paz y reconciliación (2021).

Como consequência do rearmamento de uma parte dos assinantes no interior do Partido, existiram diversos encontros e discussões, tendo em vista que as massas políticas divergiram da resolução tomada pelas dissidências, pois voltar às armas seria um retrocesso nos múltiplos avanços conseguidos através da luta política no Partido político. Como resultado dessas conversações, o partido decide mudar seu nome de “FARC” para “COMUNES” por razão de que “La palabra COMUNES es una reivindicación de un acumulado histórico nuestro, venimos de los comuneros [...] el nombre nos identifica a todos con los aspectos históricos y es la continuidad de la gesta comunera que se llevó a cabo desde la época de la Colonia”, anunciou Sandra Ramirez, senadora do partido durante a segunda assembleia extraordinaria Nacional em janeiro de 2021.

Figura 11 – Transição da imagem do partido político



Fonte: Página do partido COMUNES (2021).

Essa mudança no interior do partido responde também às necessidades de não associar as dissidências emergentes com as bases políticas do partido, em palavras de Olga Marín (entrevista, 2021):

Esas disputas que se han venido presentando, que son muy incómodas, nos hacen mucho daño; pero a mí me parece que no son extrañas en estos procesos tan complejos de pasar de una ilegalidad y de un claudestinidad a una lucha legal y abierta, ahí se presentan las diferencias “los unos pa' un lado, los otro pal otro”. los que nos mantenemos en el partido pues tenemos ese acumulado que ahora tenemos que ver cómo lo volvemos a retomar y cómo lo sacamos adelante, porque la base sigue en pie y me parece que son buenos elementos para fortalecer y sacarlos adelante; ¡Y eso al final, es importante!

Ainda, seguindo o raciocínio de Olga (entrevista, 2021), “*Nosotros tenemos en la cabeza que nosotros no vamos a volver a las armas. No estamos en ese proyecto*”, pois a luta política de COMUNES prevalece e nela persistem as esperanças da construção de uma sociedade diferente na que outras realidades sejam possíveis.

3.1.3 O eclipse do sonho revolucionário

Estabelecemos a trajetória que corrobora o surgimento, a consolidação e o término das FARC-EP como grupo revolucionário armado, no entanto num exercício de dignificação e de reconstrução da memória das vítimas. Destinamos esta subdivisão do texto para expor algumas informações que permitem identificar a responsabilidade das FARC-EP no prolongamento e intensificação da dinâmica do conflito armado interno na Colômbia, há mais de 60 anos, desde a sua fundação em Marquetalia, deixando como saldo um total de 261.619 vítimas.

Ao longo da caminhada das FARC-EP como guerrilha, o grupo armado incorreu em diversas ações violentas que eclipsaram as convicções da libertação dos menos favorecidos do sistema opressor e excludente. Decorrente da combinação das diversas formas de luta (especialmente a luta armada) este grupo passou de vítima das ações militares e fraudulentas do Estado, para se converter em perpetrador de uma série de violências consubstanciadas nas diferentes modalidades de crimes de guerra.

A seguir serão apresentados alguns dos crimes consumados pelas FARC-EP, estas ações se configuram como crimes de guerra pelos quais, na atualidade, os/as ex-guerrilheiros/as deverão comparecer ante a “Jurisdicción Especial para la Paz” (JEP).

Massacres: O “Centro Nacional de Memoria Histórica” (CNMH), no informe intitulado “Basta ya” publicado no ano 2014, informou que as FARC-EP foram responsáveis de perpetrar aproximadamente 238 massacres, com um saldo de 1.400 vítimas entre os anos 1980-2012, asseverando que de cada dez massacres cometidos por grupos guerrilheiros, sete eram executadas pelas FARC-EP. Algumas das mais cruéis e significativas foram:

Quadro 1 – Massacres das FARC-EP

ANO	NOME	ANO	NOME	ANO	NOME
1975	Masacre de Guaduas Negras	1999	Masacre de Nariño, Antioquia	2003	Masacre de Urrao, Antioquia
1978	Masacre de Cimitarra	1999	Masacre de Arauquita, Arauca	2003	Masacre de Sonsón, Antioquia
1981	Asaltos en Planeta Rica (Córdoba), Valparaíso (Caqueta) y Pavarando Grande (Antioquia)	1999	Masacre de Acevedo, Huila	2003	Masacre de El Retorno, Guaviare
1984	Masacre de La Traviata y las Palmas	1999	Puerto Rico, Caquetá	2003	Masacre de Puerto Leguizamo, Putumayo
1985	Turbo, Antioquia	2000	Masacre de Rioblanco, Tolima	2004	Masacre de La Gabarra
1986	Masacre de Puerto Nare, Antioquia	2000	Masacre de Cunday, Tolima	2004	Masacre de Pensilvania, Caldas
1987	Masacre de Bejucales	2000	Masacre de Ataco, Tolima	2004	Masacre de Timaná, Huila
1989	Masacre de San José de Fragua	2000	Masacre de Pensilvania, Caldas	2004	Masacre de Argelia, Antioquia
1994	Masacre de La Chinita	2001	Masacre de Batata, Tierralta	2004	Masacre de Timaná, Huila
1995	Masacre de Los Kunas (Carepa, Antioquia)	2001	Masacre de Río Manso, Tierralta	2004	Masacre de San Salvador, Tame
1995	Masacre de Bajo del Oso	2001	Masacre de Libano, Tolima	2005	Masacre de Quibdó, Chocó
1996	Masacre de Osaka (Carepa, Antioquia)	2001	Masacre de Prado, Tolima	2005	Masacre de Valdivia
1996	Masacre de Alto de Mulatos y Pueblo Bello	2001	Tarazá, Antioquia	2005	Masacre de Milán

1997	Masacre de Pitalito, Huila	2002	Masacre de Bojayá	2005	Masacre de Campoalegre, Huila
1998	Masacre de Chaparral, Tolima	2002	Masacre de Colombia, Huila	2006	Masacre de San José del Guaviare
1999	Masacre de Rovira, Tolima	2002	Masacre de San Rafael, Antioquia	2006	Masacre de Rivera, Huila
1999	Masacre de San Antonio, Tolima	2002	Masacre de Apartadó, Antioquia	2007	Masacre de Yarumal, Antioquia
1999	Masacre de Génova, Quindío	2002	Masacre de Albania, Caquetá	2008	Masacre de Miraflores, Guaviare
1999	Masacre de Samaná, Caldas	2002	Masacre de Campoalegre, Huila	2009	Masacres de indígenas Awá en Nariño
1999	Salamina, Caldas	2003	San Carlos, Antioquia	2012	Masacre de Cumaribo

Fonte: Dados CODHES, elaboração própria (2021).

Sequestros: As cifras apresentadas pela sala de reconhecimento da JEP testemunharam que FARC-EP foram responsáveis por mais de 21.300 vítimas de sequestro. Alguns dos casos mais midiáticos foram:

Quadro 2 – Casos emblemáticos sequestros FARC-EP

1996 Base militar de "Las Delicias", 60 sequestrados	2001 Sequestro congressista Orlando Beltrán Cuéllar
1997 Base do Exército Cerro de Patascoy, 18 sequestrados	2001 Sequestro da congressista Consuelo González de Perdomo
1998 El Billar (Caquetá) 43 sequestrados.	2001 Sequestro e assassinato da ministra de Cultura, Consuelo Araújo
1998 Base antinarcóticos Miraflores, 56 sequestrados	2002 Sequestro de avião e retenção de três ocupantes.
1998 Toma a Mitú, 61 sequestrados	2002 Sequestro da candidata presidencial Ingrid Betancourt e Clara Rojas
1999 Três estadunidenses sequestrados na fronteira com Venezuela	2002 Sequestro do Governador Guillermo Gaviria, e do assessor de paz Gilberto Echeverri.
2000 Sequestro do representante Óscar Tulio Lizcano	2002 Assalto à Assembleia Departamental do Valle del Cauca (Cali) 12 deputados sequestrados.
2000 Sequestro do Ex-ministro Fernando Araújo	2003 sequestro estadunidenses Keith Stansell, Marc Gonsalves y Thomas Howes
2001 Sequestro do ex-governador Alan Jara	2003 assassinato do governador Gaviria, o ex-ministro Echeverri e oito militares para impedir seu resgate
2001 Sequestro do senador Luis Eladio Pérez Bonilla	2007 anunciou que numa ação de fogo cruzado com grupos militares onze dos doze deputados foram assassinados.
2001 Sequestro dos dois filhos do senador Jaime Lozada, sua esposa e 12 vizinhos.	

Fonte: Dados Fundación Ideas para la Paz (FIP), elaboração própria (2021).

Um fato importante a ser destacado é que só em 2020 as FARC-EP reconheceram sua responsabilidade sobre a estratégia de guerra conhecida como “sequestro”, admitindo que esta

prática correspondia a um crime contra a humanidade. Tendo em vista que esta prática foi sistematicamente executada pelas FARC-EP nos seus anos de guerrilha, anunciaram o seu compromisso de responsabilização perante à JEP pelo esclarecimento da verdade. Em 14 de setembro de 2020, em uma declaração aberta, o Partido COMUNES afirmou que "El secuestro fue una práctica de la que no podemos sino arrepentirnos, sabemos que no hay razón, ni justificación para arrebatarle la libertad a ninguna persona. Reiteramos nuestro compromiso para rendir cuentas ante la Justicia".

Recrutamento de crianças e adolescentes: conforme relatório entregue pelo Ministério Público à Jurisdição Especial pela Paz (JEP), estima-se que desde 1975 até 2014, 11.556 menores entre os 7 até os 17 anos foram recrutados pelas FARC. Após o processo de desmobilização, realizou-se um censo demográfico por parte da "Agencia Nacional para la Reincorporación y la Normalización" (ARN) e 50,14% dos combatentes, que no processo de reincorporação estavam em fase adulta, ingressaram às fileiras deste grupo armado sendo crianças-adolescentes:

Meninos e meninas formam a base dessas estruturas hierárquicas. As atividades mais comuns que executam são: realização de tarefas de inteligência ou vigilância (92%) (incluindo cobertura de perímetros com minas anti pessoal), pecuária, cozinha e construção de fossas sépticas (90%), combate, assaltos, participação em operações (87%) , nas comunicações (17%), nas finanças básicas e abastecimento logístico (19%), na saúde (14%), na extorsão (50%), nos assassinatos seletivos (acerto de contas e punições exemplares) (42%), nos sequestros (36%) e eliminação e manuseio de cadáveres (50%) (SPRINGER, 2012, p. 44, tradução livre).

Minas anti-pessoal: segundo o CNMH, o uso de minas anti-pessoal tornou-se a tática militar das FARC-EP para compensar a perda de iniciativa militar no conflito armado desde o ano 2000. Ainda que o uso de minas seja considerado um instrumento legítimo no âmbito da guerra e sua utilização como crime menor e não letal, no caso particular da guerrilha, esse crime ganha uma maior dimensão, pois as vítimas não foram apenas membros ativos das forças militares ou outros grupos armados inimigos, muitas das vítimas foram camponeses, crianças e população civil em geral:

Sin embargo, la contención militar que logró la guerrilla con las minas antipersonal implicó un alto costo humanitario para la población civil. De hecho, de un total de 10.189 víctimas registrado entre 1982 y 2012 por el PAICMA, 151 3.885 fueron civiles (38%) y 6.304 miembros de la Fuerza Pública (62%), lo que revela el impacto indiscriminado de este tipo de arma. Así, por cada dos combatientes que caen en una mina antipersonal, un civil también lo hace (CNMH, 2014, p. 93).

Na realidade, as afetações físicas não são as únicas consequências do contato com as minas anti-pessoal, o CNMH (2014) afirma que “os danos causados a nível físico (amputação de membros e deficiência auditiva e visual) e psicológico fazem com que esta arma tenha um impacto profundo nos projetos de vida das vítimas a nível familiar, social e laboral”.

Entre outras atividades criminosas executadas pelas FARC-EP são destacadas algumas como: atentados terroristas, roubo de petróleo, roubo de gado, extorsão, mineração ilegal, narcotráfico, violações à liberdade de expressão, assassinato, “tomas guerrilheiras” e ataques a bens civis, deslocamento forçoso, violência sexual contra crianças e menores, entre inúmeros outros crimes de guerra.

Reconhecer as diferentes formas de violência que ocorrem no contexto do conflito é importante e entendemos ser necessário mostrar que essa violência tem uma intencionalidade também marcada pelo gênero. Para esta afirmação, é importante fazer um esclarecimento conceitual em relação à categoria gênero.

3.2 “Soy la voz de mis ancestras, soy la vida que fluye de regreso hacia la tierra”

Desvendado superficialmente o horizonte histórico-bélico que faz parte da construção da realidade e do contexto da Colômbia, é preciso aprofundar na compreensão sobre como estas experiências e vivências afetaram e afetam de forma diferenciada à população, sustentando que, ainda sendo compartilhadas as condições ou as pautas do conflito armado, as afetações das lógicas da guerra também possuem um recorte de gênero, de raça, de classe que se materializa na intensificação das opressões e, por conseguinte, numa acentuação das violências contra as pessoas pertencentes às populações historicamente marginalizadas.

Estas reflexões são necessárias, pois se procura não reproduzir uma única interpretação das dinâmicas do conflito armado colombiano, em razão de que “Uma visão universalizante da sociedade, da mudança social, a partir de um só sujeito, acaba reproduzindo a visão das classes dominantes” (FEDERICI, 2018, p. 8, tradução livre). Com isto, pretende-se reconhecer a forma que esses espaços de conflito foram essencialmente construídos e mantidos pelos homens e pelas instituições e estruturas historicamente opressivas.

Para aprofundar na compreensão das opressões que sustentam e reproduzem estruturalmente e historicamente a dominação e violência contra as mulheres, primeiramente precisa-se aprofundar no estudo de algumas categorias de análise úteis como patriarcado,

misoginia, heteronormatividade, sexismo e machismo. Subsequentemente, aprofundaremos nas definições que fundamentam a perspectiva feminista e de gênero.

Entendemos o patriarcado a partir das reflexões de Delphy (2009) e Lamus (2010) como o sistema que foi e será a manifestação sociocultural que situa as mulheres e as representações femininas em estado de opressão diante do domínio do homem ou das representações masculinas, esta perspectiva está sustentada na ideia de uma hierarquia fundamentada na diferença sexual. Esse domínio se estende pela sexualidade, pela economia, pela cultura, pelos corpos, sempre através de relações de poder verticais e desiguais.

É crucial entender que esta dominação masculina acompanha o desenvolvimento da história, do mundo e das sociedades, pois ela se estrutura:

[...] no sólo como práctica local y doméstica, sino como matriz cognoscitiva y de dominación histórica, anterior al capitalismo [...] el patriarcado se transforma y se adapta permanentemente a las condiciones de las nuevas exigencias del capital, de la sociedad y las culturas, penetrando en lo más cotidiano y sensible de la vida de todos los seres humanos, lo cual demanda, necesariamente, una autorreflexión acerca de cómo portamos y reproducimos en nuestras propias prácticas, hombres y mujeres, este sistema de sistemas (LAMUS, 2010, p. 27).

Com isso, inferimos que o patriarcado se tem sustentado historicamente permeando todas as ordens das experiências da vida em sociedade, desde os âmbitos locais/privados até as estruturas, instituições, papéis, regulações simbólicas, etc., atribuindo pautas que sustentam as assimetrias de sexo, gênero, etnia, classe. Essas pautas dividem a sociedade e prescrevem o “dever ser” mediante dispositivos de preceitos sobre os corpos, comportamentos, aspirações e limitações em função do sexo/gênero atribuído biologicamente (cisgênero) ou por identidade (transexuais, transgênero, travestis).

Contudo, o patriarcado pode ser entendido como a ordem lógica que sustenta e possibilita o não reconhecimento das mulheres, as diversidades sexuais, os/as não brancos/as, os/as pobres, como indivíduos autônomos e como coletivos capazes de propor e realizar mudanças sociais, culturais e econômicas radicais que procurem a equidade, a justiça social/ambiental, o reconhecimento e valorização das diversidades de todo tipo. O patriarcado rouba as possibilidades do reconhecimento das individualidades e as potências existentes nelas, impondo novas formas de colonização mediante alianças com outros tipos de opressão como o colonialismo, o racismo, o capitalismo e o etnocentrismo. Estas “parcerias” se manifestam na imposição de limites que se traduzem na “autorização” para exercer violências contra aquelas pessoas que subvertem a norma ou atentem contra o *status quo* heterossexual, branco, burguês.

Outra categoria importante é a misoginia, pensada como o ódio ou desprezo das representações que, culturalmente, tem se associado com a feminilidade ou com as mulheres. Esse ódio se traduz em violência de toda natureza: verbal, física, simbólica, patrimonial, laboral, etc. Segundo o Coletivo Feminista *La revuelta* (2016) a misoginia poderia ser reconhecida como uma ideologia política similar ao racismo ou ao antissemitismo, para justificar a subordinação das mulheres, em que se figura como parte dos padrões culturais de muitas sociedades, estabelecendo regras e condutas para as mulheres e diante a dúvida sobre o seu acatamento, culpa à mulher.

Um exemplo poderia ser a justificativa de uma agressão sexual argumentando que a mulher estava procurando ser agredida devido ao tipo de roupa que estava vestindo, ou também é possível identificá-la em frases como “tinha que ser mulher” “faz como mulher” “está parecendo uma mulherzinha”, entre muitas outras. Por fim, a misoginia está ancorada nas bases ideológicas das sociedades e se reproduz mediante os estereótipos de gênero que delimitam as possibilidades e as capacidades das mulheres e as identidades feminilizadas.

Da mão da misoginia se ergue o sexismo, este se estabelece como o preconceito ou discriminação que privilegia o sexo masculino sobre o feminino. O sexismo está fundamentado na objetivação, silenciamento e desvalorização constante das mulheres, impossibilitando que sejam mais do que objetos de desejo e de propriedade dos homens. Suas manifestações estão presentes em todas as atividades e interações da vida social e delimitam uma organização social em razão de estereótipos de sexo e gênero.

Mais uma categoria importante para nossa pesquisa é o machismo, compreendido como o conjunto de crenças, condutas, atitudes e práticas sociais que justificam e promovem atitudes discriminatórias contra as mulheres. Segundo o Instituto Nacional de las Mujeres de México (INMUJERES, 2007, p. 92) o machismo “se considera una forma de coacción que subestima las capacidades de las mujeres partiendo de su supuesta debilidad. Castiga cualquier comportamiento femenino autónomo y es la base de la homofobia”.

Para compreender as dinâmicas patriarcais, sexistas, misóginas e machistas e suas manifestações, é necessário um olhar crítico em dois sentidos, o primeiro voltado para o contexto em que se desenvolvem as relações sociais entre mulheres e homens, e o segundo direcionado, retrospectivamente, para compreender a forma como estas dinâmicas foram internalizadas em diferentes culturas no decorrer da história. É preciso pesquisar sobre estas temáticas para entender como funcionam estas opressões, não apenas como um exercício

acadêmico, mas também como um compromisso ético e político que poderia contribuir à não repetição das diversas formas que se violentam as mulheres e as populações oprimidas.

Com isso, reafirmamos que a intencionalidade da nossa pesquisa será articular os aportes dos estudos feministas e de gênero para a compreensão das vivências e aprendizagens próprios dos espaços de militância em que as mulheres ex-guerrilheiras das FARC-EP participaram e participam, e para isso precisaremos pontuar algumas categorias transversais para a natureza desta modalidade de estudo como sexo, gênero, binarismos, heteronormatividade, entre outras.

Na investigação abordaremos a realidade das mulheres, porém mencionamos que por “mulheres” não nos referimos estritamente às características biológicas ou fenotípicas sobre os corpos femininos que remetem à construção tradicional do sistema sexo-gênero e a ordem socio-simbólica patriarcal. Intencionando aprofundar na compreensão do que se entende por sexo nesta pesquisa vamos nos apoiar em Falquet (2018), quem assegura que o “sexo” no imaginário coletivo está atribuído à biologia que refere às diferenças corporais que são lidas como típicas de “mulheres” ou “homens”, ou seja, sexo se alude à atribuição sexual que é dada às pessoas dependendo de sua genitalidade e, fundamentado nisso, se constroem imaginários que determinam socialmente o “dever ser” e o “dever fazer” de cada uma das pessoas; assim como também se designam as permissões e as limitações culturalmente estabelecidas para sua *performance* sexual como macho ou fêmea humana.

Estas conceituações tradicionais histórico-culturais sobre o sexo evidenciam a exclusão dos corpos que, apesar de terem um sexo fixado biologicamente, se identificam e se assumem numa corporeidade e sexualidade diferente, como são as performativas e vivências “trans” (transgênero, transformista, transexual, travesti) e as existências não binárias ou *queer*. A leitura da rejeição dessas outras identidades transgressivas ou não-normativas remete-nos às ideias sobre o binarismo e a heterossexualização obrigatória como únicas formas aceitáveis e desejáveis de vivenciar o próprio corpo e de perceber os corpos alheios, além de sustentar por meio preceitos sustentados “na ciência” a dominação masculina desde um enfoque capacitista (força, agilidade, inteligência, resistência, etc.)

Por outro lado, temos mais uma questão, pois uma análise feminista sem abordagem de gênero não transcende de ser a reprodução de lógicas de dominação binária. Portanto, destacamos que entendemos gênero na linha de pensamento de Scott (1990) como uma “qualidade fundamental social das distinções fundadas no sexo” reafirmando que essa categoria é uma construção cultural que, historicamente, tem providenciado a legitimação e o

ordenamento das pautas sobre o feminino e o masculino que naturalizam os imaginários subjetivos intencionados à subordinação das mulheres sob os homens, nas áreas da sexualidade, reprodução, educação, trabalho, etc., acentuando as assimetrias de Gênero.

Dentro da categoria de gênero também poderia ser analisado “o conjunto de práticas, símbolos, representações, normas, valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e fornecem um sentido um sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana, e no geral ao relacionamento entre as pessoas” (GÓMEZ, 2006, p. 40, tradução livre). Outras subcategorias como a linguagem, identidade, parentesco, sexualidade, política e poder têm sido permeadas por este sistema de dominação, pois nelas estão implícitas hierarquias de repressão e controle sobre sexos que favorecem a criação e manutenção das desigualdades sociais. Neste sentido, os estudos de gênero têm possibilitado a compreensão sobre as assimetrias e as opressões cimentadas na divisão sexual e dicotômica entre os homens e todas aquelas identidades não masculinas.

Com isto, tanto o sexo quanto o gênero podem ser categorias construídas socialmente, que são incorporadas no decorrer das relações interpessoais e comunitárias com a finalidade de ser internalizadas, naturalizadas e reproduzidas culturalmente através das diversas práticas sociais e, como consequência, estas definições delimitam a subjetividade e a identidade das pessoas a uma espécie de universo de significados heterossexuais e binários.

Poderíamos ir além e entender que essa análise dicotômica entre homens e mulheres não chega a discutir outros tipos de opressão baseados em raça, etnia, gênero, orientação sexual, classe e entre muitas outras formas em que se reproduzem as mesmas lógicas patriarcais para a manutenção das oligarquias econômicas, territoriais, intelectuais, culturais, sociais e militares.

Ribeiro (2020, p. 51) nos alerta sobre o equívoco latente na universalização da categoria “mulheres” uma vez que “o não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva à legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo”. Com isso, percebemos que a análise da condição de ser mulheres será lida de forma diferenciada dependendo do contexto e das vivências pessoais, sociais e culturais, procurando reconhecer e valorizar o lugar de fala de cada uma das mulheres.

Seguimos novamente Ribeiro (2020, p. 69) quanto ao conceito de “lugar de fala” como a possibilidade de que as pessoas excluídas consigam ser incluídas na linguagem e no discurso e criar uma consciência individual e coletiva sobre as potencialidades da própria visibilidade, e o questionamento dos locais de legitimação tradicionais sustentados no privilégio:

A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder [...] pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva.

Com isto, evidencia-se que as leituras da realidade das mulheres podem ser variadas, fundamentando que a organização social que promove as diferenças é a que possibilita a materialização das intencionalidades das políticas de exclusão³¹ dentro dos múltiplos sistemas de poder (colonialismo, racismo, xenofobia, sexismo, capitalismo, etc.) e estas exclusões podem se acumular e produzir múltiplas formas de segregação e desigualdade. Por exemplo, poderíamos falar sobre a diferença que existe entre ser uma mulher branca e ser uma mulher negra, ou ser uma mulher negra pobre, ou ser uma mulher negra, pobre e lésbica, ou ser uma mulher negra, pobre, lésbica e analfabeta.

Em parte, estas múltiplas repressões podem ser estudadas no que Patricia Hill Collins, em 1982, denominou como a matriz de opressão. Corresponde a uma forma de análise que permite identificar como os diversos sistemas de dominação podem intensificar e produzir múltiplas opressões que impossibilitam a superação da subjugação dentre as relações de poder e dominação. A simples leitura e compreensão dessas desigualdades baseadas na diferença não necessariamente implica uma mudança radical que garanta a inclusão definitiva. Um exemplo disso poderiam ser as políticas de ações afirmativas que, de certa forma, possibilitam o acesso aos bens e serviços por parte das populações historicamente excluídas em função do que faz delas diferentes (raça, sexualidade, capacidades, economia), mas, as bases ideológicas e práticas que sustentam essas exclusões não são atingidas, nem se pensa numa transformação radical dos sistemas de dominação. Nesse sentido, continuamos reproduzindo dinâmicas de exclusão a tal ponto que o próprio sistema neoliberal e capitalista adotou conceitos como “interseccionalidade”, “equidade”, “justiça social” para a promoção de políticas, planos e projetos.

Partindo da ideia de que não devemos reproduzir uma visão universalizante do mundo, tal como foi afirmado anteriormente, é pertinente destacar e elucidar que neste texto nosso

³¹ Entendemos por intencionalidades políticas de exclusão todas aquelas manifestações que com a intencionalidade de segregar e diferenciar as minorias estabelece um domínio fundamentado na supremacia mediante privilégios (brancos, heterossexuais, burgueses, coloniais) que não permitem uma mudança radical.

interesse será falar sobre as mulheres, ratificando que compreendemos como mulheres a todas aquelas pessoas que sob a identidade de gênero têm-se construído e assumido como mulheres, a partir dos múltiplos contextos e vivências, classe social, sexo, gênero, etnia, raça, orientação sexual, orientação de gênero, entre outros.

Visto que, tal como exposto, na categoria mulheres podem existir diferentes formas de se assumir e vivenciar, agora nos permitimos aprofundar na importância do lugar de fala em plural, entendendo que ser mulher é o processo cotidiano inacabado de se compreender como mulher e definir-se como mulher perante o mundo. Com isso, entendemos a importância de citar “mulheres” e não “mulher” como reconhecimento de uma categoria afirmada num posicionamento político e ético, que dá conta das diferentes maneiras pelas quais se chega a ser mulher por meio de experiências urbanas, rurais, afrodescendentes, indígenas, lésbicas, trans, burguesas, proletárias, entre outras. Também, valorizar a forma que as “mulheres” como sujeito político têm se posicionado diante às representações patriarcais evidentes nos cenários ideológico, político, econômico e cultural dos quais foram excluídas, subjugadas, exploradas e silenciadas por diferentes práticas que fazem parte do “pacto social” e das condutas moralmente legitimadas

Tendo explicitado o nosso entendimento sobre algumas categorias importantes para a análise de gênero, a seguir, serão apresentadas algumas reflexões em relação às contribuições da teoria feminista que complementarão as contribuições supracitadas e que favorecerão o esquadramento do posicionamento emergente do “feminismo insurgente”, criado e anunciado como prática política e ética das mulheres ex-guerrilheiras das FARC-EP.

Entendemos por feminismo a “teoria e prática plural que abrange diversas percepções, distintas elaborações intelectuais e diferentes propostas de atuação derivadas em todos os casos de um mesmo fato, a subordinação e opressão das mulheres nas sociedades patriarcais” (GÓMEZ, 2008, p. 14, tradução livre). O feminismo procura se questionar e se posicionar diante a lógica do poder patriarcal, na tentativa de reconfigurar uma nova ética que permita um maior valor social e político às mulheres e aos coletivos historicamente segregados pelas dinâmicas excludentes do sistema sexo-gênero.

Tiburi (2018) assegura que o feminismo pode ser definido como o desejo por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiças armadas sistematicamente pelo patriarcado. É nesta ideia de democracia radical que a Tiburi (2018, p. 11) afirma que o feminismo:

Nos leva à luta por direitos de todas, todes e todos. Todas porque quem leva essa luta adiante são as mulheres. Todes porque o feminismo liberou as pessoas de se identificarem somente como mulheres ou homens e abriu espaço para outras expressões de gênero –e de sexualidade- e isso veio interferir no todo da vida. Todos porque luta por certa ideia de humanidade (que não é humanismo, pois o humanismo também pode ser um operador ideológico que privilegia o homem em detrimento das mulheres, dos outros gêneros e, até mesmo, das outras espécies) e por isso mesmo, considera que aquelas pessoas definidas como homens também devem ser incluídas em um processo realmente democrático, coisa que o mundo machista –que conferiu aos homens privilégios, mas os abandonou na profunda miséria espiritual- nunca pretendeu realmente levar à realização.

Entendemos que o feminismo trabalha a partir de diferentes frentes, criando alianças estratégicas para o desmoronamento do sistema patriarcal. Uma das estratégias mais importantes radica na reflexão sobre a construção do conhecimento e o domínio e privilégio epistémico, pois:

El feminismo ha desvelado el carácter sexuado del conocimiento, la parcialidad de todas sus afirmaciones, la íntima relación entre saber y poder. Ha puesto a las grandes narrativas en el incómodo contexto de la política, retirándolas del comfortable dominio de la epistemología. Cuestiona la supuesta neutralidad respecto a los sexos que muchos pensadores suelen utilizar para explicar sus teorías (GÓMEZ, 2008, p. 14).

O feminismo questiona as bases culturais, intelectuais, sociais e econômicas nas quais toma força o poder que segrega as distintas sociedades, mirando o reconhecimento das limitações históricas por meio da indagação dos contextos, práticas e lógicas de dominação, procurando através da análise, da crítica, da autocrítica, a superação e ruptura dos ciclos hegemônicos. O feminismo é potência na prática, é luta e resistência, é a força e a ternura sorora; o feminismo é a esperança da democracia radical.

Novamente, na intencionalidade de não legitimar visões universalizantes, é preciso estabelecer que não existe uma única proposta feminista que abarque a conjugação de todas as lutas e reivindicações das populações excluídas pelo sistema patriarcal. Não podemos falar em singular sobre os feminismos, embora sua essência esteja arraigada na superação do patriarcado, os/as sujeitos/as políticos/as que representam são diversos.

Entendemos que os feminismos devem ter sobrenome ou apelido correspondente às lutas que perseguem e ao momento histórico em que se desenvolvem. Fazendo um percurso rápido e superficial sobre a evolução dos feminismos, identificamos que estes estão divididos em três grandes grupos. O primeiro é o feminismo da primeira onda³², sustentado

³² Algumas das expoentes desta época foram a Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Flora Tristan, Emilie du Châtelet, Harriet Taylor e entre outras.

primeiramente nas lógicas eurocêntricas da época da revolução francesa, no qual onde procuravam a igualdade e a liberdade em relação aos homens e que, entre estas iniciativas de luta, encontram-se *as sufragistas* (direito ao voto). Se evidenciam, desse modo, o *Feminismo Socialista* (identificando as mulheres como parte de uma classe social que é afetada pelo capitalismo e questiona a ideia de um proletariado homogêneo); o *Feminismo Marxista* (avançando na necessidade do reconhecimento das opressões capitalistas sobre as mulheres, assim como idealizar possibilidades para o retorno delas ao trabalho produtivo); o *Feminismo Anarquista* (significando a ruptura das hierarquias entre homens e mulheres, assim como a abolição dos sistemas de classes sociais, procurando a implementação de mecanismos mais autônomos para a organização social).

O feminismo da segunda onda³³ originou-se na década de 1960 com grande influência nos Estados Unidos, entendendo que as opressões das mulheres não se limitavam simplesmente à inclusão delas nos sistemas de dominação. Inicia-se um estudo e aperfeiçoamento das críticas aos padrões de reprodução cultural das formas de dominação sobre as mulheres nas sociedades, entre as principais manifestações desta emergente reconfiguração das lutas feministas estão o *Feminismo Radical* (rejeição à ideia da igualdade, crítica ao sexismo e às formas como se consolidavam e operavam as organizações e partidos de esquerda; anti-hierárquicas, sustentam a tese de que “o pessoal é político”); o *Feminismo da Diferença* (reafirma a importância da justificativa e reconhecimento da diferença, porque é essa diferença a que causa as desigualdades entre homens e mulheres); o *Feminismo Materialista* (procura indagar sobre as condições materiais que permitem articular justificativas de sexo e classe social identificando as alianças entre patriarcado e capitalismo).

O feminismo da terceira onda³⁴ reconhece a necessidade da não universalização da categoria “mulheres” e contribui para novas formas de luta, novas cosmovisões e uma quebra com a ideia do mundo binário, algumas de suas propostas são o *Feminismo Popular* (subordinação das mulheres pela posição de classe); o *Feminismo Lésbico* (fundamentado no lesbianismo político e a crítica à heterossexualidade obrigatória); o *Feminismo Indígena* (inclusão das reflexões comunitárias, colonialistas, etnocêntricas, questiona o genocídio histórico das cosmovisões e populações ancestrais, reivindica a terra como ser vivente); o

³³ Algumas das expoentes desta época foram Kate Miller, Germaine Greer, Bell Hooks, Maxine Hong Kingston, Simone de Beauvoir, Clara Zetkin, Emmeline Pankhurst, Clara Campoamor, Carmen de Burgos, Lucretia Mott, Emma Goldman, Elisabeth Cady Stanton e entre outras.

³⁴ Algumas das expoentes desta época foram Betty Friedan, Angela Davis, Maria Lugones, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Marcela Lagarde, Judith Butler, Amelia Valcárcel e entre outras.

Feminismo Negro/Afro (imbricação da raça, classe, sexo e gênero, crítica radical aos sistemas e preceitos racistas); o *Feminismo Decolonial* (articula as contribuições dos feminismos questionando as relações de raça, gênero, sexo, classe); o *Feminismo Pós-estruturalista* (procura identificar as opressões em três níveis: sexismo, patriarcado e falocentrismo. Centra a atenção nos discursos e na linguagem como instrumentos que mediam nas relações de poder). Na atualidade existem múltiplos novos posicionamentos sobre os feminismos, até mesmo a tentativa de consolidação de uma quarta onda do feminismo.

Para a nossa análise, essas concepções são importantes, pois elas ajudarão na compreensão da consolidação do “feminismo insurgente” como iniciativa ética e políticas das mulheres ex-guerrilheiras das FARC-EP. Esta iniciativa nasce como o resultado da construção de um documento sobre o papel das mulheres na guerrilha, que seria apresentado na “Décima Conferencia Guerrillera” (2016). A esse respeito, apresentaremos o relato de Olga Marín, na entrevista realizada no dia 17 de junho de 2021 sobre o surgimento desta iniciativa:

“Bueno ¿Qué vamos a decir?” Ahí fue cuando empezamos, pensando que se destaque el papel de las mujeres dentro de este proceso de lucha ¿Cuál va ser nuestra apuesta si firmamos el acuerdo? ¿Cómo va a ser nuestro trabajo como mujeres? ¿Cuáles son las transformaciones que va a hacer el partido en el tema organizativo que incluya a las mujeres? ¿Qué elementos del feminismo nosotras vamos a tener en cuenta? Y así fuimos...Hicimos un documento, eran como 20 tesis. Llegamos a la décima conferencia y el documento nuestro no salió por ningún lado y dijimos: “Nos enmochilaron las tesis” Pero, cuando empezaron a leer las comisiones, habían nombrado una comisión de género [...] nosotras cogimos el documento que habíamos escrito y cogimos cuatro puntos que se habían tocado en un pleno del Estado Mayor anterior - que se había hecho en el 2015-[...] y esos elementos fueron la base del documento que presentamos a la décima conferencia, a la plenaria y posteriormente fue aprobado.

Olga (entrevista, 2021) assegura que a consolidação desta proposta do “feminismo insurgente” surgiu como a necessidade de construir um projeto que represente as mulheres guerrilheiras e insurgentes dentro dos feminismos, dado que após análises das perspectivas feministas consolidadas, sentiram que existia que em todos os feminismos uma peça faltava, pois “*Desde el feminismo marxista estaban las bases, pero creemos que no se desarrolló lo suficiente. Entonces dijimos: ¡Bueno, nosotras podríamos buscar como un aporte también a la teoría feminista! ... y de ahí es que surge.*”. Justificando a escolha da nomeação deste feminismo ela expressou que:

Como a los feminismos hay que ponerle un nombre o un apellido, porque está el feminismo de la diferencia, el otro, el otro... como esto lo empezamos a hacer cuando

todavía estábamos en armas, le pusimos “insurgente”; y en esas mismas discutimos: bueno ¿y si firmamos el acuerdo y ya no seríamos guerrilla, entonces qué? Dijimos: No. Le seguimos llamando insurgente, porque nosotras seguimos siendo insurrectas, no con las armas, pero seguimos levantadas contra el régimen, ahora a través de la lucha política... entonces, lo dejamos feminismo insurgente (Olga, entrevista, 2021).

Sobre esse intuito, nasce o “feminismo insurgente” e este se estabelece como a reivindicação da visibilidade do lugar das mulheres na militância guerrilheira. O documento que continha as 20 teses e o posicionamento das mulheres na guerrilha das FARC-EP, posteriormente, consolidou-se como parte dos estatutos do partido COMUNES. As principais reivindicações desta emergente compreensão da luta feminista se instituem a partir de cinco diretrizes: o papel das mulheres guerrilheiras das FARC-EP; alinhamento político; linha de feminismo das FARC-EP; desafio organizativo no interior das FARC-EP; e, finalmente, estratégia de luta das mulheres-linha de massa.

Citando novamente as palavras da Olga (entrevista, 2021) sobre as intencionalidades que perseguia a instauração desta corrente de luta, resistência e ética feminista:

En esencia ¿qué estaba planteando ese documento? Primero, que era necesaria resaltar el trabajo de las mujeres guerrilleras en todo el proceso revolucionario. Que era necesario hacer unos ajustes en la política del partido en el sentido de destacar más cuadros femeninos. Crear escuelas que fortalecieran los liderazgos femeninos. Que nuestro feminismo debería ser emancipatorio y que había que estudiarlo y desarrollarlo; porque, no podíamos casarnos con ninguno de los feminismos existentes hasta ahora porque no con todo estábamos de acuerdo. Pero sí, coger algunos elementos de cada uno de esos feminismos.

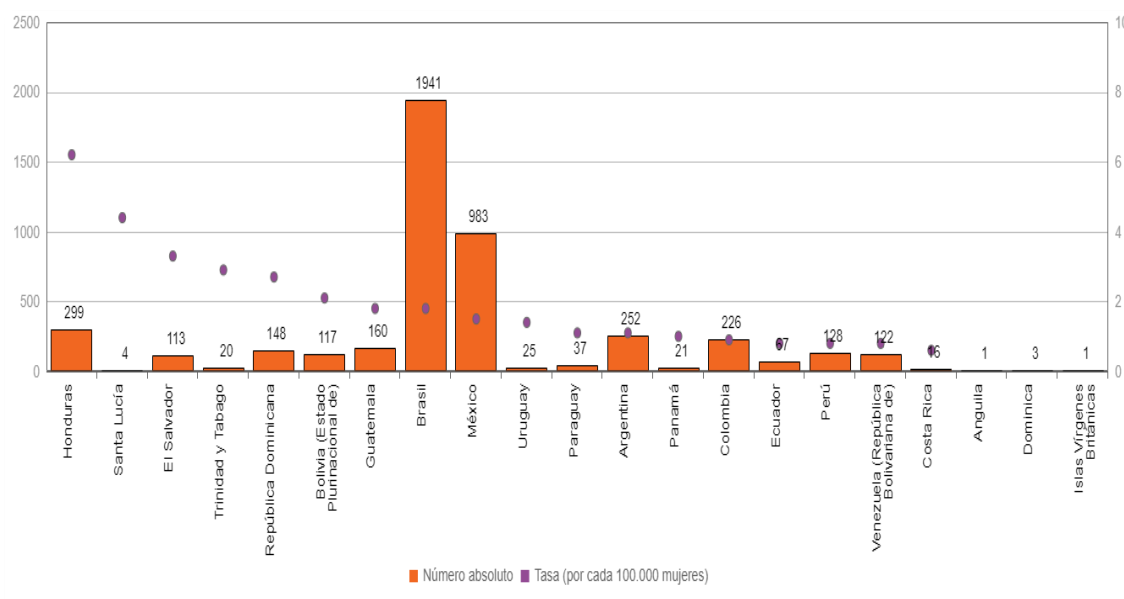
Consideramos as contribuições do feminismo insurgente e de todos os outros feminismos supracitados somados às reflexões sobre as categorias dos estudos de gênero elementares para abranger a compreensão e realidade das mulheres guerrilheiras, primeiramente, como sujeitas desta pesquisa, mas também, como produto de uma sociedade que historicamente legitima e permite, sem importar qual for o cenário (militante, acadêmico, familiar, social, cultural, etc.), que mulheres sejam violentadas, silenciadas, apagada, anuladas. O reconhecimento destes ciclos de violência inacabados e contínuos favorece a formulação de cenários e potencialidades que possibilitem romper com as dinâmicas de dominação masculina e patriarcal.

3.2.1 Crise humanitária feminicida (*continuum de violências*)

Intencionamos agora identificar reflexões importantes e úteis para entender a importância da perspectiva de gênero na construção do conhecimento, direcionada a visibilizar as práticas e ciclos de violência que colocam as mulheres historicamente como vítimas nos contextos patriarcais, machistas e sexistas.

Compreende-se que a violência contra as mulheres pode ser definida como feminicídio, posto que ela é exercida pela condição de ser ou se assumir como mulher em diferentes contextos, procurando a eliminação e silenciamento das diversas manifestações que simbólica, cultural e fisicamente têm-se compreendido ou associado como pertencentes à categoria mulher ou têm-se entendido como femininas. As violências contra as mulheres encarnam a materialização da misoginia, do sexismo, do patriarcado, elas respondem a diferentes modalidades, assim como a diversos graus de intensidade.

Gráfico 5 – Feminicídio na América Latina 2019



Fonte: Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, 2020.

Olhando os percentuais publicados pela ONU WOMEN e pelo Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (OIG) pode-se encontrar fundamentação para essa assertiva, visto que para o ano 2019 se registraram 4.640 casos de feminicídios em 24 países (18 latino-americanos e 6 caribenhos). O Brasil está posicionado como o país que registrou maior número de feminicídios para esse ano, seguido pelo México, Honduras, a

Argentina e a Colômbia, este último país registrou 226 casos, localizando-se como os cinco países que mais assassinam mulheres da região.

Outros números alarmantes globalmente apontam que 35% das mulheres já sofreram violência física ou sexual por um parceiro íntimo, ou violência sexual por alguém que não seja seu parceiro (Esses dados não incluem assédio sexual). Todos os dias 137 mulheres são mortas por membros de suas próprias famílias, pelo menos 200 milhões de mulheres e meninas entre 15 e 49 anos foram submetidas à mutilação genital feminina nos 31 países onde essa prática está concentrada. Quinze milhões de meninas adolescentes em todo o mundo com idades entre 15 e 19 anos experimentaram sexo forçado. Mundialmente uma em cada três mulheres sofreu violência física ou sexual no mínimo uma vez na sua vida, pelo menos 66% das mulheres já sofreram um incidente de violência emocional. No contexto da pandemia o número de ligações para linhas de apoio quintuplicou em alguns países como resultado do aumento das taxas de violência por parceiro íntimo causado pelo isolamento social. Estamos diante de uma crise humanitária de violência contra as mulheres no mundo e, especialmente, nos chamados países subdesenvolvidos, onde a percepção de insegurança se intensifica em função do sexo.

A Colômbia é um dos países mais problemáticos do território Abya Yala em relação à violência contra a mulher, pois a cada 36 horas uma mulher é assassinada nas mãos de um homem. Igualmente, se registraram mais de 14.500 casos de violência contra a mulher nos primeiros dois meses de 2020 só na cidade de Bogotá, segundo a Secretaria Distrital de la Mujer (2020), nos meses de abril, maio e junho, os casos de violência contra a mulher aumentaram 223%, principalmente durante o período de confinamento e isolamento social produto da pandemia.

Em termos de legalidade, a Colômbia é um país que tem avançado muito na construção de políticas, programas e projetos de prevenção e atenção às diferentes formas de violência, alguns exemplos podem ser a Lei 1.257 de 2008, que visa garantir às mulheres uma vida livre de violência, entendendo por violência “qualquer ação ou omissão que cause morte, dano físico, sexual, psicológico, econômico ou patrimonial devido à sua condição de mulher, bem como ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, quer ocorra em esfera pública ou privada” (Lei 1.257, 2008, tradução livre). Outro avanço em matéria jurídica é a Lei 1761 de 2015, que classifica o feminicídio como “crime autônomo” e estabeleceu medidas para garantir a investigação, punição e prevenção desta forma de violência, entre outras.

Tanto essas leis, quanto outras medidas normativas e alinhamentos demonstram um grande avanço em termos jurídicos na luta para erradicar qualquer tipo de violência contra as

mulheres, mas, na prática, segundo os números de instituições como Medicina Legal, SISMA mujer, OMEG, a violência contra as mulheres continua agudizando-se, especialmente na contingência pela COVID-19. Gostaríamos de perguntar neste ponto: por que essas medidas não funcionam? A resposta além de ser complicada, poderia abranger vários sentidos e enunciar toda uma série de fatores diferenciados, causas, motivos e explicações focadas nas dinâmicas particulares de cada contexto. Porém, o ponto de convergência dessas reflexões, pode se reduzir ao fato de que vivemos numa sociedade patriarcal que legitima e consente as violências.

A violência infligida às mulheres pelas estruturas e atores particulares foi baseada ou se aproveitou da posição histórica que homens e mulheres tiveram respectivamente, em que os homens se colocaram em uma posição privilegiada em relação às mulheres, ou seja, sob a lógica do patriarcado que, em suas diferentes concepções, sempre significou "a autoridade masculina". O patriarcado é então sinônimo de dominação masculina e opressão das mulheres (DELPHY, 2009). Neste sentido, a violência contra as mulheres não é um dano colateral dos conflitos ou está estritamente limitada às relações sociais ou bélicas, ela se configura como um recurso premeditado por atores que usam sua posição de privilégio masculino para continuar reproduzindo e aprofundando a repressão e opressão contra as mulheres.

Afirmamos que a violência é um *continuum*, com isto, mostramos que as mulheres sofrem violência pelo fato de serem mulheres em diferentes esferas e em diferentes espaços das sociedades, através da família, da escola, da universidade, do sindicato, do partido, da igreja, do trabalho, entre outros. E estas violências podem responder a diferentes manifestações como física, simbólica, verbal, patrimonial, econômica, psicológica, emocional, xenofobia, homofobia, LGBTfobia, assédio, disparidade salarial, violência política, até o feminicídio como a forma mais extrema do *continuum* de violência vivida pelas mulheres:

La legitimidad procede de la conceptualización de las mujeres como inferiores y como propiedades de los varones, a los que deben respeto y obediencia. Una de las intenciones del ejercicio de la violencia es reforzar, reproducir y recrear la desigualdad sexual, la subordinación y la opresión y su amenaza real o simbólica doblega la voluntad de las mujeres e impide sus deseos de autonomía (GÓMEZ, 2014, p. 5).

Em função de promover a visibilidade da magnitude do problema, é preciso encontrar e fomentar ações de prevenção diante das diferentes expressões da violência, criando consciência de que nunca a violência pode se apresentar como uma coisa natural ou normal. As violências de gênero produzem repercussões não apenas no momento que elas são exercidas, os desfechos das diferentes violências sofridas vão se amontoando e criando inseguranças e

medos, a ponto de dificultar o exercício da cidadania das mulheres, impossibilitando o direito a uma vida livre e autônoma, dadas as difíceis possibilidades de superação das situações de desigualdade social, material e cultural.

Uma das estratégias importantes que levam à visibilidade das problemáticas das mulheres foi, e ainda é, a sua organização nos diversos processos participativos e comunitários que visam a emancipação e a liberdade diante todas as formas de opressão. Estes processos começam a ganhar importância quando o mundo começa a reconhecer a força destas mulheres enquanto estão juntas, estabelecendo e criando diversas redes de apoio e solidariedade. Neste processo, as mulheres começaram a se questionar e reconstruir (se) a elas mesmas, enquanto estavam construindo caminhos para a eliminação desse *continuum*:

En el tiempo del presente, las luchas por transformar el mundo, tienen en muchas geografías, rostro de mujer-sujeto, inexistente antes, ello es un logro. Sin embargo, mientras la batuta masculina prevalezca en las luchas contra la subordinación de género, ésta es un conducente para re simbolizar el mundo patriarcal y hacerlo “más habitable” intergenéricamente. Para que la memoria no se vaya y para que la impunidad no proceda, vale reconocer las insumisiones de las mujeres como aporte a otras mujeres y vale salirse del destino patriarcal donde él aparezca. Vale, y es necesario a las mujeres en la erradicación del patriarcado, tener el propio espacio, encontrar las afinidades y diferencias con otros movimientos en acción contra cualquier injusticia (ÁLVAREZ HERRERA, 2005, p. 86).

A soberania de nós mesmas carece de sentido em um mundo patriarcal que continua a glorificar as guerras como eventos a serem honrados e engrandecidos, eventos nos quais mercenários pagos se tornaram máquinas de matar, sem qualquer respeito pela vida e pelos corpos de tantos seres humanos inocentes. Falar de guerra se faz um processo doloroso, especialmente para aqueles que se veem forçados a fazer da morte parte do seu cotidiano, porém existe um dado ainda mais frívolo e sombrio se contabilizarmos as mortes por feminicídio, além das vidas afetadas pelos tipos de violência em função do gênero, superaríamos por muito às vítimas causadas pelas guerras, por todas elas. É um verdadeiro feminicídio universal.

A fim de reivindicar soberania e autonomia sobre nossos corpos e nossas cidadanias é necessário:

[...] considerar que la desestabilización del orden socio-simbólico patriarcal dependerá del desvelamiento de la diferencia femenina, a partir del cual poder inventar, descubrir o construir nosotras, las mujeres, un simbólico diferente en el que podamos encontrar los referentes que necesitamos para la constitución de nuestras subjetividades y a partir del cual podamos cuestionar el falocentrismo y, al acabar con el monocentrismo, dar fin al mecanismo dominador de la exclusión” (LOPEZ, 2010, p. 20).

Como isso, se faz necessário ponderar sobre a responsabilidade das instituições sobre a manutenção e o sustento destas ideologias patriarcais. A crescente presença da vigilância internacional, os múltiplos avanços das instituições, as regulamentações de políticas públicas, conscientização e legislação vêm sendo construídas a partir dos setores público, privado e acadêmico, mas são esforços insuficientes, porque não aspiram às mudanças estruturais e se mantêm posicionamentos liberais sobre problemas que são próprios das bases dos sistemas.

Se falamos das potências para a ruptura destas lógicas, uma das possibilidades é da educação, aspirando à consolidação de uma educação para a prevenção dos diversos tipos de violência contra a mulher, transformando radicalmente as normas sociais que estão arraigadas nos aprendizados sobre os estereótipos de gênero que impossibilitam o exercício de direitos, elucidando então a necessidade de reeducação de toda uma sociedade.

Encerrando esta parte, poderíamos dizer que também é necessária e importante a ocupação dos espaços de poder instituídos, institucionalizados tais como os cargos e as funções de governo, quer seja no legislativo, no judiciário ou no executivo. As mulheres precisam de outros lugares de enunciação para garantir uma transformação social em prol de uma sociedade feminista.

3.2.2 A institucionalização das violências

Vamos nos referir aqui às ideias da clássica divisão sexual do trabalho (pré-capitalista), teóricos e teorias têm se encarregado de dividir a existência no mundo em duas (mulher e homem), porém, na concepção das sociedades capitalistas, essa divisão sexual do trabalho recebe uma conotação de opressão e exploração diferenciada, em detrimento da força de trabalho da mulher. Boa parte do trabalho produtivo que os homens executam depende do trabalho ignorado e não pago das mulheres (HUBBARD, 1993). Referimo-nos especificamente ao denominado “trabalho doméstico” ou “trabalho de cuidado”, entendendo-o como:

Mucho más que la limpieza de la casa. Es servir a los que ganan el salario, física, emocional y sexualmente, tenerlos listos para el trabajo día tras día. Es la crianza y cuidado de nuestros hijos –los futuros trabajadores- cuidándolos desde el día de su nacimiento y durante sus años escolares asegurándonos de que ellos también actúen de la manera que se espera bajo el capitalismo (FEDERICI, 2018, p. 26).

Desse modo poderíamos, primeiro, reconhecer que existe uma invisibilidade do trabalho feminino na produção e reprodução da sociedade e do mercado, igualmente, as funções de cuidado nunca foram reconhecidas como um trabalho que merece um salário no âmbito privado e, quando esse serviço é terceirizado (limpeza e cuidado), percebe-se que não acontece uma quebra dessa lógica de exploração. Contrariamente, existem mulheres que são duplamente exploradas, primeiro assumindo o papel de cuidadoras em seus próprios lares e, segundo, tendo que assumir essas mesmas funções em outras casas de pessoas acima delas na escala social que necessita dos seus serviços³⁵. “As mulheres, com poucas exceções, trabalham e sempre trabalharam, embora o termo “trabalho” tenha sido cada vez mais definido ao longo dos séculos como aquilo que os homens fazem” (HUBBARD, 1993, p. 24).

A invalidação e invisibilidade do trabalho das mulheres tem sido amplamente sustentadas pelos mandatos sociais que impõem as determinações sobre que “se espera” e o que “devemos” ser como mulheres, nos ensinaram que ser nossa obrigação cumprir esse papel de cuidadora acima de tudo, incluindo nossas próprias expectativas e insatisfações, naturalizando assim a exploração do gênero, mas, essa exploração, é “Producto de la separación de producción y reproducción, trabajo retribuido, que no había existido en las sociedades pre capitalistas o, en general, en las sociedades que no están gobernadas por la ley del valor de cambio” (FEDERICI, 2018, p. 56).

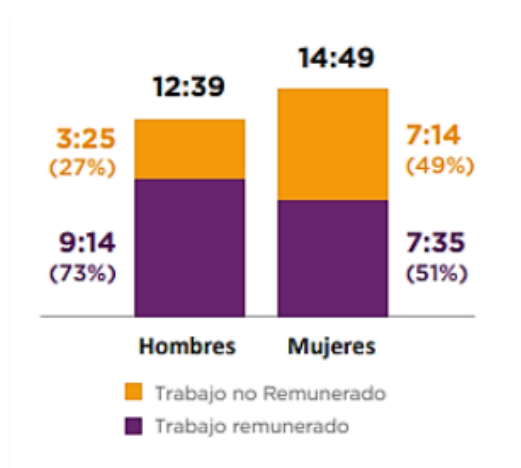
De outro lado, pensamos na importância do salário nas sociedades capitalistas, sendo que se obtém em troca da força de trabalho, mas também como o meio pelo qual é possível o acesso aos bens e serviços que delimitam as possibilidades de vida digna (saúde, educação, cultura, esporte, etc.). Não obstante, segundo Federici (2018), através do salário cria-se uma nova hierarquia, uma nova organização da desigualdade, em que o homem tem o poder do salário e se converte no supervisor do trabalho não remunerado da mulher, tendo assim o poder de disciplinar seu núcleo familiar.

O salário sustenta a economia da célula inicial do capitalismo, isto é, a família, porém, analisando o lugar das mulheres neste cenário poderíamos encontrar o que Silvia Federici (2018, p. 13) chama de *patriarcado del salario*, em que “Esta organización del trabajo y del salario, que divide la familia en dos partes, una asalariada y otra no asalariada, crea una

³⁵ Problematizando um pouco mais essa questão, poderíamos pensar em como a falta de oportunidades educacionais e de emprego para as mulheres favorece a reprodução desses ciclos de exploração e manutenção das sociedades sexistas. Uma mulher sem oportunidades de acesso e permanência escolar dificilmente pode (na lógica do mercado) superar essas situações de opressão.

situación en donde la violencia está siempre latente”. Poderíamos reconhecer (fazendo um rápido exercício de reflexão pessoal), dentro das nossas próprias práticas cotidianas é perceptível a forma como agem as nossas ancestrais ou nós mesmas nos nossos núcleos familiares, a maneira como surge e se sustenta dentro das nossas casas a reprodução da exploração das mulheres, o privilégio da atenção, do cuidado, dos melhores alimentos, do descanso, da limpeza. Esse não reconhecimento do trabalho do cuidado está internalizado também nas nossas práticas sociais, incluindo os preceitos sobre a valia de uma mulher, ou de uma mãe em função da quão organizada e limpa está sua casa. Associamos “mulher” com faxina, com serviço, com entrega incondicional.

Gráfico 6 – Carga total de trabalho remunerado e não remunerado, por horas diárias 2019



Fonte: Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE), 2020.

Segundo os dados do Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) para o ano 2019 na Colômbia, a carga total de trabalho das mulheres é de 14 horas e 49 minutos diários, das quais 49% são destinadas ao trabalho não remunerado, incluindo o trabalho doméstico e o cuidado. Os homens apresentam uma carga total de trabalho de 12 horas e 39 minutos, destinando 27% desse tempo ao trabalho não remunerado, incluindo o trabalho doméstico e do cuidado. A carga total do trabalho é maior nas mulheres nas atividades remuneradas e não remuneradas.

Seguindo novamente Federici (2018, p. 31), desde que “el término mujer se ha convertido en sinónimo de ama de casa, cargamos, vayamos donde vayamos, con esta identidad y con las ‘habilidades domésticas’ que se nos otorgan al nacer mujer”. Tudo isso tem sido reforçado através das construções simbólicas que se reproduzem culturalmente nas relações

sociais, é assim que aprendemos a nos relacionar com homens e mulheres, é assim que também ensinamos outros/as a se relacionar.

Estes temas se estudam dentro das relações interpessoais, posto que somos seres sociais e aprendemos com as práticas que vivenciamos e por aquelas que os demais reproduzem em nós. Deste modo, fixamos a forma que nos reconhecemos individualmente e também se articula à forma com que permitimos que os/as outros/as nos reconheçam. A origem desta organização simbólica-social responde às lógicas patriarcais que estão presentes antes mesmo de nascermos.

Antes de vermos a luz do mundo pela primeira vez, as projeções sobre nós, já eram constituídas em função do nosso sexo, nossos pais e parentes já criavam expectativas diferentes sobre quem seríamos, e assim se estabelecem possibilidades sobre as nossas vidas. É que “O patriarcado está entronizado nas nossas práticas sociais, nas nossas formas de nos posicionar e de nos relacionar uns com os outros e nos recursos que utilizamos para dar sentido uns aos outros. E não podemos, com facilidade, rejeitar essas práticas” (SHOTTER; LOGAN, 1993, p. 92).

O patriarcado não nos limita apenas como mulheres e homens, mas também nos limita a partir de outros tipos de distinções que acabam sendo alvo das várias formas de discriminação e opressão (gênero, orientação sexual, raça, classe, etc.) por meio das diferentes formas de estar e ser no mundo de acordo com os mandatos sociais. Nesse sentido, apontamos que se apresenta uma cumplicidade entre patriarcado, capitalismo, colonialismo e machismo. Uma das formas de reprodução dessas opressões se cimenta no binário e na heterossexualização compulsória que, através da dualidade, reforça a posição de que a heterossexualidade está institucionalizada nos espaços de socialização e comunhão (escolas, hospitais, igrejas, assembleias, espaços de trabalho, legislações, etc.) (FEDERICI, 2018).

No âmbito acadêmico, a discriminação por gênero também está presente, visto que as contribuições intelectuais das mulheres se tornaram invisíveis historicamente em função do seu sexo, pois, a função das mulheres não é pensar e ainda hoje existe “Todo um leque de práticas discriminatórias é justificado pelo argumento de que se devem aos limites que a biologia coloca para a capacidade de trabalho feminina” (HUBBARD, 1993, p. 25). Novamente, a divisão sexual da sociedade aparece e impede o reconhecimento igualitário das contribuições e as potencialidades das mulheres nos centros de pensamento. Ademais, soma-se a dificuldade de acesso e permanência à educação em função do gênero, pois, segundo os dados da UNESCO

(2020), existem cerca de 870 milhões de analfabetos no mundo, no qual dois terços são mulheres.

A história da humanidade tem nos mostrado que essa é uma realidade inegável. Exemplificando, no nível de formação acadêmica superior, ainda existe uma feminização de algumas áreas de conhecimento que estão relegadas ao papel do cuidado (enfermagem, assistência social, pedagogia, entre outras) profissões que além de ser menosprezadas, são mal remuneradas.

Outro exemplo dessa divisão em função do sistema sexo/gênero acontece especialmente na concepção tradicional da ciência, “A pretensão de que ela é objetiva, apolítica e neutra em termos de valores é profundamente política, porque obscurece o papel político que a ciência e a tecnologia desempenham para manter a atual distribuição de poder na sociedade” (HUBBARD, 1993, p. 33). Pensar que quem pesquisa e quem produz conhecimento está dotado/a com uma neutralidade é uma ideia equivocada, pois muitos/as continuam a produzir investigações que reforçam ideologias opressoras. O conhecimento tem um papel político e ético, visto que as teorias, pesquisas, achados e estudos sempre tem um fundo ideológico que pode ou não ser evidente, mas ele poderia estar dando embasamento científico a diversas formas de opressão.

A ciência e a construção do conhecimento respondem a interesses particulares que atendem, principalmente, à reprodução das formas de dominação cultural branca, heterossexual, masculina, colonial e capitalista. Frente a essa desigualdade epistêmica, a consolidação de “uma ciência feminista teria de começar por reconhecer nossos valores e nossa subjetividade enquanto observadores humanos, com origens pessoais e sociais particulares e com interesses inevitáveis” (HUBBARD, 1993, p. 34).

Complementando a ideia anterior, podemos destacar que o pensamento feminista poder ser reconhecido como:

Como um conhecimento prático, particular, dentro de um contexto, aberto e não sistemático das circunstâncias sociais em que a pessoa existe, interessado na obtenção de uma heterarquia de tempos e espaços para uma pluralidade de vozes que de outra maneira estarão em conflito (SHOTTER; LOGAN, 1993, p. 98).

No sentido de aprofundar, além de compreender a necessidade de desenvolver todo um novo modelo de produção científica que contemple as contribuições do feminismo, é

importante que esse pensamento feminista seja acompanhado por uma prática que o complemente. Os autores destacam que:

Uma prática feminista permitiria uma conversa, na qual o poder criativo, formador, do discurso pudesse ser posto em uso, reformulando, redistribuindo e tornando a desenvolver tanto o conhecimento das pessoas a respeito de si mesmas e de suas circunstancias imediatas quanto a natureza de suas relações práctico históricas umas com as outras (SHOTTER; LOGAN, 1993, p. 105).

Essas práticas epistemológicas feministas serão o nosso mapa e nos guiará na construção do nosso documento. Por enquanto, como primeira questão de nossa pesquisa, surge a inquietação sobre o que significa ser mulher dentro dos espaços de militância. Essa reflexão transcende para compreendermos os caminhos percorridos e as limitações superadas pelas mulheres para reconstruir, lutar e ganhar autonomia após a superação das situações opressivas próprias dos espaços militarizados, guerreiros, violentos, patriarcais. A militarização da vida das mulheres vai construindo um olhar e um posicionamento no mundo diferente, transformando as relações das mulheres com seus entornos:

La aplicación de la perspectiva de género tiene una dimensión política inevitable y no conviene reducirla a una mera técnica o herramienta: nos permite promover cambios sociales o, al menos, evitar seguir profundizando las discriminaciones de género (MENDEZ, 2007, p.33).

Para entrar especialmente neste tipo de pesquisa e com a finalidade de conhecer experiências das mulheres por meio de suas narrativas e histórias, destacamos a importância da abordagem ou perspectiva de gênero para dar evidência sobre as problemáticas sociais das mulheres, com a finalidade de compreender como o mundo e a realidade são constituídos de forma diferenciada em função dos sexos e os gêneros.

3.2.3. Na frente do rifle (militarização da cotidianidade)

Algumas das contribuições que se apresentam correspondem às ideias de vários/as teóricos/as e intelectuais de diferentes nacionalidades que investigaram e produziram conhecimentos sobre os temas de militarismo, antimilitarismo e feminismo. Da mesma forma,

algumas dessas reflexões também foram aportes próprios no decorrer de minha experiência como integrante da equipe de estagiárias da Corporación Casa de la Mujer³⁶.

Entendemos que para falar de espaços de guerra devemos nos referir à construção heterossexual de espaços sociais, econômicos, políticos, culturais, etc. Com isso, reconhecemos que a heterossexualidade, além de ser uma orientação sexual, obedece a toda uma série de mandatos para a construção das relações sociais, nas quais os modos de ser e de estar no mundo são estruturados a partir de um reducionismo binário, em que os referentes são construídos sobre o que se espera do que é “ser homem” e “ser mulher” numa dicotomia na qual se reforçam comportamentos e orientações que permitem o controle e a dominação social.

Quando falamos da militarização da vida das mulheres, não falamos apenas dos cenários que encarnam a dinâmica da guerra (campos de batalha, fileiras de exércitos ou militares, batalhões, guerrilhas, etc.). Cynthia Enloe (2012) nos diz que a militarização tem dois caminhos nas sociedades: por um lado, podem ser forçadas a se comportar de uma determinada forma que permita aos militares ter mais poder; por outro lado, as pessoas podem introduzir os valores militares como seus, conferindo uma legitimidade natural aos atos militares; com isso também nos referimos a todas as práticas que regularizam a vida das mulheres através das práticas do medo e da autoridade, que transformam e delimitam a forma como as mulheres se relacionam como seres sociais e com os espaços:

Os militares exercem o poder por meio de comportamentos forçados, por exemplo, é uma constante que mulheres em zonas de guerra muitas vezes são estupradas, prostituídas, assassinadas ou obrigadas a prestar assistência de qualquer espécie aos exércitos em contenção. Suas vidas e o controle de seus corpos, seus sentimentos e pensamentos são militarizados a partir da prioridade de um exército ou de uma polícia militarizada, cujos funcionários os utilizarão de acordo com suas noções de "defesa" e "combate ao inimigo" (SANCHES, 2008, p. 6, tradução livre).

Partimos da ideia de que a militarização se constrói para além das instituições e das representações comuns no imaginário sobre a ideia reducionista de “militar”. A militarização responde a todo um sistema que busca a dominação por meio do estabelecimento de normas de controle da sociedade civil que são delimitadas ou emolduradas pela resolução violenta de conflitos. Gómez (2014, p. 3 traduções livre) nos alerta que “Militarismo não é apenas a insubordinação e desobediência da corporação militar à autoridade civil ou o excesso de suas

³⁶ ONG feminista, criada em 1982 em Bogotá Colômbia

funções legais, mas também a presença em uma sociedade, a penetração em sua cultura e tudo o que em suma, representa a preparação de uma sociedade para a guerra”.

Reconhecemos também que a militarização está fortemente ancorada na cultura patriarcal, onde os papéis sociais são atribuídos com base no sistema sexo-gênero – no qual, em linhas anteriores, delimitamos que este sistema sexo-gênero é heterossexualizado por excelência. Essas representações patriarcais podem ser identificadas no mínimo de duas formas. A primeira corresponde a conferir papéis e funções que atribuem autoridade, dominação e poder exclusivamente aos homens ou às diferentes representações do “masculino”. Excluem, marginalizam e violentam as mulheres ou tudo o que representa “o feminino” nesses espaços, concedendo às mulheres lugares de vulnerabilidade e fragilidade.

O segundo sentido do pensamento patriarcal-militarista se expressa nas lógicas armíferas que justificam e normalizam a criação de hierarquias de poder e autoridade que agasalham o uso da violência como mecanismo de controle social legítimo. Essas hierarquias são sustentadas pela obediência, ordem e disciplina. Entre as repercussões destas lógicas, encontram-se a homogeneização da população civil, a desumanização daqueles que assumem ou exercem identidades divergentes das tradicionalmente estabelecidas.

Algumas outras representações que nos ajudam a reconhecer a relação direta entre militarismo e patriarcado poderiam corresponder às anunciadas pelo Movimiento de Objeción de Conciencia de Paraguay³⁷ (M.O.C, 2004, p. 4) afirmando que existe:

Una relación clara entre lo aprendido en la milicia (a través de su estructura, normas, valores) y lo vivido en la casa. Podemos hacer un paralelismo valórico entre militarismo y patriarcado: 1) Patriarcado Lógica amigo – enemigo /Lógica hombre/dominador - mujer/dominada. 2) Solución violenta de conflictos - Violencia doméstica contra la mujer. 3) Peligro en la pluralidad - Comportarse según patrones marcados. 4) Tendencia a uniformizar - Control a la mujer. 5) Organización vertical/autoritaria - Obediencia de la mujer al varón. 6) Mayor efectividad militar vs. Civil - Mayor valor del trabajo masculino. 7) Protagonismo militar - Visualización prioritaria del varón.

O mundo e as relações sociais são construídos dessa forma dicotômica, e é importante ressaltar que as reproduções dessas práticas militaristas não são apenas materializadas pelos integrantes das Forças Armadas (legais ou ilegais), mas também pela população civil, que em alguns casos conhece, legitima e incentiva esse tipo de prática através de discursos que defendem o castigo, a violência e a morte como única forma de resolução de um conflito. Outros

³⁷ Os aportes que vão ser apresentados de autoria do M.O.C. correspondem aos comunicados que elas mesmas têm feito e publicado na sua página Web onde tem diversos debates a respeito da militarização e o feminismo.

possíveis perpetradores são também as lideranças políticas, que regulamentam as políticas de funcionamento e ação desses grupos armados (caso que foi mencionado anteriormente no item referente à história do conflito na Colômbia).

Uma característica importante da imposição dessas lógicas de dominação patriarcal do militarismo se sustenta na categoria capitalista da propriedade privada. Assim como os exércitos usam os discursos de defesa da “honra e a soberania” da pátria, ou a defesa dos bens privados para justificar ações militares e os atos violentos. Esse discurso também é valorizado nas relações sociais, nas relações interpessoais (românticas e não românticas).

A ideia da propriedade, de pertencer a alguém (ao homem) pode ser lida em dois sentidos. O primeiro seria o da restrição da liberdade das mulheres, que nos sujeita a viver situações de violência, terrorismo, escravidão, ao nos assumirmos como propriedade privada de um homem nas instituições tradicionais (casamento, família, igreja, escola, etc.) e dos espaços coletivos (festas, movimentos sociais, assembleias, comunidades, etc.).

Estas situações tiram as possibilidades de decisão sobre as vidas e sobre os corpos das mulheres (MOC, 2014). O militarismo também reforça o patriarcado ao introduzir a visão de mundo nos valores patri-militares, obrigando-nos a assumir uma identidade restrita ao papel de esposa, mãe, filha, irmã, serva, escrava. Isso nos doutrina ideologicamente, subordinando e ensinando às mulheres a obedecer aos mandatos da autoridade masculina, que limitam intelectual, social, econômica, afetiva e culturalmente às mulheres.

O segundo sentido ancora-se na lógica da guerra e na luta de interesses, que colocam as mulheres em um lugar de vulnerabilidade. As práticas militares são construídas na lógica da luta contra o "inimigo" que passa pela solução violenta dos conflitos. Prestamos especial atenção à lógica capitalista que se internalizou de que a melhor forma de atacar o inimigo é atacar sua propriedade e, nesse sentido, as mulheres como propriedade dos homens tem sido historicamente o objetivo militar de muitos dos conflitos armados, em que predominam nessas ações o uso da força, a ameaça, a violência física e o exercício da violência sexual, dado que ao estuprar ou matar "a mulher do inimigo" se envia um aviso evidente de vitória e dominação. Além disso, a mensagem implícita é o ataque à masculinidade do outro, à incapacidade do homem de cuidar de sua propriedade privada.

O militarismo também exalta o lugar do homem na leitura da sociedade, pertencer às forças militares confere prestígio e reconhecimento, são eles os “heróis militares” que garantem o bem-estar e a segurança da comunidade. Isso nos remete à ideia capitalista-patriarcal de que deve haver sempre alguém (homem) para proteger os inseguros e indefesos (mulheres) e para

garantir essa defesa, algumas liberdades mínimas devem ser doadas para criar primeiramente a ilusão de autonomia e, em segundo lugar, criar uma dependência subjetiva internalizada que nos faz acreditar que, como mulheres, só estaremos seguras quando estivermos associadas como propriedade de um homem.

É inegável que o conflito armado exacerbou a multiplicidade de violências exercidas contra as mulheres, reproduzindo em massa e sistematicamente as formas de violência sofridas no cotidiano e nos contextos relacionais, vinculadas a estruturas patriarcais de atribuição e compreensão de papéis no sistema sexo-gênero, “bajo una evidente reciprocidad de los ciclos de violencia, el conflicto ha dejado su huella en las construcciones sociales, exaltando la militarización de la vida, la identidad del guerrero varón, y la colonización de los cuerpos de las mujeres desde relaciones jerárquicas y de opresión” (GÓMEZ, 2014. p. 2).

Contextualizando essa discussão sobre a vida das mulheres nos contextos bélicos, poderíamos falar especificamente sobre a violência que marca a história da Colômbia há mais de 70 anos, que deixou inúmeras vítimas e vestígios que são difíceis de apagar na dinâmica social do país. Embora nos últimos anos tenha sido possível reconstituir os fatos, esclarecer a veracidade de algumas ações de guerra que permitiram identificar os responsáveis e assim obter a reparação das vítimas, existe uma dívida histórica com as mulheres, visto que alguns desses esforços não permitem tornar visível que existem marcas particulares do conflito armado com base no sexo-gênero:

Esta invisibilización de la violencia de género tiene por lo menos dos anclajes reconocibles: un discurso de los derechos humanos de raíz universalizante que partiendo de la idea de igualdad formal suprime las reales diferencias sociales, y dos, la subvaloración o menosprecio, dentro del conjunto de las violencias que atraviesan las sociedades contemporáneas, de la violencia contra las mujeres en particular, y la gravedad de sus implicaciones (CNMH, 2014, p. 12).

Esse tipo de violência, responde a diferentes objetivos estabelecidos determinados pelo contexto e pela relação de dominação territorial estabelecida pelo ator armado. A vitimização depende, então, dos impactos no território, especialmente no grau de disputa e hegemonia espacial dos diferentes grupos. Existem casos no quais a violência visa ofender adversários ou intimidar populações; em outros, a violência se concentra em exterminar as mulheres que representam um papel direto de liderança política ou social. Existem também casos que se constituem como uma violência estratégica de guerra, ou seja, busca fortalecer a estrutura (recrutamento, prostituição forçada); e em outras situações, encontra-se uma "violência não

explicitamente associada com os planos de desenvolvimento dos atores armados, mas que tira proveito da existência de um cenário de propício confronto" (CNMH, 2014, p. 14).

Enfatizamos aqui que “O confronto armado significou a transformação forçada e multiplicação dos papéis das mulheres. Nas atividades habituais, elas tiveram que adicionar novas tarefas para preencher os vácuos deixados pela morte de seus parentes e novos papéis enfrentando uma situação de extrema vulnerabilidade” (CNMH, 2014, p. 13, tradução livre). Em outras palavras, mulheres que foram relegadas às tarefas do cuidado, agora tinham que assumir novas funções não apenas para sobreviver, mas também para garantir a sobrevivência de seus seres queridos ou, no caso das guerrilheiras, uma mudança total de vida.

Essas práticas violentas nas quais a soberania do corpo da mulher é questionada, e que além disso, esse mesmo corpo é pensado como um despojo de guerra, reproduz e legitima a violação dos seus direitos (das mulheres) por meio da submissão a práticas que comprometem sua segurança ao nível psíquico, físico, econômico, patrimonial, etc. É preciso então olhar para essas relações de submissão e subordinação, desumanização e violência para denunciar e procurar remediar as condições desiguais e não equitativas em que as mulheres são colocadas, sujeitando-a a estar no meio de uma guerra.

Nos contextos do conflito armado interno, historicamente as mulheres têm sido submetidas a um *continuum* de violência exercido sobre seus corpos, seus planos de vida, seus afetos, seus sonhos, suas esperanças, suas memórias, suas comunidades e territórios, ações que as tornaram invisíveis e anuladas como cidadãs. Também é importante ressaltar que essas mulheres, às vezes, não apenas padecem de violência física e sexual, econômica, verbal, entre outras, mas também discriminação, racismo, pobreza, deslocamento forçado e, até mesmo, o abandono.

As mulheres foram agredidas intencional e sistematicamente, mas também resistiram aos horrores da guerra, essa resistência não é reduzida ou abrange apenas as ações corajosas na frente de atores armados. Nesse sentido, afirma-se que sobreviver também é um ato de resistência diante a violência patriarcal da guerra. O lugar das mulheres na guerra é a resistência, tanto diante a militarização, quanto à violência patriarcal proveniente de um sistema sociosexual estruturalmente opressor. Pertencer ao sexo feminino é um fator de risco.

Temos conversado até aqui sobre as mulheres sendo vítimas nos cenários bélicos e as implicações que tem a heterossexualização desses espaços para a vida tanto dentro dos confrontos armados como na cotidianidade. Agora, é do nosso interesse também conhecer algumas outras perspectivas sobre o que significa o ser mulheres na guerra, mas, desta vez

desde, no campo da resistência armada e insurgente, falaremos aqui sobre as mulheres guerrilheiras.

Na dinâmica de guerrilhas da Colômbia reconhecemos a importância de falar sobre o recrutamento forçado, sobre a ruptura dos laços familiares e sobre as muitas vidas que foram impactadas por esta modalidade de militância guerrilheira obrigatória sob ameaças contra as pessoas, seus territórios, seus afetos, suas propriedades. No entanto, para esta dissertação centraremos nossa atenção sobre aquelas mulheres que assumiram ingressar nas fileiras da guerrilha por sua própria iniciativa, ou por sua convicção política e ética, ou como parte de sua militância. Com isso, não desconhecemos que as guerrilhas também fazem parte da materialização da dupla militarismo-patriarcado, pois, nas experiências guerrilheiras, sobressaem poucas ações que permitam reconhecer as mulheres revolucionárias e sua participação na luta armada.

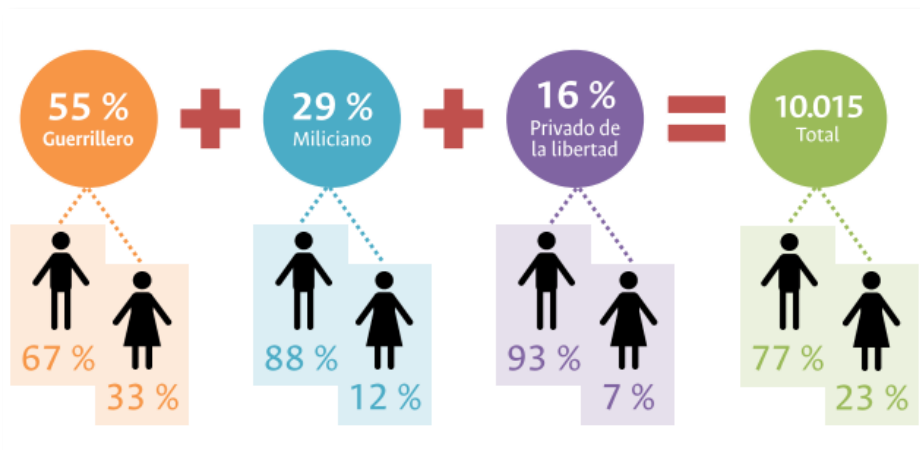
Reconhecemos nessas sujeitas, uma dualidade presente tanto no imaginário social, quanto nas manifestações de suas vivências como mulheres. Essa dualidade centra-se na dicotomia vítima-vitimizadora. De um lado, a guerra e militarização tem significado o agravamento da violência no país, o que tem posicionado as mulheres num lugar de opressão e subordinação, sendo vítimas de múltiplas formas de violência (física, sexual, patrimonial, econômica, simbólica, verbal) em diferentes escalas, desde a negação de direitos até o feminicídio.

No outro lado, reconhecemos as mulheres guerrilheiras como protagonistas armadas, que por meio das ações das guerrilhas reproduzem a militarização e a violência na sociedade, sendo estes dois os mais evidentes exemplos da ideologia patriarcal e heterossexual que historicamente negou e invalidou a existência do sujeito político "mulheres". Por terem um rifle nas mãos, no imaginário e na prática, assumem um papel antagônico na história do país, conseqüentemente elas deixam de ser mulheres para serem alvos de guerra.

Esse lugar de vitimizadoras também possui outra nuance, o papel da guerrilha permite romper com o imaginário que sustenta que as mulheres só podem ser vítimas e assumir papéis passivos no espaço de correlação de forças. Muitas dessas mulheres até se revelaram melhores e se destacaram acima dos homens nos cargos de comando, como estrategistas, como pedagogas e como ideólogas da guerrilha, traçando caminhos diversos para que suas sucessoras pudessem ser visíveis e assumir os lugares anteriormente conquistados. Contudo, esse papel não exige de também serem vítimas de atos sexistas e machistas dentro da própria guerrilha, uma vez que essas organizações reproduzem as ideias da hierarquia patriarcal.

Durante o ano 2017, depois da assinatura dos acordos da Habana, a Universidade Nacional da Colômbia realizou um censo de caracterização populacional das pessoas em processo de reincorporação e abandono de armamento. O resultado desse estudo permitiu mapear, superficialmente³⁸, a presença das mulheres farianas e as condições da organização guerrilheira em termos de gênero:

Figura 11 – Tipo de indivíduo segundo o sexo



Fonte: Caracterização sociodemográfica FARC-EP UNAL (2017).

Das 10.015 pessoas contabilizadas pelo censo em 2017 pela UNAL, as mulheres constituem 23% (2.267). Já para o ano 2019 o Registro Nacional de Reincorporación informou que 13.061 pessoas foram credenciadas ante o Escritório do Alto Comissariado para a Paz. Destas, 10.415 estão ativas no processo de reintegração; 25% (2.608) são mulheres, enquanto 74% (7.708) são homens. 62,2% dos homens têm menos de 40 anos, enquanto 78,5% das mulheres têm menos de 40 anos. Assim mesmo, foram cadastradas 259 gestantes (9%); 10,6% do universo de pessoas ativas em processo de reincorporação encontram-se em situação de deficiência e 17,3% (13) reconhecem pertencimento étnico. Do total de pessoas ativas em processo de reincorporação, 2.935 estão localizadas nas ETCR e NPR (ONU SECRETARÍA TÉCNICA VERIFICACIÓN INTERNACIONAL, 2020, p.18).

Estes dados permitem construir uma noção em relação à participação das mulheres e sua representatividade dentro da organização, um problema frequente nas organizações e

³⁸ Falamos superficialmente em função de que a vivência da realidade das farianas não pode ser reduzido a números e dados.

partidos de esquerda é que não estão contempladas as lutas de gênero como parte da agenda militante e revolucionária, sobre este tipo de situações Olga Marín (entrevista, 2021) afirma:

[...] siempre se planteó desde los comunistas que el tema de las mujeres estaba implícito en la lucha y que las mujeres nos emancipábamos con el cambio de formación económica y social; pero la práctica, la vida, el sistema socialista que conocimos pues nos demostró que eso no es cierto. Empezamos a conocer que existía una cosa que se llamaba “patriarcado” y que eso nos empezó a dilucidar qué es y por qué la mujer estaba en estado de indefensión o estaba siendo humillada, aplastada ¡Todo lo que nosotras sentíamos pero que no le teníamos nombre! ¡Porque no lo sabíamos!

Em um outro relato, Olga Marín (entrevista, 2021) fala sobre a sua experiência dentro da guerrilha, ela foi umas das primeiras comandantes dentro das FARC-EP, e afirma que *“si tú revisas los documentos de las FARC-EP en todos sus años, no hay sino dos ¡Dos! Dos veces en dos documentos un pedacito pequeño que habla de las mujeres, en la séptima conferencia y en la octava; y son más relacionados a la situación de pareja ¡No hay más! No hay ni una sola referencia a las mujeres”*. Este depoimento demonstra que no movimento de guerrilha em geral não havia uma preocupação com a questão de gênero. De acordo com a narrativa indignada da entrevistada citada, apenas na sétima e na oitava conferência é que se tratou desta questão.

Os/as guerrilheiros/as também têm se formado dentro de uma sociedade machista, e esses aprendizados se reproduzem nas fileiras da luta armada. Olga nos convida a perguntarmos como dentro das organizações, nas que se propõem outros mundos possíveis, as mulheres também não estão contempladas como companheiras de luta que precisam de reivindicações diferenciadas em função das necessidades próprias das opressões de gênero. Marín (2018) assinala que não foi senão na oitava conferência das FARC-EP, no ano 1993, que se estabeleceu que a mulher na guerrilha é livre e não pode ser discriminada, tendo os mesmos deveres e direitos do que os homens.

Por outro lado, temos as experiências de Victoria Sandino (excomandante das FARC-EP e agora senadora do partido COMUNES), que questionando a ordem e hierarquia das FARC-EP, afirma que *“durante 53 años estuvimos en la insurgencia. En esos 53 años siempre hubo mujeres, claro, no en las mismas proporciones, no en la misma condición, por eso siempre hubo mucho cuestionamiento sobre por qué las mujeres no están en las direcciones”* (SANDINO, 2018, p. 28). Desde o surgimento da guerrilha tiveram que passar muitos anos, discussões e diálogos para começar a repensar sobre as possibilidades de que as mulheres alcançassem um lugar de mando na organização, por um lado elas eram inferiores em

quantidade “En la guerrilla nunca fuimos tantas [...] estamos hablando de un 23%” (SANDINO, 2018, p. 29). E por outra parte existe um sistema ideológico de competição e de medição de capacidade diante os homens que impede que as mulheres ascendam aos locais de poder, pois “a nosotras se nos exige y nos exigimos capacidad: si ponemos mujeres allí tienen que ser mujeres que seamos capaces o más, que muchos de los que puedan estar allí” (SANDINO, 2018, p. 29).

Embora pareça difícil romper com esses laços de dominação patriarcal ainda quando se está num espaço revolucionário e de esquerda, as mulheres guerrilheiras têm nos mostrado que os lugares de resistência e de transgressão não são (e nem devem) ser exclusivamente masculinos ou para homens. Sobre as lutas das mulheres pelas mulheres na insurgência, Sandino (2018, p. 29) afirma que “Obviamente nosotras estamos por la igualdad, esta es una lucha nuestra, de las mujeres insurgentes, de las mujeres guerrilleras. Esto no ha sido surgido de los grandes jefes que dijeron *vamos a luchar a luchar por las mujeres*. Fue una lucha nuestra, que la ganamos, pero ninguna lucha se conquista de un solo tajo”. Sobre estas vivências das mulheres guerrilheiras aprofundaremos posteriormente nas análises das entrevistas realizadas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Colocar novamente a resistência das mulheres além do fato de enfrentar os mecanismos de dominação é implementar diferentes mecanismos de denúncia de todas as situações que minam o bem-estar e a soberania sobre nós mesmas e isso inclui todas as maneiras pelas quais somos estereotipados e confinadas a nós, através da internalização de imagens de sexo e gênero, a militarização não é segura para as mulheres. É importante repensar a maneira como o país vem construindo e contando a história de horror. Esta história oficial tem como protagonistas os homens que, longe de serem mostrados como autores-agressores, foram mostrados como heróis. De lado ou ignoradas, ficaram as histórias de vida de mulheres no conflito.

Um grande avanço em termos de representatividade das mulheres ex-guerrilheiras aconteceu durante e depois da assinatura dos diálogos de La Habana (2016), especialmente na implementação do trabalho da “Mesa de Género de CNR” avançando na incorporação do CONPES 3931 (2018) que delimita o enfoque de gênero na “Política nacional para la reincorporación”, no qual se incluem 17 ações de gênero, das quais 8 estão relacionadas com os direitos das mulheres, 6 com uma abordagem diferencial, 1 com uma abordagem de gênero, 19 com uma abordagem étnica e 1 com diversidades. Destas, as populações-alvo são mulheres ex-combatentes, entidades, comunidades, comunidade LGBTI, e comunidades mistas.

Outros avanços consideráveis são o primeiro “I Encuentro Nacional de Mujeres y Diversidades Farianas por la Transformación de Colombia”, ocorrido durante o ano de 2019. Menciona-se também a estratégia de criação e implementação de políticas com ênfase nos direitos das mulheres, elaboradas propriamente pela Comisión Nacional de Mujer, Género y Diversidades de FARC. Isso faz com que os ciclos vitais das mulheres sejam incorporados e os papéis e estereótipos de gênero associados à divisão sexual do trabalho não sejam reproduzidos durante a implementação do acordo de reincorporação.

Estes são alguns exemplos sobre como as lutas feministas, de mulheres e de gênero permitem não apenas o estudo sobre as disparidades de gênero e as opressões em função do mesmo, mas também favorecem a organização e a consolidação de propostas que permitam reconhecer como nas instâncias de participação e organização social podem se adiantar propostas que propiciem os espaços para a consolidação e manutenção de processos autônomos para as mulheres e as diversidades.

3.2.4. Vivências autônomas e feministas

*No sumisa ni obediente
Mujer fuerte insurgente
Independiente y valiente
Romper las cadenas de lo indiferente*³⁹

.....

Nas sociedades “democráticas” as mulheres, como cidadãs, estão em constante busca pela autonomia e sobre as suas próprias decisões, ou buscando visibilidade nas decisões ou fatos que poderiam envolvê-las ou afetá-las de alguma forma, com isto, progressivamente, e como produto de múltiplas lutas, as mulheres têm conseguido alguns lugares de visibilidade.

Mas essa autonomia pode ser restringida pelo outro, pela cultura, pelos imperativos do patriarcado que se tornam evidentes através das representações machistas que se reproduzam nas práticas sociais. Esta dominação patriarcal vem acompanhada pela criação e internalização da dependência da mulher pelo homem, Lagarde (1997, p. 20) explicita a este respeito que:

Esa construcción social de género del ser mujer no hay autonomía posible, porque implica: uno, la incompletud de las mujeres, como un atributo de género ontológico.

³⁹ Fragmento da música “antipatriarca” da cantora Anita Tijoux.

[...] por lo tanto se construye la necesidad de completarse en otros; en todos los otros y en todas las instituciones que dan vida a los otros y que se vuelven las instituciones de la vida de las mujeres. Dos, si tenemos que completarnos en los otros, necesitamos vitalmente de los otros. Y cuando la necesidad del otro es vital, no hay autonomía.

Com isso, a autora nos alerta sobre as formas pelas quais as mulheres são impedidas de exercer soberania sobre si mesmas e, conseqüentemente, não conseguem ter visibilidade e voz em outras esferas da vida em sociedade, visto que se “ha construido esta capacidad de no ser autónomas porque además de la incompletud, hay otro fenómeno clave de las relaciones de poder patriarcales: las personas para las que vivimos deben ser más importantes que nosotras” (LAGARDE, 1997, p. 21). As mulheres aprenderam nas práticas sociais que além de incompletas, devemos estar a serviço do outro (filhos, irmãos, pais, colegas, etc.) para nos sentirmos realizadas e inseridas nas expectativas do que se espera seja nosso lugar no mundo e na sociedade.

O reconhecimento do lugar que as mulheres têm nas sociedades patriarcais e machistas nos ajuda a localizar a resistência e as alternativas que podemos pensar para mudar esses cenários que nos limitam e fragmentam o relacionamento com o nosso próprio ser, e além de propiciar a transgressão da norma estabelecida, define o caminho para que as mulheres alcancem novas reivindicações para pensarmos como sujeitas. A criação de processos autônomos é importante para entender essas novas reivindicações e, com a finalidade de aprofundar essas reflexões, trazemos os aportes da Marcela Lagarde no seu texto “Claves feministas para el poderio y la autonomía” (1997).

Lagarde (1997, p. 7, tradução livre) afirma que os principais desafios para a criação de processos autônomos são a quebra com a dependência dos outros e das instituições, dado que a autonomia não é unilateral, ela responde também a um pacto social, uma vez que “não é suficiente proclamar a própria autonomia porque não tem onde ser exercida [...] a autonomia requer de um leito social, um chão de convicções sociais imprescindíveis para que possa ser desenvolvida e formar parte das relações sociais”. Concluindo, entendemos que a autonomia precisa ser contemplada dentro das relações sociais e encontrar nelas mecanismos que possibilitem sua operabilidade.

Por outro lado, é preciso intencionar nossas práticas individuais em prol de revisar a definição própria e a auto percepção, pois estas dinâmicas estão permeadas de mandatos sociais e simbólicos que possibilitam a anulação própria como sujeitas e como cidadãs. Desse modo, entendemos que a autonomia não está “dada” para nós mulheres, mas sim que ela deve ser

conquistada progressivamente através da própria experiência, a reflexão, a ação e o questionamento da totalidade das práticas sociais. Entendemos também, que a autonomia deve ser vista como uma categoria histórica, que se interpreta e sustenta de maneiras diferentes, dependendo de cada sujeito/a e cada contexto. Dessa forma, a percepção sobre a autonomia passa por processos individuais e simbólicos por meio da autorrepresentação e da linguagem sobre o que cada mulher identifique e valorize como parte de uma prática autônoma.

Dando continuidade ao raciocínio de Lagarde (1997), a autonomia deve ser inscrita e construída mediante “processos vitais” de diferente índole, identificando em cada um deles as situações em que criamos relações de dependência, além das possibilidades para quebrar com esses ciclos de perda de autonomia. Estes processos vitais se estruturam para a autora como: *Processos sexuais*, porque a transformação deve passar pela nossa sexualidade e pelo questionamento crítico do que delimita socialmente ser mulher; *Processos psicológicos*, entendendo a constituição do “corpo vivido” (corpo subjetivado, corpo simbólico, corpo afetivo, corpo pensado, corpo sentido, corpo ignorado, corpo invisível, corpo visível); *Processos culturais* – a autonomia das mulheres é uma estimativa transformadora da cultura e dos processos econômicos, psicológicos, ideológicos que favoreçam o questionamento das cosmogonias, das filosofias e a construção do conhecimento, das concepções do mundo, das ideologias, dos próprios conhecimentos e saberes, da ética da cultura, dos aspectos normativos da vida (jurídicos, econômico, religiosos), dos processos estéticos; *Os processos lúdicos*, questionado o divertimento, o prazer e as possibilidades de auto divertimento.

Por último, é preciso analisar os *Processos políticos*, tendo em vista que cada avanço na autonomia das mulheres, é um avanço político e requer uma reconfiguração das relações de poder, uma reconfiguração da política e requer também de uma linguagem política, pois a autonomia deve ser enunciada politicamente. Sobre essa linguagem política, Lagarde (1997, p. 14) afirma que:

el lenguaje político es aquel que puede trascender lo particular para instalarse como parte de los pactos sociales [...] el lenguaje político de la autonomía es uno de los campos más importantes donde esta se construye y también donde se plantea la posibilidad de enunciar como un pacto y no solo reivindicarla.

Por fim a autora afirma que a autonomia deve ser definida em cada círculo⁴⁰, em particular, no familiar, companheiro/a, mãe, pai, amizades, escola, organizações.

⁴⁰ Baseia-se na teoria dos círculos de Gramsci.

As principais dificuldades para a criação da autonomia estão ligadas à opressão de gênero, entendidas a partir de duas correntes. A primeira corresponde à condição de gênero patriarcal e a segunda diz sobre os aspectos de gênero modernos. Para a primeira, a condição patriarcal não permite a autonomia uma vez que a mulher é relegada às funções de cuidar dos outros, somos "seres para os outros", internalizando a ideia do serviço. Para a segunda, existe o dilema da mulher sincrética em que se combinam as concepções tradicionais e modernas de gênero, que se materializa como conflitos existenciais vitais nas mulheres devido ao potencial discursivo das concepções de gênero que ambas exercem, impossibilitando a conciliação e a articulação das práticas cotidianas, porque poderiam parecer confusas e contraditórias.

Falaremos agora dos processos que favorecem a compreensão sobre o que a autonomia das mulheres demanda. Primeiramente, encontramos a *individualidade* ou o “ser para mim” que permita atingir a autossuficiência vital, para lograr esse objetivo, Lagarde (1997) propõe a biografia como método etnográfico para recolher a nossa história, a fim de redefinir identidade, linhagens, genealógicas e, a partir de aí, analisar o contexto e os precedentes históricos da nossa condição de mulher. Segundo, devemos reconfigurar a nossa *autoidentidade* considerando a própria identificação, sem fragmentação, sem se autorreferenciar com os estereótipos e considerando as possibilidades para traçar planos próprios.

Como terceiro, localiza-se a *autossuficiência*, relativamente limitada por pactos sociais que oscilam entre a dependência equitativa e a dependência. Na quarta posição está o *individual*, significa a construção da individualidade a partir da assunção da própria vida como o mais importante para si. Por último, é preciso falar sobre o *egoísmo*, este entendido a partir de duas perspectivas: a primeira, como mecanismo coercitivo do patriarcado da culpa e da identidade masculina; e a segunda como princípio de autonomia que, ao contrário da concepção patriarcal, não implica dominação do outro.

Para que a autonomia seja potencialmente emancipação com perspectiva de gênero, Lagarde (1997) afirma que é preciso questionar a construção dos/as sujeitos/as e desconstruir a objetivação das mulheres. Também é importante quebrar com a crença da onipotência da mulher, entendendo que existem limitações e que não precisamos “ser perfeitas”. Outro ponto importante para a reflexão é a diferenciação entre “solidão” e “desolação” entendendo a primeira como recurso metodológico que deve ser ressignificada como uma condição positiva e a segunda como sentimento de perda irreparável.

Outra consideração na consolidação da autonomia de gênero é a diferenciação entre separação e distância, enfatizando a necessidade de construção de limites temporais e pessoais,

situando o silêncio como possibilidade para construirmos nossos próprios discursos. Igualmente, é importante refletir sobre o patrimônio cultural, ressaltando a necessidade de nos distanciarmos das crenças que nos foram internalizadas pelo patriarcado. Finalmente, poderíamos entender a resistência e a autonomia como formas de criticidade e liberdade.

Continuando, para atingir processos autônomos para as mulheres é preciso propiciar a construção de poderes positivos baseados na autoridade, especificidade, tolerância, capacidade de representação, desconstrução da maternidade como único destino e auto dependência das mulheres. A autonomia como alternativa de poder oportuniza que as mulheres se reconheçam como sujeitas independentes, livres de preconceitos, que possuam ferramenta para acabar com essa fragmentação social, potencializando a ética feminista erradicando as opressões sobre as mulheres e seus corpos.

Esta proximidade com o feminismo permite identificar alianças entre mulheres, estabelecendo relações desde a sororidade, compreendendo-a como:

Un pacto político entre mujeres y tiene un sentido filosófico para enfrentar la opresión de género y cualquier otra forma de opresión sobre la tierra. Es un pacto que está basado en el reconocimiento de la diferencia. Pactamos porque somos diferentes y no porque pensemos igual. En el pacto decidimos qué hacemos con las diferencias y qué hacemos con las semejanzas. Qué podemos acordar y que no podemos acordar. La sororidad es un pacto sobre la discrepancia, no sobre el común acuerdo (LAGARDE, 1997, p. 52).

A sororidade como uma proposta política exalta que, ao nos reconhecermos como sujeitas, afirmamos uma nova forma de fazer democracia que englobe as liberdades individuais e a heterogeneidade da sociedade em geral, encontrando pontos de convergência que afiançam pactos que incluam a todas as dissidências. Esta releitura da democracia permite reconhecer a autoridade entre e das mulheres, reconhecendo-as como lideranças capazes de assumir o rumo do seu destino e apoiar os processos de mudança em cada esfera de sua vida visando o bem-estar coletivo. Por fim a democracia feminista afirma que o pessoal é político, todo esforço que se enquadra e se concretiza a partir do individual, da autonomia, da crítica e a reflexão constantes são ações políticas.

Além da importância de estudar os contextos das mulheres em ambientes hostis, que tendem a violar seus direitos fundamentais na impunidade do sistema patriarcal e sexista que as torna e as anula como sujeitas, se faz imprescindível reivindicar o feminino, no sentido de elaborar novas formas de compreender o mundo, intervindo nele, reivindicando e ressignificando a categoria “mulheres” e validando a produção de saberes femininos.

4. EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO

Nesta seção serão estabelecidas as discussões que dão vida e força à nossa pesquisa, para isso, esta parte estará dividida em dois itens: em um primeiro momento, faremos algumas reflexões sobre educação, tendo como foco a educação não formal. Em segundo lugar, dialogamos com algumas reflexões sobre os movimentos sociais de modo a compreendê-los como os nossos lócus de pesquisa e também compreender os processos formativos coletivos (nossa principal inquietação).

4.1 “Soy un mándala infinito de mujeres, viviendo a través de mí y sanando junto a mí”

O nosso subtítulo é uma provocação, um convite a nos reconhecemos como produto de uma história, de processos sem fim. O que somos, o que sabemos, como agimos e pensamos, nossos sentimentos e motivações são o eco de muitos e muitas que viveram e pisaram estas terras antes de nós, somos também a somatória daqueles que caminham ao nosso lado, estendendo suas mãos, emprestando seus sonhos, aqueles que nos permitem continuar confiando na infinita ternura que existe na solidariedade. Somos uma mandala, uma criação cósmica, uma construção ontológica que responde a muitas formas de ser e também a muitos modos de aprender.

Nosso título, além de nos levar a refletir sobre o inacabamento da nossa condição humana (seres em constante construção e desconstrução) nos permite entender que aprendemos com nossa história, com as nossas vivências e as memórias de nossos ancestrais. Também nos estimula a compreender nossa existência como um ato político, como o resultado de pequenas e grandes reivindicações e lutas que nos têm permitido reconhecemo-nos a partir das opressões e, desde aí, nos posicionar, nos unir, nos associar para identificar a partir da coletividade novos modos de ser, viver, aprender e sarar. E claro! Construir um caminho para os que ainda estão por vir, a quem entregaremos as bandeiras para enfrentarem suas próprias lutas, para criarem um mundo do tamanho dos seus sonhos.

Para entrar nas discussões acerca da educação, entendemos primeiro que esta é uma categoria polissêmica e traz um sem-fim de questões, interrogantes e interpretações. A educação é um fenômeno historicamente estudado em diferentes campos da construção do conhecimento,

e sua conceituação responde a diversos interesses e intencionalidades para a compreensão do complexo processo de aprender-ensinar.

Alguns campos do conhecimento mais representativos que têm proporcionado importantes reflexões sobre este fenômeno, desde as ciências humanas e sociais, são a Psicologia, a Antropologia, o Direito, a Sociologia, a Pedagogia, as quais têm teorizado sobre a educação e sobre os processos educativos desde longa data, fazendo afirmações a partir dos seus próprios postulados teóricos e empíricos. Poderíamos até encontrar estudos a esse respeito (sobre a educação) nas ciências econômicas e administrativas, onde esses estudos possuem outra leitura dos processos de ensino-aprendizagem centrados majoritariamente na relação educação-produção-mercado. Em síntese, o que todos os estudos mostram é que a educação está sempre relacionada à sociedade em que se vive, à cultura e aos valores, sendo fundamento da organização social. Nesse sentido, cumpre papel essencial para a manutenção ou para a transformação social.

Neste trabalho lançamos mão de estudos que compreendem a educação como processo de formação e desenvolvimento humano, que ocorre entre as pessoas nas relações entre si e com o mundo. Processos coletivos que antecedem e extrapolam a instituição escolar, que estão diretamente relacionados ao posicionamento dos sujeitos no mundo, sua cultura, sua visão de mundo e seus propósitos. Assim, encontramos processos educativos tão diversos e tão diferenciados entre si, que não é possível apontar uma educação única, uma forma única de aprender e ensinar. Essa reflexão é justamente uma das intencionalidades deste texto.

4.1.1 A reivindicação do político na educação

No imaginário coletivo, entendemos a educação como um processo social, como um fenômeno estudado majoritariamente pelas ciências humanas, pelos intelectuais mais renomados da filosofia e das ciências sociais, e a vemos como um procedimento que se encaixa exclusivamente dentro das escolas e universidade. Poderíamos até dizer que vem fugazmente a nossa cabeça uma visão de uma sala de aula com um/a sujeito/a possuidora de saber e um rebanho de cérebros prontos para serem enchidos com conhecimentos.

Entretanto, nossa proposta será ficarmos o mais longe dessas concepções absolutistas e reducionistas da educação. Com a finalidade de dialogar com outras formas de aprender, ensinar e educar, nos encaminharemos procurando outros inéditos viáveis (FREIRE, 1987),

buscaremos encarnar um posicionamento mais crítico sobre a educação e, portanto, sobre os processos educacionais, fazendo ênfase especialmente na politização da educação.

Para isso, entendemos que a educação tem diferentes dimensões, a primeira radicada desde o coletivo e social, com isso, acreditamos que as pessoas aprendem a partir da relação com os/as outros/as. Sabemos que não existe nenhuma relação social livre da intermediação da cultura e sabemos também que essa cultura é o reflexo do que temos aprendido e internalizado desde nossos primeiros encontros com outro(s) ser(es) humano(s), ou essas primeiras experiências vivenciadas com a comunidade que tem nos acolhido, ou pelo contrário, tem nos excluído.

Reafirmamos que a cultura e a educação estão interligadas, não sendo possível estudar uma sem considerar a outra. Seguindo os aportes de Brandão (2002) a esse respeito, ele nos diz que homens e mulheres somos os únicos seres vivos que não podem fugir dos processos de aprendizagem, pois eles estão imersos na interação social que está mediada pela consciência, e esses processos de interação e aprendizagem são os que criam a cultura. Simplificando, sem os processos de socialização e aprendizagem dos/as humanos/as não existiria a cultura.

De igual maneira, entendemos que é preciso falar dela em plural, cada conjunto de práticas culturais responde às particularidades de cada grupo de pessoas que a compartilha, “As culturas não têm todas o mesmo destino, não devem seguir todas a mesma trajetória, assim como as pessoas que nós convivemos não estão todas condenadas a viverem de um modo semelhante ou igual” (BRANDÃO, 2014 *apud* GUEDES; SCHUBERT, 2014, p.13), temos então uma diversidade de culturas, compartilhando uma condição que são constantemente aprendidas, para assim ser recriadas dentro das dinâmicas relacionais.

Outro ponto importante que ressalta Brandão (2014) é que não existe uma hierarquização das culturas, pois cada uma delas (indígena, afro, camponesa) representa um mundo de significados diferentes, e isso faz com que tenham um determinado olhar para o mundo e para sua realidade. E com base nessas particularidades, são construídas as diversas expressões que se encaixam nas ações do que é compreendido como cultura popular “tudo aquilo que nós construímos com as imagens, com os símbolos, com os significados, com os sentidos, com os saberes, os sentimentos, que nós, inclusive, partilhamos quando habitamos uma cultura” (BRANDÃO, 2014 *apud* GUEDES; SCHUBERT, 2014, p.14), e essas vivências e conhecimentos são transmitidos, aprendidos e compartilhados em comunidade.

Por outro lado, encontramos a dimensão endógena (a partir da consciência individual), em que esses aprendizados, produto dessas relações, provocam uma transformação subjetiva

dos/as sujeitos/as que vivenciam estes processos. Ou seja, segundo as minhas próprias experiências eu tenho me construído como indivíduo e essa construção me permite ter uma visão de mundo particular, uma bagagem sensorial, intelectual, cultural construída de forma coletiva, mas compreendida de forma particular, só eu posso dar um sentido único aos meus aprendizados e às minhas experiências baseadas nas minhas próprias reflexões. Com isso nos aproximamos de uma visão da educação que rompe as amarras das paredes das escolas e os grandes centros de produção de pensamento. Entendemos que a educação, ao ser um processo social que afeta tanto a esfera individual quanto a esfera coletiva, é um ato político. Estamos falando de uma perspectiva crítica de educação tal como a encontrada em Freire (1987), Archila (2006), Gadotti (2005) e entre outros.

No entanto, o que poderíamos entender pelo denominado “político” Para fins expositivos, deve-se esclarecer a importância da distinção entre o político e a política, e ver essas duas categorias como dois universos separados, mas, que ao mesmo tempo, conversam entre si. De acordo com Juan Carlos Monedero (2012, p. 76), reconhecemos que quando falamos sobre a política nos referimos a “aquele âmbito de lo social vinculado a la definición y articulación de metas colectivas de obligado cumplimiento”. A política nos lembra principalmente às normas sociais e aos diversos mecanismos de participação e consolidação das diversas legislações que regem os Estados-Nações. Gutierrez (1988, p. 13) nos alerta sobre a importância da contemplação da política como um elemento transcendental para a educação, nos dizendo que:

A política como uma das mais importantes dimensões do ser humano, deve ser parte integrante do processo educativo, se é que queremos que o homem desenvolva capacidades para edificar sua própria personalidade e para realizar-se como tal na realização da sociedade mesma.

Com isto, os processos de formação educativos críticos devem ter sempre uma intencionalidade de transformação da política, entendendo esta como uma ferramenta que assim como tem dado visibilidade e voz a muitas das lutas sociais, também tem possibilitado a opressão de um ou vários setores da população. Desse modo, devemos nos inclinar na direção de processos educativos que estabeleçam e fomentem a justiça social. É preciso compreender a importância do âmbito do político, entendendo-o como aquilo que:

Afecta al colectivo de manera imperativa. Es consenso y disenso. Algo consustancial a la vida social del ser humano, a su condición de zoon politikon, al hecho de que

somos individuos pero solo sobrevivimos en grupo.[...] la esencia de la política, el movimiento, su motor dialéctico, es el conflicto motivado por voluntades confrontadas. Sin conflicto y poder, no podemos hablar de política. Lo político implica la probabilidad de la obediencia y la certeza del uso de la fuerza para lograrla en última instancia (MONEDERO, 2012, p. 76).

Inferimos, então, o político como um dos principais motores para a transformação social, como a possibilidade dialética para a superação das relações de opressão. O político encarna a intencionalidade, a vontade e a sensibilidade para questionar a ordem estabelecida e procurar novas formas de nos relacionar no mundo. Distinguir a relação existente entre a política e o político é relevante neste caso, porque, no imaginário coletivo, existe um reducionismo diante dessas duas categorias: a política é reduzida a partidos políticos e o político, geralmente, é reduzido aos processos de exercício da democracia representativa. Ao aprofundarmos nessa distinção, seguimos novamente a Monedero (2012, p. 76):

Es así como podemos entender con mayor claridad la diferencia entre «la política» y «lo político». Se trata de un continuum en uno de cuyos extremos estaría «la política» – como sustantivo –, entendida como esos momentos en los que toda la colectividad se ve envuelta en la definición y articulación coactiva de los objetivos comunes, y, desde ahí, en gradación descendente, se llega al otro extremo donde se ubica «lo político» –ahora como adjetivo–, entendido como todo aquello concreto y cotidiano vinculado a la gestión de los asuntos comunes obligatorios.

Nas sociedades capitalistas, é cada vez mais difícil distinguir a diferença entre essas duas categorias, isto porque o neoliberalismo, ideologicamente, contribuiu para a despolitização não apenas da política, mas também dos sujeitos e da educação. As cidadanias são reduzidas e sub-rogadas progressivamente, descobrindo assim que existem cidadanias de primeira, segunda e terceira categoria.

A classificação do acesso ao exercício pleno da cidadania é delimitada pela capacidade de consumo das pessoas, falamos aqui de que a capacidade de consumo se baseia não apenas no capital material, social e cultural, mas também nos privilégios que concedem o pertencer às classes dominantes ou às maiorias. Essa classificação dos/as sujeitos/as no âmbito político, econômico, social e cultural é o que delimita suas possibilidades e oportunidades de pertencer e se posicionar na sociedade, por conseguinte, limita suas possibilidades de aquisição de capital cultural o que os deixam numa situação de desigualdade diante a outros indivíduos com maiores capacidades aquisitivas.

Isso significa que os processos democráticos-capitalistas excluíram historicamente aqueles que são diferentes, por exemplo: no modelo burguês capitalista, apenas aqueles que são

não negros, não indígenas, masculinos, homens, heterossexuais e burgueses são considerados como iguais. Aqueles que vivem e resistem de outras formas de ser/estar no mundo são excluídos, segregados e recebem um tratamento diferenciado que enquadrará toda uma existência de desigualdade, discriminação e total negação da existência como sujeito/a político/a.

Como indica Boaventura de Sousa Santos (2002), as possibilidades para superar os limites da distribuição desigual da sociedade devemos procurar processos de transformação radical, reconhecendo o potencial transformador dos seres sociais junto as possibilidades que todos/as têm para reverter os papéis de dominação, discriminação, segregação e exclusão do sistema neoliberal-capitalista. Uma reflexão focada nos processos educativos a esse respeito nos diz que:

Esse fazer político-pedagógico, inerente ao projeto alternativo, significa transcender a “racionalidade” de nossa sociedade “irracional”. Esse é o motivo pelo qual, no projeto, precisamos nos preocupar muito mais com os fins do que com os meios. Antes do como, devemos definir o porquê e o para quê. Noutras palavras, devemos principiar definido o tipo de homem que nos interessa educar e o tipo de sociedade que devemos promover (GUTIERREZ, 1988, p. 49).

Compreendemos que o caminho é procurar uma maior politização, o que implica, portanto, uma maior possibilidade de avançar na emancipação social. Nesse sentido, falaremos aqui sobre os movimentos sociais e os processos de educação não formal como estratégia para a construção de novas cidadanias e a construção de autonomia. Como nos indica Nogueira (2009 p.133), “A educação tem caráter político, ela não pode ser uma atividade cindida de uma responsabilidade política que exige uma tomada de posição em favor da libertação”. Começaremos a aprofundar sobre essas possibilidades de viver a educação a partir das coletividades, politizando os processos de ensino para garantir uma justiça social fundamentados nas bases sociais, passando pela militância e atingindo as agendas políticas.

4.1.2 Pulando os muros da escola, educação não formal

Como temos estabelecido linhas atrás, existe todo um projeto educacional que se estabelece desde os postulados da despolitização da educação, o qual responde a um modelo hegemônico de sociedade (capitalista, racista, patriarcal, elitista, etc.). Um dos espaços que se

gestam mais processo de dominação próprios dessa despolitização, é a escola no sistema capitalista.

Dentro das escolas (capitalistas) se cimenta uma visão hegemônica da sociedade e, conseqüentemente, da educação. Essa visão entende os processos pedagógicos e educacionais como ferramentas que facilitam a homogeneização das formas pelas quais as relações sociais, econômicas, culturais e políticas se configuram em diferentes contextos e espaços da existência humana. A educação num contexto capitalista está representada em maior parte nos imperativos da nomeada educação formal, onde se reproduz uma estrutura organizacional educacional direcionada de forma depositária e acrítica.

Freire (1987) cunhou o conceito de "educação bancária" que exemplifica essa educação hegemônica, instituída como uma educação em que o único espaço de ação que se oferece aos alunos é receber depósitos, guardá-los e arquivá-los. Espaço para serem colecionadores ou registradores das coisas que arquivam. No entanto, os grandes em arquivo são os homens. Historicamente, fundaram-se conhecimentos e saberes legitimados como inquestionáveis pelo mecanismo de alienação e opressão sobre outros povos, deslegitimando produções intelectuais e epistemológicas distintas do modelo dominante, criando barreiras de percepção e compreensão para criação, reinvenção e transformação, ou seja, uma ruptura com a forma hegemônica em vigor que se instaura nos processos coloniais.

Portanto, existe um modelo hegemônico de educação para a formação de pessoas na perspectiva do Capital Humano, para possuírem competências, conhecimentos e atitudes, direcionados a partir da lógica produtiva colonial e capitalista, ou seja, que satisfaça as demandas do mercado. Somado a isso, o crescimento financeiro, produzindo crescimento econômico que favorece as elites empresariais e econômicas em detrimento da classe trabalhadora, é um dos desdobramentos do processo colonial que se constituiu a partir da exploração em um contexto de dominação política e cultural que assolou sociedades.

Diante das formas de reprodução da educação hegemônica, têm se criado várias alternativas para reviver os processos educativos, para politizá-los e fazê-los mais críticos e propositivos. Estas iniciativas fazem com que acreditemos que a educação não é um processo passivo e, conseqüentemente, os/as sujeitos/as que se envolvem nela tampouco o são. Esta linha de pensamento sobre os processos educativos, nos remete ou nos leva a alguns dos conceitos da pedagogia da liberdade de Paulo Freire que, pelas palavras de Brandão (1981, p. 25), afirma que:

A educação não é sinónimo de transferência de conhecimento pela simples razão de que não existe um saber feito e acabado, susceptível de ser captado e compreendido [...] O saber não é uma simples cópia ou descrição de uma realidade estática. A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento. Neste sentido, a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que vivem.

Entendemos que a educação não é um processo linear e absolutista, não existe um único saber, assim como também não há uma única forma de aprender. Sendo assim, é evidente também não existe uma única forma de ensinar. A educação sai das salas de aula, dos prédios, dos quadros e dos livros, para nos mostrar que a vida mesma é um aprendizado sem-fim. Nossa intencionalidade aqui não é satanizar as escolas ou a educação escolar, mas sim mostrar outras possibilidades, outros espaços e tempos para os encontros e a partilha de saberes. Por isso, vamos focar nos processos da educação não formal, distinguindo-a a partir da contraposição à educação formal e à educação informal. Retomamos novamente Gohn (2014, p. 40, grifo nosso), quem adverte que:

[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigos; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Poderá ter ou não intencionalidades (por exemplo, educar segundo os preceitos de uma dada religião é uma intencionalidade). A grande diferença da educação não formal para a informal é que na primeira há uma intencionalidade na ação: os indivíduos têm uma vontade, tomam uma decisão de realizá-la, e buscam os caminhos e procedimentos para tal.

Entendemos que uma das grandes qualidades da educação não formal (ENF) é a sua capacidade de movimentar as pessoas, esta se converte então em uma ferramenta importante para gerar processos educativos politizados, críticos, propositivos e emancipatórios. Devido a isso, nos permite reconhecer que dentro de todas as relações sociais e culturais a aprendizagem está presente e, da mesma forma, nos permite identificar e perceber outras lógicas diferentes do que o Paulo Freire denominou educação bancária⁴¹.

A educação não formal tem a peculiaridade de se encaixar e transitar de maneira mais livre pelas categorias espaço e tempo, quer dizer, é uma educação mais contextualizada e pensada para responder às particularidades do entorno em que são estabelecidos os processos de aprendizagem. A ENF usualmente não tem um *curriculum* definido *a priori* (GOHN, 2014),

⁴¹ Para aprofundar no conceito da educação bancária, ver Paulo Freire, “A pedagogia do oprimido” cf. referência.

o que possibilita o pensar em ação, permitindo identificar e potencializar aos/as sujeitos/as, desde processos mais democráticos e participativos, pensar a respeito dos conteúdos, temas ou habilidades a serem trabalhadas. Por outra parte, a ENF também possibilita realizar uma análise dos contextos dos/as sujeitos/as e facilitar que estes/as se reconheçam como seres históricos, construídos a partir de lógicas, práticas e ideologias particulares.

Além disso, a educação não formal se estabelece como um “processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade” (GOHN, 2014, p. 37) toda vez que permite reconhecer o potencial transformador do exercício político e ético das pessoas, para contribuir na transformação social e emancipação. Aprofundando um pouco mais na compreensão da ENF, reconhecemos que:

Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. A educação não-formal, não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado. O aprendizado gerado e compartilhado na educação não-formal não é espontâneo porque os processos que o produz têm intencionalidades e propostas (GOHN, 2014, p. 40).

Temos então a educação não formal como uma construção social e socializada, que se cimenta em prol de um objetivo político, e que possui um caráter adaptativo que facilita a inclusão, a reflexão e a *práxis* freiriana. Embora esse modelo educativo não tenha limitações (em termos de *curriculum* ou institucionalidades), não se apresenta como um processo sem objetivos ou superficiais, muito pelo contrário, estão carregados de intencionalidade.

Outra característica que podemos identificar na ENF é como ela pode contribuir para um acesso mais democrático ao conhecimento e, além disso, pode transformar os processos coloniais de transferência de conhecimento através do fortalecimento de uma justiça cognitiva global. Para entender melhor esta ideia, assinalamos que, historicamente, têm sido valorizados e aprovados alguns saberes e a deslegitimação de outros, se caracterizando como o produto de todo um processo do que Boaventura de Sousa Santos (2011) denominou a colonialidade do saber, nos quais os saberes dos povos originários foram deslegitimados e inferiorizados através de um extermínio cultural.

Essa necessidade de atingir à justiça cognitiva global está justificada segundo Santos (2011, p. 36) em que:

El conocimiento científico no está socialmente distribuido de manera proporcionada, las intervenciones en el mundo real que favorece tienden a ser aquellas que atienden a los grupos sociales que tienen acceso al conocimiento científico. La injusticia social se basa en la injusticia cognitiva. Sin embargo, la lucha por la justicia cognitiva no tendrá éxito si se sustenta únicamente en la idea de una distribución más equilibrada del conocimiento científico. Aparte del hecho de que esta forma de distribución es imposible en las condiciones del capitalismo global, este conocimiento tiene límites intrínsecos en relación a los tipos de intervención en el mundo real que se pueden alcanzar. Estos límites son el resultado de la ignorancia científica y de una incapacidad para reconocer formas alternativas de conocimiento e interconectar con ellas en términos de igualdad.

A educação não formal dialoga com a justiça cognitiva enquanto nos leva a pensar na necessidade de observar o nosso exterior, isto é, o mundo que nos rodeia, suas dinâmicas, linguagens, formas, imagens, etc. Fugindo e sendo uma alternativa aos padrões da academia e das instituições, leva-nos a repensar sobre a essência mesma do exercício do ensinar e do aprender, nos convida a fazer uma reflexão moral e política sobre nossos próprios saberes e questionar o quanto da nossa bagagem cognitiva/cultural/intelectual está baseada em considerações teóricas simples, unilaterais, coloniais e tradicionais que obedecem aos interesses dos projetos hegemônicos coloniais.

Por outra parte, outro elemento importante que ressalta sobre a educação não formal é o reconhecimento do papel da cultura e das relações sociais nos processos de construção de conhecimento, o que nos permite lembrar que não existe uma única forma aprender ou de ensinar, e que as possibilidades destes processos de aprendizagem estarão mediadas pelas experiências e pelos contextos individuais e coletivos. A esse respeito, Gohn (2014, p. 39) ilustra que “É fazendo que se aprende. A experiência tem papel importante. Cultura para nós é um processo vivo e dinâmico, fruto de interações onde são construídos valores, modos de percepção do mundo, normas comportamentais e de conduta social, uma moral e uma ética no agir humano”. Com isso, a autora nos alerta sobre a importância da compreensão das pessoas como seres sociais que têm certas pautas e condutas internalizadas que são produto de toda uma construção cultural e histórica, situadas espaço-temporalmente em determinados meios socioculturais, em suma, as nossas experiências são o motor que nos movimenta e nos situa dentro dos diferentes cenários sociais.

Fechando com essa ideia, Gohn (2014, p. 39) ainda aponta que:

O que tencionamos deixar claro é que não existem conteúdos "chapados", absorvidos acriticamente, de fora para dentro. Sempre há recriação, reelaboração interna, mental, de tal forma que o que foi aprendido é retraduzido por novos códigos, de dentro para

fora, e ao se expressar como linguagem ou comportamento, é um conhecimento elaborado. Há, portanto, um grau relativo de autonomia do sujeito que aprende.

Com isso, Gohn (2014) reafirma a discussão que tínhamos estabelecido anteriormente sobre a potencialidade política da construção de processos de ENF que permitam o desenvolvimento da autonomia e a criticidade das pessoas que fazem parte deles para contribuir na consolidação de projetos educativos libertários e emancipadores. Reconhecemo-nos como parte de um coletivo, de uma cultura, de um território, ou de uma história que permite nos identificarmos como comunidade, como coletivo e, a partir daí, nos organizar para a erradicação de qualquer tipo de opressão social, cultural, racial, econômica, patriarcal, etc.

A ENF nos convida a enxergar que existem múltiplas formas de criação e reprodução do conhecimento fora das academias e dos grandes centros de pensamento. Dessa maneira, vemos que a autonomia e a reflexão são aprimoradas, o conhecimento transcende de ser simplesmente um objeto ou uma possessão das instituições. Na educação não formal, com a ausência de uma estrutura rígida e única de saber que media a ação ou a prática, pode ser considerado um número infinito de peculiaridades que nos permitem entender os universos de uma maneira diferente, e assim compreender outras visões de mundo, a partir de algo mais holístico, tornando os processos mais experienciais, mais próximos e mais humanos.

Ainda sobre esse caráter humano, poderíamos dizer que:

A educação não formal tem um espaço próprio, a questão da formação da cidadania, de uma cultura cidadã, da emancipação, da humanização. A questão da cidadania não se restringe ao ato de votar. A educação não formal ultrapassa os processos de escolarização, tem a ver com o comportamento dos indivíduos em diferentes espaços da vida (GOHN, 2014, p. 47).

Deste modo, a ENF conversa com a visão de Freire sobre a humanização da educação como uma das alternativas para dissolver os processos da educação bancária que enxerga os/as sujeitas/as como mercadoria, como seres sem vida e sem visão, seres passivos e silenciados.

Finalmente, poderíamos ressaltar que na ENF também convergem alguns dos postulados da educação omnilateral, tendo em vista que “a formação do indivíduo para si, do homem omnilateral é fundamental para fazer a mudança social, e que, portanto, é fundamental fazê-la avançar dentro dos limites da sociedade capitalista, produzindo em seu interior os germes da própria mudança” (MACHADO, 2010, p. 110). A compreensão da

omnilateralidade⁴² proporciona à ENF elementos importantes para a luta e o desmonte da sociedade capitalista hegemônica, e também nos convida a nos entendermos como parte de toda uma proposta de sociedade e nunca mais como sujeitos isolados e passivos.

Afirmamos que não existe atividade humana que esteja longe da construção do conhecimento e da internalização da aprendizagem, portanto as/os sujeitas/os devem se apropriar dos processos de construção do conhecimento, unindo assim as possibilidades do desenvolvimento humano, juntando o mundo da comunidade e o mundo da cultura através da *práxis* (GENTIL; CORREDOR, 2020). Os processos humanizadores da educação, mencionados anteriormente, são a chave para o estabelecimento de relações mais igualitárias entre os seres humanos, na tentativa de valorizar o que nos une, sem desconsiderar a existência de diferenças e particularidades. O fato de nos reconhecermos como aliados e aliadas, ajuda-nos a consolidar processos mais reflexivos e emancipatórios, pois possibilita uma leitura mais ampla e complexa da realidade.

4.2 “*Soy la sangre silenciada re-naciendo, re-viviendo, resurgiendo*”

Nesta parte aprofundaremos as discussões sobre os movimentos sociais como espaços para a organização dos coletivos, da mesma forma, tentaremos entender a maneira como dentro das dinâmicas próprias desses coletivos se gestam e se desenvolvem processos educativos emancipatórios através da educação não formal, procurando a transformação radical da sociedade.

Para falar de movimentos sociais devemos entender que os setores excluídos e segregados pelas dinâmicas do mercado, pela colonialidade e pela globalização não são passivos como o sistema espera e, historicamente, esperou que fossem, pois nunca foram. Ainda que a presente discussão seja encaixada nos fatos históricos mais recentes, reconhecemos que desde a origem do capitalismo há conflitos e movimentos contrários, lutas por direitos em todos os setores da vida, trabalhistas, políticos, sociais, entre outros. Construindo essa elucidação, direcionaremos nossas reflexões sobre as iniciativas coletivas de organização e seus correspondentes processos educativos.

⁴² Educação Omnilateral entendida como “a formação do indivíduo para si, do homem omnilateral é fundamental para fazer a mudança social, e que, portanto, é fundamental fazê-la avançar dentro dos limites da sociedade capitalista, produzindo em seu interior os germes da própria mudança” (MACHADO, 2010, p. 110).

Os processos de teorização sobre os movimentos sociais têm diferentes nuances que remetem a diversas áreas do conhecimento. Encontramos diferentes definições dependendo da corrente de pensamento em que se posiciona o estudo realizado, porém se faz importante dizer que, embora haja concepções/definições distintas do que sejam movimentos sociais, as Ciências Sociais vêm se debruçando sobre o tema na tentativa de conceituar e teorizar as ações coletivas e/ou os movimentos sociais e construindo diferentes paradigmas para a análise. Conseqüentemente, para esta dissertação, nos focaremos nos aportes teóricos dos estudos das Ciências Sociais e das Ciências Humanas com a finalidade de: primeiro, compreender nosso tópico, e segundo, enlaçá-lo com as temáticas correspondentes à educação, especificamente aos processos educativos não formais.

Para adentrar na caracterização dos movimentos sociais, pode-se fazer referência a teóricos como Archila (2006) e Mondragón (2006) que concordam com a ideia de que os movimentos sociais surgem das tensões que emergem nas relações sociais e que têm uma característica central: a maneira pela qual os sujeitos se relacionam em referência ao Estado ou a uma sociedade que viola ou impede o livre exercício dos direitos de uma determinada população.

Ainda sabendo que os estudos sobre os movimentos sociais são diversos e abrangem diferentes correntes de pensamento, existem alguns critérios que nos permitem identificar e caracterizar os movimentos sociais como processos coletivos. Para exemplificar esses critérios, retomaremos a Maria G. Gohn (2011), que ao citar Heberle, assinala algumas particularidades que permitem a consolidação e fortalecimento dos vínculos dentro deles. Nesta perspectiva, os movimentos sociais devem ter como primeira característica uma consciência grupal, a qual pode ser uma consciência do seu lugar como coletivo ou uma consciência política⁴³ compartilhada sobre as suas convicções.

Em segundo lugar, os membros do movimento devem ter sentimento de pertencimento ao mesmo, um sentimento de identificação com o/a outro/a, consolidando assim uma ideia do “coletivo”, fortalecendo os vínculos de solidariedade e compromisso. Identificar a compatibilidade em suas histórias (das pessoas e de seus contextos) é necessário para conseguir consolidar um projeto político comum⁴⁴.

⁴³ Para aprofundamento, ver Gohn 2010.

⁴⁴ Ação coletiva como "resultado de intenções, recursos e limites com uma orientação construída por meio de relações sociais dentro de um sistema de oportunidades e restrições" (MELUCCI, 1990, p. 358).

Os movimentos sociais também podem ser classificados e estudados pelas suas dimensões, tanto por quantidade de integrantes como pela expansão territorial que possuam. Nesse sentido, os movimentos sociais podem ser nacionais, internacionais, supranacionais, ou seja, podem se organizar além das fronteiras territoriais e até continentais (GOHN, 2011).

4.2.1 Juntando a resistência, educando para a emancipação

A partir de críticas aos paradigmas marxistas que vinculavam os movimentos sociais às classes dentro do sistema capitalista e considerando as diferentes formas de organização de diversos movimentos desde o final do século XX, no campo da sociologia passa a ser utilizada por muitos pesquisadores da área a denominação “Novos Movimentos Sociais” (NMS), para tratar daqueles mais especificamente vinculados a questões culturais e identitárias.

Os NMS trazem uma crítica à noção de movimentos vinculados à questão de classe, onde se tem uma imagem de grupo quase que homogêneo (como produto da sua condição de classe). Em contraposição, eles mostram a intenção de responder às dinâmicas sociais atuais, nas quais, segundo alguns estudiosos do tema, se reconhece que as reivindicações devem ir além da luta de classes e procurar ser interseccionais.

Os Novos Movimentos Sociais, ao mesmo tempo em que buscam a ampliação de direitos, inclusão e igualdade formal de determinados setores, baseiam-se no reconhecimento e afirmação de identidades específicas – cuja defesa também se estabelece como parte de identidades particulares ou individuais. Embora existam outras formas de pensarmos as identidades dentro destes espaços organizativos, Gentil (2018, 22) nos alerta que “identidade se relaciona a ideia de um contínuo a fazer-se; as identidades coletivas são um processo permanente, dialógico, de pertencimento e partilha, de construção de significações que orientam ações”. Com isso, entendemos que a ideia do coletivo permite a constituição de identidades igualmente coletivas, encontrando percepções compartilhadas pela comunidade.

À luz das reflexões de Gohn (2000) e com a finalidade de fazermos uma leitura que abarque a atual dinâmica de atuação e presença dos movimentos sociais, devemos compreender as novas formas de organização dos mesmos, que emergem após a consolidação do projeto de globalização. Entendendo esta globalização como fato econômico, político, social e cultural, que pode ser apresentada a partir de duas dimensões diferentes e simultâneas, quase contraditórias. A primeira é aquela que traz o fortalecimento das relações sociais de produção

capitalista e, a elas vinculadas, o estabelecimento de ideais de vida, referentes culturais e construções de subjetividades cada vez mais mercantilizadas e, portanto, mais universalizadas. Ou seja, a concepção de mundo e ideais está se tornando cada vez mais padronizada, perdendo a pluralidade afirmando uniformidade nas práticas sociais e nas identidades pessoais.

Alguns dos movimentos sociais se posicionam frente a esta primeira dimensão com a finalidade de garantir a conservação de conhecimentos, práticas e valores ancestrais, pré-coloniais, não europeus, não brancos, não heteronormativos, sendo um esforço evidente para lutarem contra a uniformidade e universalidade:

O exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao de experiências, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro. Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos, etc. são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. (...) aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta (...) aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus (GOHN, 2005, p. 30).

A segunda dimensão, refere-se à possibilidade que têm os grupos de diferentes identidades de construir redes de comunicação com setores correlacionados localizados em qualquer outro lugar do mundo, através de produtos tecnológicos, reivindicando, em escala global, diferenças ideológicas, identitárias, étnicas, de direitos, etc. A maneira como nós entendemos como indivíduos e comunidades transformou-se e, a partir daí, as formas pelas quais os movimentos sociais são construídos, atuam e se entendem entre si, transformou-se também. Essas novas redes podem ser entendidas (nesta lógica) como formas de resistência aos processos globalizantes da primeira dimensão. Em Manuel Castells (1999, p. 17) encontramos que “Nosso mundo, e nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes de globalização e identidade. A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede”.

Aqui também, a noção de classe social e relação de classe é reconsiderada, contrastando uma classe "superior" que é dominante (porque administra o modelo cultural que dirige a sociedade) e uma classe popular dominada. A classe popular teria então um caráter defensivo (no sentido da manutenção do modelo econômico), dado que participa ativamente da atividade de produção e reprodução, facilitando a acumulação econômica e o lucro dos grandes

capitalistas, e, por outro lado, tem um caráter progressivo (internalizando cada vez mais as ideologias da classe dominante e reproduzindo e criando modelos de subexploração) respondendo às implicações das reproduções da cultura e das identidades dos opressores.

Poderia se pensar na possibilidade de construção da identidade coletiva por meio da construção, igualmente coletiva, de quadros profundos de sentido que permitam a coesão do movimento sem eliminar as identidades individuais ou organizacionais existentes. Isto é a construção do que Calle Collado (2000) chama de mensagem-interseccional, entendendo-a como a possibilidade de encontrarem significantes para chegar a um consenso entre as diferentes identidades e, a partir daí, configurar novos elementos identitários. Outra questão importante para a compreensão da identidade coletiva é a noção territorial, como um cenário em que as relações de fraternidade e sororidade se entrelaçam, desde a espacialidade e as relações sociais, procurando a emancipação das pessoas e dos territórios (por exemplo, o caso dos movimentos camponeses).

Desta forma, a construção de uma identidade comunitária coletiva não é apenas uma utopia, mas, como Archila (2006) assinala, é algo que está em processo, pois junto ao processo de globalização "econômica", o processo de globalização também é apresentado nas resistências e lutas pela mudança, a questão da resistência radicaria em identificar quais características identitárias fortes podem ser reunidas em um nível global, que permita o reconhecimento de movimentos sociais transnacionais, e que possibilite também a apropriação da diferença e as ações que acompanham localmente as referidas reivindicações. Além disso, os movimentos sociais podem ser espaços em que novos conhecimentos podem surgir e podem ser geradas novas estratégias de produção de conhecimento criadas a partir das comunidades e para as comunidades, respondendo às particularidades e suas necessidades.

Partindo de uma reformulação das razões pelas quais os movimentos sociais agem atualmente, surgem questões sobre seu potencial democratizante. Nesse sentido, é necessário mencionar que a democracia e o papel desempenhado pelos movimentos sociais em seu aprofundamento, têm sido entendidos sob diferentes perspectivas.

A primeira corresponde à ideia mínima de democracia, em que o termo se refere aos elementos processuais clássicos como representação, votação, maiorias, alternância no poder, etc. A segunda, que recebeu adjetivos como radical e substantiva, refere-se à busca de igualdade e equidade material juntamente ao aprofundamento da participação, a generalização de elementos democráticos básicos e o reconhecimento e inclusão de diferentes formas de existência (GOHN, 2010).

Deve-se começar por reconhecer que nem todo movimento social persegue valores democráticos, isto é, embora possam existir movimentos locais e globais que se apresentam como resistência ao processo de globalização, seus objetivos, suas razões de luta nem sempre são ligadas à superação do atual sistema econômico, nem buscam o aprofundamento e a radicalização democrática. No entanto, mesmo com isso, sua mera existência permite a democratização, na medida em que a existência e as ações dos diferentes movimentos sociais permitem colocar na esfera pública representações e debates anteriormente ignorados, diversificar a cultura política, controlar socialmente a gestão pública, entre outros fatores.

Pode-se também dizer que os movimentos sociais contribuem para a democratização, porque revelam problemas e problemáticas que, anteriormente, não eram percebidas, ou ampliam a discussão em torno delas. Assim, as formas pelas quais os movimentos sociais mudam as mentalidades locais e mundiais baseiam-se na possibilidade de deslocar e expandir as fronteiras da política, através de estratégias e as oportunidades que eles têm para difundir e transformar as sociedades.

São chamados de movimentos sociais, no plural, devido à diversidade de tipos, tendências e padrões específicos em que se apresentam e (se) representam. Ressalte-se que a diversidade dentro dos movimentos sociais também está enraizada no caráter ideológico que fundamenta suas ações, para fins práticos dividimos nossa análise em duas linhas: a primeira corresponde aos movimentos sociais que promovem a preservação de dispositivos de reprodução ideológico e dominante; no segundo, coincidem dois outros tipos, que buscam quebrar e subverter os paradigmas estabelecidos de controle e imperialismo, compartilhar e lutar contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão, “são os chamados movimentos sociais populares e os novos movimentos sociais, por exemplo: movimento comunista, comunidade, bairro, camponês, negro, feminista, LGBTTTTS, estudantes e entre outros” (GOHN, 2011, p. 33), e que lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural.

Na primeira linha convergem movimentos sociais integrados por diversas pessoas que podem pertencer tanto à classe dominante quanto à classe governada-oprimida, em decorrência de sua conformação indiscriminada (no que diz respeito a classe, sexo, gênero, sexo, raça), suas reivindicações ou propostas não se destinam necessariamente a reverter a ordem social vigente. Nesse sentido, muitas dessas iniciativas coletivas buscam a preservação de valores, ideologias, modelos de produção e reprodução social típicos da lógica colonialista-colonizadora (como mencionadas na seção anterior), alguns casos particulares poderiam ser movimentos sociais fascistas, conservadores, ortodoxos, fundamentalistas.

Falamos do papel transformador dos movimentos sociais focando especialmente nos denominados “movimentos sociais populares” (MSP) que, como o seu nome indica, são constituídos por setores que não pertencem às oligarquias ou à classe dominante. Esses movimentos possuem como objetivo principal ser o ponto de encontro de pessoas comuns, pessoas diversas que fazem parte das populações excluídas pela lógica da dominação capitalista, extrativista, racista, sexista, colonialista, eurocêntrica, homofóbica e entre outras formas de exclusão e violência sistêmica que se manifestam no cotidiano.

4.2.2 Movimentando desde o comum, movimentos sociais populares

Nas últimas décadas, as ações dos movimentos sociais vêm se organizando diante da existência de uma agenda neoliberal global que contribui para a individualização e negação da coletividade, os movimentos sociais populares (MSP) tentam se posicionar contra a perda do sentido da comunidade, da solidariedade e da passividade. Considera-se a organização horizontal coletiva dos movimentos sociais, a paridade, a participação, a tomada de decisões democrática e os mecanismos e estratégias adotadas para resistir e lutar, como ferramentas fundamentais para a construção de projetos éticos e políticos emancipatórios.

Reafirmamos que dentro dos movimentos sociais populares como em outros movimentos sociais, convergem pessoas pertencentes aos setores historicamente marginalizados e excluídos por diversas condições, isto é, podem ter construções individuais diferentes, culturas diferentes, experiências de opressão diferentes, gêneros diferentes, mas, no meio dessa diferença deve existir uma causa em comum, uma identidade coletiva, um desejo de transformação social (estrutural ou reformista) a qual deve apontar para a emancipação das populações populares, excluídas das dinâmicas econômicas, sociais, culturais e produtivas por causa do modelo extrativistas-capitalista hegemônico.

Seguindo as abordagens de Calle Collado (2000), as possibilidades de ação e transformação dos movimentos sociais estão ligadas a seus processos comunicativos, através de sua mensagem e da capacidade de recepção e persuasão que essa poderia ter na sociedade em que age; capacidade de comunicação que, na era da globalização, se baseia cada vez mais no desenvolvimento da tecnologia da informação e das telecomunicações como já foi dito. No entanto, embora os avanços nas tecnologias de comunicação facilitem a relação entre os diferentes grupos e movimentos, não se pode cair em um determinismo tecnológico, dado que

os mesmos meios de comunicação, o acesso e o uso refletem importantes desigualdades presentes na nova ordem mundial.

Contudo, aquela tonificação das estratégias de mobilização dos Movimentos Sociais não escapa das condutas do modelo econômico e social hegemônico. Nesse sentido, por exemplo, os países ricos e os movimentos ali localizados teriam maior grau de acessibilidade a essas tecnologias, nos quais a sua influência potencial, baseada na disseminação de um discurso, pode ser muito maior que daqueles grupos localizados no Terceiro Mundo. Com isso, se pode observar uma problemática com relação à possibilidade de agir ou transmitir uma mensagem em massa, convocar para a mobilização e agir na mídia, local ou global. Ainda, os movimentos sociais têm uma grande capacidade de mobilização de recursos sociais, culturais, humanos e morais.

4.2.3 Educação e militância, processos educativos nos MSP

Nas experiências organizacionais dos movimentos sociais é importante encontrar diferentes formas de resistir à dominação, uma das propostas contra hegemônicas se dá a partir do reconhecimento das possibilidades para a construção de conhecimento na ação ou prática como aposta ético-política, isto é, desde o vivencial situado é possível repensar o mundo e as relações entre centro de pensamento e saberes populares:

O saber popular politizado, condensado em práticas políticas participativas, torna-se uma ameaça às classes dominantes à medida que ele reivindica espaços nos aparelhos estatais, através de conselhos etc. com caráter deliberativo. Isto porque o saber popular estaria invadindo o campo de construção da teia de dominação” das redes de relações sociais e da vida social (GOHN, 2017, p. 57).

Ao reivindicar as possibilidades de transformação como uma produção de conhecimento fora dos parâmetros estabelecidos pelo modelo de dominação, onde as opiniões absolutistas devem ser criadas, busca-se a construção do conhecimento situado, que intenciona promover um diálogo de conhecimento que favorece a reflexividade, a capacidade crítica e o potencial transformador da criação de conhecimento e resistência a partir da experiência.

Os movimentos sociais, além de ter permitido reivindicar lutas coletivas e alcançar reconhecimentos que permitem aos sujeitos serem coesos e se sentirem parte de um grupo que compartilha seus interesses ou expectativas, também pautam novas questões sobre as possibilidades na articulação de estratégias coletivas às quais se aderem várias identidades e

populações historicamente oprimidas para enfrentar a fragmentação social resultante dos processos de exclusão próprios do capitalismo. Potencializam atingir a reivindicação das metodologias de consolidação e ação cidadã, através dos processos educativos, especialmente os processos de educação não formal. Gohn (2014, p. 40) nos alerta sobre esses processos educativos dentro dos movimentos sociais:

A educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas [...] na educação não-formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o (s) outro (s) (GOHN, 2014, p.40).

Gohn (2014) traz uma reflexão para entender a relação existente entre educação e os MSP mediada pelos processos educação não formal, estabelecendo que as experiências coletivas trazem aprendizados. Assim sendo, entendemos que toda atividade humana está mediada pelo conhecimento, pelo pensar/fazer/mudar/repensar/refazer e pela ação; numa linguagem mais politizada este processo de reflexão sobre a ação da ENF poderia ser equiparado ao termo *práxis*⁴⁵.

Walsh (2013, p. 7) nos adverte que os cenários de lutas sociais também são cenários pedagógicos, nos quais as pessoas aprendem, desaprendem e reaprendem constantemente através do convívio social e a militância:

Es sólo reconocer que las acciones dirigidas a cambiar el orden del poder colonial parten con frecuencia de la identificación y reconocimiento de un problema, anuncian la disconformidad con y la oposición a la condición de dominación y opresión, organizándose para intervenir; el propósito: derribar la situación actual y hacer posible otra cosa.

Com isto, no reconhecimento das situações de opressão e na organização para a superação das mesmas, existe todo um processo coletivo e dialógico que é pedagógico desde os postulados da educação não formal. Ainda, segundo Walsh (2013, p. 7), os processos coletivos:

Suscitan reflexiones y enseñanzas sobre la situación/condición colonial misma y el proyecto inacabado de la des- o de-colonización, a la vez que engendran atención a las prácticas políticas, epistémicas, vivenciales y existenciales que luchan por

⁴⁵ Entendemos a práxis como “a dialética ação-reflexão condiciona tanto o pensamento como a ação, de modo que ambos os momentos se iluminam, se valorizam, e se enriquecem mutuamente. Nem a ação excessiva e mecanizada, nem a mais encantadora teoria conscientizadora levam à verdadeiras práxis (...) supõe a conjugação entre teoria e prática” (GUTIERREZ, 1988, p. 106).

transformar los patrones de poder y los principios sobre los cuales el conocimiento, la humanidad y la existencia misma han sido circunscritos, controlados y subyugados. Las pedagogías, en este sentido, son las prácticas, estrategias y metodologías que se entretienen con y se construyen tanto en la resistencia y la oposición, como en la insurgencia, el cimarronaje, la afirmación, la re-existencia y la re-humanización.

Experiências educativas-militantes humanizadoras têm contribuído também para consolidar e fortalecer movimentos sociais que buscam uma abordagem política e politizada, crítica e construtiva, o que gera respostas que podem ser enquadradas nas concepções do potencial democrático dos MSP anteriormente mencionados.

Focando-nos na educação não formal dentro dos espaços organizativos, poderíamos asseverar que estes processos educativos e suas respectivas práticas podem ser entendidas como “processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações coletivas, podem ser organizadas segundo eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, etc.” (GOHN, 2014, p. 43). A autora ainda aponta que “a educação não formal é um processo de aprendizagem, não uma estrutura simbólica edificada e corporificada em um prédio ou numa instituição; ela ocorre via o diálogo tematizado” (GOHN, 2014, p. 44) e com isso, a ENF faz uma ruptura diante a concepção positivista da educação, ela sai dos muros das escolas, valoriza a bagagem cultural das pessoas, está situada e pensada desde os contextos particulares, ela é crítica e problematizadora, ela é propositiva e transformadora.

Em suma, a transferência e a produção do conhecimento dentro dos processos organizativos está mediada pela experiência, onde “a educação é a práxis, ou do contrário não é educação. Sem práxis, nem o educador nem o educando constituem-se a si mesmos e, ao não integrarem o trabalho produtivo e a ação criadora, tampouco chegam a transformar a realidade” (GUTIERREZ, 1988 p. 107). A práxis dentro dos movimentos sociais têm sido a grande ferramenta para a busca do equilíbrio social, já que através deles grandes processos de participação e reivindicação de direitos tem sido atingida.

Gohn (2014, p. 4) traz uma reflexão sobre os processos de educação não formal e educação social nos processos coletivos, compreendendo que:

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc. São processos de auto-aprendizagem e

aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações organizadas segundo os eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, etc.

A ENF por meio dos processos dialógicos, historicamente, tem atingido importantes reivindicações que possibilitaram dar visibilidade às situações problemáticas que um grupo ou vários grupos de pessoas tem vivenciado por sua condição (gênero, raça, classe, etc.), na criação e consolidação de uma alternativa ao discurso dominante corporificado nas lógicas capitalistas, de globalização e de crescimento econômico.

Estes processos de participação na educação não formal entrelaçam formas de resistência civil a um problema ou uma problemática social particular, seja para garantir valores culturais e práticas sociais tradicionais, seja em defesa de outras práticas contemporâneas; bem como, para incluir as demandas nas agendas políticas, as aprendizagens de conteúdo dentro dela possibilitam aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor.

Falar sobre os processos educativos nos movimentos sociais é abarcar diferentes ações, onde o processo de aprendizagem e reflexão propicia ir além dos processos formais e compreender como as ações realizadas a partir da comunidade podem levar à consolidação de um projeto ético e político pessoal, assim como num projeto ético-político do movimento social como uma unidade dinâmica, em constante formação e transformação:

A educação não formal contribui para a produção do saber na medida em que ela atua no campo que os indivíduos atuam como cidadãos. Ela aglutina ideias e saberes produzidos via o compartilhamento de experiências, produz conhecimento pela reflexão, faz o cruzamento entre saberes herdados e saberes novos adquiridos. Trata-se de um processo sociocultural e histórico que ocorre de modos distintos e por meio de pedagogias e mecanismos próprios em cada cultura (GOHN, 2014, p.47).

Os processos organizacionais dos movimentos sociais dinamizam as realidades sociais por meio da teorização e da criação de várias metodologias que têm um objetivo transformador, assumem um compromisso que transcende do epistêmico ao político e esse é precisamente o componente sobre o qual estamos falando, aquela resistência construída através da rejeição da subvalorização das capacidades dos dominados.

Atentar para o fato de que, além da emancipação, é necessário repensar o território como um espaço em que se evidencia a autonomia descolonizadora, despatriarcalizar os modos como a vida das comunidades se relacionam com a vida de cada criatura e planta que fazem

parte dos territórios. A partir disso, pensar na importância que tem para o equilíbrio e o funcionamento harmônico das vidas cotidianas que se entrelaçam.

Por outro lado, pode-se ressaltar que a importância da educação não formal nos movimentos sociais também está relacionada com a capacidade destes mesmos, nas funções de enfrentar diferentes problemas associados com o bem-estar das comunidades, mas também destacando a força que estão tomando ao longo do tempo e como as pessoas têm uma aceitação com respeito a este tipo de práticas, na medida que estão conseguindo formas de organização e de consolidação de projetos de construção e fortalecimento da autonomia que em tempos anteriores pareciam impensáveis.

Podemos ressaltar que a pertinência dessa sincronia entre os processos de educação, de mobilização e de militância dentro dos movimentos sociais é importante, pois permitem juntar uma grande quantidade de elementos para a transformação social. Nela convergem motivações sociopolíticas, culturais e pedagógicas para desenhar e planejar um conjunto de práticas e aprendizados que se materializam em diversos projetos (políticos, militantes, educativos) que, por sua vez, permitem um exercício mais ciente e crítico das cidadanias, especialmente das cidadanias coletivas.

Entendendo que esta categoria de cidadania desde uma perspectiva coletiva se distancia da concepção reducionista da cidadania – pois, ela vai além dos exercícios da democracia representativa e da ordem política, já que tem implicações na ordem cultural e social –, as cidadanias coletivas, longe de ser um simples acúmulo de regras e responsabilidades atribuídas pelo pertencimento aos Estados Sociais de Direito, nos diz que ser cidadão ou cidadã envolve um processo de reconhecimento dos direitos individuais e coletivos, assim como um reconhecimento do potencial das iniciativas populares e lutas coletivas para melhorar as condições de vida das populações mais afetadas e segregadas do modelo econômico e político neoliberal. Sendo assim:

A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram (GOHN, 2005, p. 34).

Surgem então, outras possibilidades para a participação dos movimentos sociais através das ações coletivas, a militância e mobilização. As cidadanias coletivas permitem a criação e consolidação de instrumentos e estratégias que procuram dar visibilidade aos

problemas sociais que afetam a sociedade civil e, partindo disso, busca mecanismos de exigências para serem processados, resolvidos e incluídos nas agendas políticas dos Estados.

Para conseguir processos educativos participativos assertivos devem-se fazer reflexões éticas e políticas para fortalecer o poderio, a autonomia e a cidadania através de processos formativos significativos que ocorrem fora dos ambientes da educação formal. Conseguem assim produzir processos pedagógicos que sejam integralmente críticos, anti-patriarcais e propositivos integrando o político, o pedagógico e a participação para estabelecer projetos que fortaleçam os processos de resistência civil e de mobilização cidadã, no sentido de chegar a outros cenários possíveis e gerar projetos políticos que ajudem a transformar as relações desiguais de classe, gênero, raça e entre outras.

5. ANÁLISE DE DADOS

*“Se não se nomeia [...] nem sequer serão
pensadas melhorias para uma realidade que
segue invisível”*

(Djamila Ribeiro)

.....

Para reconhecer as múltiplas formas possíveis de ser e estar no mundo, e não entrar no equívoco de legitimar uma história única, é preciso saber nomear e a enunciar. Assim sendo, é necessário aprender a entender que existem inúmeros lugares de fala que permitem ressurgir e reivindicar as lutas individuais e coletivas que se estabelecem por trás dos processos de dominação e de exclusão.

Afirmamos que existe na linguagem, no discurso e nas narrativas uma potencialidade para a denúncia e para a transformação do mundo, visto que permitem construirmos e valorizarmos nas nossas próprias histórias, facilitam os processos simbólicos e materiais que nos permitem renascer, reviver e ressurgir através de um diálogo consciente com os nossos próprios relatos.

5.1 “Soy su canto, su rezo, su emoción”

Na parte do texto a seguir, identificamos e conversamos com os depoimentos que as entrevistadas trouxeram e compartilharam conosco, na intenção de conhecer e compreender como suas experiências nos falam da construção de um relato que tem sido apagado e menosprezado pelos preceitos patriarcais hegemônicos favorecendo ações que visam à dominação ideológica, epistemológica e simbólica das sociedades.

Partimos da afirmação de que nas Ciências Humanas os procedimentos para a construção do conhecimento não são neutros, porque a ciência não é neutra nem passiva, pois os processos de pesquisa sempre carregam consigo uma carga ideológica que procura legitimar uma certa posição desenvolvida por uma hipótese inicial. A ciência tradicional das verdades absolutistas ajudou a estabelecer processos de dominação ideológica por afirmações que se traduziram em leis universais.

É importante considerar estas reflexões, na medida em que identificamos que o conhecimento é um privilégio enquanto serve como plataforma de enunciação, validação e

reconhecimento das múltiplas possibilidades válidas de ser e estar no mundo através do senso social, oportunidades que, historicamente, têm sido negligenciadas às minorias e às populações marginalizadas nas academias, como as mulheres. De modo a tornar outras realidades plausíveis, a presente pesquisa procura integrar as contribuições dos estudos de gênero para a análise dos dados coletados, com o entendimento de que:

Aplicar la perspectiva de género a las ciencias conlleva analizar la construcción del conocimiento científico y revisar sus teorías y métodos desde una perspectiva crítica: cuáles son sus reglas, supuestos e hipótesis, en qué medida reflejan los intereses de las mujeres y de los hombres, cuáles son sus consecuencias, para qué sirve un desarrollo científico, a quién perjudica o favorece [...] lo que significa considerar los aspectos sociales como parte integral de la propia ciencia (BONILLA, 2010, p. 66).

Como mulheres e pesquisadoras é interessante nos vermos na ciência, e começar a questionar sobre como fazer ciência a partir das diversidades, diversidades nas quais estamos inclusas. Por um lado, sabemos que o sistema científico é uma instituição de gênero, reconhecemos que existem discriminações e desigualdades nos processos de promoção e reconhecimento na academia, assim como também existe uma subestimação e minimização das contribuições das mulheres nos campos de pesquisa.

Estudos comprovam que existe uma brecha significativa em relação às diferenças entre taxas de publicação, incentivos, investimento, divulgação e valorização em comparação com os homens. Assim, vemos na academia como se manifestam papéis de gênero reproduzidos a partir de especificidades biológicas, heteronormativas e coloniais que excluem, dificultam a inclusão real das mulheres e dos assuntos de gênero como transversais para a compreensão dos fenômenos sociais e da realidade.

A perspectiva de gênero é uma estrutura de análise teórica e conceitual que nos permite tornar visível a posição das mulheres em relação aos homens a partir do sistema sexo-gênero, favorecendo assim a detecção dos fatores de desigualdade, a modo de finalmente gerar reflexões sobre esses fatores para sua superação através da revisão crítica dos paradigmas e para aumentar a relevância social dos resultados obtidos e tornar visíveis as necessidades da sociedade.

Por isso, como mulher e pesquisadora intenciono realizar um estudo que não tem pretensão de se estabelecer como verdade universal, pois, reconheço na ciência e no meu exercício individual de pesquisa, um espaço de reflexão como um campo para o questionamento e a curiosidade que, longe de se posicionar como absolutista, propende pelo reconhecimento das diversas formas de aprender, entender, criar e se situar diante a vida e o mundo.

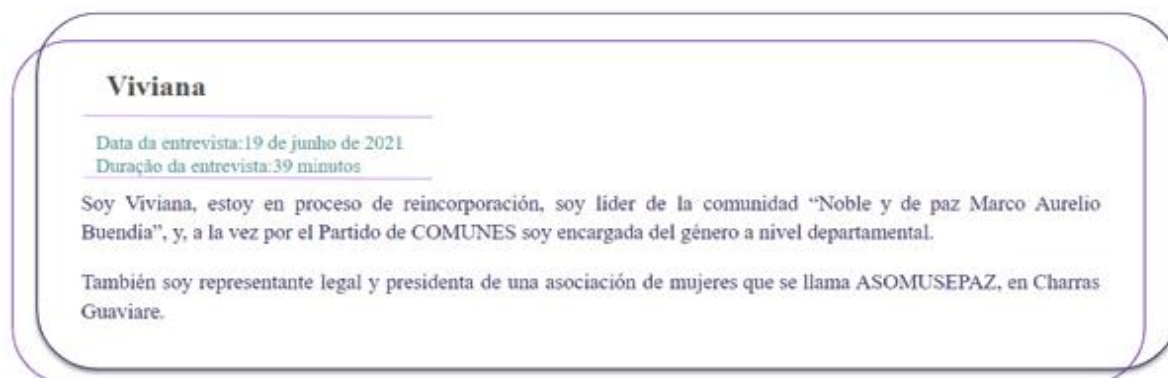
Este escrito não pretende se posicionar como uma verdade universal, nem uma redução única das experiências heterogêneas do que implica a imersão das mulheres na dinâmica militante e de guerrilheira. Nossa intenção, ao invés de estabelecer teorias absolutistas, é fazer um chamado ao questionamento, para que mais e mais perguntas surjam após da leitura deste texto, se constituindo como uma forma assertiva rumo a justiça epistêmica. Por fim, ressaltamos que as verdadeiras possibilitadoras das reflexões aqui estabelecidas são as mulheres que contribuíram com seus relatos para a estruturação desta pesquisa, tendo em vista que, sem suas contribuições, este documento careceria de sentido e validade.

As mulheres participantes desta pesquisa foram escolhidas com base em alguns critérios iniciais. O primeiro foi que elas se reconheceram e se identificaram como mulheres, o segundo foi que elas deveriam ter sido membros da organização guerrilheira FARC-EP; para este segundo critério não foi relevante o ano em que aderiram, nem o tempo de permanência dentro da organização, ou há quanto tempo deixaram a organização.

Como terceiro e último critério, procuramos mulheres que estiveram dispostas a contar sua história sobre a militância e os aprendizados que esta vida militante deixou para suas vidas. A maioria das entrevistadas disse ter feito parte de mais de um espaço organizacional, comunitário e participativo, por isso tentamos descobrir e indagar sobre suas experiências nesses espaços também.

Com a finalidade de delinear o perfil das entrevistadas, pedimos que cada uma delas preparasse um parágrafo curto mostrando como se determinam ou se definem. Desse modo, retomamos trechos das suas próprias falas para defini-las, isso com a intenção de não usurpar o lugar de enunciação de qualquer uma delas sobre sua própria identidade.

Figura 12 – Perfil da entrevistada Viviana



Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas coletadas (2021).

Figura 13 – Perfil da entrevistada Luna

Luna

Data da entrevista: 17 de junho de 2021
 Duração da entrevista: 41 minutos

Soy reconocida en el Partido en que milito como “Luna”. Soy una estudiante de contaduría pública, sigo haciendo parte de la militancia del partido al que ingrese que se llamaba FARC y que está en tránsito a COMUNES y ahí trabajo en este momento, específicamente en el CNR.

Soy firmante del acuerdo de paz y duré 15 años militando en la organización FARC EP y pues fueron como los mejores años de mi vida porque viví experiencias, ¡muchas experiencias! que no solamente me sirvieron para mi vida sino que me enseñaron a ser mejor persona, mejor mujer, mejor militante y digamos que hoy todas esas enseñanzas las trato de plasmar en mi día a día.

Me gusta mucho escuchar música ¡me gusta la música fariana! Todavía la escucho, la tengo, tengo toda la colección. también me gusta leer.

Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas coletadas (2021).

Figura 14 – Perfil da entrevistada Olga

Olga

Data da entrevista: 11 de junho de 2021
 Duração da entrevista: 1:03 horas

“Olga” es mi seudónimo, soy nacida en Armenia, Quindío y criada en Bogotá. Ingresé a la Juventud Comunista el primero de mayo de 1977. Yo estudié en colegios revolucionarios, tuve también la influencia de un hermano que era revolucionario, y mi madre, que siempre fue muy cercana a la gente y para trabajar socialmente.

Estuve en el Movimiento Estudiantil, fui parte de la UNES. Después, me propusieron que me fuera para las FARC-EP a colaborarle a Jacobo Arenas como secretaria, yo en esa época estaba estudiando, terminando el bachillerato y trabajaba en la imprenta del Partido como correctora.

Me mantuve en las FARC-EP porque creí en ese trabajo que se estaba haciendo, porque la situación del país realmente requería de esa lucha, por la justeza de la misma, por todo el planteamiento político que se tenía en la concepción de la combinación de las formas de lucha y de la posibilidad real de llegar al poder y cambiar esta sociedad. Me mantengo en COMUNES porque creo y sigo convencida de que la lucha política hay que darla a través de un partido que tiene como objetivo la toma del poder, así sea por las elecciones y ya no por la insurrección militar, sino popular.

Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas coletadas (2021).

Figura 15 – Perfil da entrevistada Paola

Paola

Data da entrevista: 29 julho de 2021
Duração da entrevista: 1:23 horas

Yo nací en Venezuela, mi papá es colombiano y mi madre es venezolana "Soy excombatiente de las FARC-EP, hice parte del equipo de comunicaciones de la guerrilla y trabajé en NC Noticias, soy estudiante de contaduría, soy madre.

Actualmente tenemos un proyecto con varios compañeros de la universidad, estamos haciendo la investigación para formar grupo contadores que podamos hacer asesorías y registros contables a pequeños comerciantes.

Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas coletadas (2021).

Figura 16 – Perfil da entrevistada Esperanza

Esperanza

Data da entrevista: 23 de junho de 2021
Duração da entrevista: 57 minutos

Yo nunca hablo de mí como tal, yo siempre hablo de mí como un colectivo, soy excombatiente de las FARC-EP, igualmente soy ex-prisionera política, soy una mujer con muchas expectativas, con muchos deseos de llegar a las comunidades y sobretodo ayudar en ese acompañamiento a la implementación de los acuerdos.

Más que todo la vida de uno empieza desde lo colectivo, le digo lo colectivo porque a partir desde que salimos de cárcel yo hago parte de los primeros 30 indultados y con esos indultados conformamos una fundación que es la Fundación Colombiana de Ex Combatientes y Promotores de Paz (FUCEPAZ) y a partir de ahí hemos venido acompañando todo el proceso de la implementación.

Una de las mayores características de FUCEPAZ es haber logrado como el acompañamiento del componente FARC sobre el tema educativo que se desarrolla a nivel nacional en todos los Espacios Territoriales, que son las nuevas áreas de reincorporación, con el proyecto "Arando la educación".

Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas coletadas (2021).

Figura 17 – Perfil da entrevistada Isabela

Isabela

Data da entrevista: 20 de julho de 2021
Duração da entrevista: 50 minutos

Soy una mujer excombatiente, firmante de paz, nacida en Usaquén en Bogotá en un barrio popular, feminista, empecé mi militancia como en el 2002, cuando tenía como 18 años. Estudie Ciencias Sociales en la Distrital antes de irme para la guerrilla, en la guerrilla pase una larga temporada de mi vida, aprendí muchas cosas, fui mando, y en el último periodo de tiempo estuve dedicada al tema de la socialización de los acuerdos y también allí aprendiendo del feminismo, del enfoque de género y últimamente trabajando mucho en temas de reconciliación, reconocimientos en temas de paz, como en encuentro con otros sectores, en eso me he movido últimamente.

Trabajo con la Universidad del Rosario, en temas de investigación. He trabajado en estos 4 años con varias organizaciones, en COMUNES siempre he estado con la dirección de Bogotá, pero nunca he laborado con el partido, solo con ONGs, con institutos, con la universidad, con otros proyectos.

Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas coletadas (2021).

Para obter os dados, utilizou-se a metodologia da entrevista narrativa individual, onde empregou-se como instrumento de coleta dos dados, o roteiro da entrevista apresentado no capítulo metodológico. Nossa intenção com a escolha deste método foi permitir, compreender e valorizar as narrativas como formas de gerar conhecimento social, além de permitir a ressignificação das experiências, das práticas e até das próprias sujeitas. O estudo destas narrativas permitiu compreender o significado das experiências das mulheres entrevistadas.

A entrevista narrativa possibilitou compreender não apenas as histórias das mulheres, mas também conhecer contextos, relacionamentos, outros tipos de linguagens não verbais, bem como identificar quais foram as questões predominantes no discurso, no entanto, não tendo sido realizadas presencialmente devido às condições impostas pela pandemia, trabalhamos apenas com a transcrição do que foi dito. Também nos propiciou identificar as diferenças de perspectivas entre cada sujeita, valorizando as contribuições de cada uma das mulheres no desenvolvimento de suas próprias narrativas e as narrativas de uma ordem coletiva. A postura da entrevistadora foi a de escuta ativa e empática, retomando pontos importantes e indagando sobre pontos-chave para a pesquisa.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio, junho e julho de 2021, na qual uma das principais dificuldades apresentadas foram os problemas de tempo e coordenação logística, visto que, desde o momento do contato inicial até a realização das entrevistas, compreendeu-se quase um ano. Isso se deveu, inicialmente, as problemáticas decorrentes da insegurança latente sobre as garantias de defesa das vidas das pessoas ex-combatentes das FARC-EP. Somada a isso, existiu as problemáticas provenientes da pandemia pela COVID-19, e sob a recomendação de manter a distância social, nenhuma das entrevistas foi realizada presencialmente.

No total, foram realizadas seis entrevistas de forma virtual, duas por telefone e quatro por ligação de vídeo. Um achado interessante sobre estas dinâmicas da virtualidade relacionadas à realização das entrevistas, foi a utilização do roteiro de entrevista de forma dinâmica para poder atingir os dados que precisávamos coletar. Dessa maneira, o modo como as perguntas foram formuladas mudou de uma mulher para a outra, no entanto, a essência do roteiro e sua intencionalidade não foi modificada ou perdida de vista.

No entanto, no desenvolvimento das entrevistas, reconhecemos que, por ser um exercício narrativo, as perguntas não podiam ser tratadas como universais, e a pesquisadora teve que recorrer à adaptação na maneira de formular cada questão à medida que a linha lógica

de pensamento das entrevistadas foi estabelecida, com a finalidade de enfatizar os dados necessários para esta pesquisa.

Durante as entrevistas, foram construídos acordos sobre a confidencialidade e o uso das informações obtidas. Também se estabeleceram alguns compromissos entre as duas partes (pesquisadora e entrevistada), em que a responsabilidade da pesquisadora com as participantes consistiu em transcrever as entrevistas e depois compartilhá-las com cada uma das mulheres, no sentido de obter sua aprovação das informações coletadas e evitar possível deturpação ou interpretação errônea das narrativas de cada uma.

A partir dessa ação, as entrevistadas aprovaram todos os dados que serão apresentados abaixo e concordaram em usar seus nomes da forma que serão apresentadas, em que três delas preferiram usar pseudônimos para proteger sua identidade. Estes acordos são relevantes como parte de um exercício de visibilidade e reconhecimento de suas contribuições para a construção do conhecimento e para a reivindicação de seu direito de falar.

Levamos o trabalho de transcrever cada uma das entrevistas na íntegra, com o intuito de alcançar um melhor acesso às informações obtidas e assim poder validar com as mulheres participantes das ideias apresentadas. Inicialmente, foi feito um tipo de transcrição natural que busca omitir apenas alguns vícios de linguagem, porém preservamos a maioria do texto. Essas transcrições foram feitas individualmente para poder restituí-las para cada uma das participantes, conforme acordado e mencionado.

O exercício de transcrição nos permitiu fazer uma análise mais detalhada das narrativas, internalizando as ideias expostas, solidarizamos com os relatos, além de poder entender melhor as participantes. Este exercício me permitiu aproximar da essência de cada uma delas, desenvolvendo sensibilidade sobre suas histórias e suas biografias. Uma decisão ética na pesquisa foi deixar os fragmentos das entrevistas em sua língua original (espanhol), na qual essa decisão se baseia no fato de que, no exercício da categorização das entrevistas, houve um processo de fragmentação e exclusão, em que tomamos apenas os fragmentos que foram úteis ou relevantes para o agrupamento por temáticas ou categorias, e muitas das informações que poderiam ter sido importantes para as mulheres foram descartadas para manter uma linha lógica e padronizada no sentido de atender aos rigores da academia.

Nesse sentido, resistimos à ideia da tradução com a intenção de não fazer uma segunda fragmentação do discurso, porque, ao traduzir, estaríamos retirando as histórias de seu caráter original, de seus sentimentos, de sua vida, estaríamos impondo-lhes uma releitura em uma linguagem acomodada ao leitor. Nossa intenção é também aproveitar esses poucos espaços de

liberdade oferecidos pela academia para nos desorganizar, reformular e não continuar sendo cúmplices do pensamento e da norma hegemônica que negligencia os discursos femininos.

Para nós, a linguagem tem que nos deixar desconfortáveis, tem que nos dar trabalho para podermos repensar outras realidades e sair da nossa zona de conforto. Para isso, convidamos aquelas e aqueles que leem a se deixarem desconfortáveis, porque, no fim das contas, os desconfortos movimentam o mundo.

5.2 “y estoy aquí para sembrar semillas en su nombre”

O trabalho do/a pesquisador/a com as entrevistas é interpretativo e exige uma organização preliminar das informações obtidas, que pode ser feita a partir de uma proposição de categorização elaborada *a priori* e/ou ser acrescida de categorias emergentes à medida que se identificam relações entre as respostas:

Uma maneira de analisar é fragmentar o todo e reorganizar os fragmentos a partir de novos pressupostos. Trata-se, nesse caso, de segmentar a fala dos entrevistados em unidades de significação – o mínimo de texto necessário à compreensão do significado por parte de quem analisa – e iniciar um procedimento minucioso de interpretação de cada uma dessas unidades, articulando-as entre si, tendo por objetivo a formulação de hipóteses explicativas do problema ou do universo estudado (DUARTE, 2004, p. 221).

Para a elaboração da categorização se desenvolveu um processo de vários passos que consistem em: identificação de palavras e conceitos chaves estabelecidas para atingir os objetivos da pesquisa; articular as relações entre as teorias fundamentadoras com a informação obtida e, em seguida, realizando-se uma análise temática precedida por uma leitura temática aberta usando cores diferentes para distinguir e reduzir o texto qualitativo em unidades menores.

Posteriormente, foram considerados os padrões nas falas das mulheres e se procedeu a realizar uma organização por categorias através da criação de quadros associativos que permitiram conversar com as ideias e com as intencionalidades das reflexões sobre cada uma dessas categorias.

Finalmente, se estabeleceu uma análise por categorias, tentando reconhecer as contribuições dos depoimentos. Em cada categoria, uma série de subcategorias foram estabelecidas respondendo a indicadores fornecidos nas entrevistas, favorecendo gerenciar o acúmulo de informações coletadas durante a pesquisa e apresentar os resultados com base nos objetivos propostos. A seguir, apresentaremos a análise categorial baseada na incorporação dos

depoimentos identificados para cada uma das subcategorias que se constituíram, articulando as falas das mulheres, as análises e as contribuições teóricas para uma compreensão adequada das informações apresentadas.

Queremos destacar que as categorias e subcategorias são construções teóricas que buscam favorecer a organização das informações e a possibilidade de análises relacionais, no entanto, no decorrer da apresentação será possível perceber que nas narrativas as aprendizagens se entrelaçam, formando um todo coerente e inter-relacionado.

5.2.1 Aprendizagens na guerrilha

*Onde quer que haja mulheres e homens, há
sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há
sempre o que aprender.*
(Paulo Freire)

.....

Já afirmamos que os diversos processos humanos que mediam a educação, a troca de conhecimento e a formação podem estar vinculados às instituições como também podem não estar restritos a estes espaços. No entanto, aqueles processos que ocorrem dentro e fora da escola se relacionam, ora se contradizem, ora se complementam, e ora a educação não formal cumpre uma função compensatória e se torna a única possibilidade para quem, por motivos de exclusão, não têm acesso à escolaridade, à formação profissional, ou até mesmo à alfabetização.

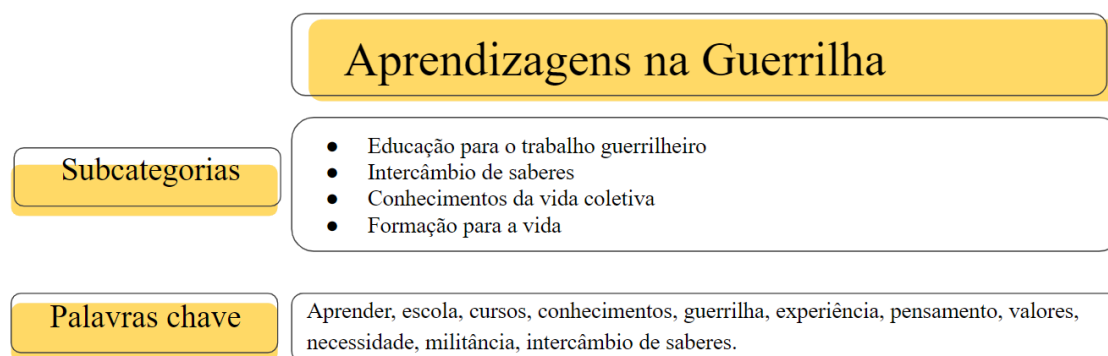
A partir disso, entendemos que os processos de intercâmbio de saberes e desenvolvimento humano que ocorrem nas relações sociais, entre os grupos, os coletivos, inclusive nos encontros com outras pessoas, ainda que não esteja inserido na concepção tradicional da educação, se configuram como processos formativos, visto que permitem realizar um exercício de reflexão sobre a realidade, o contexto, a história e, inclusive, as próprias vivências em função da interação com o mundo, com a finalidade de construir, criar e esperar sobre outras alternativas para a mudança social.

Encontramos na guerrilha um espaço onde a educação não formal estava presente em diferentes ambientes, cumprindo diferentes intencionalidades, todas elas se encaixando nas dinâmicas da vida guerrilheira, organização na qual as entrevistadas tiveram a maior parte de suas experiências de ativismo e militância.

Intencionamos investigar as experiências de formação na guerrilha, a forma que os processos de aprendizado se desenvolveram no interior dela, mas também identificar as diferentes leituras que podem ser estabelecidas em torno do mesmo fenômeno social, pois, cada uma das mulheres, destacou coisas diferentes que enriquecem a leitura sobre as experiências guerrilheiras.

Apresentamos esta categoria subdividida em quatro subcategorias nas quais os pontos de encontro das histórias das seis mulheres entrevistadas estão condensados, estas subcategorias correspondem a “educação para o trabalho guerrilheiro”, “intercâmbio de saberes”, “conhecimentos da vida coletiva” e “formação para a vida”.

Quadro 3 – Aprendizagens nas FARC-EP



Fonte: Elaboração própria (2021).

Identificamos uma série de elementos que se compreendem como processos educacionais estabelecidos na militância guerrilheira que visavam desenvolver as tarefas inerentes à vida na guerrilha. Os conhecimentos obtidos contribuíram tanto para consolidação da organização, quanto para a criação de processos de superação das dificuldades de aprendizagem tradicional, o que poderia ser estabelecido como educação formal (entendida como a educação oferecida nas escolas, com conteúdo pré-estabelecidos), sem desconsiderar as “aprendizagens construídas no campo da participação social, por nós atribuída como campo da educação não formal” (GOHN, 2014, p. 37).

5.2.1.1 “Educação para o trabalho guerrilheiro”

Para esta primeira subcategoria, foram identificadas 29 expressões que se referiam à formação da guerrilha na perspectiva da educação para o trabalho guerrilheiro, entendendo por

trabalho guerrilheiro todas aquelas atividades que visam à manutenção e aperfeiçoamento das dinâmicas da guerrilha, tanto no interior da estrutura guerrilheira, como nas relações com o contexto, a natureza e a sociedade.

Em seções anteriores verificamos a forte influência que possuía a teoria Marxista-leninista na constituição ideológica e tática das FARC-EP. Salgari (2014, p. 156, tradução livre) afirma que:

As FARC-EP se definem como partido político de armas. Um partido comunista, de inspiração marxista, leninista e boliviana. Sua estrutura política responde aos princípios organizacionais leninistas adaptados à realidade colombiana. Cada unidade de combate funciona como uma célula do partido político, com reuniões regulares.

Entendemos que as contribuições do marxismo-leninismo são fatores determinantes na formação e treinamento dos/as guerrilheiros/as, pois, além de terem servido como diretrizes ideológicas para que as FARC-EP pudessem consolidar uma proposta de luta armada de classes, esses recursos teórico-práticos ajudaram na consolidação de um modelo educacional revolucionário.

Desse modo, como consequência da adoção destas duas correntes de pensamento, foram consideradas como parte da linguagem guerrilheira algumas concepções próprias do materialismo histórico dialético, incluídas nas diversas ações educativas e formativas das FARC-EP. Ainda, Salgari (2014, p. 74) afirma que “As FARC-EP, como uma organização político-militar revolucionária de inspiração marxista e leninista, subscreve uma visão do mundo e da vida com base na concepção materialista da história e da filosofia da práxis”, nesse exercício da *práxis* revolucionária, se estruturaram diversos processos de formação para o trabalho guerrilheiro.

Entendendo na corrente de pensamento de Sarmiento e Vargas (2002) que o trabalho não é apenas um meio para um fim (o produto) senão um fim em si, ele é a expressão significativa da energia humana. Por isso, o trabalho deve ser produtivo, livre e criativo, e não deve ser alienado por um capitalismo privado ou um capitalismo “abstrato” de Estado. O trabalho guerrilheiro conversa com esta perspectiva de trabalho, dado que a intencionalidade das FARC-EP consistia na criação de um novo modelo de país fora das lógicas capitalistas e imperialistas ancoradas no poder, reivindicando às populações marginalizadas historicamente, especialmente os camponeses:

O trabalho é processo de criação de valores, de transformação e desenvolvimento da natureza, da sociedade, e de autodesenvolvimento e autotransformação do próprio homem. [...] ao produzir os meios de satisfação das necessidades humanas, o trabalho produz transformações objetivas na realidade e humaniza o próprio homem, que se objetiva no processo de apropriação, transformação da natureza, transformando-se subjetivamente (MACHADO, 2011, p. 96).

No entanto, esse trabalho para o tempo da guerrilha requer uma formação especial, uma formação que fosse intencionada para o “saber fazer” nos ofícios guerrilheiros. Remetemo-nos agora à importância da categoria da “educação para o trabalho”.

Todas as ações pedagógicas nas FARC-EP cumpriram com um propósito, cada uma das formações atingiu uma função específica no esquema guerrilheiro, articulando o ensino com uma intenção política, social e comunitária, e não como um exercício desconexo da realidade em que se estabelece e se desenvolve:

[...] A uno le van formando en la disposición frente al trabajo, esa disciplina que tienen los guerrilleros [...] todo eso, se traduce en una palabra, la moral (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Yo creo que esa disposición para el trabajo, para el sacrificio, para la lucha, pues son aprendizajes (Isabela, entrevista, 2021).

[...] La escuela de las FARC-EP era como una escuela que abría como el pensamiento a aprender (Isabela, entrevista, 2021).

Isabela reconhece nos aprendizados da vida guerrilheira a disposição para o trabalho, entendendo esta disposição como parte fundamental para a organização, pois fazia parte da motivação para a vida revolucionária. O trabalho é considerado uma categoria central tanto nos estatutos guerrilheiros, como no programa agrário planejado pelas FARC-EP, como também para as atividades da organização guerrilheira, do seu trabalho de organização política e de massa e nos processos de educação e propaganda.

Outra categoria importante no treinamento guerrilheiro, que nos leva de volta às ideias marxistas é a formação omnilateral dos homens e das mulheres. Compreende-se a formação omnilateral como o desenvolvimento integral do indivíduo em todas as potencialidades e sentidos, uma formação que possibilite aprendizagens relativas a afazeres diversos e também relacionadas a valores e atitudes no âmbito individual e coletivo, constituinte do processo educativo que visa a humanização (MACHADO, 2011):

[...] pero lo que se busca siempre... es formar integralmente a la persona, o sea, que la persona no sea solamente un pasante por la vida, sino, que en cada paso que se dé

se vaya aprendiendo algo y que cada cosa que se haga sea una lección aprendida y le deje capacidades instaladas a esa persona que le sirva en determinado momento para aplicarlas ya sea en pro de la lucha o ya sea en pro de su desarrollo humano, de su mismo desarrollo de capacidades (Luna, entrevista, 2021).

Nas palavras da Luna, conseguimos identificar como operava este modelo formativo nas FARC-EP, onde existia uma contínua preparação em diversos sentidos e em diferentes níveis, mas esta preparação tinha a intenção de que a formação ultrapassasse as dinâmicas próprias da guerra ou do conflito armado, uma intencionalidade em formar integralmente os/as guerrilheiros/as.

Nos planos da guerrilha, diante da tomada do poder, era necessário contar com um trabalho de massas sólido, que permitisse atingir a todos os setores sociais num plano a longo prazo, pois acreditavam que a revolução deveria ser um processo histórico que permitisse a transição do modelo econômico e político da Colômbia. Nas narrativas das mulheres encontramos trechos que tratam sobre o que entendemos como formação omnilateral:

[...] Toda formación que usted recibiera le iba a servir para su trabajo o para su desarrollo internamente (Viviana, entrevista, 2021).

[...] Yo por lo menos aprendí bacteriología, era enfermera, aprendí cirugía, era radista, era de organización de masa [...] para desarrollar su trabajo debería tener conocimiento de todas estas cosas para cualquier actividad o cualquier cosa que se presentará la pudiera desarrollar y pudiera ayudar (Viviana, entrevista, 2021).

[...] Actividad de la FARC-EP habían muchas tareas que requerían de una formación [...] había siempre gente dispuesta o preparada para que hiciera todas esas capacitaciones (Luna, entrevista, 2021).

[...] Estaban las escuelas de frente [...] estaban las escuelas especializadas: la escuela de enfermería, la escuela de propaganda, la escuela de organización, la escuela de explosivo, las escuelas de inteligencia de combate (Olga, entrevista, 2021).

[...] Todo excombatiente [...] tendría cinco especialidades. Haciendo más o menos el censo de las necesidades que existían en cada compañía, en cada frente, en cada guerrilla, en cada escuadra (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Luego había cursos, cursos de distinta ramas, por ejemplo cursos de explosivos, cursos de inteligencia de combate, curso de enfermería, había curso para todo (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Es un proceso muy bonito, este ha sido un proceso muy bonito en el que he aprendido desde esas cosas mínimas, hasta cosas ya más grandes que son estratégicas (Luna, entrevista, 2021).

Em cada um dos relatos das mulheres, identificamos que, além de terem sido treinadas para o trabalho guerrilheiro, elas foram instruídas em diferentes áreas do conhecimento,

procurando desenvolver diversas capacidades em função das necessidades da vida guerrilheira, desenvolvendo habilidades que poderiam variar desde a formação política até a formação geográfica e de cartografia, entre outras múltiplas habilidades. Para a guerrilha como organização, era importante preparar constantemente seus membros, para poderem ser úteis a qualquer momento dentro e fora do campo de batalha.

As entrevistadas se referiram a este tipo de conhecimento como “conhecimento para as necessidades”, aprendizagem que permitia a versatilidade na organização, para que as tarefas fossem divididas uniformemente, mas também para que não se tornassem dependentes de pessoas que tivessem especialidades concretas, no sentido de que alguém com um treinamento específico fosse indispensável à organização e que sua ausência ou morte não desestabilizasse a organização (bloco, frente, esquadrão, célula).

Sobre esses processos formativos no interior da guerrilha, identificamos também que a educação, em seu sentido geral, foi uma bandeira da luta para as FARC-EP. O formativo não é uma parte adicional da vida revolucionária, mas sim se estabeleceu como eixo transversal da vida militante:

[...] Uno allá a diario vivía estudiando y recibía capacitaciones (Viviana, entrevista, 2021).

[...] Siempre se generan estos espacios formativos en aras de construir, de hacer consciencia, de profundizar sobre temas (Luna, entrevista, 2021).

[...] Yo en la guerrilla siempre tuve el pensamiento de que puede ser posible la construcción del país [...] todo lo que conllevaba el planteamiento estratégico, el cambio de la superestructura, cómo iba a ser ese ejercicio estar nosotros como FARC-EP en el poder (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Uno allá entra a hacer escuelas, a aprender lo que significa la lucha armada en sí, de porqué se luchaba de esa forma había que generar una revolución, y que hay que revolucionar de alguna manera el sistema actual (Luna, entrevista, 2021).

Viviana, Luna e Sandra asseveram que a educação se constituiu como uma das ferramentas e dos planos mais importantes para as FARC-EP, pois, além de existir uma capacitação constante (nas possibilidades das dinâmicas da guerra), essa educação tinha um objetivo específico que era a reflexão contínua em favor da formação crítica diante do modelo estrutural de opressão e segregação. Jacobo Arenas (2020), em entrevista com Zuluaga (2020, p. 40), afirmou que:

El guerrillero de las FARC ya no es aquel guerrillero atrasado. Es un guerrillero que no puede manejar ciertas concepciones con la destreza que hacen otros. Carece de esa concepción pero tiene conocimientos, tiene consciencia y puede seguir adquiriendo consciencia, cada vez esa conciencia es mayor. El conjunto de nuestros guerrilleros sabe que estamos luchando ya no por la simple defensa de la vida y la parcela sino por el cambio de sistema social en Colombia.

Jacobo fazia alusão a que existia uma preocupação no interior da guerrilha para a capacitação constante na organização para homens e mulheres (todavia, pela dominação machista da linguagem, menciona apenas no masculino) para o manejo de conceitos chaves para a consolidação do programa guerrilheiro, direcionado à tomada do poder.

Uma das principais preocupações da organização guerrilheira também foram os processos de alfabetização, visto que as entrevistadas ratificaram a importância de aprender a ler e escrever como principal ferramenta na luta contra o modelo educacional desigual:

[...] Para nosotros siempre ha sido muy relevante [...] que la gente al menos sepa leer y escribir, sepa al menos las cuatro operaciones matemáticas. De hecho, uno de los requisitos para ser comandante era saber leer y escribir (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Partiendo de esa lectura de saber leer y escribir, empezamos a especializarnos en ciertas formaciones que llevaban el conocimiento hacia algunas especialidades (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Siempre estábamos estudiando, siempre estábamos laborando, así nos tocaran otras tareas, siempre íbamos a estar estudiando (Paola, entrevista, 2021).

[...] Comprensión de lectura era un curso larguísimo donde uno aprendía todo de todo, leíamos muchísimo, talleres de lectura súper organizado (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Lo básico es enseñar a leer y escribir a la gente, [...] también hacíamos cursos de comprensión de lectura (Luna, entrevista, 2021).

Em linhas anteriores, se evidenciou a notável desigualdade educativa que existe historicamente na Colômbia. Pelas narrativas das mulheres, encontramos que na guerrilha existe ou existiu uma preocupação constante com os processos de educação voltados para a leitura, a escrita e a compreensão de textos. Tanto assim, que estas habilidades se configuraram como requisitos explícitos e imprescindíveis para a ascensão no interior da organização, na medida que só aquela pessoa (maioritariamente homens) que soubessem ler e escrever poderia ascender e se formar na “Escuela de cuadros”, o espaço para a formação de líderes guerrilheiros/as.

Outro ponto importante do componente educacional das FARC-EP foi o treinamento e aprendizagem através da prática. Mais uma vez se faz presente a fundamentação em conceitos

marxistas, a *práxis* como aspecto basilar do ser humano. A ação humana (o trabalho) sobre o mundo transforma o mundo, mas também as pessoas que a realizam, eis a *práxis*, assim como se destaca nas falas de três das entrevistadas:

[...] El tema de la “praxis”, qué es lo más importante ¿La práctica o la teoría? [...] yo creería que en la práctica es más rica en el ejercicio, porque a uno la experiencia lo hace práctico (Sandra, entrevista, 2021).

[...] La geografía, se supone que yo en la universidad desarrolló conocimientos, pero al hablar con los muchachos, los muchachos le dan sopa y seco sobre la geografía, no solamente la caminaron, ellos la conoce, no es lo mismo decir “la cordillera Oriental” la gente sabe: no, es que la Cordillera empiezan tal sitio, ahí pasa el río yo no sé qué, pero ahí es una cuchilla que yo no sé qué, amplitud a tantos, saben de cartografía porque la guerra les exigió, bueno, nos exigió (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Yo terminé mis estudios en la organización, [...] hice una carrera y después hice una maestría, y esos simplemente fueron elementos que fortalecieron los conocimientos empíricos que uno va adquiriendo en la lucha (Olga, entrevista, 2021).

Nas narrativas, encontramos que tanto guerrilheiros como guerrilheiras desenvolveram seu potencial acadêmico a partir da dinâmica do imediatismo, através das possibilidades de vida no interior da guerrilha, especialmente nos últimos anos nas FARC-EP quando se tornou uma guerrilha móvel.

Estes aprendizados através da prática permitiram que a maior parte das pessoas que integraram a guerrilha se formassem em especialidades profissionais e específicas de diversas áreas do conhecimento embora nunca tenham obtido um diploma para sua formação. Ainda, Sandra (entrevista, 2021) assinalou que *“Las FARC EP era una universidad integral, o sea, no te enseñaban solamente para una cosa, los aprendizajes que te daban no eran solamente para una rama de la vida o para un área específica, sino para todas las áreas”*. O modelo educativo das FARC-EP, além de proporcionar ferramentas para a aproximação à academia e a reflexão crítica da realidade, criava diversos métodos para a criação de condições subjetivas para a disposição a aprender e ensinar.

Uma particularidade nos processos formativos da guerrilha foi a modalidade da escola e a formação para a guerra e na guerra. Vendo isto a partir de dois aspectos, o primeiro nos mostra como os tempos de ensino foram regulamentados pela dinâmica da guerra, havia mais possibilidades de troca de conhecimentos quando não estavam lutando ou quando não estavam envolvidos em ações especificamente bélicas:

[...] Si no hay operativo, nos podemos entrar a la clase [...] eso también lo daba la guerra [...] si no había ejército cerca podemos empezar un curso y emprender eso pero sí había operativo pues era de pronto una charlita, las noticias, caminar y llegar hacer campamento y era todo como, o se dependían las circunstancias operativas del terreno (Isabela, entrevista, 2021).

Isabela relata que, ainda no tempo de combate, existia uma preocupação pela formação, tendo em vista que os processos de troca de saberes apenas mudavam sua modalidade e intensidade, mas, não necessariamente, foram cancelados ou relevados durante o intercâmbio de tiros. A segunda modalidade nos fala dos conhecimentos específicos do aperfeiçoamento de um exército de guerrilha armada:

[...] En las FARC-EP teníamos la escuela básica, cuando uno ingresaba hacía el curso básico y estaba también el tema militar que le enseñaban a uno, pues, primero a defenderse, a camuflarse, a disparar, a usar granadas, eso era lo esencial (Olga, entrevista, 2021).

[...] Estaba la escuela de cuadros, que era mucho más profunda, más tiempo y a esa además se le agregaba don de mando [...] En formación de comandantes hombres y mujeres (Olga, entrevista, 2021).

[...] Hicieron las escuelas de estrategia militar, táctica militar ¡Todas iban siempre con el componente político! Que era filosofía, economía, eso era una estrategia importante (Olga, entrevista, 2021).

Em seções anteriores, assinalamos que na vida guerrilheira os princípios militares foram transversais a todos os processos de formação e convivência na guerrilha. As mulheres narraram que todas elas foram formadas e desenvolveram habilidades sobre inteligência militar, calistenia, estratégias de guerra, manuseio de explosivos e entre outros. Estes aprendizados foram necessários para complementar o treinamento sobre a combinação das diferentes formas de luta e de combate.

Um aspecto muito marcante nos relatos das mulheres, foi a identificação de espaços formativos fora dos cenários tradicionais formais ou informais, os aprendizados que elas reconheceram em suas experiências também estavam ancorados em processos pessoais e relacionais. Luna (entrevista, 2021) elucida um pouco a esse respeito:

[...] Desde aprender a caminar, desde aprender a cómo manejar un palin, cómo manejar un machete, cómo debe cargar [...] cómo cargar el peso, cómo subir una loma resistiendo con todo lo que llevas a cuestras, cómo hacer una caleta donde va a dormir, [...] cada cosa de esas, era una experiencia [...] todo esto [...].

As mulheres reconhecem que todas as experiências construídas no coletivo trouxeram conhecimento para elas em diferentes cenários, aprendizados que, inclusive, passaram pelo seu corpo, pela sua consciência e visão de mundo. Aprendizagens da prática cotidiana na vida coletiva vão se configurando como processos educativos, nos quais além do fazer se aprende a pensar e “ler o mundo”. É como explicita Freire, “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 79).

A educação para o trabalho guerrilheiro condensa diversos elementos para a criação de alianças entre a educação, a *práxis* e a revolução para a transformação social. Percebeu-se também que, embora os/as guerrilheiros/as atingissem altos níveis educativos, existiu uma baixa escolaridade no interior grupo, no qual foi demonstrado também pelo censo realizado pela Universidade Nacional da Colômbia publicado em 2017. Por fim, reconhecemos que nas FARC-EP a educação faz parte de um plano estratégico de transformação social e emancipação do sistema atual.

5.2.1.2 “Intercâmbio de saberes”

Como segunda subcategoria encontramos o “intercâmbio de saberes”, se constituindo em um elemento importante para compreender a educação guerrilheira, no qual apresentamos a seguir, manifestações que permitiram identificar essas situações.

As entrevistadas afirmaram que nas FARC-EP existiu um modelo de (re)produção do saber que se articula da seguinte forma: primeiramente, encontra-se a reprodução dos conhecimentos obtidos nos espaços da educação não formal e o treinamento militar. Os/as guerrilheiros/as foram capacitados/as em diferentes áreas e desenvolveram diversas habilidades para, posteriormente, replicar o que haviam aprendido em outros espaços no interior da guerrilha, no qual esta dinâmica ocorreu mesmo sem receber treinamento pedagógico ou profissional complementar para tal finalidade.

Os diferentes cursos foram ministrados para fornecer aprendizados imprescindíveis para a atuação guerrilheira na tentativa de atingir a cada uma das pessoas que a integrassem, isto aconteceu em todos os espaços guerrilheiros:

[...] El camarada Jacobo me planteó antes de irme que si iba a dar un curso de formación política a un frente [...] me fui para el frente a dar el curso (Olga, entrevista, 2021).

[...] Esa fue una experiencia para mí muy dura ¡Pero se aprendió! Y también enseñarle a la gente lo que yo sabía, sobre todo desarrollé mucho el trabajo de alfabetización, mucha gente que no sabía leer ni escribir, pues se logró hacer el trabajo de formación ¡Bueno! Y dar los distintos cursos de formación política que necesitaba la gente en el nivel que se podía ahí (Olga, entrevista, 2021).

[...] Varios de los que hicimos el curso salimos a los frentes como educadores, a mí me tocó irme para el frente Yari y allí estuve 5 años y en esos cinco años estuve dando charlas replicando el curso, ya como generando el curso (Isabela, entrevista, 2021).

Nas falas das entrevistadas se evidencia que o intercâmbio de conhecimentos e saberes nas FARC-EP foi uma pauta constante que se fez presente na maioria dos processos formativos. Assim também se reconheceu que um aspecto importante nessa troca de saberes foi o diálogo, na medida foi através de métodos dialógicos que se estabeleceram as possibilidades para a implementação de práticas de educação não formal.

Entendemos esse caráter dialógico dos processos de intercâmbio de saberes mediados pela subjetividade dos/as sujeitos/as, na perspectiva de Freire (1983b, p. 44):

A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico. Daí que a função gnosiológica não possa ficar reduzida à simples relação do sujeito cognoscente com o objeto cognoscível. Sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível desapareceria o ato cognoscitivo.

Inferimos que o diálogo se constitui em um elemento central para a comunicação e a comunicação se estabelece como componente primordial nos processos da educação não formal. A ENF se constitui como uma prática libertária e revolucionária entre os/as guerrilheiros/as, na qual os/as sujeitos/as direcionam seu ato cognitivo sobre o objeto cognoscível que os media em função de compreender o contexto no que localizam estas práticas formativas e as ações próprias da luta armada.

O intercâmbio de saberes nas FARC-EP permitiu que na organização se estabelecessem também espaços de reconhecimento dos próprios saberes, visto que os conhecimentos e a perícia em diversos temas que os militantes levaram da vida civil também eram compartilhados e valorizados, como afirma Luna:

[...] Trabajé con un frente acá en el centro del país, iba a dictarles cursos de sistemas, estaba como ayudando en esa parte pedagógica (Luna, entrevista, 2021).

Remetemo-nos novamente aos aportes de Freire (1983b, p. 15):

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais

Reconhecemos que todas as pessoas que se vinculam ao exercício coletivo possuem saberes diversos, e é no encontro dessa diversidade de saberes que se articulam novas possibilidades para a troca conjunta de aprendizados. Nesse sentido, Sandra (entrevista, 2021) afirma que *“Al interior de las filas, yo creo que se enmarcó un ejercicio en el que lo que uno sabía también lo enseñaba”*. Desse modo, sustentamos que nas FARC-EP o diálogo foi uma constante (essencialmente nestas atividades do intercâmbio de saberes) e, que através dele, se configuram tanto os processos de formação dos tópicos próprios da luta armada, assim como o reconhecimento de saberes em outros níveis e sobre outras diversas temáticas.

Em segundo lugar, estes processos de intercâmbio de saberes não foram apenas internos, houve também os espaços de diálogo na relação guerrilha-comunidade, onde se estabeleceram também oportunidades para o reconhecimento dos saberes populares, especialmente o reconhecimento dos conhecimentos das populações camponesas:

[...] Entonces en ese tiempo de formación con la gente, pues, era un intercambio de saberes (Olga, entrevista, 2021).

[...] A nosotros nos mandaban a trabajar y uno iba con los elementos elementales a organizar a la gente, y cuando usted llega allá usted va con la idea de formar una asociación campesina y resulta que allá la gente quiere es un comité de cualquier otra cosa; entonces, usted tiene que enfrentarse a esa realidad y aprende con la gente (Olga, entrevista, 2021).

[...] Esa fue una época muy interesante, porque ahí varios de los que hicimos el curso salimos a los frentes como educadores (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Tú le preguntas a los campesinos -de por sí tiene mucha sabiduría al respecto- pero los guerrilleros saben cuándo es la subienda, por la luna cuándo se puede plantar un árbol, para qué sirve este árbol, esta agua para dónde va, o sea, hay mucho conocimiento biológico podría decirse creo que por estar allí incorporados dentro de los distintos ecosistemas (Isabela, entrevista, 2021).

Nas narrativas expostas acima, identificamos que existiram práticas que favoreceram a valorização do conhecimento popular e tradicional das comunidades, entendendo a sua

importância, pois tem uma faculdade para contribuir ao reconhecimento territorial e organizacional nas comunidades rurais.

Nesse sentido, estamos falando de procedimentos que permitem reconhecer o/a outro/a como sujeito/a responsável de seu próprio destino, como conhecedor/a do seu próprio contexto, que se baseia no respeito ao outro e na prática de relações horizontais, partindo do reconhecimento de que o ser humano é inacabado e se constrói na relação com o/a outro/a e com o mundo.

Paulo Freire (1983a) já afirmava que a leitura do mundo antecede a leitura das palavras e o reconhecimento da sabedoria popular é fundamental para qualquer atuação efetiva junto às comunidades. Vemos como nestes processos, o diálogo e a comunicação também são importantes, pois, para a troca de saberes com as populações, é necessária uma atitude que possibilite “ampliar o diálogo – como uma fundamental estrutura do conhecimento – a outros sujeitos cognoscentes” (FREIRE, 1983b, p. 54), com a finalidade de construir processos formativos e participativos mais conscientes e menos hierárquicos.

Nesta perspectiva, reafirmamos que a formação e a educação são fenômenos que partem de uma intencionalidade, e uma motivação ética e política com as comunidades. Solano e González (2004, p. 12) afirmam sobre estes processos de educação não formais que:

Sua intenção é valorizar o material, institucional, organizacional e cultural das pessoas e grupos com os quais o trabalho é realizado; por um lado, proporcionando novas formas de relacionamento, espaços onde seja possível vivenciar a participação, a democracia, a solidariedade; por outro, questionando estilos de exercício de autoridade e liderança social contrária aos valores anteriores e, além disso, apoiando a construção e fortalecimento de experiências e iniciativas visa reivindicar demandas sociais, culturais e econômicas, bem como a participação na tomada de decisões.

Uma educação não formal de qualidade, comprometida com os interesses dos setores populares, implica questionar o exercício de relações de poder desiguais. De mesmo modo, implica o desenvolvimento de capacidade para o diálogo, assim como também construir espaços de reflexão contribuindo à consolidação de propostas que favoreçam a criação de processos autônomos que permitam a organização, a denúncia, a inclusão dos setores marginalizados nas agendas políticas e nas demandas sociais.

Igualmente, estes processos formativos também possuem um componente crítico e autocrítico (um elemento determinante da ideologia marxista-leninista), “*o sea, ya era como tipo de educación un poco alternativa un poco más crítica, poco más de un pensamiento más abierto*” (Isabela, entrevista, 2021). Neste movimento, foi possível aprender de forma dialética

e dinâmica através de uma concepção de educação que não a reconhece como um fato que permanece estática, assim como também não é um ato individual, tendo em vista que é através da comunicação verdadeira, que se possibilita realizar processos reflexivos e críticos que permitem elaborar pensamentos que abrangem a maior quantidade de olhares e contribuições possíveis sobre uma mesma leitura da realidade.

Estes processos podem ser identificados em, no mínimo, dois sentidos. O primeiro, seriam os processos dialógicos no interior FARC-EP, nos quais, aparentemente, não parecem existir procedimentos limitados à transmissão de conhecimento de uma pessoa a outra, senão que se encontra uma “co-participação no ato de compreender a significação do significado. Esta é uma comunicação que se faz criticamente” (FREIRE, 1983b, p. 54), e se estabelece como aprendizagem em constante movimento, em reflexão ininterrompida para a construção de novas visões de mundo que contribuem para a transformação social através da *práxis*, sendo uma característica constante da educação Fariana.

O segundo sentido da criticidade da educação Fariana radica na autocrítica e a possibilidade de assumir como responsabilidade própria a autocrítica na vida militante, dado que “Além do diálogo invisível e misterioso que estabelece com os homens que, antes dele, exerceram o mesmo ato cognoscente, trava um diálogo também consigo mesmo. Põe-se diante de si mesmo. Indaga, pergunta a si mesmo” (FREIRE, 1983b, p.54). Aprofundaremos posteriormente nesta ideia, ao tratarmos da subcategoria “Formação humana”:

[...] En los últimos años muy dedicada al aprendizaje y a la enseñanza, porque yo creo que cuando uno enseña, uno aprende el doble (Sandra, entrevista, 2021).

Observamos que o intercâmbio de saberes, experiências e conhecimentos nas FARC-EP foram importantes, tendo em vista que estas práticas permitiram a criação de um tecido coletivo a partir dos processos de aprendizagem e ensino. Sendo assim, identificamos uma subcategoria que remete aos conhecimentos procedentes das vivências dos espaços coletivos, que será apresentada a seguir.

5.2.1.3 “Conhecimentos da vida coletiva”

Para identificar esta terceira subcategoria, nos baseamos nas reflexões que as mulheres estabeleceram em relação à vida comunitária. Para isso, entendemos a comunidade em um sentido amplo e não universalizado:

La comunidad no es, se hace; no es una institución, ni siquiera una organización, sino una forma que adoptan los vínculos entre las personas. Más importante que definir la comunidad, es ver cómo funciona [...] no existe un ser comunitario esencial ni una identidad comunitaria general (CARRILLO, 2020, p. 69).

A comunidade está delimitada e está definida a partir das subjetividades das pessoas que a conformam. Assim sendo, entendemos que existem diferentes formas de viver em comunidade e estas formas estão sempre em função das particularidades dos diversos contextos e das diferentes leituras de mundo que se compartilham socialmente. Assim como existem diversas formas de entender a comunidade, existem também diversas maneiras de entender o “comunitário”, dado que estas experiências podem ser concebidas de diferentes perspectivas e olhares de mundo.

Afirmamos que, pelas dinâmicas da luta armada, a leitura do componente comunitário da guerrilha está distanciada da realidade de outras “comunidades em luta”, “pois na própria luta se configuram vínculos, reciprocidades e significados comunitários, que além de sustentarem as próprias lutas, geram um sentido de reciprocidades e sociabilidades que sobrevivem às mobilizações” (CARRILLO, 2020, p. 82, tradução livre), como organizações sociais, partidos políticos, assembleias populares, organizações de bairro, movimentos sociais e entre outros.

Encontramos nas narrativas das mulheres depoimentos sobre os aprendizados em relação à vida coletiva em quatro sentidos que, embora diferindo, estão interligados uns com outros. Inicialmente encontramos os aspectos relacionais na vida coletiva que reafirmam o sentido da necessidade de articular o trabalho comunitário com o desenvolvimento de habilidades comunicativas:

[...] Adquiría uno muchos conocimientos! tanto en el manejo de personal, el manejo con las demás, aprender a expresarse, aprender a hablar y pues todo eso (Viviana, entrevista, 2021).

[...] Se hace la “Reunión de célula” que es la unidad básica, donde se puede discutir, se puede plantear cosas, donde ¡Ya sí! El comandante no puede callar a la gente, sino que ese es el espacio de diálogo (Olga, entrevista, 2021).

Como foi sinalizado em linhas anteriores, entendemos esse componente dialógico como ponto-chave para a construção dos processos formativos, mas também é necessária a dialogicidade e a criação de habilidades e disposição para o diálogo para a articulação comunitária, pois “O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (FREIRE, 1983b, p. 28), em que o diálogo se constitui na ponte que permite o trânsito e a circulação de ideias, valores e sonhos comuns.

Contudo, uma ponte não se constrói apenas de um lado, ou com bases instáveis, ou desequilibradas. Para garantir o trânsito e a circulação, deve existir condições mínimas para a equidade. Dessa maneira, procura-se entender que, mesmo compartilhando um ideal de luta e um espaço comunitário, estas relações de diálogo estavam também mediadas por um exercício de poder desigual entre homens e mulheres. Ainda existindo os espaços de encontro, estes eram dirigidos pelos comandantes, sendo estes sujeitos majoritariamente homens, dificultando as possibilidades de tratar os temas de mulheres e gênero na guerrilha por muitos anos, pois foi nos últimos anos da luta armada que existiu uma preocupação pela reivindicação do lugar das guerrilheiras na vida revolucionária.

O segundo sentido encontrado foram os aprendizados que visavam o desenvolvimento de habilidades relacionais que promoveram o trato empático e social das FARC-EP (entre companheiros e companheiras):

[...] Creo que los conocimientos que se dan desde el humanismo, por las mismas relaciones que tenemos nosotros que eran y son de otro tipo (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Todo eso que aprendimos en las FARC EP comienza por uno mismo, o sea, si nosotros ahora volvemos a caer en esta misma sociedad, ¡no es que aquella era otra sociedad! sino que de alguna manera sí construimos una sociedad... fue como esa sociedad chiquita que buscábamos por la que luchábamos pero que día a día allá internamente la construimos (Luna, entrevista, 2021).

Isabella e Luna relatam como na guerrilha existiram relações de “outro tipo” se referindo especificamente aos laços de solidariedade e comunidade que existiam entre os camaradas:

[...] El movimiento guerrillero también ha contribuido en este proceso y en esta dinámica generando hombres y mujeres algunos dispuestos 24/7 al servicio de las comunidades. Hay mujeres que están desde su poco tiempo, porque han conseguido su esposo, sus hijos. Hay otras que nos hemos dedicados como todo el tiempo a seguir contribuyendo (Sandra, entrevista, 2021).

[...] En la guerrillera si alguien se le acababa el jabón otra persona le daba, si alguien iba a pasar un río alguien le daba la mano, no sé, uno siempre está como dispuesto a ayudar sinceramente, sin esperar nada a cambio, eso yo creo que me quedaba como lección (Isabela, entrevista, 2021).

[...] El trabajo conjunto [...] a mí personalmente eso me lleva a ser muy sensible, a tener mucha sensibilidad por las necesidades de otras personas, poder entender realmente qué tiene valor en la vida (Paola, entrevista, 2021).

Nas falas das entrevistadas acima, reconhecemos a forma pela qual a vida coletiva não trouxe apenas aprendizados práticos sobre a convivência conjunta, mas também traçou toda uma perspectiva diferente em relação ao referente de sociedade que queriam ser partícipes, estabelecendo ideias próprias sobre as relações que se construía com os outros e as outras como desejáveis. Ademais, se evidencia a intencionalidade de que eram justamente essas relações as que deveriam ser necessárias na vida guerrilheira e fora dela também. Existe uma “promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo” (FREIRE, 1996, p. 41), com a intencionalidade de desenvolver intercâmbios mais humanitárias e menos hierárquicas com os/as camaradas guerrilheiros/as masculinos e femininos, com as comunidades e com as problemáticas sociais.

Num terceiro lugar, este conhecimento sobre a vida comunitária visava romper com a individualidade promovida pelo sistema de dominação capitalista, fazendo um apelo para pensar a vida como coletivo a partir de relações de solidariedade, e começar a pensar em planos de vida que tenham um impacto social e comunitário positivo na existência de outras pessoas, assim como nos ambientes e contextos:

[...] Nos enseña la vida en colectivo (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Todo eso son de los grandes aprendizajes que yo pude adquirir en la vida en la guerrilla, el tener ese compañero con el que uno cuenta, que aquí muchas veces uno se siente solo (Paola, entrevista, 2021).

[...] Nos enseñaron [...] a ser unas personas consciente frente al planeta, frente al mundo, frente a la vida, a ser extremadamente solidarios con la gente y con todo lo que rodea, a ser también desprendidos de lo material, a pensar en los demás y no pensar en uno mismo solamente (Luna, entrevista, 2021).

[...] Siempre va a ser muy importante todo lo que se me enseñó frente al tema del despojo por lo individual (Isabela, entrevista, 2021).

As entrevistadas referenciam que nos encontros com os/as outros/as existiam algumas possibilidades para construir planos para a emancipação conjunta das comunidades marginalizadas e excluídas pelo sistema capitalista-neoliberal, na qual essa ideia conversa com

as contribuições de Alfonso Torres Carrillo (2020, p. 116) quando ele afirma que nas comunidades existe um grande potencial para a luta entendendo que:

[...] un rasgo común del sentido de la categoría comunidad, desde el momento de su emergencia y en la actualidad ha sido su radical oposición al capitalismo. Sea como modo de vida, como vínculo, como ethos o como utopía, la comunidad aparece incompatible con la lógica, las relaciones y la ideología capitalista

Reconhecemos a importância dessas possibilidades do encontro para a luta e a revolução, considerando como esta deve estar acompanhada especialmente da utopia:

Las utopías, aunque parezcan diluirse en situaciones como las que vivimos, forman parte de la vida y de los proyectos en los cuales nos comprometemos, movidos por profundos sentimientos de libertad y de esperanza. La reconstrucción de las utopías pasa por la generación de alternativas de acción y constitución de vínculos sociales que tienen que ser reflexionados y potenciados a escalas más amplias (SOLANO; GONZÁLEZ, 2004, p.13).

Não é plausível desenvolver processos de transformação sem considerar as possibilidades de melhora. As utopias, longe de ser planos impossíveis de cumprir, se estabelecem como desafios cotidianos que visam, progressivamente, transformar as situações de desigualdade social e alimentam a esperança necessária para a continuação das diferentes formas de luta. Estas utopias estão, inclusive, nas relações com os outros:

[...] De las cosas más bonitas, de lo que yo más valoro de toda esa experiencia es eso, poder trabajar con más personas, poder darme cuenta que el trabajo conjunto muestra resultados (Paola, entrevista, 2021).

Estas possibilidades da criação de alianças para a transformação se identificaram ainda nos processos destinados a visibilizar e reconhecer o lugar e os aportes das mulheres nas FARC-EP:

[...] Por la misma vida colectiva, por las normas que nos forjaron a nosotras en un trabajo constante colectivo en una sociedad chiquita (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Poco a poco la gente con todos sus elementos, con gente que estaba de acuerdo, se fue cambiando un poco esa actitud y exigiendo a los mandos que no estaban de acuerdo (Olga, entrevista, 2021).

O reconhecimento da importância do trabalho das mulheres na guerrilha foi uma luta constante e histórica. As FARC-EP se constituíram como uma organização hierárquica

dominada, majoritariamente, por homens, o que dificultou as possibilidades de que as mulheres pudessem atingir locais de influência e de poder na guerrilha:

Quando mulheres se organizavam pela primeira vez em grupos para, juntas, conversar sobre questões relacionadas ao sexismo e à dominação masculina, elas foram claras quanto ao fato de que mulheres eram tão socializadas para acreditar em pensamentos e valores sexistas quanto os homens. A diferença está apenas no fato de que os homens se beneficiaram mais do sexismo do que as mulheres e, como consequência, era menos provável que eles quisessem abrir mão dos privilégios do patriarcado (HOOKS, 2019, p. 25).

Bell Hooks, no trecho anterior, nos adverte como estes processos de reconhecimento das situações de opressão das mulheres leva, inequivocadamente, repensar como temos sido socializados/as e como esse processo de socialização está influenciado nas interdições próprias da cultura patriarcal, machista e sexista que existem em todas as formas da organização social. No entanto, estes reconhecimentos das opressões se dão na reunião, no questionamento conjunto das mulheres como um coletivo no interior da organização – e nas categorias de análises posteriores, centraremos nossa atenção especificamente sobre este lugar das mulheres na militância.

Paola, Isabella e Olga narraram como estas relações de “outro tipo” permitiram reconhecer as contribuições individuais e coletivas para a transformação social, na qual essa utopia está acompanhada da rebeldia:

A rebeldia enquanto denúncia precisa de se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho (FREIRE, 1983b, p. 28).

A rebeldia freiriana nos permite identificar como confluem os aspectos da criticidade e o esperar tanto nos processos da educação não formal, assim como no convívio comunitário em relações dialéticas entre as pessoas e com o mundo. Por fim, esse elo entre educação e comunidade fomenta o reconhecimento do potencial dos coletivos para a criação de outros mundos possíveis, retomando a solidariedade como uma ética que visa à humanização dos espaços, das instituições e da realidade.

5.2.1.4 “Formação para a vida”

Na quarta subcategoria que emerge das narrativas das mulheres nas aprendizagens da vida guerrilheira, identificamos as reflexões que se estabeleceram para o desenvolvimento da sua própria existência. Freire (1983b, p. 30) nos incita a questionarmos este local no mundo, essas aprendizagens para e sobre a vida como um ato político:

Para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível.

Nas relações com os outros nas FARC-EP, elas encontraram e refletiram sobre seu lugar no mundo e sobre a influência que sua existência tem nos diversos contextos (dentro e fora da guerrilha). Estas reflexões e aprendizados se configuram pelo menos em três diferentes sentidos, diferentes semanticamente, mas, na prática, estas experiências e conhecimentos estão interligados.

Na primeira vertente se localizam os conhecimentos que podem se aplicar para as experiências cotidianas. A partir disso, encontramos as diversas habilidades que permitiram às entrevistadas desenvolver uma melhor articulação e experiência no seu dia a dia:

[...] Yo fui mando durante mucho tiempo y adquirí muchos conocimientos los cuales hoy en día me han servido mucho (Viviana, entrevista, 2021).

[...] Algo que me sirvió mucho que la militancia en la guerrilla me dejó, aprendí a trazar sobre planes, yo soy recontra esquemática (Isabela, entrevista, 2021).

[...] A nosotros nos enseñaron a movernos o a hacer las cosas por las necesidades que lo requieran (Sandra, entrevista, 2021).

[...] La misma escuela de la guerra, nos puso como la necesidad y generando alternativas para suplir la necesidad hubo un aprendizaje inmenso (Isabela, entrevista, 2021).

Além das contribuições que estes aprendizados trouxeram para a cotidianidade das mulheres nas relações com os outros, na forma de traçar planos, ou a adaptabilidade às circunstâncias que o contexto e as necessidades demandaram, estas aprendizagens também contribuíram para repensar e transformar na autopercepção e a potencialidade de cada uma delas, reconhecendo novos matizes nas manifestações das experiências vitais:

[...] Aprendizajes muchos, yo siento que ya no soy la misma ¡definitivamente! (Luna, entrevista, 2021).

[...] tuve una trayectoria de irme para varios frentes por tareas [...] a mí eso me permitió también volverme súper autónoma (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Las FARC EP [...] fue una universidad ¡es la universidad de las FARC!... que nos deja una cantidad de títulos en muchas áreas, estamos hablando de títulos para la vida (Luna, entrevista, 2021).

As entrevistadas afirmaram que, de forma definitiva, elas não são mais as mesmas mulheres que ingressaram anos atrás nas FARC-EP, pois, todas as experiências vivenciadas, contribuíram para a consolidação de uma nova identidade, inclusive parte dessa nova identidade pode evidenciar-se em que, ainda depois dos processos de reincorporação, continuam usando os apelidos com os que se identificavam no interior da guerrilha.

Da mesma forma, esses conhecimentos adquiridos na guerrilha contribuíram também para fomentar e desenvolver habilidades práticas:

[...] yo siempre digo que me tocó aprender a volver a caminar porque en el campo se camina de otra manera, no se ponen los pies igual que en la ciudad y uno aprende a porrazos, también con indicaciones de los compañeros, aprender a cargar, aprender a hacer la casa, la vida cotidiana (Olga, entrevista, 2021).

[...] Lo que se busca siempre es formar integralmente a la persona (Luna, entrevista, 2021).

Estas aprendizagens permitiram encontrar ferramentas para enfrentar qualquer desafio, assim como estar preparada para qualquer situação que surgisse e como possibilidade para a criação de processos transformadores. Assim como assinala Freire sobre a solidariedade entre mente e mãos:

Quanto maior se foi tornando a solidariedade entre mente e mãos, tanto mais o suporte foi virando mundo e a vida, existência. O suporte veio fazendo-se mundo e a vida, existência, na proporção que o corpo humano vira corpo consciente, captador, apreendedor, transformador, criador de beleza e não “espaço” vazio a ser enchido por conteúdos (FREIRE, 1983b, p. 30).

Por outro lado, aprender sobre isso também visa pensar sobre a ação formativa (de ensino/aprendizagem) individual a partir da satisfação e atenção das necessidades, em que uma das tarefas é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil.

A última peculiaridade desses aprendizados sobre a vida, se refere aos ensinamentos como cumprimento de um papel social:

[...] La universidad la saque a la carrera, en cambio en las FARC-EP pues fue una escuela Formación de vida (Isabela, entrevista, 2021).

[...] yo creo que el tema de la disciplina de trabajo, yo siento que yo no puedo estar sin trabajar (Isabela, entrevista, 2021).

Este ponto foi analisado anteriormente “na educação para o trabalho” na organização, mas agora ele está situado no trabalho como ação humana independente, como uma possibilidade de criar possibilidades fora do contexto da guerra para si mesmos/as.

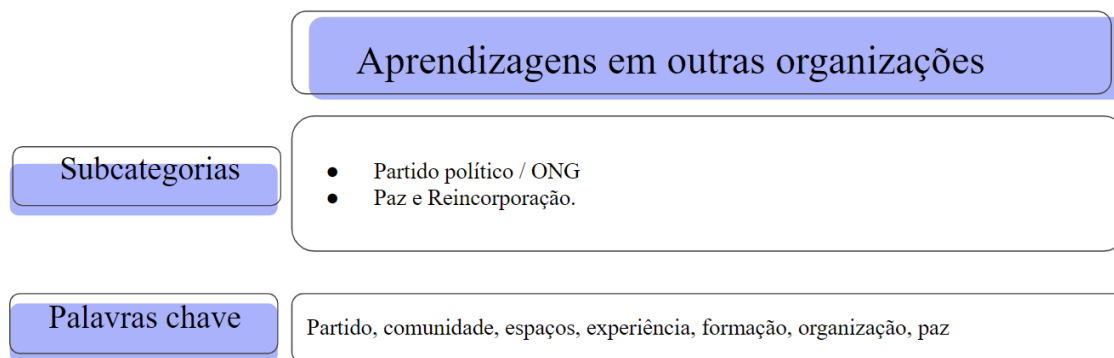
Embora estes papéis sejam desenvolvidos em espaços locais, eles não podem perder o horizonte da sociedade, dado que o papel político e ético possibilita apoiar processos e propostas que contribuam para a formação de sujeitos sociais capazes de levantar suas próprias demandas no sistema político e de participar efetivamente das atividades ao nível local e social.

5.2.2 Aprendizagens em outras organizações

*“Las mujeres aunque extremadamente visibles
como seres sexuales
permanecen invisibles como seres sociales”
(Monique Witting)*
.....

Para reconhecer os diversos conhecimentos procedentes da militância e o ativismo, nos permitimos contemplar nesta categoria os aprendizados que se estabelecem em outros espaços que não são os da guerrilha. Em suas histórias, algumas das mulheres narraram haverem participado de processos organizacionais anteriores à militância guerrilheira, algumas outras sinalizaram organizações nas que participam atualmente, mas, coincidiram na apreciação destes lugares e trajetórias como fundamentais para a configuração de seu autoconhecimento, favorecendo a autopercepção como sujeitas críticas.

Quadro 4 – Categoria 2, aprendizagens em outras organizações



Fonte: Elaboração própria (2021).

Nas narrativas das entrevistadas conseguimos identificar dois caminhos importantes que ajudaram na criação de duas subcategorias. A primeira contempla os espaços prévios à vida guerrilheira, destacando nela os partidos políticos e as ONGs. A segunda está conformada pelos projetos posteriores à vida guerrilheira, especialmente as iniciativas organizacionais que se encaixam nos processos de fortalecimento da paz e da reincorporação.

5.2.2.1 Partidos políticos e ONGs

Neste exercício, distinguimos dois espaços principais de socialização e militância que têm contribuído para a formação das mulheres como sujeitas de direitos, sendo estes os partidos políticos e as ONGs. O primeiro deles é entendido como a possibilidade de tornar visíveis as questões das mulheres e também como plataformas que poderiam contribuir para o reconhecimento da liderança feminina e das mulheres através da inserção de demandas de gênero nas agendas políticas, possibilitando a ocupação de posições de influência em arenas políticas. Por outra parte, as ONGs ajudam a fortalecer o conhecimento sobre a comunidade e o comunitário, assim como também favorecem a criação de redes de apoio, a articulação com as instituições e organizações sociais, permitindo encaminhar estratégias para a reivindicação dos direitos humanos.

Inicialmente, é necessário ressaltar a importância da participação política das mulheres e dos setores historicamente marginalizados da sociedade, visto que:

A participação política implica a entrada do corpo marcado no lugar que o poder reservou para si contra os corpos, aquele lugar onde o poder se exerce para dominar o outro, para subjugar, para submeter, transformando cada um em objeto: o trabalhador no capitalismo, a mulher no patriarcado, o negro na raça, as formas da sexualidade no regime do contrato sexual e do gênero no padrão heteronormativo. A consciência

disso levou a um ato de contra marcação politicamente produtivo: hoje as mulheres se auto afirmam como categoria política, bem como as mulheres negras, os negros, os gays, as lésbicas, os surdos, mudos, os quilombolas, os moradores de rua, os sem-terra, os indígenas, os deficientes físicos e assim por diante, sempre tendo em vista a reivindicação de direitos (TIBURI, 2018, p. 113-114).

Entendemos que a política tem se configurado como uma ferramenta de controle por parte dos grupos privilegiados. Em contrapartida, aos excluídos, a política também se constitui como um dos cenários que possibilita a reivindicação do que é entendido e vivenciado como o político, problematizando situações de opressão que vão desde o relacional até o institucional.

Nesse sentido, encontramos como transversal o aprendizado para a transformação social através dos estatutos e práticas dos partidos políticos nas falas das mulheres, primeiramente, como a possibilidade de resgatar os valores populares. Olga (entrevista, 2021) narra sobre esta questão ao informar que, para atingir esse objetivo, foi preciso a formação formal sobre temas atuais que permitam realizar uma leitura de mundo que favoreça o planejamento de uma sociedade distinta desde o partido Comunista Colombiano, em que “[...] *Esas escuelas tenían formación en economía, política, filosofía, entender el programa de lucha del Partido Comunista, el tema de línea y los estatutos de la organización*”.

Sobre estas experiências educativas do PCC, Luna (entrevista, 2021) também afirmou que “*yo antes de ingresar, digamos que hubo un momento de mi vida en el que empecé a militar en el Partido Comunista Abierto, hice parte de varias escuelas en el Partido Comunista, me fui formando, fui de alguna manera haciendo consciencia*”.

Estas iniciativas partidárias de integração dos setores populares nas arenas políticas não ficaram apenas colocadas nos relatos sobre o PCC, dado que ao falar do partido COMUNES, as entrevistadas narraram que uma das questões importantes para os processos de reincorporação é “[...] *La construcción y fortalecimiento de ese partido que permita llegar a amplias masas y que logremos con eso la posición política del pueblo colombiano en la idea de que es posible otra Colombia*” (Olga, entrevista, 2021).

Olga (entrevista, 2021) também afirma que “[...] *Para nosotros es importante también entender que no necesariamente la gente se organiza en el partido, pero sí se organiza en las organizaciones sociales*”. Isto é importante porque nos permite refletir sobre o fato de que quando falamos de política não estamos, necessariamente, nos referindo à política partidária, mas estamos falando de toda uma estrutura de ações éticas que delimitam as ações coletivas e individuais em prol da emancipação e o reconhecimento das potencialidades existentes na luta coletiva.

Por outro lado, encontramos que esses espaços podem ser plataformas para transformação social e também permitem a reflexão sobre a vida militante através desses processos de formação e preparação para a vida militante fundamentada em diversos temas que nutrem as reflexões sobre o contexto social, político e econômico. Quanto a filiação partidária, as entrevistadas sinalizaram como características desta formação no PCC:

[...] Se tocan temas sobre: ¿Qué es el Estado? ¿Cómo funciona? también temas de centralismo democrático, formas organizativas y estamos fortaleciendo ese trabajo educativo (Olga, entrevista, 2021).

[...] En el partido si hablábamos mucho Sobre todo los textos [...] en eso era súper insistentes, aprendí (Isabela, entrevista, 2021).

[...] En la militancia del Partido [...], fue como abrir los ojos frente a [...] lo que es la realidad del país y se va haciendo uno consciencia (Luna, entrevista, 2021).

Nas narrativas das mulheres tanto no PCC como em COMUNES, deparamos que existe uma preocupação pela compreensão destes espaços partidários como lugares para a reflexão sobre a realidade do contexto colombiano e encontrar novas ferramentas para responder aos problemas emergentes desde as iniciativas comunitárias desde a formação conjunta da população:

[...] Siempre con la idea de que se tenga confianza en lo que se puede hacer y lo que implica en el pensamiento y en el desarrollo de las personas el hacer trabajo organizado, no cada uno por su lado, sino como un colectivo... cómo eso redunde en beneficio de la gente ¡En eso estamos! (Olga, entrevista, 2021).

[...] Sobre el tema de educación, bueno la militancia en el partido nosotros tenemos también un plan de formación en las escuelas, la escuela básica, la escuela media y la escuela superior. Entonces a veces también como flexibles, por localidades nosotros estamos organizados en Comunas [...] En el distrito se hacen escuelas por localidades, o a veces la escuela distrital, a nivel nacional también hay unos encargados orgánicos, cada comuna tiene una persona encargada de educación, cada localidad tiene una persona encargada de educación, o sea, hay una responsabilidad del educador que tienen que estar pendiente de promover esa formación y ver cómo está el tema ideológico, ya a nivel nacional, pues ahí también se convocan actividades de todos los educadores departamentales y así se va como aterrizando (Isabela, entrevista, 2021).

De outro lado, identificamos como nestas ações de formação existem possibilidades para a reivindicação de pautas e diretrizes específicas abrangendo as necessidades particulares das mulheres e das iniciativas de gênero, em que estas aspirações são importantes já que conversam com a necessidade da criação de uma agenda feminista nos espaços do ativismo e da militância:

Una aspiración indudable de la reflexión e investigación feministas es tener eficacia simbólica para la lucha política en el ámbito social. Un objetivo ético político de intentar esclarecer las dificultades de utilización de la categoría que nombra este proceso de simbolización cultural (el género) es evidenciar supuestos teóricos que no se articulan explícitamente, porque implican ciertas expectativas ético-políticas: unas muy evidentes son las relativas a lugares y los papeles de hombres y mujeres en la sociedad, así como a formas aceptadas de la sexualidad (LAMAS, 1999, p. 174).

Olga (entrevista, 2021) narra uma das iniciativas efetuada no partido COMUNES que poderia exemplificar melhor a necessidade de pensarmos na forma necessária para resgatar e visibilizar a influência que as mulheres têm tido nos processos revolucionários e de resistência, para o caso, nas FARC-EP:

[...] Una parte de ese desarrollo en temas de mujeres, es por ejemplo: hacer todo el tema de memoria histórica ¡de la historia de las mujeres al interior! Se hizo un ejercicio muy bonito, en uno de esos momentos que fue como una línea del tiempo ¡Entre todas! para construir esa línea de tiempo en la que estuvimos las mujeres en el proceso de formación y desarrollo de las FARC-EP, de la organización.

A reconstrução da memória histórica coletiva das mulheres, reconhecendo-as/reconhecendo-se como protagonistas dos processos históricos que levam à construção e consolidação de diversos projetos de sociedades contra-hegemônicas e libertárias, se configura como uma das posturas ético-políticas que os feminismos visam a consolidar como um ideal de luta para a ruptura da leitura masculinizada, branca, patriarcal, burguesa e etc. do mundo, porém, sobre este ponto que remete aos locais das mulheres na militância, aprofundaremos posteriormente na terceira categoria.

Subsequentemente, encontramos nas narrativas outros espaços de militância, as organizações, os coletivos e as instituições que foram criadas/os após a assinatura dos acordos de paz, e identificamos neles uma concomitância com as abordagens militantes e de luta dentro das FARC-EP e as lutas e convicções dentro destes novos espaços.

5.2.2.2 Paz e reconciliação

Uma reflexão fundamental, apontada por algumas das participantes da pesquisa, radica no entendimento do lugar das mulheres após a assinatura dos acordos, pois existe um comprometimento com as possibilidades de mudança social relacionadas com a construção de iniciativas para a consolidação da paz. A maioria das mulheres está vinculada a espaços

comunitários e organizacionais que visam, desde diferentes iniciativas, visibilizar o papel ativo dos/das ex-combatentes na consolidação de iniciativas para a mudança social.

As mulheres têm um papel ativo na implementação dos acordos de paz, o que demonstra uma militância dinâmica que segue a mesma lógica da organização FARC-EP, tendendo à emancipação social e a luta pelos direitos humanos e sociais, especialmente das populações camponesas e dos coletivos marginalizados, como sinala Viviana (entrevista, 2021):

[...] Participamos mujeres que estamos en reincorporación y mujeres de las comunidades aledañas [...] que esta asociación sea para el beneficio de las mujeres que estén dentro de la asociación y quieran apropiarse de estos proyectos para sacar adelante a sus familias.

[...] Se ha venido elaborando muchas actividades [...] en torno a toda la comunidad, hombres, mujeres, niños, o sea, se tiene en cuenta todas las personas en lo cual se vive trabajando lo de género.

O reconhecimento do lugar das mulheres nos espaços comunitários, também as encaminhou a considerar reflexões em categorias fundamentais dos estudos de gênero e feministas, dado que “O feminismo é um operador teórico-prático, mas no sentido de contradispositivo. Ele é acionado para desativar o dispositivo do poder da dominação masculina patriarcal” (TIBURI, 2018, p. 40), no qual as práticas associativas e comunitárias permitiram o encontro com outras mulheres, com a academia e com outras vivências que favoreceram o estudo e a reflexão diante as múltiplas opressões em função do sexo, da raça, da classe, entre outros.

Nas possibilidades da articulação em rede das mulheres ex-combatentes, se estabelecem novos compromissos para romper com os diferentes sistemas de opressão, incluindo nas agendas de ação reflexões sobre o “trabalho do cuidado”:

[...] El “tema del cuidado”, que se está haciendo con elementos teóricos [...] ¡la idea de poder explicar y formar compañeros y compañeras en ese tema en los espacios territoriales (Viviana, entrevista, 2021).

A categoria do trabalho feminino está associada historicamente com os labores do cuidado e da reprodução social, porém, as particularidades deste trabalho, são importantes para a compreensão da divisão da sociedade, não apenas em função do sexo, como também em função das outras opressões que ao imbricar-se se constituem em valores e representações ideológicas que classificam as sociedades:

En su calidad de representaciones ideológicas, las categorías de género, raza o etnia son una especie de pantalla a través de la que se proyecta una imagen de la realidad. Tiene consecuencias para la división del trabajo, ya que clasifican las personas atribuyéndose cualidades y capacidades diferenciales y asignándoles en función de ello distintas actividades (D'ARGEMIR, 1995, p. 41).

Contudo, a ruptura com as limitações que trazem as ideologias dominantes sobre os modos de organização social em função de características fenotípicas como o sexo ou a raça, permite trabalhar em prol da superação das diversas formas que se exercem violências e se atenta contra a integridade dos/das outros/as.

De outro lado, nestas experiências de organização para a paz, as entrevistadas relataram que têm desenvolvido diversas habilidades para a consolidação de projetos que estão trabalhando no interior das organizações, mas também estão articulando iniciativas com organizações governamentais, com ONGs, com cooperação internacional, entre outras:

[...] FUCE PAZ llevaba seis meses de creada y entonces empieza a en el ejercicio de conversar y articular con el Consejo Noruego para que FUCE PAZ siendo una organización de excombatientes y estando muy activa en la implementación de los acuerdos nos permitieran no simplemente firmar un convenio, sino, adquirir la experiencia y el fortalecimiento administrativo, financiero, contable y tributario que debe tener toda organización (Sandra, entrevista, 2021).

[...] A raíz de los acuerdos se conformó una instancia que se llama Consejo Nacional De Reincorporación que es dónde se están centralizando todo lo que tienen que ver con la reincorporación de todos los y las firmantes de la paz. Hago parte del área ejecutiva de ese consejo nacional de reincorporación (Luna, entrevista, 2021).

Assim como também tem existido possibilidades de implementar ações com outras associações e de criar redes de apoio com a população civil, a Paola (entrevista, 2021) narra sua experiência no ETCR:

[...] Llegaban de universidades, llegaba la misma gente de la comunidad y se abrían esos espacios [...] por iniciativa de la comunidad y las universidades para poder compartir e intercambiar, poder compartir del conocimiento tanto de la experiencia de ellos, como la experiencia de nosotros.

[...] Nosotros éramos excombatientes ahí formándonos, también habían personas de la comunidad que se estaban vinculando ahí en los espacios de formación.

[...] Compartir esa experiencia que nosotros teníamos con el manejo de los muchachos de la comunidad. También, tal vez ellos tenían más experiencia en el manejo de los celulares, de los de los computadores y nosotros no lo teníamos; entonces, ahí tuvimos la posibilidad de intercambiar y además poder hablar con la gente de la experiencia, de las mujeres, en las regiones.

O diálogo com a população civil foi/é importante, porque permite a criação de aprendizados em temas como a função pública, como também facilita a compreensão e acompanhamento aos problemas sociais e a junção política atual. Ademais, ajuda a continuar trabalhando pelos processos de reincorporação e formação dos ex-combatentes:

[...] Desde que uno tenga el desconocimiento de cómo funciona el Estado no tiene los suficientes argumentos para poder sacar adelante las comunidades (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Yo creo que el ejercicio del paro⁴⁶ nos ha demostrado también a varias organizaciones sociales de que los Espacios Territoriales tampoco son tan caídos del zarzo. O sea, la gente estuvo acompañando el proceso del paro y surgieron los liderazgos, que en muchas regiones nos desconocen ¿En dónde nos vemos? Pues donde son esas luchas sociales y ese ejercicio del paro pues también nos permite a nosotros abrir esta dinámica porque nunca habíamos hecho esa clase de paros, pero también nos permite visibilizarnos (Sandra, entrevista, 2021).

[...] A mí me parece que lo importante ahora con el paro es que se está viendo gente de todos lados y que ese movimiento se está fortaleciendo, yo creo que todas las organizaciones se están fortaleciendo de alguna manera porque la gente está es en eso ¡En la pelea callejera! (Olga, entrevista, 2021).

[...] Una de las mayores características de FUCE PAZ es haber logrado como el acompañamiento del componente FARC sobre el tema educativo que se desarrolla a nivel nacional en todos los Espacios Territoriales, que son las nuevas áreas de reincorporación, el proyecto: “Arando la educación” y está basado en la atención de básica, media y secundaria. Entonces es realmente a partir ahí donde entramos en esta nueva dinámica, y a partir de ahí como nosotros encontramos y motivamos la importancia de esa formación con nuestros compañeros (Sandra, entrevista, 2021).

Por fim, reconhecemos que estes aprendizados para construção da paz, estão associados a conhecimentos prévios que as mulheres receberam na guerrilha e em outros espaços participativos, formativos e escolares, para pensar novas formas e alternativas de luta como também compreender a importância da articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos. Esta articulação nos aprendizados lhes permite gerar espaços um pouco mais autônomos e promover lideranças que conseguem, em palavras da Paola (entrevista, 2021), uma possibilidade de lidar com a frustração da vida militante:

[...] Seguir trabajando y seguir esperando orientaciones que para nosotros era complicado porque nosotros estábamos acostumbrados a que día tras día era un orden del día [...] Entonces ya estando en las zonas, todos esperando a ver qué toca hacer y cómo hacer entonces era todo muy incierto.

⁴⁶ Quando a entrevistada se refere “al paro” remete-se à greve geral que ocorre na Colômbia desde o dia 28 de abril de 2021.

[...] Se suponía que nosotros teníamos que plantear algo diferente, algo alternativo, algo que de verdad le diera voz a los que no tuvieran voz, y pues todo eso me desanimó mucho el trabajo y decidí desistir de ese trabajo.

[...] Hacíamos espacios de formación. Pero, realmente muy poco para mí parecer, para lo que debía haber sido, muy poco, porque nos enfrascamos en lo que es la rutina normal de la vida civil.

Com estas reflexões sobre esta segunda categoria de análise, podemos concluir que a militância e a formação não estão distanciadas, tendo em vista que estas duas estão intrínsecas em todos os espaços de participação, especialmente nos espaços nos que confluem diversas iniciativas para a transformação social que permitem fortalecer processos de resiliência diante das desigualdades sistemáticas, no qual “Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos” (FREIRE, 1996, p. 87)

Por fim, reconhecemos que a formação está em cada uma das práticas que têm uma intencionalidade ética e política de socialização, transformação e emancipação. As sujeitas reconhecem que dentro de suas experiências nos espaços militantes, tanto das guerrilhas assim como em outros cenários políticos de ativismo e militância voluntária, há processos que as configuraram como sujeitas ativas dentro de um panorama social hostil e dentro da luta contra a desigualdade, seja ela de gênero ou nas lutas contra o capitalismo e o imperialismo, com a intenção de gerar novas possibilidades de ser e estar no mundo através da organização popular, no qual, sobre estas reflexões, aprofundaremos na categoria posterior.

5.2.3 Lugar das mulheres na militância

*“As ferramentas do amo nunca desmontarão a
casa do amo,
se usá-las causarão alívios passageiros”
(Audre Lorde)*
.....

Temos percorrido até aqui um caminho que nos levou a considerar os aprendizados que as mulheres distinguiram na organização armada, nas iniciativas cidadãs e na vida no convívio partidário. No entanto, é necessário questionar as dinâmicas que se estabelecem por trás destes processos, especialmente aquelas que regulamentam e hierarquizam a conformação destes locais, pois reconhecemos que, ainda sendo práticas que se encaixam dentro do

comunitário e o popular, estes espaços não escapam dos padrões das ideologias dominantes, especialmente a ideologia patriarcal exercendo relações de poder desiguais contra as mulheres:

La representación de esa realidad se hace bajo los intereses del poder. En el caso de las mujeres, ha sido especialmente importante puesto que han sido representadas. Es decir, la prohibición expresa a las mujeres de acceder a la cultura y producirla, significaba la prohibición de explicar la vida y explicarse a sí mismas. La consecuencia es que tanto las mujeres como la vida han sido definidas por los varones, obviamente, bajo sus intereses y puntos de vista (VARELA, 2008, p. 254).

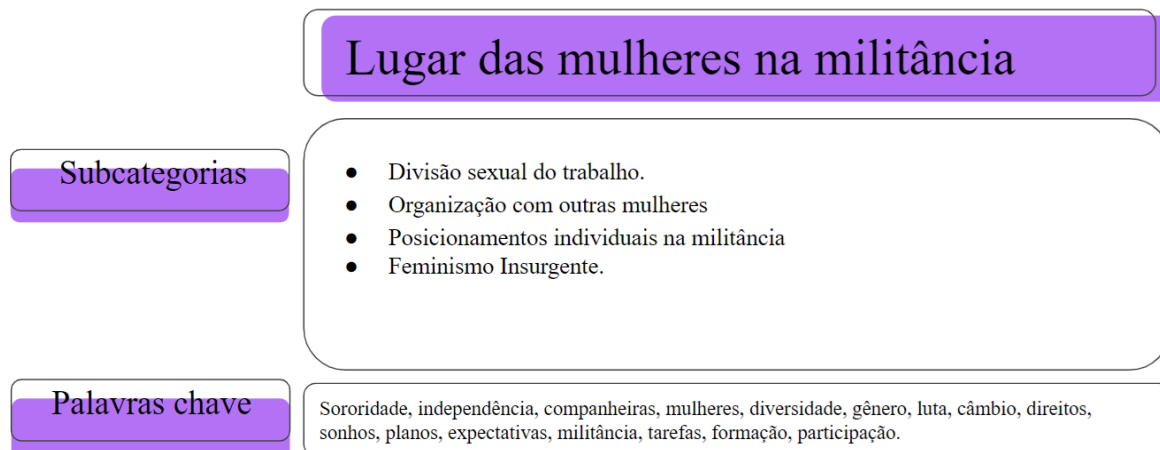
Considerando que estas experiências podem ser vivenciadas e lidas de formas diferentes partindo das práticas individuais (de cada uma delas) como um coletivo (coletivo de mulheres) e como um todo (Partido, organização, guerrilha, etc.) nos perguntamos: Quais as implicações de assumir um projeto de luta como mulheres fazendo parte de organizações sociais que não priorizam os temas de gênero?

Es importante analizar las incidencias de las representaciones ideológicas sobre las experiencias y las percepciones que los individuos tienen de su vida y de su trabajo [...] puesto que la sociedad no es homogénea y la división en que se basa tampoco lo son, existe una gran diversidad en las formas por las que las construcciones sociales se reinterpretan, se seleccionan ciertos rasgos y se actúa a partir de ella (D'ARGEMIR, 1995, p. 72).

Para entender essas implicações, e como parte de uma coerência política, teórica e ética da pesquisa, nos propusemos a investigar e aprofundar sobre as representações das mulheres nos espaços sinalizados previamente, prestando especial atenção a como as entrevistadas narravam as formas pelas quais se estabeleciam as relações de sexo e gênero em relação às tarefas, à participação, à visibilidade, à representatividade e etc., no interior dos mesmos.

Considerando as reflexões escritas no capítulo teórico sobre feminismo e estudos de gênero, faremos então uma análise baseada em algumas categorias importantes que foram apresentadas anteriormente, e serão úteis para um estudo baseado na percepção das mulheres na militância partidária, ativismo e participação social.

Quadro 5 – Lugar das mulheres na militância



Fonte: Elaboração própria (2021).

Propusemos analisar três subcategorias, tentando articular teoria e prática, a partir das reflexões sobre a divisão sexual do trabalho. Em segundo lugar, propusemos entender como se concebe essa militância ou como ela ocorre nas relações com outras mulheres, ou seja, como elas se representam e se reconhecem na militância nas associações femininas e de mulheres. Finalmente, nos propusemos a analisar a autopercepção das mulheres dentro desses espaços de militância: qual era o lugar delas? Como se sentiam? E quais poderiam ser as principais questões para estudo e análise?

5.2.3.1 Divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho se delimita como uma categoria de análise central para estudar as condições das mulheres ao interior das organizações, pois, mesmo com os avanços históricos, culturais e sociais provenientes principalmente dos movimentos sociais feministas e da teoria dos estudos de gênero, é evidente que existe um sistema de privilégios destinados ao gênero masculino.

Sobre esta subcategoria, conseguimos identificar algumas particularidades que permitem compreender como na dinâmica da guerra, se reproduzem os ideais de militarização internalizados tanto nas mulheres quanto nos homens. Como primeiro elemento entendemos o lugar das mulheres nos espaços de militância guerrilheira em relação à divisão sexual do trabalho, onde as mulheres afirmaram que o trabalho e o trabalho de cuidado na guerrilha foram divididos equitativamente entre homens e mulheres:

[...] Un elemento que me llamó mucho la atención fue el trabajo entre hombres y mujeres, ahí encontré un espacio para las mujeres muy interesante, porque las tareas eran repartidas entre hombres y mujeres. Lo que nosotras estábamos acostumbradas a que eran tareas de mujeres, que era “el cuidado” pues allí era como repartido. En el sentido de la elaboración de los alimentos, de la limpieza del campamento, de las tareas cotidianas, eran desarrolladas por hombres y por mujeres (Olga, entrevista, 2021).

[...] Yo creo que nosotros al interior de la organización tuvimos unas normas y unos estatutos que marcaron bien el rol tanto de hombres como de mujeres, dando a esto cierta equidad. Equidad, en que equitativamente lo que hacían los hombres, en cierta medida, también lo hacíamos las mujeres. No en su gran contundencia, porque de hecho se respetó mucho el hecho de ser mujer. El hecho de ser equitativo en algún momento no significaba que si alguien cargaba un talego grande, a uno también le iban a echar cinco arrobas. Pero, sí. En el tema de equidad, tanto hombres como mujeres hacíamos las mismas actividades sin tener menosprecio y sin sentir que la mujer era menos como en todo el proceso revolucionario (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Pero, el espacio era para todos igual. O sea, si llegaba el encargado del momento y nos decía “Toca ir a hacer una jornada de limpieza a la escuela” pues, íbamos todos con machete y todos con pala, todo por igual. A la hora que nos tocaba cocinar, era a todos por igual (Paola, entrevista, 2021).

[...] Ya, cuando llegué a la guerrilla, de todos modos uno va de la sociedad, yo soy de una familia bastante machista, [...] esta sociedad es terrible. Yo llegué a la guerrilla y me encuentro que allá son otras cosas, o sea otras relaciones de poder distinta, militares, pero pues las mujeres autónomas, era distinto (Isabela, entrevista, 2021).

Entretanto, nos perguntamos se esta igualdade de afazeres manifesta nas narrativas das mulheres é suficiente para afirmar que houve uma quebra com os papeis de gênero tradicionalmente instituídos, e concluímos que não é possível, dado que estamos falando de uma inclusão lida através das possibilidades do “fazer” as atividades da vida guerrilheira, tendo em vista que são ações que se limitam apenas a serem práticas, não tinham uma intencionalidade de transformar estruturalmente a organização para a inclusão equitativa das mulheres, era apenas uma questão de praticidade para o dia a dia da guerrilha.

Situações que poderiam, inclusive, se equiparar com o discurso capitalista que afirma que o mercado faz com que todos/todas sejamos iguais, em palavras de Bolla (2018, p. 123) “El sistema capitalista tendería tangencialmente a una homogeneización de la mano de obra. Es la falsa utopía igualitaria también sostenida por el liberalismo: “el mercado nos vuelve a todos/as iguales”. A guerra faz com que todos/as sejamos iguais, entendemos que a estrutura da vida guerrilheira poderia ter sido embasada nos princípios de igualdade que pretendiam a unificação de um “único sujeito guerrilheiro” sem considerar as implicações das distinções em função do sexo, a raça, a etnia, a idade, entre outras:

Una vez más, lo obvio: el masculino es masculino. Su función es designar el masculino y no tiene amplitud semántica para incluir el femenino, para eso tenemos en la lengua los genéricos. Todo lo que sea utilizar el masculino como genérico invisibiliza a las mujeres y las excluye (VARELA, 2008, p. 256).

Contudo, não existiu determinação para conseguir uma integração real e significativa das mulheres na vida revolucionária, especialmente nos primeiros anos da conformação das FARC-EP, na medida que esses temas foram relegados por não serem questões urgentes nas agendas da guerrilha e não existem elementos suficientes para afirmar que a inclusão significativa das mulheres na vida revolucionária pode se interpretar como uma realidade.

Esta constatação reflete como a guerrilha, como espaço social, representa o sistema sexo/gênero como um lugar de predominância masculina e, portanto, são construídas diferenças desiguais entre mulheres e homens, que têm sido exibidas nas assimetrias nos locais de influência ocupados principalmente por homens.

Articulando o que foi exposto no referencial teórico em relação à militarização e a cumplicidade com o patriarcado, identificamos uma característica significativa da militarização nos espaços guerrilheiros e nos outros espaços de militância: a suposição da igualdade e a inclusão da mulher nas agendas e nos espaços é regulamentada, ou seja, há necessidade de criar uma norma para delimitar a relação entre homens e mulheres:

[...] Nosotros como FARC EP veíamos ese país que queríamos lo vivíamos internamente bajo unos reglamentos, nosotros teníamos unos reglamentos que nos regían y esos reglamentos hacían, digamos, una división de tareas de manera equitativa. ¡Nosotros allá hacíamos todo por igual! o sea, los hombres, allá no había diferencia entre hombres y mujeres para hacer las actividades, el hombre cocinaba, la mujer cocinaba, el hombre lavaba, la mujer lavaba. O sea, las actividades se hacían equitativamente todos por igual y todos hacíamos las mismas tareas porque somos seres humanos iguales y podemos hacer exactamente lo mismo (Luna, entrevista, 2021).

Com isso, nos perguntamos se os “espaços de respeito” e os “espaços de inclusão” mencionados pelas mulheres seriam os mesmos, se as normas proibicionistas não existissem. Em outras palavras, as mulheres estão sendo incluídas nos espaços de participação de forma intencional ou essa inclusão responde ao medo de sanções sociais e a sanção material por quebrar ou violar os códigos estabelecidos que “permitem” que as mulheres estejam nesses espaços? Encontramos que as opressões requerem sempre de alguém que as exerça e alguém que as padeça, neste sentido, Young (*apud* Lemas 2013, p. 85), afirma que as opressões são:

Los impedimentos sistemáticos que sufren algunos grupos y que no necesariamente son el resultado de las intenciones de un tirano. Es así que la opresión no se da como un hecho necesariamente intencional de un grupo o un individuo contra otro, sino como prácticas y actitudes cotidianas que difícilmente son concebidas por quienes las realicen intencionalmente.

As opressões são representações que podem ter um caráter intencional ou não, e uma das ferramentas que possibilita a manutenção das relações de opressão são as práticas de legitimidade e vigilância, dado que, historicamente, têm existido normas, estatutos, leis que legitimam regulam as práticas cotidianas. Estas normas podem ser simbólicas, ideológicas, regulamentares ou punitivas, pretendendo incluir no contrato e no convívio social inclusive algumas práticas que podem ser consideradas como violentas, xenofobia, racismo, sexismo, misoginia, desigualdade e entre outras, e se movimentam em ideias como a meritocracia, a pureza da raça, o capacitismo, o androcentrismo, etc.

Uma questão importante para elucidar a análise sobre a discriminação sofrida pelas mulheres na guerrilha, nas diversas sociedades e organizações, é a falsa ideia da paridade como reivindicação das formas de opressão. Sandino (2018, p. 28) em relação à paridade na vida revolucionaria assinala que:

No porque estén mujeres, representen los intereses de las mujeres y de las diversidades y el conjunto de la sociedad [...] por eso el tema no es poner cuotas de mujeres por poner, es importante que haya mujeres, lo que quiero decir es que no porque haya un 50% signifique que ese 50%, en la instancia de toma de decisiones van a defender los intereses de las mujeres.

Outra característica importante identificada dentro das relações de mulheres e homens na guerrilha foi a organização hierárquica dentro das FARC-EP, em que as mulheres ocuparam os locais de menos importância no que diz respeito à representatividade e sem condição de inclusão junto com seus companheiros:

[...] Los últimos años ingresamos muchas mujeres, entonces cada vez asumimos como más tareas en las direcciones, claro [...] los primeros años el ingreso las mujeres no era tan numeroso había más hombres comandante sobre todo en las direcciones superiores (Isabela, entrevista, 2021).

As relações hierárquicas verticais são estabelecidas conforme o gênero, especialmente em termos da divisão do poder e das possibilidades de comando das mulheres. Isto se traduziu em que as mulheres foram incluídas apenas, minimamente, nos lugares de comando, de

visibilidade e de tomada de decisões como foi o caso da cúpula guerrilheira, como afirma Sandino (2018, p. 28):

Somos ese 23% O 25%, donde apenas el 1 mujer llegó a estar en el Estado Mayor Central por primera vez en el año 2015, las otras 11 estuvimos después, y esa logró estar en ese año porque lo peleamos las mujeres, lo propusimos, no solamente a ella sino a un grupo de compañeras. Pero eso no es fácil, porque la votación para que ella estuviera en el Estado Mayor la hacían los demás integrantes, que eran todos hombres.

As entrevistadas afirmaram que, através da articulação das lutas pelos direitos das mulheres nos espaços que favoreceram a constatação das outras mulheres como aliadas, conseguiram viabilidade para as exigências como o reconhecimento das contribuições das guerrilheiras para a vida Fariana progressivamente, especialmente nos últimos anos prévios a assinatura dos acordos de paz:

[...] Yo creo que ahora estamos en mejores condiciones [...] logramos discutir más el tema de mujeres y meter el enfoque de género (Olga, entrevista, 2021).

[...] Ahora es igual, los estatutos del partido COMUNES son iguales para hombres y mujeres. Yo creo que ahora estamos en mejores condiciones porque en el último periodo de la lucha en las FARC-EP, sobre todo en la Habana, logramos discutir más el tema de mujeres y meter el enfoque de género en el acuerdo (Olga, entrevista, 2021).

[...] Así cómo se nos dividamos las tareas, nos dividimos en igualdad los derechos [...] a elegir, a ser elegidas, teníamos voz, teníamos voto, lo que planteaba una mujer era igual a lo que planteaba un hombre (Luna, entrevista, 2021).

[...] Lo único que no logramos durante todo ese tiempo fue que llegaran mujeres a la Dirección Nacional, al Secretariado (Olga, entrevista, 2021).

Finalmente, podemos reconhecer que tanto nestes espaços de divisão sexual do trabalho como nas dinâmicas de militarização estão presentes as representações da heteronormatização e da dominação dos homens nas relações, recorrendo ao binarismo e o confronto da sociedade em dois mandos, homens e mulheres:

Esta clasificación funciona sólo si se toman en cuenta los órganos sexuales internos y los caracteres sexuales “secundarios” como una unidad. Pero si nos ponemos a imaginar la multitud de posibilidades a que pueden dar lugar las combinaciones de las cinco áreas fisiológicas ya señaladas, veremos que la dicotomía hombre/mujer es, más que una realidad biológica, una realidad simbólica o cultural. Esta dicotomía se refuerza por el hecho de que casi todas las sociedades hablan y piensan binariamente y así elaboran sus representaciones (LAMAS, 1999, p. 157).

Entendemos que esta normalização das lógicas de dominação masculina foi determinante nas FARC-EP, as mulheres careciam de possibilidades insuficientes para ter uma influência efetiva na tomada de decisões, mesmo nos processos em que elas mesmas estivessem defendendo mudanças nas organizações em prol da reivindicação das contribuições femininas.

Outro aspecto relevante a ser destacado nos diz respeito da organização entre/de mulheres, recorrentes nas narrativas sobre o tempo atual, ou seja, em atividades das quais participam nos processos de reincorporação.

5.2.3.2 Organização com outras mulheres

Encontramos a pertinência das alianças criadas para a superação das situações de opressão, identificando que nas relações de cooperação dos excluídos existe um potencial para a transformação social através da reivindicação dos comuns:

Allí donde los lazos comunales son más fuertes, y no donde el capitalismo está más desarrollado, es donde se pone freno e incluso se obliga a retroceder a la expansión capitalista. De hecho, conforme se desvanece la posibilidad de una revolución alimentada por el desarrollo capitalista, va estando más claro que la reconstrucción de las comunidades devastadas por las políticas recistas y sexistas y por múltiples oleadas de cercamientos de es solo una condición objetiva sino una condición imprescindible para el cambio social (FEDERICI, 2018, p. 103).

Os comuns representam um poder que emerge de baixo e não do estado, está baseado na cooperação e nas formas coletivas de tomada de decisões e não na coerção. O feminismo e as organizações feministas e de mulheres têm sido úteis para a compreensão destas ideias sobre o comum.

Por isso, é necessário sinalizar a associação com outras mulheres para a implementação de processos de autogestão narrados pelas mulheres. É importante reconhecer como foram tomadas iniciativas para promover mudanças na realidade das mulheres dentro dos espaços de participação:

[...] Llegamos acá para crear una asociación, y que las mujeres tuvieran un espacio propio en el que pudieran trabajar, donde pudieran expresar sus cosas, sus planteamientos, todas sean escuchadas, solamente uno puede hacer eso cuando está organizado. Por eso tenemos una organización, la cual hemos venido trabajando con todas las muchachas, nosotras somos 32 mujeres que estamos dentro de esta organización y participamos en muchas actividades (Viviana, entrevista, 2021).

Estas alianças são fundamentais para contribuir com a formação de estratégias que ajudem a romper com os papéis, "normas" socialmente estabelecidos entre homens e mulheres, assim como também permitem visibilizar as iniciativas das aproximações com o pensamento feminista e de gênero:

[...] Otro trabajo que se está haciendo, es el “tema del cuidado”, que se está haciendo con elementos teóricos ¡Ya hay una cartillita! Ya hay algunos elementos en la idea de poder explicar y formar compañeros y compañeras en ese tema en los espacios territoriales, un poco en la idea que el tema del cuidado no es un tema de mujeres, sino que es un tema de la familia y que por tal deben participar hombres y mujeres en ello ¡no como una ayuda de los hombres, sino como parte de la responsabilidad que deben tener en la formación y en el cuidado de la familia (Viviana, entrevista, 2021).

[...] Eso ha dado unos liderazgos femeninos que antes estaban como muy escondidos, la idea ahora en el partido es potenciar ese tipo de liderazgos, por ejemplo: antes no existía un trabajo específico de mujeres, ahora existe en COMUNES “La Comisión Nacional de Mujeres, Género y Diversidades” y esa comisión tiene plan de trabajo, tiene estrategia de reincorporación para las excombatientes (Olga, entrevista, 2021).

[...]Eso fue desarrollándose poco a poco, varias mujeres empiezan a entrar y va cambiando... y poco a poco ya las mujeres empiezan a participar realmente en toda la vida militar y política de la organización (Olga, entrevista, 2021).

[...] Ir desarrollando la parte teórica, ir fortaleciendo, ir fortaleciendo todo el trabajo al interior del partido con los temas de mujeres (Olga, entrevista, 2021).

Após de deixar os espaços de confronto armado, ou seja, após deixar a luta armada para assumir uma luta popular, se começa a criar lideranças para se organizarem e tornar visível o lugar das mulheres ex-militantes das FARC-EP:

[...] En los ETCR [...] Las mujeres están organizadas en comités” y entonces, ellas ahí desarrollan una serie de tareas y de trabajos que les permiten mostrar que organizadas pueden conseguir muchas cosas, que pueden hacer muchas cosas (Olga, entrevista, 2021).

Em seu ativismo existe potencial para, em primeiro lugar, transformar a sociedade e, em segundo lugar, promover a inclusão de outras mulheres, tentando estabelecer relações assertivas em referência ao potencial de cada uma. Esta inclusão não se refere à igualdade como foi estipulada nos estatutos das FARC-EP sobre a divisão sexual do trabalho, mas reconhecendo seus potenciais, suas particularidades, suas trajetórias e sua resistência como as principais características para a transformação do sistema de dominação dentro da guerrilha como em outros espaços:

[...] En la medida que las mujeres fueron como visibilizando se proyecta, muchas llegaron con formación académica superior a los hombres entonces llega a las que en la casa habían logrado terminar el octavo, noveno grado y los muchachos apenas sabiendo leer y escribir, entonces eso permitía que las mujeres ocuparán otras tareas y que los hombres de pronto no cumplían (guerrilha) (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Siempre como tratando de hacer algo, de aportar y allá habíamos más chicas y yo creo que entre todas trabajamos [...] todas como que nos preparamos (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Íbamos como en ascenso las mujeres en las distintas tareas IS (guerrilha) (Isabela, entrevista, 2021).

Entendemos a importância de uma inclusão na vida civil e política das mulheres com justiça social, que garanta e dê espaço suficiente para a enunciação e compreensão dos diversos contextos nos quais as mulheres podem ser violentadas. Isto poderia ser uma ruptura radical e uma forte posição sobre o feminismo da primeira onda, que se estabeleceu como uma inclusão das mulheres na vida democrática, com uma série de propostas liberais para introduzir a mulher na vida e na sociedade dos homens.

A seguir, apresentamos trechos das narrativas, onde as pesquisadas se referem às suas posições na militância, evidenciando tanto espaços de liberdade, posturas de autonomia como também as dicotomias em função do compromisso com a aceitação das situações de hierarquia e subordinação ao comando dos outros.

5.2.3.3 Posicionamentos individuais na militância

No que diz respeito às posições individuais da vida militante, as mulheres reconheceram, como na sua militância e em diferentes cenários, estavam subordinadas às demandas e diretrizes das lutas das FARC-EP. Isto nos ajuda a entender como a liberdade de militância das mulheres foi, de alguma forma, também delimitada em um sistema de dominação patriarcal e militarista:

Una vez más, lo obvio: el masculino es masculino. Su función es designar el masculino y no tiene amplitud semántica para incluir el femenino, para eso tenemos en la lengua los genéricos. Todo lo que sea utilizar el masculino como genérico invisibiliza a las mujeres y las excluye (VARELA, 2008, p. 256).

Isso nos diz que, mesmo em sociedades e organizações que lutam pela transformação social, as mulheres não são reconhecidas como sujeitas de direitos, não há indícios a favor da

superação das relações de poder, pois está baseada em preceitos machistas e patriarcais que demarcam as diretrizes de luta. Luna e Viviana trazem reflexões fundamentais para entender as hierarquias que se configuraram dentro dos espaços de participação:

[...] Siempre he respetado la jerarquía, [...] a aquellas personas que están por encima mío y que son las que me orientan; siempre vivo bajo esas directrices (guerrilha) (Viviana, entrevista, 2021).

Pues en la ONG está asumiendo un rol estrictamente técnico, hacía parte del departamento contable, era la asistente contable en ese momento, pero digamos que a mí todo eso me enseñó a hacer conciencia... en cada cosa, desde cada lugar que participaba, independientemente si era activa o no activa, digamos que igual estaba asumiendo un rol de militancia participativa porque estaba en las escuelas, estaba en la educación, estaba en la marcha, siempre salíamos, siempre estábamos en activismos (Luna, entrevista, 2021).

[...] pues, el aprendizaje y todo me ha ayudado mucho a ser una persona, [...] igual yo considero que estando allá o estando acá sigo subordinada a unas directrices y a unos compromisos los cuales se deben cumplir (Viviana, entrevista, 2021).

[...] Yo un perfil alto en la militancia no lo tuve siempre estuve como más bien en un perfil bajo, pero haciendo tareas (guerrilha) (Luna, entrevista, 2021).

Outra característica da militância individual que as mulheres narram, é a responsabilidade e o comprometimento que assumem com a formação e com o aperfeiçoamento de seus conhecimentos para a manutenção das organizações:

[...] Asumí la tarea de la “célula” [...] yo asumía las tareas educativas (Luna, entrevista, 2021).

[...] Entre la música, el teatro, la danza, la odontología que era básicamente lo que yo hacía aparte de ir a echar machete o ir a pagar Guardia. Se dio la oportunidad de que me vincularan al grupo de comunicaciones para aprender el manejo de cámaras, el manejo de redes sociales y eso (Paola, entrevista, 2021).

[...] Fue una militancia como muy de trabajo político, de información, de estudios fue más un trabajo como muy de formación ideológica (Isabela, entrevista, 2021).

Observamos que as mulheres desempenham um papel ativo na militância, contribuindo nas diferentes posições e os diversos espaços para a consolidação do compromisso de continuidade da luta popular, reafirmando, assim, seu desejo e sua convicção de mudar as estruturas hierárquicas que as impedem, bem como às minorias, de ter uma vida digna:

[...] El caso mío, como una lucha interna por quitar ese tipo de cosas, había un sentimiento en las mujeres de no estar de acuerdo con eso, con lo que hacía el comandante (Olga, entrevista, 2021).

[...] Me enamoré de la idea de poder aportar desde lo poco que yo pudiera hacer a un cambio social (Paola, entrevista, 2021).

[...] Fui mando, y en el último periodo de tiempo estuve dedicada como al tema de la socialización de los acuerdos y también allí aprendiendo de feminismo, el enfoque de género y últimamente trabajando mucho en temas de reconciliación, reconocimientos en temas de paz (Isabela, entrevista, 2021).

O caráter educativo dos processos formativos pelos quais as mulheres passaram enquanto atuantes nas FARC-EP, se evidencia quando se pode perceber que, para além das aprendizagens práticas para a vida cotidiana, formaram-se em relação aos valores presentes na guerrilha: solidariedade, participação, trabalho pela transformação social, que as acompanham em trabalhos atuais, junto à sociedade civil. Estas possibilidades conversam com os depoimentos sobre o "inédito viável" formulado por Freire (1983a, p. 110):

Os temas se encontram encobertos pelas “situações-limite” que se apresentam aos homens como se fossem determinantes históricas, esmagadoras, em face às quais não lhes cabe outra alternativa, senão adaptar-se. Desta forma, os homens [e mulheres] não chegam a transcender as “situações-limites” e a descobrir ou a divisar, mais além delas e em relação com elas, o “inédito viável”.

Como uma contribuição importante identificamos o lugar das mulheres nos cenários culturais e artísticos, onde elas potencializam e reproduzem conhecimentos sobre as artes, comunicações, ativismo, música, poesia e escrita, entendendo as contribuições que estas disciplinas e atividades trazem à vida revolucionária:

[...] El cargo más de “comandancia” de que yo tuve de pronto fue ahí en el trabajo de comunicaciones, porque yo nunca llegué ni a reemplazantes cuadro [...] nosotros éramos el grupo de música y ahí era la encargada, y nos vinculamos a otras escuadras para otras labores (Paola, entrevista, 2021).

[...] Desde los 15 años empecé a tener trabajo pues en el barrio, en los cerros, en las comparsas del primero de mayo, hacer temas como artístico, como trabajo popular (Isabela, entrevista, 2021).

E para a formação integral das mulheres e das comunidades, a arte se torna um veículo que mobiliza o que não se encaixa nos discursos.

5.2.3.4 Feminismo insurgente

Como foi colocado no referencial teórico e nos depoimentos prévios, os feminismos se distinguem por serem ferramentas para a luta contra diversas formas de opressão, mesmo

possuindo suas especificidades e interseccionalidade. No que condiz tanto a dimensão teórica quanto política, estes estão subsidiados em princípios de liberação e emancipação, não apenas para as mulheres, senão para a totalidade da sociedade, nos quais feminismos e a luta feminista:

Nos leva à luta pelos direitos de todas, todes e todos. Todas porque quem leva essa luta por diante são as mulheres. Todes porque o feminismo porque liberou às pessoas de se identificarem somente como mulheres e homens e abriu espaço para outras reflexões de gênero – e de sexualidade- e isso veio interferir no todo da vida. Todos porque luta por certa ideia de humanidade (TIBURI, 2018, p. 11)

À vista disso, o movimento feminista, em geral, deve ser um movimento que preconiza, através do processo de conscientização (perspectiva pedagógica de construção de conhecimento), a libertação individual e coletiva das mulheres e homens que compõem a sociedade em direção à aquisição de direitos e liberdades sexuais, de gênero, de trabalho, pelo fim da violência doméstica (contra mulheres, homens, crianças), enfim, exterminar a dominação patriarcal nos espaços sociais públicos e privados com o intuito de possibilitar práticas conscientemente críticas e consensuais assentadas em princípios como mutualidade, solidariedade e sororidade.

Nos relatos das mulheres, conseguimos identificar essas afinidades com as causas feministas e de gênero, onde, através dos desafios ao se repensar as relações, produziram uma convulsão para o trabalho feminista. Viviana (entrevista, 2021) fala sobre isso quando se refere aos processos de participação nos espaços de reincorporação:

[...] Desde que llegué acá a este espacio, siempre he estado trabajando y muy enfrente de lo que tiene que ver con mujeres, siempre ha sido más que todo mi rol y mi papel desempeñado.

Os encontros e espaços após a assinatura dos acordos nos quais as mulheres participaram, facilitaram que as participantes assumissem a luta feminista e de mulheres como própria. Nas narrativas, manifestaram que foi possível dialogar e interpelar as provocações sobre questões de gênero como uma disputa para a luta militante dentro dos espaços organizacionais e em suas relações pessoais. As mulheres encorajaram e ajudaram a envolver novas mulheres em espaços de participação como pode e evidencia pelas narrativas a seguir:

[...] Cualquier actividad que hago me llevo dos o tres muchachas para que ellas vayan aprendiendo y vayan adquiriendo conocimientos, porque acá mucha gente presta mucho apoyo, nos enseñan muchas cosas para el empoderamiento de la mujer [...]

Siempre muy comprometida, adquiriendo todos los conocimientos y eso para así mismo darlos a conocer a las demás mujeres (Viviana, entrevista, 2021).

[...] Nos queda muchas cosas también por corregir, pero finalmente las mujeres mismas con sus tareas con su trabajo han venido demostrando que son capaces que pueden estar y que los planes avanzan (Paola, entrevista, 2021).

[...] levantarse uno todos los días a conspirar, a mirar a ver qué puedo hacer por el partido, qué hay que hacer, que sí la marcha, que si organizamos esto, que la asamblea, pero también activar todos sus poderes y creo que eso lo herede de la organización (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Ahora hay un grupo de compañeras con mayor formación, o también, como con la convicción de que ellas tienen información, tiene capacidad y pueden ser dirigentes importantes del Partido (Olga, entrevista, 2021).

[...] Hay dos cosas que yo nunca he dejado de pensar y es que hay que seguir avanzando en la formación académica, porque eso nos permite ayudar más de la mano y sin equivocaciones a las comunidades y a las mujeres (Sandra, entrevista, 2021).

Neste exercício também é importante ver a forma como propositalmente incorporam a abordagem de gênero como parte da fundamentação das suas lutas e não como um complemento:

[...] Entonces, la esencia de la educación en temas de mujeres es [...] el fortalecimiento de los liderazgos femeninos ¡Pero en todos los espacios! [...] En el sentido de que siempre que estén planificando y estén trabajando tengan en cuenta los temas de las mujeres [...] que se piense desde el momento de la planificación los temas de mujeres (Olga, entrevista, 2021).

[...] Las ideas feministas, los movimientos políticos de las mujeres, también permiten que haya una participación distinta, una visibilidad también de nuestras necesidades, de la necesidad de la mujer reincorporada a todo, pero eso hace años era impensable (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Con el enfoque de género nosotras sí nos dimos la pelea, o sea, ahora si hubo disputas, peleas y voces de las mujeres diciendo vea esto es importante no sólo para nosotras sino también para la voz de la democracia si hablamos de equidad de derechos, los derechos de las mujeres deben estar ahí (Isabela, entrevista, 2021).

É possível observar pelas narrativas, a importância que as questões de gênero e as ideias e perspectivas feministas apresentam para a participação e educação que considerem de forma legítima as mulheres na sociedade. A fala de Olga caminha para visualizarmos a potência da liderança feminina para uma educação que reconheça a luta das mulheres, requerendo que todas as ações e espaços abarquem essa temática.

A fala de Isabela contribui para ressaltarmos a relevância e a significação que os movimentos feministas representam especialmente para mulheres, como um espaço organizativo que possibilitou que elevassem suas vozes ao reivindicar inúmeros direitos que

foram (e são) negados pela histórica, pela cultura e pela política hegemônicas. Por isso, a abordagem de gênero presente nos movimentos e organizações sociais permite que se questione as estruturas instauradas, no sentido de perceber a necessidade da luta por uma outra sociedade, onde reconheçam as mulheres, mas também que se construa novas relações, baseadas na equanimidade para todas as pessoas.

Um aspecto importante que destacamos em relação às mulheres ex-guerrilheiras das FARC-EP é o compromisso com a construção ética e política de seu próprio pensamento feminista, denominado “insurgente” afirmando o planteado por Tiburi (2018) quando nos diz respeito à compreensão do feminismo como uma ético-poética na medida em que favorece o reconhecimento dos aportes das mulheres no desenvolvimento da história.

O feminismo é uma ético-política e é uma ético-poética que visa a desestabilizar um estado de coisas caracterizado por sua injustiça. Uma das maiores injustiças do patriarcado – ou a injustiça originária, aquela que se repete todo dia- é não tornar possível a presença das mulheres na história nem permitir que elas ocupem algum espaço de expressão na sociedade. Cada espaço é conquistado com dificuldade e somente com muita luta (TIBURI, 2018, p. 92).

Encontramos maiores precisões sobre este feminismo e suas origens nas narrativas da Olga (entrevista, 2021):

[...] Estamos en ese proceso de desarrollar ese feminismo insurgente; tenemos un protocolo también para acompañar a la comisión de ética en los temas de violencia basada en género.

[...] Pensando que se destaque el papel de las mujeres dentro de este proceso de lucha [...] ¿Cómo va a ser nuestro trabajo como mujeres? ¿Cuáles son las transformaciones que va a hacer el partido en el tema organizativo que incluya a las mujeres? ¿Qué elementos del feminismo nosotras vamos a tener en cuenta?

[...] Era necesaria resaltar el trabajo de las mujeres guerrilleras en todo el proceso revolucionario [...] que nuestro feminismo debería ser emancipatorio y que había que estudiarlo y este pensamiento hay que desarrollarlo porque no podíamos casarnos con ninguno de los feminismos existentes hasta ahora.

Identificamos que o feminismo insurgente, emerge como uma demanda das mulheres que estiveram presentes nos cenários da luta armada das FARC-EP, dado que não se sentiam reconhecidas dentro das concepções clássicas das lutas femininas e de gênero, pois, suas experiências de vida se distanciam das correntes de pensamento estabelecidas e conhecidas até o momento. Entendemos que os aprendizados provenientes da sua luta em armas foram os fundamentos para se posicionar diante uma teoria que não se vincula com as suas experiências,

recorrendo a desenhar uma perspectiva ética, política e teórica que objetiva impulsionar o protagonismo das mulheres que não ocupam/ocupavam o cenário de posicionamentos e discussões.

Finalmente, podemos destacar a importância de conhecer as possibilidades de criação de vincular de camaradagem e sororidade dentro da guerrilha como uma outra estratégia para a criação de alianças em prol da luta das mulheres. Nas falas de Isabela (entrevista, 2021), podemos encontrar algumas referências sobre essa questão:

[...] Yo soy [...] una buena compañera, mi casa siempre está dispuesta para quien lo necesita, sobre todo para las mujeres, desde para ayudarle a pasar una tusa, para ayudarles a pasar una crisis económica, para lo que necesiten, un favor, siempre en mi casa está dispuesta.

[...] Yo siempre tuve unos lazos súper fuertes con las compañeras de mi frente.

[...] Yo tengo amigas de toda la vida, que yo incluso soy la que las uno entre ellas que no se llevan tan bien, muchas pues me buscan.

[...] fueron mujeres las que estuvieron ahí conmigo [...] Entonces sí creo que hay mucha solidaridad de por medio, mucha sororidad.

Com isto, reafirma-se a importância que tem a construção de relações que permitam reconhecer as possibilidades de articulação em rede nas experiências próprias da luta armada e nos outros contextos dos quais as mulheres participam como família, amizades, universidades, escolas, organizações, partidos, e todos os outros cenários de relacionamento. Percebendo como nestes espaços se faz possível assumir um posicionamento diante da necessidade da ruptura das relações que foram estabelecidas ideologicamente através de pressupostos sobre rivalidade entre as mulheres, reconhecendo-as como aliadas e como cúmplices na conspiração contra o sistema patriarcal.

5.2.4 Contradições

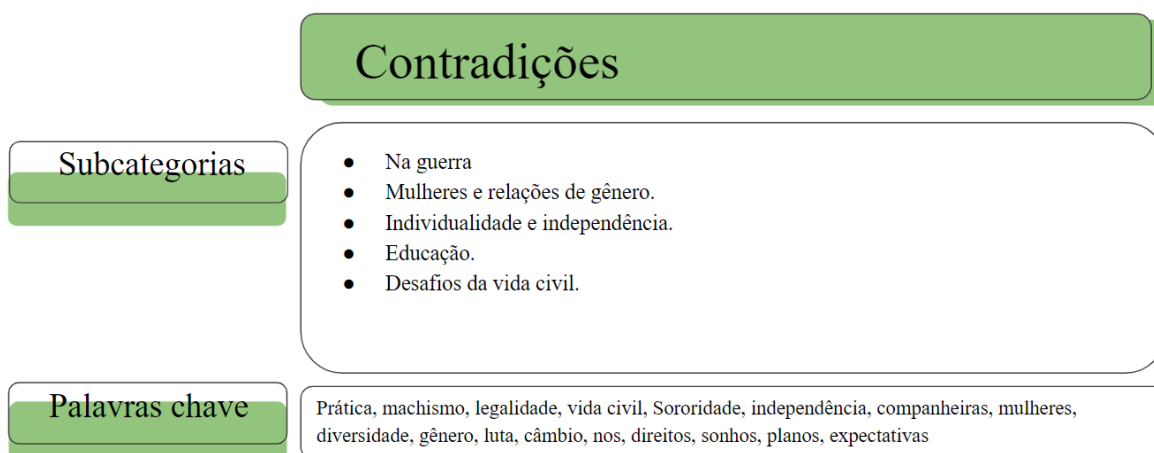
Reconhecemos a militância como parte de um conjunto de práticas sociais e éticas que movimentam as sociedades, as quais permitem pensarmos nas mudanças, na instabilidade da história e nas condições que regulamentam as comunidades através da luta. Neste sentido, identificamos uma última categoria que remete às contradições que se apresentam no movimento dialético da construção da sociedade por meio dos fenômenos presentes na luta armada e no ativismo:

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura (CURY, 1985, p. 30).

Reconhecemos as contradições como motor que impulsiona as mudanças sociais e como elemento determinante para realizar leituras sobre a totalidade da realidade, sempre em movimento. A contradição também está presente em todas as práticas humanas que dizem respeito à configuração e a construção da história.

A contradição remete ao movimento dialético, à *práxis*, por isso nas práticas sociais resgatamos as possibilidades da criação de aprendizagens e reflexões constantes, a vida militante/ativista requer então uma aprendizagem contínua para fazer-se, para refazer-se, para repensar-se e para avaliar-se.

Quadro 6 – Contradições



Fonte: Elaboração própria (2021).

Identificamos nas narrativas das mulheres cinco subcategorias centrais que delimitam algumas destas situações, correspondentes às dinâmicas sociais na guerra, às questões de gênero na guerra e a guerrilha, a suplantação da individualidade e as possibilidades de independência, a educação e o compromisso guerrilheiro a este respeito e, por fim, os desafios que as mulheres enfrentam ao fazer o trânsito à sociedade civil, que modificou algumas de suas práticas militantes.

5.2.4.1 Na guerra

Identificamos na dinâmica do conflito interno na Colômbia uma difícil superação das lógicas da violência sistêmica, pois as práticas de guerra têm sido reconfiguradas em prol da não finalização, nem a superação da guerra, tendo em vista que não está apenas configurada na correlação de forças nas dinâmicas bélicas, mas sim que ela responde a interesses superiores de grupos que a patrocinam, interesses governamentais e internacionais. Na história do mundo nunca existiu um negócio mais lucrativo do que a guerra, e essas experiências podem ser analisadas não apenas na Colômbia, senão a nível global.

Na fala da Sandra (entrevista, 2021) identificamos a forma na que ainda hoje, após cinco anos da assinatura dos acordos de paz com a guerrilha mais forte do país, a violência tem incrementado e as modalidades do exercício da mesma tem recrudescido, “[...] *La guerra a cada día se recrudece más y no ha habido poder humano, incluso pues ya se están prendiendo nuevamente las alarmas de esa guerra [...] incluso contra nosotros mismo que hemos firmado un acuerdo*”. Afirmamos, como foi estabelecido em capítulos anteriores, a guerra mesma tem escrito a história da Colômbia.

As mulheres, ao se referirem sobre os motivos pelos quais decidiram participar da organização guerrilheira⁴⁷, afirmaram que as condições de desigualdade social, os perigos que implicava ser mulher numa sociedade como a nossa e que as próprias situações hostis que vivenciaram nos seus territórios forma os principais motivos que as incentivou a entender o ingresso à guerrilha como uma saída viável para quebrar com essas dinâmicas da guerra e como a possibilidade de contribuir com a mudança social, como podemos identificar a seguir:

[...] Viajé al Caguan y estuve empapándome más de cómo era la vida en la guerrilla, ¿cuáles eran los objetivos que se planteaban desde la organización? ¿Por qué era la lucha de la organización armada? y pues digamos que me enamoró, me enamoró todo el planteamiento que se hacía desde las FARC EP y... ¡pues sí! lo vi definitivamente como la única opción que tenía el país en ese momento para ayudar de alguna manera a salir de tantas cosas que vivimos ... ¡y de la misma violencia! a pesar de poder sonar irónico, pero, la FARC EP fue para mí siempre una opción para acabar con la realidad colombiana y acabar con tanta violencia con tanta desigualdad, con tanta injusticia (Luna, entrevista, 2021).

⁴⁷ No caso desta investigação, todas as participantes manifestaram que militar das FARC-EP foi uma decisão própria, em contrapartida, contemplamos que existe um alto índice das pessoas que integraram esta e outras guerrilhas que foram recrutadas forçosamente. Questões que não fogem das próprias dinâmicas das estratégias de guerra e a militarização da vida, com isto reconhecemos que o recrutamento além de ser um crime de lesa humanidade, foi uma estratégia de guerra que afetou a configuração dos laços sociais das comunidades, especialmente as comunidades camponesas.

[...] Desprenderte tú de todo esto, yo, de mi familia, mis cosas, mi vida y me fui pal monte. Lo que yo quiero es cambiar estas sociedades, yo quiero cambiar este modelo, me fui para el monte y eso les pasó a todos.

Por constancias, porque lo maltratan en la casa, porque admiran a la guerrilla, todas las razones por las que cualquiera haya ingresado; pero eso, da decisión a alguien que dice “no, pues yo me voy allá a cumplir lo que me digan, por mi organización, por mi pueblo” como un argumento muy válido. Yo creo que esas son cosas que en lo formal no sé, no encuentra uno y en esta sociedad en que se sacrifican como de esa manera es muy difícil (Isabela, entrevista, 2021).

Me mantuve en las FARC-EP porque creí en ese trabajo que se estaba haciendo, porque la situación del país realmente requería de esa lucha, por la justeza de la misma, por todo el planteamiento político que se tenía en la concepción de la combinación de las formas de lucha y de la posibilidad real de llegar al poder y cambiar esta sociedad. Me mantengo porque creo y sigo convencida de que la lucha política hay que darla a través de un partido que tiene como objetivo la toma del poder, así sea por las elecciones... ya no por la insurrección militar, sino popular. Además, por la cantidad de gente que ha quedado en el camino que espera que quienes quedamos vivos continuemos la lucha y conquistemos ese objetivo que nos hemos planteado (Olga, entrevista, 2021).

Era muy niña realmente. Desde un inicio, hubo una propuesta prematura, fue como: “Quédese acá”, y yo, “No, me da miedo”. Total, es que fue un proceso de varios años, de dos o tres años que empecé a tener relación con la guerrilla. Como te digo, tenía tíos que eran colaboradores y un primo que estaba en la organización, bueno, un primo de mi mamá.

Entonces, me enamoré. Me enamoré de la idea de poder aportar desde lo poco que yo pudiera hacer a un cambio social. En ese momento lo vi así [...] Me fui de la casa, me fui para la guerrilla y para mi mamá eso fue terrible, con los días le tocó asimilarlo, y yo, decidida desde un comienzo a dar mi pequeño aporte (Paola, entrevista, 2021).

Encontramos nos seus relatos que a possibilidade de lutar contra a violência, paradoxalmente, a ação foi ingressar na guerrilha e tomar as armas para quebrar com os índices de morte, desigualdade e injustiça do país. O conflito armado na Colômbia tem se configurado numa disputa pelo controle territorial que se estabelece através dos mais altos índices de desterritorialização e desapropriação das populações camponesas durante mais de 60 anos.

No entanto, para muitos/as guerrilheiros/as este fenômeno ocorreu de maneira contrária, o conflito os/as levou para o campo, para os diversos territórios, como afirma Jacobo Arenas (2020) em entrevista com Zuluaga (2020, p. 57) “A mí la violencia me lanzó al campo, a revés de lo que le ha ocurrido a la mayoría del campesinado colombiano: la violencia lanzó a la mayoría del campesinado colombiano a las ciudades”.

Entendemos que a violência impulsionou mudanças na sociedade colombiana, mas especialmente trouxe implicações ainda maiores para as possibilidades de liberdade e garantias de bem-estar para as mulheres, pois, ainda que ingressando em espaços de luta e resistência como as guerrilhas, elas/nós têm/temos sido vítimas de diversos tipos de violência. Isto pode ser assim explicado:

La violencia es el arma por excelencia del patriarcado. Ni la religión, ni la educación, ni las leyes, ni las costumbres ni ningún otro mecanismo habrían conseguido la sumisión histórica de las mujeres si todo ello no hubiese sido reforzado con violencia. La violencia ejercida contra las mujeres por el hecho de serlo es una violencia instrumental, que tiene por objetivo su control. No es una violencia pasional, ni sentimental, ni genética, ni natural. La violencia de género es la máxima expresión del poder que los varones tienen o pretenden mantener sobre las mujeres (VARELA, 2008, p. 213).

É nesse sentido que a violência é construída e utilizada como arma de controle, vigilância, repressão e exploração sobre as mulheres, situação na qual determinar e delimitar papéis, espaços e formas de estar no mundo é a materialização violenta do patriarcado, do sexismo, do capitalismo, da homofobia e entre outras estruturas assimétricas e excludentes. Não é simplesmente a ação, mas existe toda uma lógica de poder sobre os corpos tratando-os como “outros” e ou “anormais”, no qual os interdita e menospreza. Isto indica uma contrariedade no sentido de que um tipo de violência é permitido e legitimado (bélico), mas outro tipo de violência é deslegitimado (violência de gênero).

Essa situação se torna problemática, tendo em vista que, sistematicamente, muitos grupos têm tentado estabelecer essas premissas e o resultado tem sido o aumento das taxas de morte e violação dos direitos humanos no país.

Um segundo ponto importante, refere-se ao imaginário social, onde as guerrilhas são lidas dentro da visão do povo colombiano. Por um lado, entendemos os/as guerrilheiros/as como aliados das comunidades:

[...] Me acuerdo tanto que cuando estábamos en los traslados a las zonas a nosotros en el Catatumbo los campesinos nos detuvieron, nos retuvieron 15 días en la carretera porque no había garantías de seguridad, porque nosotros salimos a las 4 de la mañana de un sitio y a las 6 de la mañana ya había presencia de hombres armados ahí. Entonces la comunidad nos trancó en un sitio a decirnos “nosotros no queremos que se vaya porque no tenemos garantía de seguridad” la guerrilla se va y quién nos va a proteger, quién nos va a responder (Paola, entrevista, 2021).

E, por outro lado, eles nos fizeram entender – e os números mostram – que a permanência dos atores armados nas comunidades é um fator de risco para os povos, especialmente em áreas onde há conflitos de interesses entre o governo, grupos armados, forças paramilitares e outros atores insurgentes.

Na mesma linha dos imaginários, podemos verificar que ora a guerrilha é identificada como um agente hostil e seus acampamentos como um lugar de perda, em que milhares de vidas

são perdidas, onde a juventude é perdida e os laços familiares são perdidos; e, ora, tal como encontramos nas histórias das mulheres, esses grupos guerrilheiros se tornaram espaços de refúgio, conforto e segurança:

[...] Entonces vi la necesidad de que ya lo mío no estaba aquí sino que para salvaguardar mi vida y la de los que me rodeaban pues lo mejor era ingresar, por eso ingresé a las filas (Luna, entrevista, 2021).

[...] Me sentí respaldada en la convivencia en la guerrilla y en los trabajos que hacíamos, tanto en el tema de la escuela, como en jornadas de salud, en temas que llegaran de pronto, a veces había enfrentamientos y nosotros pues éramos como la retaguardia porque éramos la frontera y a veces llegaban personas ahí heridas. Siempre se apoyaban en nosotros. Ahí siempre era por igual (Paola, entrevista, 2021).

Também poderíamos analisar isto sob os ideais das sociedades militarizadas nas quais as mulheres só se sentem seguras com a vigilância dos atores armados e sob presença do outro masculino ou masculinizado. Entendemos também que na realidade do país, existe uma possibilidade latente para salvaguardar suas vidas nas fileiras das FARC-EP contra a inclemência da guerra, em que para muitas pessoas foi mais viável fazer parte desses grupos guerrilheiros e não fazer parte dos milhares de camponeses massacrados.

Um ponto complementar nesta análise é como as mulheres nas suas narrativas afirmaram que em outros espaços de militância não se encontraram, ou não se sentiram aderidas aos ideais desses grupos, apenas nas FARC-EP conseguiram consolidar um projeto político e ético completo e complementar para suas apostas políticas.

Destacamos outra questão para esta subcategorização que se identifica como as relações de gênero que se estabelecem nos espaços de militância tanto guerrilheira como em outros grupos. Na terceira categoria se aprofundou em alguns pontos importantes, no entanto, a seguir serão apresentadas algumas outras questões que podem ajudar a identificar o local das mulheres nos espaços de participação.

5.2.4.2 Mulheres e relações de gênero

Nesta subseção está articulada em torno dos relatos de quatro das seis mulheres entrevistadas, cujas narrativas evidenciaram-se algumas questões importantes e relevantes para a análise desta investigação em relação às implicações das relações com os seus companheiros homens nas FARC-EP. Como foi estabelecido na seção anterior, dentro da guerrilha existiam estatutos e normas que proibiam a violência contra as mulheres, porém estas regulamentações

não estavam encaminhadas a garantir práticas equitativas entre homens e mulheres, dado que as mulheres elucidaram que houveram situações de sexismo nas relações e nas diretrizes internas:

[...] Entonces, por ejemplo: en las guardias, en la guerrilla hay varios niveles de guardias, unas tienen más responsabilidades que otras, las que era de mucha importancia que eran fuera del campamento, a las mujeres ¡ese comándate que había ahí! no nos dejaba ir, porque decía que las mujeres no sabíamos disparar. Eso, son digamos “actitudes”, no estaban dentro de las normas ¡podíamos decir que era una violación a la norma! Porque, en la norma no decía que las mujeres no podíamos hacerlo (Olga, entrevista, 2021).

As entrevistadas afirmaram que esses comportamentos e essas práticas aconteciam, especialmente, pela hostilidade das relações no entorno de luta armada. No entanto, elas mesmas afirmaram que na conformação do partido COMUNES, foram estipuladas regulamentações em função da divisão do trabalho, o reconhecimento e garantias de direitos das mulheres. Ademais, as mulheres narraram, desta vez, que existem diferenças significativas no que diz respeito às relações de gênero:

[...] Ahora es igual, los estatutos del partido son iguales para hombres y mujeres. Yo creo que ahora estamos en mejores condiciones porque en el último periodo de la lucha en las FARC-EP, sobretudo en la Habana que logramos discutir más el tema de mujeres y meter el enfoque de género en el acuerdo (Olga, entrevista, 2021).

[...] Yo creo que se mantiene, de alguna forma el nuevo partido, para mí el nuevo partido solamente ha cambiado las condiciones... pues, ya no somos un ejército, ahora estamos aquí de civil, pero la esencia misma de la construcción del partido yo creo que se mantiene. Es un reglamento de otra manera, es un reglamento convertido ahora en un estatuto de partido pero que tiene los mismos lineamientos del reglamento que teníamos allá en la guerrilla (Luna, entrevista, 2021).

Entendemos que os estatutos guerrilheiros se modificaram e agora se estabeleceram como estatutos do partido COMUNES, os quais significam um avanço no reconhecimento do lugar das mulheres na guerrilha – trabalho feito principalmente pela mesa de gênero dos acordos da Havana – garantindo sua permanência e suas possibilidades de visibilidades no âmbito político. Ainda existindo uma melhora na normativa, se evidenciam dificuldades diante a quebra dos estereótipos machistas que estão presentes nas práticas sexistas no interior do partido:

[...] Obviamente los machitos privilegiados a floraron allí de pero nosotras nos dimos la pelea, y ahora en la organización del partido pues a veces toca, no también le toca uno con compañeros que no dimensionan lo que significa la participación, sino que

piensan que como tener una mujer ahí que sea lo suficiente, nos ha tocado algunas veces dar el debate, pero para el partido está claro que las mujeres deben estar ahí darnos las oportunidades (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Porque nosotros en el partido no estamos exentos de lo que le ha pasado a todas las organización y es que cuando las mujeres empezamos a tomar riendas de nuestro trabajo eso genera remezones, eso genera inconformismos, sobre todo en los hombres. Eso genera preocupación, pero eso es parte de la lucha, yo creo que eso hay que saberlo manejar y no echarse para atrás, sino con inteligencia saber y seguir desarrollando ese trabajo... ¡Y en eso es que tenemos que fortalecernos! (Olga, entrevista, 2021).

Essa constante preocupação sobre as possibilidades de demonstrar capacidades suficientes para a ocupação dos cargos diante os companheiros produzem que as mulheres tenham mais resistência para se dedicar a outras atividades, especialmente aquelas relacionadas ao âmbito público, estando em desvantagens para competir por cargos de maior responsabilidade e postos de decisões, em busca do reconhecimento social. Por isso que as ex-guerrilheiras, geralmente, ocupam postos de subordinação, os projetos de mulheres recebem um incentivo econômico menor, possuem menos investimentos em suas pesquisas, além da ausência de reconhecimento sobre o seu trabalho.

Tal realidade requisita que as mulheres devem assumir uma participação ativa em não aceitarem as normas estabelecidas que são desiguais, sobretudo, ao gênero feminino, ainda mais quando se somam a outros marcadores sociais. É preciso questionar a naturalidade das ordens impostas, no caminho de desestruturar essas lógicas hegemônicas a contribuir com a criação de espaços de igualdade e equidade entre mulheres e homens, pois permitirá o ingresso e a permanência de todas as pessoas de maneira equitativa.

Outra consideração importante em relação ao estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres no que se refere ao trabalho, este se encontra na invisibilidade das diferenças entre os dois grupos na conformação do grupo guerrilheiro:

[...] Porque si tú revisas los documentos de las FARC-EP en todos sus años, no hay sino dos ¡Dos! Dos veces en dos documentos un pedacito pequeño que habla de las mujeres, en la séptima conferencia y en la octava; y son más relacionados a la situación de pareja ¡No hay más! No hay ni una sola referencia a las mujeres ¡todo es general! todo es que todos tenemos derecho, que todos luchamos, pero no hay una especificidad sobre las mujeres (Olga, entrevista, 2021).

É importante analisar essa situação, dado que a carga ideológica que ostenta não facilita realizar reflexões sobre os papéis específicos que cada um desenvolve na organização:

Essa insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais [...] ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais (RIBEIRO, 2020, p. 31).

Neste sentido, essas construções não são justas nem equitativas, tendo em vista que surgem de uma ideologia que possui o intuito de garantir a supremacia do homem e do masculino sobre as mulheres e o feminino através da exaltação das capacidades tidas como masculinas que se configuram como mais apropriadas para a guerra. Nessa medida, existe todo um contexto fora da guerrilha que foi constituído através das condições social, econômica, política e cultural, isto é, a construção do mundo, em que é elaborada a partir de uma posição androcêntrica, onde o masculino é tomado como universal e o feminino é relegado a um *status* de alteridade, nesta perspectiva o feminino se torna invisível.

Diante esta universalização masculina/masculinizada dos/as guerrilheiros/as se estabeleceram também processos de não reconhecimento da autonomia de cada uma das pessoas que faziam parte da guerrilha, no qual o estabelecimento destas premissas dificulta a ruptura com as relações de dominação contra as mulheres na vida revolucionária, uma desumanização que transcende ainda sobre o controle sobre seus corpos:

[...] Una vez, allá la tendencia era el pelo largo... escuchamos a veces historias de que en otras unidades que usted iba y pedía permiso para la para cortarse el pelo, le daban más champú (Paola, entrevista, 2021).

Também notamos que o sexismo transcende todos os espaços de militância porque são espaços de socialização, portanto as práticas sociais e culturais internalizadas mediam constantemente as relações, especialmente nas relações de poder onde existe a ideia de dominação masculina a partir do sistema sexo-gênero, bem como identificar que essas ideias machistas foram internalizadas e reproduzidas até mesmo pelas próprias mulheres:

La corporación es internamente jerárquica [...] la violencia contra las mujeres se deriva de la violencia entre hombres, de las formas de coacción que sufren para que no se esquiven —a riesgo de perder su título de participación en el estatus masculino, confundido atávicamente con la propia participación en el estatus de la humanidad— de la lealtad a la corporación, a su mandato, a su estructura jerárquica, a su repertorio de exigencias y probaciones, y a la emulación de una modelización de lo masculino encarnada por sus miembros paradigmáticos (SEGATO, 2018, p. 46).

Dessa maneira, é importante refletir sobre a forma pela qual as mulheres nos espaços da militância, especialmente na guerrilha, tentaram validar suas ações e justificar sua

permanência no grupo armado através de outra categoria de militarização, em que a força é a única forma de validar e receber aprovação dos homens para ser aceita dentro do imaginário da valia masculina:

[...] Una cosa que hacían las otras muchachas [...] es que ellas consideraban que equiparándose en fuerza con los hombres podrían adquirir posición, una mejor posición, en el sentido de lo que da poder (Olga, entrevista, 2021).

[...] Los hombres normalmente se echaban dos arrobas – o sea, son 50 libras- y las mujeres se echaban 50 libras [...] Eso lo hacían para mostrar que eran iguales, que ellas podían (Olga, entrevista, 2021).

Observa-se que tanto as características determinadas como femininas quanto as mulheres que tentam alcançar o modelo imposto de masculinidade para sentir que podem se encaixar tendo a “maximizar ‘lo duro’, pues ‘lo blando’ resulta amenazador cuando se trata de ‘hacer la guerra’, porque representa para el guerrero (la guerrera, en el caso de ellas) una condición de vulnerabilidad” (BLAIR; BOLAÑOS, 2018, p. 112). Poderíamos pensar sobre a forma por meio da qual, diante dos problemas nas relações de gênero desiguais, as mulheres têm que se posicionar, demonstrar sua força, sua coragem e se reafirmar diante de uma sociedade que nos vê como fracas ou insuficientes diante dos homens:

[...] Le toca a uno lo demostraré con la pala y decir “yo también lo sé hacer” y ponerse las botas, para mí ha sido como sencillo, yo tengo el carácter para hacerlo (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Yo creo que lo que uno le debe demostrar a la sociedad, es que uno también puede. Y con el conocimiento, demostrarles que uno también tiene sabiduría (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Bueno, también yo creo que irrumpir en este en esta sociedad machos pues le toca también a uno ser fuerte, sobretodo mostrar eso, que es muy horrible (Isabela, entrevista, 2021).

Ninguém questiona um homem se ele possui força ou não, porque no imaginário coletivo demos uma superpotência à sua existência, porém as mulheres e aquelas pessoas que são lidas dentro da feminilidade nos diferentes espaços sociais são rejeitadas como anormais ou indesejáveis. Portanto, nenhuma das formas foi (e é) suficiente para tal tentativa, pois o machismo naturalizado e a misoginia produzem uma série de discriminações e segregações que são estruturais, exigindo uma reflexão mais profunda e práticas desnaturalizantes para desconstruir estas normas de exclusão:

Urge o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam elas de raça, de gênero, ou de classe, para que pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica (RIBEIRO, 2020, 43)

Encontramos aqui uma das grandes críticas estabelecidas pelo feminismo da terceira onda, afirmando que a luta de classes não garante a emancipação total da sociedade, visto que as dinâmicas da vida transcendem a luta de classe, especialmente os referentes às opressões de gênero e de raça. Entendemos que o lugar das mulheres na vida revolucionária sempre esteve subordinado ao homem ou à masculinidade e, se mantendo essa relação de dominação inquebrável, não haverá condições materiais para a libertação feminina:

[...] Siempre se planteó desde los comunistas que el tema de las mujeres estaba implícito en la lucha y que las mujeres nos emancipábamos con el cambio de formación económica y social; pero la práctica [...] nos demostró que eso no es cierto (Olga, entrevista, 2021).

Referindo-se novamente aos preceitos da militarização da vida cotidiana, existe um ideal internalizado de criar necessidades para as mulheres em função da aprovação masculina, o que promove o imaginário de que somente um homem, ou somente aquele que devido a masculinidade hegemônica poderia garantir as possibilidades de refúgio e segurança das mulheres e da sociedade, tem a possibilidades de ocupar um lugar de reconhecimento superior e uma posição privilegiada na hierarquia organizacional:

[...] Los hombres siguen creyendo que ellos por ser hombres tienen más privilegios, que ellos por ser hombres saben más, que ellos por ser hombres son los que guían a las mujeres, y muchas mujeres todavía creen que es que de verdad eso es así... ¡Porque el problema no son solo los hombres, es toda la formación que tenemos nosotras también! (Olga, entrevista, 2021).

[...] Me enseñó a ser, a entender, porqué a veces ese machismo no es solamente de los hombres, es también de nosotras las mujeres... ¿y que si hay machismo allá? ¡Pues sí!, ¡Seguramente! nosotros, todos los que llegamos allá somos y estábamos salidos de esta sociedad (Luna, entrevista, 2021).

As entrevistadas demonstram compreender que as representações do machismo na guerrilha foram os reflexos das formas que funcionam a sociedade por fora da organização, estabelecendo que estas relações desiguais em função do sexo, do gênero, da raça, são questões que, historicamente, tem sido marcadores de opressão. Por ser transmissíveis e fortalecidos culturalmente, os integrantes da guerrilha possuem estas ideias internalizadas e, possivelmente,

não foram questionadas dentro das FARC-EP, mas sim apenas sancionadas através das regulamentações:

[...] O sea, no había...digamos, esa discriminación con la mujer... ¡No! Incluso el reglamento prohibía ese tipo de cosas: discriminar a la mujer (Luna, entrevista, 2021).

[...] Pero el régimen que teníamos era muy estricto frente al maltrato a la mujer, eso, por el reglamento estaba prohibido pegarle a la mujer [...] situaciones de esas ¡no era que no se dieran! [...] pero, era castigado ese tipo de acciones por el reglamento (Luna, entrevista, 2021).

Por fim, sobre essas sanções mencionadas, também é pertinente falar sobre as falhas dos estatutos que regulam a vida privada, no interior dos acampamentos guerrilheiros. Ainda que não sejam fatos relatados pelas mulheres entrevistadas, não desconhecemos que existiram situações graves de violência de gênero dentro dos espaços de confronto armado e, especificamente, nos acampamentos guerrilheiros destacando as denúncias pelos 232 casos de violência sexual apresentados dentro das FARC-EP, por delitos como: esterilização forçada, acesso carnal violento, atos sexuais contra menores de 14 anos, aborto forçado, prostituição forçada, escravidão sexual. Crimes que estão prestes a serem analisados, individualizados e sancionados pela JEP.

A violência contra as mulheres não é apenas resultado e consequência da naturalização de opressões patriarcais, também se constitui como uma ferramenta para dar continuidade e legitimar as diversas formas de opressão que se imbricam nas práticas cotidianas, tanto no interior como fora dos grupos guerrilheiros, até atingir os espaços e relações mais íntimas. A violência é uma arma de controle, uma corrente que limita as possibilidades de assunção de cidadanias livres.

A seguir, analisaremos uma outra questão que é relevante para entender as dinâmicas e os aprendizados que as mulheres têm internalizado através das suas experiências dentro das FARC-EP, nos movimentos sociais, nos partidos políticos, nas ONGs e outros espaços nos que tem participado ativamente.

5.2.4.3 Individualidade e independência

Uma das principais características da vida ativista e militante é a renúncia, pois a assunção de um projeto ético-político de luta (seja armada ou não) requer assumir valores diferentes como próprios em prol de um projeto maior de sociedade. Entendemos essa renúncia

como as ações necessárias para garantir a adesão no interior do coletivo e como um dos caracteres que delimita a fidelidade e o compromisso do/da militante com a sua organização, como assinala Segato (2018, p. 46):

La fidelidad a la corporación y a sus miembros es, en un sentido axiológico, su valor central, inapelable y dominante sobre todos los otros valores, es decir que cancela cualquier lealtad u obediencia a otro valor que se coloque en conflicto con su égida y los intereses asociativos que protege.

Assumir-se como parte da organização guerrilheira, conforme as narrativas apresentadas, implicava compromisso com os ideais guerrilheiros e dedicação total ao processo de transformação que estava em curso, incluindo renunciar a questões pessoais (família, estudos, profissão, etc.) para assumir as atividades e valores que fossem necessários em função dos objetivos pretendidos pelo grupo através da luta armada. Uma dessas mudanças nos remete à desistência da individualidade, sendo substituída simbólica e materialmente por projetos coletivos que estão cimentados em postulados patriarcais, militaristas, machistas e sexistas:

Esa “formación” del hombre, que lo conduce a una estructura de la personalidad de tipo psicopático — en el sentido de instalar una capacidad vincular muy limitada — está fuertemente asociada y fácilmente se transpone a la formación militar: mostrar y demostrar que se tiene “la piel gruesa”, encallecida, desensitizada, que se ha sido capaz de abolir dentro de sí la vulnerabilidad que llamamos compasión y, por lo tanto, que se es capaz de cometer actos crueles con muy baja sensibilidad a sus efectos. Todo esto forma parte de la historia de la masculinidad, que es también la historia viva del soldado (SEGATO, 2018, p. 45).

Os principais desencontros no discurso sobre individualidade e coletividade começam a se apresentar como problemáticos especialmente no que refere às projeções futuras, visto que, pelas narrativas das mulheres, suas expectativas não são mais construídas com base nos planejamentos pessoais, mas em termos de um cenário coletivo. Indica que as mulheres adotam e assumem como próprias as expectativas de um coletivo, o que pode ou não deslocar as expectativas de suas próprias vidas em relação ao fato de que a própria vida funciona e se estabelece em torno de um ideal revolucionário comunitário:

[...] Es muy difícil pensar en lo individual, a mí me cuesta mucho hacer planes individuales, siempre mis planes están en función del trabajo con el partido, como quien dice: “En dónde hay un comunista, pues hay que estar organizado (Olga, entrevista, 2021).

[...] Sí, pero hay una cosa que y es que sinceramente yo nunca hablo de mí como tal, yo siempre hablo de mí como un colectivo (Sandra, entrevista, 2021).

Existe também um distanciamento do caráter individual e da individualidade para assumir um plano coletivo como único plano possível e válido para a vida das mulheres. Essa renúncia do plano individual, mais especificamente das identidades individuais, poderia ser problemática no sentido em que geram relações de dependência com os outros (organizações, superiores, chefes, grupos) e a dependência se estabelece como uma das grandes dificuldades para o estabelecimento de processos de criação de autonomia das mulheres através de uma dicotomia constante e ambivalente entre o coletivo e o individual:

[...] Yo estoy convencida de que cuando uno decidió ser revolucionaria ni la vida misma es de uno mija. Porque uno no está dispuesto a servirle a la organización (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Entonces siempre fui medio atravesadita. Para algunas cosas, pero para otra sí era muy a lo que me orientaran, o por ahí me dijeran (Paola, entrevista, 2021).

Reconhecemos que as mulheres guerrilheiras se assumem a partir de locais de autoafirmação que destacam suas práticas e seu exercício na guerra ou nos processos organizativos que integraram ou integram, ressaltando sua luta e sua resistência. Entretanto, existe uma subordinação latente diante do coletivo, as entrevistadas narraram que os estatutos do partido e as normativas do grupo estão e têm estado delimitando suas ações e seus planos, especialmente para aquelas mulheres que continuam integrando espaços organizativos após da assinatura dos acordos de paz.

Se tomarmos as narrativas das entrevistadas na sua totalidade, encontramos manifestações sobre toda a dedicação aos objetivos e ideais do grupo guerrilheiro (em tempo, em ações, em ideias, etc.) que elas destinaram ao projeto durante o período da guerrilha e agora no partido, todavia nem a dedicação exclusiva, nem a crescente presença feminina das mulheres e das populações diversas nas FARC-EP foram suficientes para que a organização estabelecesse estudos e reflexões sobre as questões de gênero ou raça como bases da vida guerrilheira e, por consequência, da proposta de modelo de país que se planejava.

Na contramão, identificamos a independência como um valor importante para a quebra das situações de renúncia e apagamento na organização, onde, pelas falas das mulheres pode-se destacar alguns aspectos que denotam estas iniciativas e práticas em prol de um processo de vida mais autônomas e independentes.

Algumas das mulheres ex-guerrilheiras passam a levantar a bandeira feminista (como se sinalizou no ponto prévio sobre o feminismo insurgente) a partir da reintegração à vida civil, e ao se assumir como feministas, ou como pró-feministas, as pessoas começam a analisar e enxergar o mundo considerando outras pautas relacionais. Neste sentido, destacamos que os processos de reincorporação – falamos dos “processos” e não do “processo”, considerando que existem múltiplas formas e iniciativas que têm constituído o trânsito entre a vida armada à vida civil – têm contribuído para que as mulheres assumam práticas que alimentam o exercício da autonomia.

Um aspecto emergente nas narrativas foram os desafios da retomada da vida civil para a subversão das situações que as limitam e as apagam como protagonistas ativas na sociedade, em que para se contrapor a essas situações de opressão contra as mulheres que remetem à invalidação das identidades, o feminismo se estabelece como uma “ético-poética que nos leva a reinventar a política a partir da reinvenção de cada indivíduo” (TIBURI, 2018, p. 92).

Identificamos que a primeira representação da autonomia das mulheres pode ser reconhecida na forma em que elas assumem lugares de influência e liderança nas organizações, o que permite e aprimora o reconhecimento de suas possibilidades e capacidades para a transformação social no seu compromisso pela consolidação da paz, como são os casos da Viviana, Olga e Sandra:

[...] Soy líder de la comunidad noble y de paz Marco Aurelio Buendía, pero, a la vez por el Partido de COMUNES soy encargada del género a nivel departamental, y soy representante legal y presidenta de una asociación de mujeres que se llama ASOMUSEPAZ, en Charras Guaviare (Viviana, entrevista, 2021).

[...] Soy la representante legal de una fundación de excombatientes (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Yo soy excombatiente de las FARC-EP, igualmente soy ex-prisionera política, soy una mujer con muchas expectativas, con muchos deseos de llegar a las comunidades (Sandra, entrevista, 2021).

Encontramos uma articulação referente ao lugar de fala das mulheres articulado às reflexões feministas e de gênero, vendo a forma em que as mulheres começam a reconsiderar seu lugar na sociedade após utilizar-se das reflexões feministas e de gênero. Alguns adquiriram estes elementos ainda fazendo parte das FARC-EP, como no caso da Olga, e algumas outras foram aprofundando-se nestas ideias após a assinatura dos acordos, como foi o caso da Isabela e da Viviana, através de capacitações, cursos, espaços de encontro, entre outros:

[...] Me hicieron una invitación a participar de unas capacitaciones al Cauca, en las cuales participé y desde ahí empecé a adquirir como el conocimiento para empezar a trabajar en defensa de los derechos de las mujeres y en lo que tenía que ver con género (Viviana, entrevista, 2021).

[...] Uno va adquiriendo el feminismo como parte de su teoría de lucha, empieza a pensar: “si eso lo hubiéramos tenido antes, hubiéramos hecho mejor la pelea y hubiésemos logrado tener compañeras en la Dirección Nacional” ¡Pero, mujeres con formación de género! (Olga, entrevista, 2021).

[...] Como mujer, aprendí a entender por qué la discriminación con las mujeres y después de que uno abraza el feminismo, así los compañeros se enojen es muy difícil no volverlo a tener como parte de su vida cotidiana (Olga, entrevista, 2021).

[...] Como militante feminista, déjame decirte que yo soy más bien cómo descuidada
[...] Estoy al tanto de las noticias de las compañeras, entonces a veces intercambiamos opiniones ideas sobre lo que está pasando en el país y eso (Isabela, entrevista, 2021).

Significa que, à medida que aprendem e compreendem a realidade social, conseguimos articular suas vivências e aprendizados incorporando a variante de gênero, começam a construir espaços que potencializam as mudanças sociais favorecendo a releitura da realidade e permitindo uma efetiva inclusão de suas demandas tanto nas agendas políticas, organizacionais e partidárias quanto nos exercícios diários nas suas relações com os/as outros/as. Essa ideia afirma o intuito que trazíamos desde a perspectiva da Walsh (2013), quando afirma que os cenários de lutas sociais também são cenários pedagógicos.

Podemos também identificar que essas contribuições permitiram reconhecer novos lugares de enunciação para a demanda das injustiças em função do gênero, não apenas no interior das organizações (guerrilha, partido, ONGs, etc.), como também denunciar e se posicionar diante as relações com os outros, para tornar visíveis problemas de gênero no interior de suas organizações, como anuncia Olga Marin (entrevista, 2021):

[...] Las mujeres tanto en “La relación”, como en las “Reuniones de célula” empezamos a plantear; y lo más lindo de eso fue que recibimos el apoyo de la base, de la guerrillerada.

[...] En las conversaciones lo que hacíamos era llamar un poco la atención porque los que mandaban eran solo hombres.

[...] Yo empecé a mirar y dije: “bueno, en los estatutos dice que no existan diferencias” y generaba polémica sobre lo que estaba pasando”.

[...] Para mí, el feminismo es cómo “yo” como persona, como mujer me expreso y me comporto en la sociedad, que mi feminismo me permita tener relaciones de equidad de igualdad en mi relación personal y de solidaridad, que me permita no dejarme violentar, y poder apoyar a alguna compañera que esté a mi lado.

Além das contribuições feministas e de gênero, pode-se reconhecer a importância de assumir e não esquecer aqueles processos de militância para chegar ao local no qual elas participam atualmente, tendo em vista que esses exercícios lhes permitem reformular sua autodeterminação. Em outras palavras, permitem que elas se reconheçam sobre quem elas são, como indicam Viviana e Paola, mas também sobre o que elas são na sociedade, bem como reconhecer sua história e sua trajetória de vida. Isso nos coloca diante de um exercício de reconstrução da memória para contar as contribuições das mulheres na vida militante e nas dinâmicas da participação, como afirmam Luna e Paola:

[...] Yo siempre he sido muy consciente, como muy clara, o sea de las cosas: ¿qué es lo que estoy haciendo? Qué es lo que pienso hacer y para dónde voy (Viviana, entrevista, 2021).

[...] No me gusta que me detuvieran, o me dijeran “usted no es capaz” “usted no puede” el hecho de que me dijeran “hágale, que usted también le toca” era algo que me hacía sentir a mí [...] ¡Yo puedo! (Paola, entrevista, 2021).

[...] Esos tránsitos son bonitos y pues hacen parte de todo lo que hemos vivido que ha sido bonito, pero que también ha dejado tantas lecciones tantas huellas, tantos aprendizajes (Luna, entrevista, 2021).

[...] Aunque no me siento mal, porque para mí el hecho de estar en la guerrilla me formó como persona y como el ser humano que soy hoy en día, ingresé allá porque lo quise, no me vi obligada a hacerlo como otras personas que realmente les tocó. Fue una decisión mía, todo eso me enseñó (Paola, entrevista, 2021).

Essas possibilidades de fazer um relato da própria história se articulam com as ideias previamente expostas da Marcela Largarde (1997) quando a autora faz um chamamento para pensarmos os processos de construção da autobiografia como transcendentais para a construção da autonomia das mulheres.

Estas possibilidades do reconhecimento das trajetórias individuais da luta são poderosas enquanto identificamos que as mulheres também possuem uma força de resistência contra os cenários políticos inclementes e contra os cenários de militância masculinizada. As mulheres assumem um compromisso político e ético individual que se reflete nas organizações nas quais fazem parte, mostrando assim que o pessoal é político. A seguir, destacamos alguns dos trechos nos quais as entrevistadas relatam sobre esses compromissos pela luta e resistência:

[...] uno siempre está en función de ayudar a los demás, siempre está en función de cumplir una labor social, siempre está en función de intentar cambiar las cosas (Luna, entrevista, 2021).

[...] Me mantengo porque creo y sigo convencida de que la lucha política hay que darla a través de un partido que tiene como objetivo la toma del poder [...] ya no por la insurrección militar, sino popular (Olga, entrevista, 2021).

[...] En mi vida actual me he encaminado también a eso ¡a ayudar! a tratar de cambiar las cosas, a hacer mi aporte, a poner mi granito de arena para intentar cambiar la sociedad (Luna, entrevista, 2021).

[...] Porque veo realmente que de pronto como dirigente política y esas cosas no, no es lo mío, realmente no me veo en esas. De pronto desde mi profesión sí, apoyando proyectos productivos, ayudando a sacar adelante la forma de vida de los compañeros, poder desde lo que yo conozco ayudarlos y apoyarles (Paola, entrevista, 2021).

[...] Después de que usted tenga bien claro qué es lo que usted quiere, yo creo que podrán existir 100.000 obstáculos pero usted los brinca, los hace a un lado, los soluciona (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Yo no sé, o será que yo soy demasiado positiva, o será que yo nunca me he sentido menos que otros, yo voy es pa' lante como una mula. Ni me he sentido menos porque me digan que soy reincorporada. Claro. Yo soy reincorporada ¡Pero venga a ver! ¿Cómo es que es? ¿Qué es lo hay que hacer? (Sandra, entrevista, 2021).

Finalmente, nas histórias encontramos aprendizados que lhes permitem e servem como ferramenta para exercer a cidadania, bem como encontramos as possibilidades de se posicionar na vida diante do futuro a nível coletivo ou individual. Essas possibilidades do desprendimento e da renúncia, articuladas com a solidariedade, podem caracterizar o exercício de uma autonomia reconfigurada a partir de outros espaços e vivências não hegemônicos, onde as falas da Isabela, Sandra e a Paola ilustram a esse respeito:

[...] Estoy empezando a construir una casita en el campo en una vereda donde todos son hombres borrachos, mineros; llego yo con mis botas y para la gente es raro [...] llegar a esta sociedad no es fácil, pues la guerrilla no era perfecta, no, no era el feminismo ideal. Pero creo que si hay otras condiciones (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Recién salí de la cárcel inicie la universidad, estoy cursando el décimo semestre de Administración Pública y bueno pues hay voy mirando qué otras posibilidades de posgrado se me presentan para poder seguir avanzando (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Pude terminar mi bachillerato y estudiar. Mi meta en ese momento era estudiar y prepararme para volverme una profesional y todo lo que se me atravesara o que representará para mí un obstáculo que no me iría permitir hacerlo ¡Entonces simplemente no lo hacía! (Paola, entrevista, 2021).

Uma das principais dificuldades para a consolidação de práticas autônomas por parte das mulheres que fizeram parte desta pesquisa, foram as apresentadas diante os desafios para a reintegração na sociedade. A seguir, se apresentará algumas das principais questões sobre este tema.

5.2.4.4 Desafios da vida civil

Um ponto de encontro para as mulheres sobre os principais problemas e desafios apresentados na sua vida, foi a ressocialização e nela a imersão nas novas dinâmicas sociais, pois foram marcantes as questões que se remetiam às mudanças do trânsito entre a militância na organização armada para se colocar na formalidade e na institucionalidade.

Estes desafios se apresentam de diversas formas, ora as entrevistadas se encontravam nas falas das outras, ora elas se distanciavam. Iniciamos com as palavras da Olga quando se referia às disputas internas pela nova forma de luta partidária, seguimos com Sandra, quando fala da necessidade de aprender a articular os esforços da organização com o governo como um dos grandes desafios, ou o confronto com uma realidade que não era a esperada em relação ao trabalho e apoio das massas na sociedade civil:

[...] Tengo que ser sincera contigo, ahora estamos como en una crisis por todo lo que está pasando al interior de la organización, por esas disputas que se han venido presentando, que son muy incómodas, nos hacen mucho daño; pero, a mí me parece que no son extrañas en estos procesos tan complejos de pasar de una ilegalidad y de un claudestinidad a una lucha legal y abierta (Olga, entrevista, 2021).

[...] El entender también eso, nos permite a nosotros hacer una mejor articulación con el Gobierno Nacional, independientemente de que las gestiones que nosotros hagamos se materialicen o no (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Que pudiéramos salir iba a haber más posibilidades de tener ese “trabajo de masas” que decíamos querer hacer para poder cumplir nuestros objetivos políticos, ¡y no! quedarnos enfrascadas en una zona en dónde habían tantas restricciones (Paola, entrevista, 2021).

Existe também uma dificuldade para se adaptar às diferentes formas nas quais se apresenta a institucionalidade, essas dificuldades demonstram que existe um problema central que é a incapacidade de gerar processos dentro de uma sociedade capitalista que permitam a manutenção de uma economia digna para a totalidade da sociedade, pois, sem independência econômica, não podem ser garantidos outros processos de autonomia da vida cotidiana.

Aprofundando mais um pouco nas narrativas da Paola, a mulher que narrou com maior detalhe sua experiência pessoal após da assinatura dos acordos, identificamos como foram vivenciados pelos/as guerrilheiros/as os momentos posteriores da implementação, na medida em que existiu não apenas o descumprimento por parte do governo, mas também existiu um imprevisto em tempo real, imprevisto que não estava sendo contemplado como parte do acordado previamente:

[...] Ya tener que después de un momento a otro estaba el afán, el afán de la dejación, el afán de entregar, que tal día esos fusiles ya tenían que estar en ese container (Paola, entrevista, 2021).

[...] Pasaban los días [...] en una incertidumbre, muchos compañeros creativos hacían propuestas decían “vengan hagamos esto” ¿por qué no hacemos esto otro? pero nos decía que había que esperar a ver qué nos dicen (Paola, entrevista, 2021).

[...] Resultó que no teníamos la fuerza política que pensábamos tener y que ahorita vienen elecciones otra vez ¿cómo iremos a quedar? (Paola, entrevista, 2021).

Igualmente, um dos impactos mais decisivos no retorno à vida civil foi a reconfiguração da forma como estavam acostumadas a se relacionar na guerrilha, estamos falando de uma reconfiguração dos círculos de apoio, dos círculos familiares e de relações íntimas ou conjugais, entendemos nas falas da Isabela e da Paola como se estabeleceram estas relações dentro das FARC-EP:

[...] En la vida civil jamás vamos a encontrar ese tipo de relaciones [...] eran relaciones pues de entrar a un colectivo de solidaridad, de fraternidad, de franqueza, de respeto (Isabela, entrevista, 2021).

[...] La nostalgia de la organización, porque para uno la guerrilla se le vuelve la familia [...] la guerrilla es como una familia, porque fue donde estuve todo este tiempo me resguardo, mi refugio (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Son muchas cosas que uno extraña de esa convivencia en el monte, que allá a trancas y a mochas siempre estábamos ahí, el uno para el otro, y aquí no (Paola, entrevista, 2021).

[...] Yo salí viviendo en pareja, pero eso también de adaptarse a los tipos de relaciones de pareja en “la civil” es horrible, no lo logró todavía (Isabela, entrevista, 2021).

No meio do trânsito, as mulheres tiveram que aprender e reaprender as formas de se relacionar na vida civil, parece ter havido um choque especialmente em relação aos valores de companheirismo e solidariedade criados nos grupos de guerrilha e não presentes na vida “das cidades” onde se estabeleceu cada uma delas. É preciso lembrar que cada qual foi para um local, não estão no mesmo lugar que seus/suas amigos/as companheiros, além de ter que lidar com a reconfiguração dos círculos de apoio, têm que lidar com a ruptura dos laços de amizade e camaradagem que haviam estabelecido dentro das fileiras da guerrilha.

Uma das questões postas à nova vida social das mulheres é a possibilidade de relacionar-se e identificar-se no coletivo, sentir-se parte de um grupo, ser reconhecida por este grupo, partilhando histórias, valores, práticas e sentimentos, por fim, ter uma vida em

comunidade. Provavelmente, as relações nos espaços de guerrilha propiciavam esses laços e o sentimento de pertencimento, e a volta à vida em sociedade, da forma como tem acontecido, exigiu a conformação de outras comunidades. Neste sentido, a participação em organizações e associações é fator fundamental para a continuidade da atuação dessas mulheres, para uma cidadania ativa.

Outro aspecto da reincorporação é a inserção na vida em um sistema econômico que se comporta de forma hostil com aqueles que são indesejáveis, pois, no interior da guerrilha através de seus ideais de luta, se distanciaram da adoção do capitalismo como modelo econômico ideal, tomando distância também das formas mercantis em que se configuram as relações sociais. Paola e Isabela falam a respeito de suas experiências na incorporação, dessas dinâmicas mercantis como parte da sua nova vida dentro das cidades:

[...] Me decepciona saber que ni siquiera para nosotros mismos hay una un trato diferencial, nosotros no tenemos una experiencia, no tenemos perfiles que estén acordes a la oferta que hay en este momento (Paola, entrevista, 2021).

[...] Uno dice: ¡sí, es cierto! están incumpliendo temas del acuerdo, pero nosotros no podemos pretender -pienso yo- que para nosotros haya un trato diferencial [...] incluso creería que es antipolítico pensarlo, porque qué pensaría la gente de a pie, la gente por la que nosotros deseamos luchar por muchos años, que nosotros salgamos y nos acomodemos (Paola, entrevista, 2021).

[...] Hay que acostumbrarse a los trámites burocráticos, todo lo que significa ser exguerrillera (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Todos esos trámites de “ser grandes” conseguir plata porque obviamente en la organización yo pasaba tiempo sin ver plata, pero uno veía la comida, las cosas que necesitaba; pero ahora la vida toca lucharla (Isabela, entrevista, 2021).

Esta inserção no capitalismo é importante, visto que aqueles que não adquirem as habilidades necessárias para sobreviver – mesmo em situações precárias – são excluídos/as e marginalizados/as da totalidade dos processos produtivos. Aprofundando na existência de dificuldades em relação ao vínculo com o mercado de trabalho, encontramos primeiro que os perfis dos/as ex-combatentes não se articulam ou não respondem à realidade do mercado, dado que os requerimentos para poder se apresentar a uma vaga tais como "experiência", “formação”, “titulação” são um impedimento para o acesso a um posto de trabalho.

Em relação às possibilidades de reinserção das ex-guerrilheiras, percebemos que também existe uma dificuldade para transformar a dinâmica de luta em ações concretas para o exercício da cidadania. Pensando que não existem condições materiais para articular as experiências da guerrilha com as experiências da vida civil e essas dificuldades também se

materializam na impossibilidade de conciliar a vida laboral, o processo de reinserção social e o ativismo, nas palavras da Paola (entrevista, 2021):

[...] debe haber un trato diferencial para nosotros porque nosotros no podemos competir contra esto en igualdad de condiciones.

[...] Nos tocó llegar a asumir lo que hace el común de la gente, y eso mezclado con el traje política es muy complejo. [...] a uno que le toca trabajar día a día para poder levantarse lo de comer, es muy duro.

Pensamos nas dificuldades pelas quais passam as pessoas que possuem responsabilidades com seus familiares ou que se tornaram chefes de casa e todas as formas de opressão que se sobressaem a partir da divisão sexual e racial do trabalho, estas problemáticas contribuem a reconhecer que há uma necessidade de repensar novos planos de vida que respondam a outros contextos diferentes do da guerrilha.

No entanto, encontramos no discurso das mulheres uma clara convicção sobre seu posicionamento político, que tem dificultado as próprias decisões devido à convicção ética que implica ter permanecido por tanto tempo na guerrilha. O entendimento de que existe uma responsabilidade, uma espécie de dívida social com as pessoas que estavam antes delas, são um motor para a militância, que motiva para articular novas formas de luta. Ainda, quando elas chegam à vida civil, têm encontrado que não há garantias para a possibilidade de exercer a liderança social sem colocar em risco a própria vida:

[...] Además, por la cantidad de gente que ha quedado en el camino que espera que quienes quedamos vivos continuemos la lucha y conquistemos ese objetivo que nos hemos planteado, independientemente de los errores o los problemas que pueda tener la organización, pues es la organización con la que me identifico desde que ingresé, y hasta ahora sigo igual de identificada con ella (Olga, entrevista, 2021).

[...] A veces me da mucho temor por la situación expresar lo que pienso, lo que creo, porque en el momento es muy complejo, uno a veces no sabe realmente con quién habla, a quién le dice cosas (Paola, entrevista, 2021).

[...] Yo estoy muy alejada del trabajo político y de esas cosas, primero por el tema de seguridad y todas esas cosas, yo no veo garantías (Isabela, entrevista, 2021).

Parece que as possibilidades de vida na guerrilha não contemplavam planos por fora da luta armada e agora é preciso pensar em outras estratégias para a realização pessoal. Identificamos na fala da Paola (entrevista, 2021) alguns apontamentos pertinentes a esse respeito:

[...] Bueno Paola, pero ¿Tú cómo te ves? ¿Qué piensas hacer?” Y yo como: “Olé, yo nunca lo había pensado”. Como yo estaba acá era como para cumplir órdenes y en lo que me dieran la oportunidad y pudiera, yo le hacía.

[...] Esa fue una de las posibilidades que me brindó la firma de los acuerdos de paz, pues que ahora pude decidir y realmente hacer lo que quiero hacer.

[...] Pues, era empezar a estrellarnos con un contexto distinto, yo realmente pensaba que mi vida terminaba en el monte y que no iba a haber algo diferente para mí.

[...] Yo, me siento agradecida por lo que hoy dentro de las dificultades y todo lo que me ha tocado hacer estoy logrando, pero fuera más bonito que no fuera sólo para mí sino que muchos de nosotros hubiéramos podido hacerlo.

Um último ponto em relação a esta reintegração é a dificuldade de reconciliação, tendo em vista que no curto prazo de tempo deste processo de paz, não houve possibilidade de romper com o imaginário que a sociedade civil tinha sobre guerrilheiros/as, na medida que ainda se estabelecem relações de rivalidade e confronto de interesses, típicas da militarização que desumaniza e coloca as pessoas em uma situação de conflito através da figura do “inimigo”:

[...] Cuando ya llegamos al proceso de reincorporación encontramos que había muy poco analfabetismo, no como decía el gobierno que “éramos unos analfabetas” (Sandra, entrevista, 2021).

[...] Siento que la universidad para mí ha sido un proceso re turbulento porque yo estudio pero a la vez estoy militando. Entonces fui candidata, llegar tarde a clase, no tenía tiempo, me toca leer, siempre despertarme a las 3 de la mañana a leer una cantidad de cosas (Isabela, entrevista, 2021).

[...] Hace poco hubo un encuentro otra vez con las víctimas, y ver todavía ese rechazo, esa saña que tienen contra lo que nosotros somos, contra lo que nosotros fuimos, es muy duro pensar qué ese pueblo que nosotros decíamos defender todavía no nos ve de esa manera; somos todavía un enemigo (Paola, entrevista, 2021).

Como uma última subcategoria na dimensão das contradições destacamos a que diz respeito à educação, campo específico desta investigação. As narrativas nos levam a afirmar que houve uma preocupação contínua com a educação em sentido mais amplo. Preocupação com ensino e aprendizagens, em grande parte voltados à satisfação de necessidades da vida prática e da luta armada. Por outro lado, há vários depoimentos também sobre a formação na área da saúde – enfermeiros, por exemplo, área das comunicações ou das artes e especialmente em relação à leitura e escrita.

5.2.4.5 Educação

É importante ressaltar que o projeto educacional hegemônico é entendido como o conjunto de processos pedagógicos e educacionais que buscam homogeneizar as formas como as relações sociais/coletivas, econômicas, culturais e políticas se configuram em diferentes contextos e espaços da dimensão humana, sejam em áreas de educação formal ou não formal, eles vêm de uma estrutura organizacional educacional que é dirigida de forma depositária e reprodutivamente acrítica. Pode-se dizer que a educação não formal predominou como prática nos espaços da guerrilha, conforme definição apresentada por Gohn (2014, p. 40):

A educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. Nossa concepção de educação não formal articula-se ao campo da educação cidadã – a qual no contexto escolar pressupõe a democratização da gestão e do acesso à escola, assim como a democratização do conhecimento. Na educação não formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s).

A guerrilha se estabeleceu como um espaço que possibilitou a educação de algumas das populações e isso é demonstrado estatisticamente pelos números do censo educacional realizado pela Universidade Nacional no ano de 2017. Apesar do imaginário social, os guerrilheiros/as não são analfabetos/as, pois os processos de alfabetização entre os guerrilheiros são constantes e, como foi visto em reflexões anteriores, este é um exercício que acompanha toda a vida da guerrilha:

[...] siempre se busca desde lo básico... Lo básico es enseñar a leer y escribir a la gente, luego enseñar a comprender un texto, entonces también hacíamos cursos de comprensión de lectura (Luna, entrevista, 2021).

Da mesma forma, podemos entender quantas pessoas encontraram na guerrilha a possibilidade de se posicionar diante das desigualdades que, historicamente, se instituíram como nas áreas de educação e formação:

[...] Me encontré con una guerrilla compuesta por gente muy joven, con muchos deseos de aprender, con muchas falencias académicas, había mucho analfabetismo (Olga, entrevista, 2021).

[...] Alguien que aprendió a leer y escribir a los machetazos en una escuela de vereda que no tenía ni el material, didáctico ni la metodología, ni la pedagogía [...] ahora son comandantes y dirigentes del partido lo han aprendido en las FARC-EP (Isabela, entrevista, 2021).

Fazendo uma articulação com o primeiro capítulo, em que vimos como a política social voltada para a educação não tem ou não garante o acesso, a permanência e conclusão dos ciclos escolares do campesinato, a guerrilha tem um papel fundamental nestas novas formas de levar a educação aos territórios, seja através da colaboração com as escolas rurais ou nas fileiras da guerrilha, fazendo o papel do Estado, contra quem luta, “Como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo” (RIBEIRO, 2020, p. 25).

Destaca-se nas narrativas, a questão da exigência de uma educação formal, certificada, para atuação no campo do trabalho (também formal) após a reincorporação. Uma das reclamações mais frequentes entre as entrevistadas foi a impossibilidade de validar os conhecimentos que adquiriram dentro da dinâmica guerrilheira agora que fazem parte da sociedade civil. Especialmente em relação à certificação dos aprendizados que alcançaram através da prática, existe uma impossibilidade de garantias de certificação dos estudos ou acesso à educação, visto que no sistema tradicional estão sendo constantemente mediados através de preceitos academicistas:

[...] Desde el componente FARC-EP nos asistía en esa necesidad de poder certificar la gente en la formación académica (Sandra, entrevista, 2021).

[...] La talabartería en que era pues como a las costuras, la gente que hacía los equipos, los uniformes, que salieron de allí como sastres y ahora pues algunos están en proyectos productivos de ropa, pero no todos. Hay gente que aprendió allí en la organización, no sé, sobre propaganda y eran los que imprimían las hojas, los volantes, hacían las revistas y ahora pues salen y les toca hacer desde un curso de sistemas en adelante para que les crean (Isabela, entrevista, 2021).

Pode-se deduzir, a partir dos relatos, que uma grande contrariedade relativa à educação no espaço da guerrilha está no fato de ter conseguido atender às demandas da vida prática, perspectiva e discurso de quase toda proposta institucional de educação formal, no entanto não ser considerada suficiente para atuação das pessoas na sociedade atual, a partir dos processos de reincorporação, devido à ausência da certificação:

La educación es parte del engranaje social; por tanto, hacer un análisis de la educación exige hacer un análisis de la sociedad en la cual se inscribe, y si la educación está en función de la sociedad, no se podría pensar en un cambio de la educación sin un cambio en la sociedad; ni tampoco en cambiar la sociedad sin realizar cambios en la educación (SOLANO; GONZÁLEZ, 2004, p. 10).

Entendemos como havia diferentes formas de perceber a formação na guerra, pois diferentes modelos educacionais foram organizados para responder às possibilidades dos cenários não formais, porém existiram diversos processos formativos na guerrilha o que constituíram a importância de aprender, fazendo uma releitura sobre a prática e a teoria:

[...] yo no sé si cabe como una categoría de educación popular, pero si era una educación obviamente pues con la flexibilidad que se daba por las condiciones de la guerra (Isabela, entrevista, 2021).

Neste sentido, poderíamos retomar as contribuições de Marcela Lagarde (1997) quando afirma que a autonomia não é um processo construído fora da sociedade, mas sim um processo que se articula e que requisita garantias para a formação e a reflexão, em que são as possibilidades de autonomia em um sistema que se estabelece para a segregação, a exclusão, a negação dos/das outros/as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, ressaltamos que não intencionamos estabelecer uma verdade universal sobre as experiências e aprendizados da vida das ex-guerrilheiras das FARC-EP, assim como também não pretendemos enquadrar em uma única experiência as múltiplas formas como a militância é vivenciada e assumida por cada uma das mulheres que assumiram um projeto ético-político de ativismo e compromisso social através da luta armada.

Assim, como entendemos que existem múltiplas formas pelas quais se chega a ser mulher, há múltiplos lugares de fala e de autoconhecimento que nos permitem entender a importância de construir, considerar e pensar em “histórias únicas” e não em uma “história única” sobre os diversos fenômenos que se articulam nas *práxis* ativista, nos processos sociais e na construção da realidade.

Considerando o anterior, adentramos nas intencionalidades deste trabalho, dado que nos movimentamos visando compreender as experiências formativas da militância vivenciadas por mulheres ex-guerrilheiras das FARC-EP que contribuíram para que se assumissem e continuem se assumindo como sujeitas de direitos. Para tal fim, nas etapas iniciais da pesquisa, estabelecemos quatro categorias importantes de modo a permitir articular uma ordem conceitual e teórica que facilitasse a construção do texto e orientar os estudos posteriores.

A primeira categoria nos remeteu ao componente histórico, ou da história do conflito armado colombiano, de modo a garantir ao/a leitor/a um contexto sobre a realidade da Colômbia, dos motivos da guerra interna, do surgimento dos diversos atores armados e, por fim, oferecer um breve descrição sobre a criação das FARC-EP, o processo de paz e as posteriores etapas de reincorporação dos/as guerrilheiros/as para a compreensão das dinâmicas pelas quais tinham passada as mulheres entrevistadas na nossa pesquisa.

Nesta categoria, partimos da ideia de que diferentes tipos de violências no país foram se configurando nos últimos dois séculos e que essas violências se cimentam em vários fatores, desde tendências políticas até boicotes eleitorais, defesa territorial, entre outros. No entanto, constatamos que nos últimos 70 anos os índices de violência aumentaram em relação aos anos precedentes e isso se deve à criação e consolidação de vários grupos insurgentes armados, como guerrilheiros, paramilitares, bandas criminosas, que têm modificado a percepção da tranquilidade e paz social do país, aumentando o número de vítimas associadas ao conflito armado interno e destacando as múltiplas capacidades de adaptação existentes na guerra.

Compreendemos que o processo de desmobilização das FARC-EP tem sido complexo pelas poucas garantias que existem para os/as signatários/as, na medida em que existe uma ameaça latente de insegurança e morte para lideranças sociais e ex-guerrilheiros/as, este é um dos maiores obstáculos encontrados, conforme falas das mulheres, visto que há problemas nos processos de reincorporação por falta de prerrogativas de segurança que se evidencia na dificuldade de se articular novamente com o restante da sociedade, a qual os/as estigmatiza e reduz as possibilidades de uma transição mais adequada para a vida civil.

A segunda categoria que orientou a nossa reflexão foi a atuação em organizações, encontrando que existem múltiplas formas nas quais as mulheres se articularam nos processos de participação e como estas ações podem acontecer de diversas maneiras. No nosso referencial teórico se delimitaram as discussões aos movimentos sociais e às práticas que se estabelecem no interior deles, especialmente os processos formativos que neles ocorrem, pois partimos do pressuposto de que as mulheres teriam participado deste tipo de cenários anteriormente a seu ingresso na guerrilha e que essa construção teórica iria nos orientar na compreensão das histórias delas.

Entretanto, na etapa das entrevistas, identificamos que várias das mulheres não tinham participado de outros espaços organizativos prévios à guerrilha. Neste sentido, encontramos que a guerrilha se constituiu a principal organização em que as mulheres se desenvolveram como militantes. Entendemos que a guerrilha não pode ser compreendida como um movimento social, porque sua configuração e formas de luta fogem do que tem se encaixado nesta categoria, mas ela poderia ser captada como uma organização armada que tem um compromisso com as mudanças políticas e sociais através da combinação de todas as formas de luta.

A terceira categoria correspondeu aos processos educativos/formativos para a compreensão das diversas formas que acontecem as práticas do intercâmbio de saberes. Para nossa análise, foi pertinente o estudo da educação não formal, tendo em vista que nossa intenção era aprofundar sobre os aprendizados provenientes das práticas militantes, distanciando-nos das concepções da educação formal e tradicional, visto que, como as mulheres narraram em algumas experiências, o foco principal foram as aprendizagens que remetiam aos encontros com os/as outros/as.

Dando sustento teórico a estas concepções de educação retomamos os aportes do Paulo Freire, Carlos Brandão, István Mészáros, Lola González e entre outros/as sobre experiências da educação não formal que ajudaram a articular a compreensão dos processos de formação e educação ao longo da existência, entendendo que todas as experiências e todas as vivências irão

contribuir com um posicionamento político e ético no mundo e na vida. Situamos que o viver é um contínuo aprendizagem, um processo de constantes encontros com os saberes e as reflexões que nos convidam a continuar aprendendo dia após dia, que a vida é história e é conhecimento constante.

Por fim, na quarta categoria, tratamos dos temas correspondentes aos estudos feministas e de gênero, em que consideramos as formas que se articulam as opressões patriarcais numa aliança com as práticas militares e do militarismo, e como estas alianças exacerbam os múltiplos modos pelos quais se exerce violência contra as mulheres e contra tudo o que remeta às representações do feminino na sociedade. No atentamos de que existe um *continuum* de violência baseada em gênero o qual transcende todos os espaços organizacionais e relacionais da vida das mulheres.

Para a etapa do levantamento de dados, utilizamos a técnica da entrevista narrativa, aplicada de forma individual às seis mulheres ex-guerrilheiras das FARC-EP, como uma estratégia metodológica para se enunciarem. Essas possibilidades de conseguir narrar a própria história foi fundamental para nossa pesquisa, devido que, além de proporcionar dados importantes para a construção de conhecimento, permitiu um diálogo com as participantes valorizando o lugar de fala de cada uma delas, entendendo a importância da riqueza dos detalhes particulares e das diferenças existentes entre elas. Além disso, pôde gerar esses exercícios de reconhecimento, aceitação e conhecimento da opressão que se impõe aos corpos e às subjetividades, em que permitiu reavaliar a transcendência que cada pessoa considera que tem suas vivências.

Na etapa posterior, correspondente à análise de dados e a categorização das informações, se realizou uma organização dos depoimentos obtidos como fruto das entrevistas em quatro categorias de estudo, as quais foram integradas por subcategorias que classificaram os aportes em tópicos específicos. Uma das grandes conclusões desta etapa foi que não é possível compreender cada uma das categorias separadamente, tendo em vista que, ao se tratarem de narrativas de vida, todas estavam interligadas e cada um dos apontamentos dialogavam com a totalidade do texto e com as histórias das outras mulheres.

Na primeira categoria de análise de dados nos propusemos indagar sobre as aprendizagens da vida guerrilheira, considerando quatro subcategorias: “educação para o trabalho guerrilheiro”, “intercâmbio de saberes”, “conhecimentos da vida coletiva”, “formação para a vida”. Ainda que as mulheres participantes da pesquisa se diferiam em vivências, em experiências e aprendizados, conseguimos encontrar uma leitura muito similar sobre o exercício

na guerrilha nos posicionamentos pessoais; identificaram as FARC-EP como uma escola-universidade, como um espaço que permitiu a formação para o trabalho e para a vida, que trouxe inúmeras bagagens que as marcaram e que as constituíram como mulheres.

Por outro lado, foi importante o reconhecimento das múltiplas formas nas quais se estabeleceram os processos formativos nos contextos bélicos, visto que as dinâmicas da guerra foram o marcador que permitiu ou denegou as possibilidades do intercâmbio de saberes, desde aqueles que se remetem aos aprendizados mais técnicos sobre os afazeres da vida guerrilheira até aquele que se remetem às oportunidades de adquirir conhecimentos mais especializados, ou inclusive, as lições que se encaixam no campo relacional com os conhecimentos das coisas do dia a dia.

Na segunda categoria de análise aprofundamos nos aprendizados em outras organizações das que as mulheres participaram, reconhecendo duas subcategorias: “Partidos políticos e ONGs” e “Paz e reincorporação”. Para nutrir as discussões sobre os espaços diversos em que as mulheres participam, identificamos como existe, geralmente, uma convicção pela continuidade das práticas de ativismo e comprometimento com as mudanças sociais, bem como algumas mulheres não tiveram experiências organizativas prévias ao passo pelas FARC-EP. Após se desmobilizarem, passaram a compartilhar e atuar em múltiplos cenários e iniciativas que continuam se articulando com os ideais de luta assumidos na luta armada, mas agora assumindo um compromisso social com o estabelecimento da paz e a reconciliação.

Uma questão adicional importante foi que as próprias mulheres reconheceram diversas práticas da vida militante como processos formativos. Com isto, existe uma quebra com o imaginário do paradigma que associa a criação de conhecimento unicamente com os espaços acadêmicos ou formais. As entrevistadas narraram diversas experiências que foram de muitos aprendizados para elas, desde aprender a caminhar pelo meio da selva, até poder carregar um fuzil e enfrentar os inimigos em combate, passando pelas formações técnicas e os espaços de discussão e diálogo.

Reconheceram também que, além desses aprendizados “funcionais”, existiram aprendizados para a vida, que possibilitaram que elas se constituíssem nas sujeitas que são hoje. Algumas afirmaram que sua vida nunca mais voltou a ser a mesma após ter passado pelos espaços de militância, tanto guerrilheiros, como as ONGs, como nos partidos políticos, porque essas vivências mudaram a sua percepção sobre o mundo assim como leitura sobre as suas próprias práticas e pensamentos.

Encontramos que, tanto na guerrilha como nos outros espaços de organização e participação, há relações assimétricas em função do sexo-gênero, as mulheres afirmaram que existe uma hierarquização ao interior de todas as organizações que se estabelece, nem sempre de forma explícita, a partir da discriminação fenotípica de gênero e raça, onde independente das perspectivas éticas e políticas ou dos ideais da luta (armada e civil), existem opressões sistemáticas. Dessa forma, é importante analisar as particularidades das diversas vivências nestes lugares especialmente das experiências das mulheres.

Na terceira categoria, buscamos identificar qual o lugar das mulheres dentro da militância, onde foi importante a articulação entre os depoimentos das participantes e a análise das asserções dos estudos de feministas e de gênero, sendo possível identificar quatro subcategorias correspondentes a: “divisão sexual do trabalho”, “organização com outras mulheres”, “posicionamentos individuais na militância” e, por fim, “feminismo insurgente”. As narrativas das mulheres permitiram reconhecer como se generificam os espaços e as práticas sociais, entendendo como a hierarquização em função do sistema sexo-gênero permanece constante e abrange a totalidade das ações do intercâmbio e relação com os/as outras, em que as representações deste sistema organizam e delimitam as possibilidades para mulheres em conformidade com sua identidade de gênero.

Ainda assim, identificamos que existe um potencial para a quebra destas imposições simbólicas e materiais do sistema patriarcal através da criação de alianças com outras mulheres, sejam estas nas relações do dia a dia ou nos espaços organizativos e de participação como os partidos políticos, as organizações, as fundações, os movimentos sociais, para finalmente esquadrihar na consolidação de um projeto ético-político feminista emergente que as acolham desde sua individualidade e das particularidades de suas vivências como é o feminismo insurgente.

Na última categoria foram contempladas as declarações que nos diziam respeito às contradições existentes nos processos de militância, na medida que reconhecemos as contradições como parte inerente todas as práticas, como parte do movimento dialético da realidade, do entendimento de que toda realidade é passível de transformação e que a história não é uma série linear de acontecimentos. Esta análise se dividiu em cinco subcategorias: “na guerra”, “mulheres e relações de gênero”, “individualidade e independência”, “desafios da vida civil” e “educação”. Encontramos que esta categoria conversava com as anteriores, reafirmando que as narrativas das mulheres estavam interligadas nas múltiplas subcategorias e nas histórias das outras companheiras de luta.

O estudo sobre esta última categoria permitiu identificar as formas pelas quais a realidade social é construída como um processo histórico que remete a determinadas características próprias de cada contexto. Por um lado, encontramos a existência de situações complexas nas relações das pessoas em seus entornos, especialmente quando existe um panorama bélico por trás da configuração das identidades que resulta na desumanização dos/as sujeitos/as que repercutem nas possibilidades de garantir sua adesão nos grupos, nos coletivos e na sociedade geral.

Sob outra perspectiva, após a realização deste estudo conseguimos elencar vários desfechos sobre as aprendizagens próprias da vida militante e as implicações que estas experiências têm nas vidas das mulheres. Iniciamos entendendo a importância do impacto que a guerra teve na vida das mulheres, pois, como foi colocado, o país vem se construindo e contando desde uma história de horror e dor. Todavia, esta história oficial foi contada por homens que, longe de serem apontados como perpetradores, foram ressaltados como heróis, marginalizando e ignorando as histórias e as vivências diferenciadas que emergem do significado de ser mulher na Colômbia, e especialmente as inferências decorrentes das experiências femininas nos contextos bélicos.

De outro lado, aprofundando nas análises das declarações das entrevistadas, percebemos que em todas as categorias emergentes analisadas podem ser evidenciados os processos educativos pelos quais vão passando as mulheres e como eles confirmam a concepção de educação como formação humana, movimento e incompletude, ainda que as contradições se façam presentes em todo o percurso.

Conseguimos identificar alguns pontos de encontro entre as narrativas das mulheres entrevistadas que nos ajudam a compreender melhor como esses espaços e práticas podem ser formativos e transformadores. As entrevistadas conseguiram identificar e narrar diversas experiências dentro da vida militante que remetem aos processos da educação não formal no interior dos movimentos sociais, guerrilha e das expressões comunitárias, encontrando aprendizados que contribuíram para a assunção de cidadanias plenas e, possivelmente, também contribuíram para a consolidação de práticas e reflexões que favoreceram o fortalecimento da autonomia.

Assim, sobressaem também nesta pesquisa pares dialéticos como: guerra-paz, igualdade-desigualdade (incluindo-se diferenças), autonomia-hierarquia, cultura consolidada-transformação, indivíduo-coletivo. A realidade é histórica, complexa, portanto, vulnerável às constantes mudanças provenientes dos processos humanos, econômicos, políticos, culturais e

bélicos. Estes (des)encontros dialéticos possibilitam a movimentação da vida, a transformação do mundo e se estabelecem como oportunidades para a emancipação e as mudanças em prol de uma justiça social, epistêmica e territorial, favorecendo as populações excluídas e marginalizadas historicamente.

Conjuntamente, destacam-se as discussões sobre mulheres e gênero como centrais para esta pesquisa, embora a finalidade da mesma não tenha sido realizar um estudo propriamente de gênero, encontramos a pertinência da articulação entre as categorias de estudo do campo da educação, entrelaçadas com os estudos de gênero que permitiram a vinculação entre as categorias estudadas, visto que não há como compreender suas narrativas e sua atuação sem a história das relações sociais engendradas nas quais foram constituídas e, cujos valores, comportamentos, organizações e instituições são carregados pelas pessoas e permanecem convivendo com propostas de mudança e até revolucionárias por muito tempo.

Reconhecemos que um dos desafios da perspectiva de gênero nos processos formativos é que as práticas epistemológicas feministas devem ser o roteiro para guiar a construção e consolidação de processos que articulem as contribuições das teorias feministas, as práticas militantes e o conhecimento. É imperativo, nesta perspectiva, a inquietação constante sobre o que significa ser mulher nos lugares de militância e em todos os espaços sociais. A respeito das discussões de gênero, dentro e fora da vida militante, é importante reconhecer algumas das contribuições destas teorias e práticas que permitiram a consolidação dos processos de reconhecimento e autoconhecimento das mulheres.

Essa reflexão é fundamental para compreendermos os caminhos percorridos e as limitações superadas pelas mulheres para reconstruir, lutar e ganhar autonomia após a superação das situações opressivas próprias dos espaços militarizados, guerreiros, violentos, patriarcais. Além disso, esta militarização da vida das mulheres vai construindo um olhar e um posicionamento no mundo diferente, transformando as relações das mulheres em seus entornos.

Compreendemos a importância destas reflexões toda vez que elas permitem identificar as possibilidades para a criação de espaços de reivindicação do lugar das mulheres nas sociedades e nas práticas militantes, e para isso é preciso modificar as lógicas patriarcais nos espaços de visibilidade e denúncia pública, como partidos políticos, organizações e instituições. Embora existam várias mulheres no senado, na Câmara de Representantes, é substancial entender que, não necessariamente, essas iniciativas significam uma mudança nas relações de poder que se estabelecem dentro dos diversos locais, tendo em vista que a quantidade, ou a paridade na inclusão de mulheres nos espaços, não significa que haja oportunidades de uma

verdadeira inclusão, dado que é imperante incorporar a perspectiva de gênero para atingir a uma transformação radical e significativa para as mulheres e as diversidades.

Por fim, é importante lutar pela liberação das mulheres, mas esse é um processo que leva tempo e não é uma luta individual, sendo que o patriarcado e os outros sistemas de dominação são estruturas bem consolidadas e organizadas nas sociedades. Por isso, é preciso se organizar em rede para combatê-lo e uma das articulações mais importantes deve conter as práticas militantes, populares, educativas, formativas e feministas, reivindicando práticas que permitam reconhecer as formas desiguais nas quais se articulam os espaços sociais e, além disso, conseguir criar uma sociedade que permita o exercício da cidadania autônoma, livre e feminista.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Mario. **Las FARC: La guerrilla campesina 1949-2010 ¿Ideas circulares en un mundo cambiante?** Corporación Nuevo Arco Iris (CNAI), Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo (ASDI), Organización Internacional para las Migraciones (OIM), Bogotá, 2011.

ALAPE, Arturo. “**9 de abril: Asesinato de una esperanza**” y “**El nueve de abril en provincia**”. Em: Nueva Historia de Colombia. Tomo II: Historia Política. Bogotá: Editorial Planeta, 2014.

_____. **El Bogotazo: memorias del olvido**. Ministerio de Cultura: Biblioteca Nacional de Colombia. Bogotá, 2016.

ARCHILA, Mauricio. Los movimientos sociales y las paradojas de la democracia en Colombia. **Controversia**, Bogotá, n. 186, p. 9-32, 2006.

ARENAS, Jacobo. **¡Cese al fuego!** 1984. Disponível em: <http://farc-ep.net/?cat=5>. Acesso em: 28 ago. 2020.

_____. **Diario de la resistencia de Marquetalia**. (s/d) disponível em: <http://farc-ep.net/?cat=5>. Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. **Veinte aniversario FARC-EP**. (s/d) disponível em: <http://farc-ep.net/?cat=5>. Acesso em: 28 ago. 2020.

ARIAS, José Jairo Gonzalez. **Espacios de exclusión: el estigma de las repúblicas independientes 1955-1965**. Bogotá: CINEP, 1992.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Pós-graduação: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. In: SEVERINO, Antônio Joaquim (Org.) **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. 2. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOTERO, Sandra. El plebiscito y los desafíos políticos de consolidar la paz negociada en Colombia. **Rev. cienc. polít.** Santiago, v. 37, n. 2, p.369-388, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **A educação como cultura**. Ed. rev. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

_____. **O que é educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2014.

CANAVATE, Doris Lamus. **De la subversión a la inclusión**. Movimientos de mujeres de la segunda ola en Colombia, 1975-2005. Bogotá, ICANH, 2010.

CARRILLO, Alfonso Torres. **Comunidad en movimiento: persistencia, renascencias y emergencias comunitarias en América Latina**. Bogotá: Ediciones desde Abajo, 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2 ed. v. 2. São Paulo: Paz e Terra Ltda, 1997.

CINEP, Centro de Investigación y Educación Popular. **Secretaría Técnica del Componente de Verificación Internacional**. Séptimo informe de verificación de la implementación del Acuerdo Final de Paz en Colombia. Bogotá, 2019. Disponível em: <<https://www.cinep.org.co/Home2/component/k2/828-septimo-informe-de-verificacion-de-la-implementacion-del-acuerdo-final-de-paz-en-colombia.html>>. Acesso em:

CNMH, Centro Nacional de Memoria Histórica. **¡Basta ya!** Colombia: memorias de guerra y dignidad. Bogota: Imprenta Nacional, 2013.

COLLADO, Ángel Calle. **Ciudadanía y solidaridad: las ONG de solidaridad internacional como movimiento social**. Madrid: IEPALA, 2000.

CORTE CONSTITUCIONAL. **Sentencia No. T-406/92**. Disponível em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1992/T-406-92.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CURIEL, Ochy. **El feminismo decolonial latinoamericano y caribenho: aportes para las prácticas políticas transformadoras**. Espanha, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B0vLIIncs0>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

DANE, **Departamento Nacional de Estadística**. Censo Nacional de población y vivienda. Colombia, 2018. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-nacional-de-poblacion-y-vivenda-2018>>.

D'ARGEMIR, Dolors Comas. **Trabajo, género y cultura: La construcción de desigualdades entre hombres mujeres**. Barcelona: Icaria Editorial. 1995.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. Editora: UNESP, 2009.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

ENLOE, Cynthia. **Globalization and militarism: Feminists make the link**. EE UU: Rowman & Littlefield, 2012.

FALQUET, Jules. Nicole-Claude Mathieu: hacia una anatomía de las clases de sexo. **Revista Andaluza de Antropología**, España, n. 14, p. 178-1999, 2018.

FARC-EP. **Programa Agrario de los guerrilleros de las FARC-EP.** 1964

_____. **Reglamento de orden cerrado.** 1966.

_____. **Marulanda y las FARC para principiantes: cuadernos de formación política.** 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

_____. **Extensão ou comunicação.** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Gaudêncio. **A questão da educação formal/não-formal.** Sion, Suisse: Institut International des Droits de l'enfant-IDE, 2005.

GENTIL, Heloisa Salles. **Estado e políticas públicas, movimentos sociais e resistência.** Revista da Faculdade de Educação. Cáceres-MT, Universidade do Estado de Mato Grosso, v. 1, n. 2, p. 34-55, 2018.

GENTIL, Heloisa Salles; CORREDOR, Laura Catalina Ferro. **Educação e socioeconomia solidaria: processos educativos entre a sociedade do capital e a sociedade que queremos.** Culturas e práticas sociais solidarias: leituras freirianas. Editora Unemat, 2020.

GIL, Franklin; PÉREZ-BUSTOS, Tania (Org.). **Feminismos y estudios de género en Colombia: un campo académico y político en movimiento.** Bogotá: Editorial Unal, 2018.

GOHN, Glória. **Teoria dos Movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 16, n. 47, p. 333- 361, 2011.

_____. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. Investigar em Educação,** Portugal, v. 2, n. 1, 2014.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** Florianópolis: Editora Loyola, 2017.

GÓMEZ, Olga Amparo Sánchez. **Las violencias contra las mujeres en guerra.** Ruta pacífica de las mujeres. Bogotá, 2008.

_____. **Las Rutas aún inconclusas de los feminismos.** Em: Las rutas de los feminismos, pacifismos y resistencias. Bogotá: Ruta pacífica de las Mujeres. 2006

_____. **La militarización de la vida cotidiana: estrategia patriarcal.** Encuentro internacional de mujeres contra la guerra. Bogotá, 2014.

GUEDES, Adriana; SCHUBERT, Arlete (Org). **Cultura(s):** interculturalidade e interdisciplinaridade na educação do campo. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Vitoria, 2014.

GUTIERREZ, Francisco. **Educación como práxis política.** São Paulo: Sumus, 1988.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 8 ed, Rio de Janeiro: Rosa do Tempos, 2019.

GERGEN, Mary McCanney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Edunb, 1993.

INMUJERES, Instituto Nacional de las Mujeres. **Glosario de género.** México, 2007.

JORGE, Mercedes López. Una simbología otra del cuerpo de la mujer: la apertura al outro. **Investigaciones Fenomenológicas**, Espanha, v. 2, p. 333–342, 2010.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAGARDE, Marcela. **Claves Feministas para el poderío y la autonomía de las mujeres** (memoria). Fundación Puntos de Encuentro, 1997.

LAMAS, Marta. **Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género Papeles de Población.** Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, v. 5, n. 21. p. 147-178, 1999.

Lei 1.257 de 4 de diciembre 2008. Bogotá, 2008. Disponível em: <https://oig.cepal.org/sites/default/files/2008_col_ley1257.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2020.

Lei 1761 de 6 de julio de 2015. Bogotá, 2015. Disponível em: < <http://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Leyes/30019921>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

LÓPEZ, Liliana. Olga Lucia Marín comandante de las FARC. In: SALIVE, Patricia Lara. **Las mujeres en la guerra.** Planeta Contemporáneo, 2018.

MACHADO, Ilma Ferreira. **Organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral.** Campinas: Editora RG, 2010.

MEDINA, José Eriberto Cifuentes; SILVA, Aura Lucia Camargo. **La historia de las reformas educativas en Colombia.** Cultura Educación y Sociedad, Barranquilla, v. 7, n. 2, p. 26-37, 2016

MÉNDEZ, Irene. **El enfoque de género en la intervención social**. España: ed. Cruz Roja, 2007.

MOC, Movimento de Objeción de Conciencia de Paraguay. 2004. Disponível em: <<https://subdominios.miarroba.com/404.php>>. Acesso: 8 de jul. 2020.

MONDRAGÓN, Héctor. **Movimientos sociales: una alternativa democrática al conflicto colombiano**. Bogotá, 2006.

MONEDERO, Juan Carlos. ¿Posdemocracia? Frente al pesimismo de la nostalgia, el optimismo de la desobediencia. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 240, p. 68-86, 2012.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Liver Livro Editora Ltda. 2. ed., 2006.

NOGUEIRA, Renato. **Aprendendo a ensinar: uma introdução aos fundamentos filosóficos da educação**. Curitiba: Ibpes, 2009.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. 6. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

SADER, Emir (org.) **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

SALGARI, Emilio. **Marulanda y las FARC para principiantes**. Cuadernos de formación de las FARC. 2014

SALIVE, Patricia Lara. **Adiós a la guerra: una historia breve de los conflictos en Colombia**. 2. ed. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana S. A., 2018.

SANDINO, Victoria. **Hubiésemos podido seguir la guerra indefinidamente, ni las FARC avanzábamos ni el régimen lograba aniquilarnos**. Final abierto. Bogotá: La fogata editorial, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologías del Sur. **Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social: Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo Venezuela, v. 54, n. 16, p.17-39, jul. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (ed.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Oporto: Afrontamento, p. 31-106, 2002.

SARMIENTO, Libardo; VARGAS, Hernán. **El trabajo de las mujeres en Colombia**. Corporación Viva la ciudadanía Bogotá. 2002.

SCOTT, Joan Wallach. **El género una categoría útil para el análisis histórico**. In: Las mujeres en la Europa moderna y contemporánea. Institución Alfons el Magànim. España, 1990.

SDMUJER, Secretaria Distrital de la Mujer. **Sistema Violeta**. Disponível em: <<http://omeg.sdmujer.gov.co/dataindicadores/index.html#>>. Acesso em: 25 de set. 2019.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad: Actos y prácticas que enseñan, habitúan y programan a los sujetos a transmutar lo vivo y su vitalidad en las cosas**, n. 2, Ariel Publisher, 2018.

SHOTTER, John; LOGAN, Josephine. A penetração do patriarcado: sobre a descoberta de uma voz diferente. In: GERGEN, Mary McCanney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Edunb, 1993.

SIMÓN, Elena. **Democracia vital: mujeres y hombres hacia la plena ciudadanía**. Madrid: Narcea, 1999.

SOLANO, Germán Mariño; GONZÁLEZ, Lola Cendales. **Educación no formal y educación popular: hacia una pedagogía del diálogo cultural**. Federación Internacional de Fe y Alegría, 2004.

SPRINGER, Natalia. **Como corderos entre lobos**. Del uso y reclutamiento de niñas, niños y adolescentes en el marco del conflicto armado y la criminalidad en Colombia. Springer Consulting Services. Colombia, 2012.

TIBURI, **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

UNESCO. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Alfabetización. Disponible em: <<https://es.unesco.org/themes/alfabetizacion>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes**. España: Ediciones B, S. A. 2008.

VÉLEZ, Manuel Marulanda. La historia de las FARC narrada por el propio Tirofijo. In: VARIOS AUTORES. **FARC: Porque nos rebelamos contra el Estado colombiano**. Bogotá: Editorial La Oveja Negra, 2013.

_____. **Cuadernos de campaña**. 1975.

WALSH, Catherine. **Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos**. 1ª ed. Quéretano: Colec vo Zapateándole al mal gobierno, 2013.

ZART. Laudemir Luiz. **Produção Social do Conhecimento na experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo**. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica). 2012. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Geociências. Campinas, 2012.

ZAWADSKI, Carlos Vásquez. **Arturo Alape: todos los relatos**. Bogotá, 2000. Disponible em: <<http://search.ebscohost.com.ezproxy.unal.edu.co/login.aspx?direct=true&db=cat02704a&AN=unc.000588696&lang=es&site=eds-live>>. Acesso em: 28 de fev. 2021.

ZORNOSA, Yezid. **El baile rojo**. Bogotá: Random House Mondadori, 2008.

ZULUAGA, Carlos Arango. **FARC: Veinte Años de Marquetalia a La Uribe**. 5ª Ed.
Bogotá: Ediciones Aurora, 2020.